

HISTÓRIA

HISTÓRIA GERAL

E HISTÓRIA DO

BRASIL

Editora: Valley Editora Ltda.
Direção: João Vicente Strapasson Silveira Netto
Gestão: Vinícius Azambuja de Almeida
Coordenação Editorial: Camila Nunes da Rosa
Coordenação Pedagógica: Vanessa Bianchi Gatto
Autoria: Deivis Jhones Garlet
Revisão técnica e organização: William Molinos Lopes
Revisão Editorial: Alana Hoffmann
Caroline Guerra
Pesquisa Iconográfica*: Camila Nunes da Rosa

*As imagens identificadas com a sigla BID pertencem ao Banco de Imagem e Documentação da Valley Editora.

Programação Visual: Camile Weber
Sibele Righi Scaramussa
Capa: Camile Weber
Editoreção Eletrônica: Camila Nunes da Rosa
Camile Webber
Juliana Facco Segalla
Sibele Righi Scaramussa
Ilustrações: Fabiano da Costa Alvares
Gabriel La Rocca Coser
Sibele Righi Scaramussa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

H673
História / Deivis Jhones Garlet, William Molinos Lopes (Organizador).
Santa Maria: Valley Editora, 2024.
v. 2
158 p.
ISBN 978-65-89574-68-2
1. História 2. Revoluções 3. Brasil I. Título
CDU 94

Bibliotecária responsável Trilce Morales – CRB 10/2209

Coleção 2024

Sistema de Ensino



Comercialização e distribuição: NTRV Distribuidora

SUMÁRIO

História Geral

Unidade 1

- 5** Mundo moderno II - Séculos XVII e XVIII: Luzes, Revoluções e Ascensão burguesa

Unidade 2

- 17** Mundo Contemporâneo I – século XIX

» Olá, aluno. Conheça seu livro!



Ao longo deste livro, você encontrará **QR Codes** que levarão a **conteúdos extras para complementar seu estudo**. Entre eles, temos **aulas-pílula** em cada início de unidade, **vídeos diversos e resoluções de questões mais complexas**.

Para acessar esses conteúdos, você deverá fazer o *download* do **App Totem** na Play Store (em aparelhos Android) ou na Apple Store (em aparelhos Apple). Os **codes** não são acessíveis por outros leitores de **QR Code**. Em caso de dificuldades com o app, procure a secretaria do Curso.



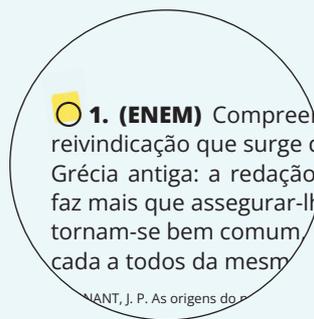
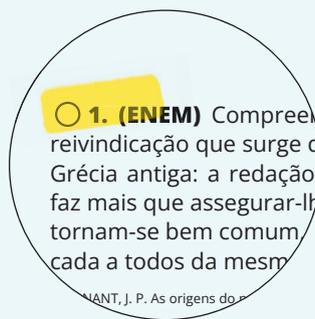
Qual é a temperatura nesse termômetro?

- a) 5°C
- b) 7°C
- c) 13°C
- d) 15°C
- e) 19°C



Nas seções de testes, utilize os **marcadores** que acompanham a numeração da questão (○) para **assinalar testes** mais importantes, que precisam ser revisados ou para tirar dúvidas. **Você pode criar sua própria legenda** atribuindo cores para cada destaque.

Sugestões:



Exemplos de legendas:



Questão fácil / Acertei / Não preciso revisar



Questão importante / Revisar / Acertei, mas tive dificuldades



Achei difícil / Errei, preciso refazer na próxima revisão / Levar para tirar dúvidas



» Mundo Moderno II - Séculos XVII e XVIII: Luzes, Revoluções e Ascensão burguesa

A Europa moderna formatou, entre os séculos XIV e XVI, uma organização denominada Antigo Regime. Ele se caracterizava pela concentração de poderes nas mãos do rei de forma absoluta, pelo rígido controle estatal sobre a economia, pelos privilégios de nascimento e pela intolerância religiosa. Nesse período, também tivemos processos históricos importantes, em que a ação da burguesia foi bastante grande, como vimos anteriormente. Para lembrar, tivemos a substituição da economia feudal por formações capitalistas e a expansão dos mercados; a crescente substituição da fé como guia de análises pela racionalidade, expressa no Renascimento Cultural; e a grande crise da cristandade com as Reformas Religiosas, culminando na cisão da Igreja Católica.

No alvorecer do **século XVII**, e, principalmente, no **século XVIII**, alguns desses processos ganhavam força, a exemplo da **consolidação do Racionalismo com o Iluminismo**, e outros seriam sepultados, como o absolutismo monárquico. A questão primordial desses séculos, XVII e XVIII, reside na compreensão do processo histórico de **destruição do Antigo Regime**, em que a burguesia e os novos valores que ela defendia triunfaram, abrindo caminho para consolidação do **capitalismo liberal**.

É importante lembrar que os ideais liberais irradiaram-se para a América, influenciando decisivamente a **derrocada do Antigo Sistema Colonial**, que era baseado na exploração econômica a partir do monopólio do comércio. Nesse quesito, os Estados Unidos foram os pioneiros na luta pela libertação colonial, influenciando as demais independências na América e também a Revolução Francesa, marco inicial da Idade Contemporânea.

Vejamos, de forma mais detalhada, os processos que derrubariam o Antigo Regime e consolidariam o modo de produção capitalista, abrindo a contemporaneidade.

Anotações:

• Revoluções Inglesas

As Revoluções Inglesas do século XVII constituíram um marco na Europa moderna, pois, pioneiramente, a burguesia aliou-se à pequena nobreza para combater o Antigo Regime, simbolizado pelo absolutismo real. A partir da tomada de poder e da limitação do poder real, o Parlamento saiu fortalecido e capaz de promover políticas decisivas para o desenvolvimento do comércio marítimo e do capitalismo inglês, bases preciosas a influir, mais tarde, no surgimento da Revolução Industrial. Do ponto de vista político, sem menosprezar o fim do absolutismo e a vitória do Parlamento, tivemos a substituição dos súditos pelos cidadãos, com direito, por exemplo, de escolher seu próprio rei.

Sinteticamente, podemos dividir esse processo revolucionário em duas fases: a primeira com a Revolução Puritana (1640-1649), que decapitou o rei e elevou ao poder **Oliver Cromwell**; e a segunda com a Revolução Gloriosa (1688), culminando no fim do absolutismo. Lembre-se, porém, de que essa divisão é puramente para fins didáticos, pois as duas fases apresentam uma certa relação de continuidade, a ponto de podermos falar, inclusive, em Revolução Inglesa do século XVII.

Revolução Puritana (1640-1649)

Após a **morte de Elizabeth I**, sem deixar herdeiros, o trono inglês passou à dinastia **Stuart**, com Jaime I (1603-1625). No momento de sua ascensão, vários problemas agitavam a Inglaterra. Citemos alguns:

Desde o final da Idade Média, ocorria o **cercamento dos campos**, intensificado nessa fase para atender à demanda de matéria-prima para os têxteis ingleses. Ocorreu, então, um grande êxodo rural, com uma forte concentração de terras e riquezas nas mãos de parte da nobreza. Esta passou a defender interesses próximos aos da burguesia, ficando conhecida como **gentry**.

Os Stuart patrocinavam o retorno de um absolutismo de direito divino e passavam a adotar medidas que desagradavam, sobretudo, à burguesia e à pequena nobreza capitalista. Exemplifica essa questão a decisão de Carlos I (1625-1649) de resgatar um antigo imposto em desuso. Tratava-se do **Ship Money**, um imposto cobrado de cidades portuárias, que foi estendido a todo o reino, gerando inúmeros protestos.



O absolutismo dos Stuart **desrespeitava o Parlamento, a Magna Carta de 1215 e a Petição de Direitos de 1628**, que proibia o rei de convocar o exército, criar impostos ou prender pessoas sem autorização parlamentar. Carlos I invadiu o Parlamento e prendeu vários parlamentares, acirrando os ânimos.

As divergências políticas entre os reis Stuart e o Parlamento ganhavam o aditivo religioso. Com o propósito de se fortalecer e apaziguar a nobreza da Câmara dos Lordes, o rei procurava acentuar o caráter católico do Anglicanismo em detrimento dos valores calvinistas. Os burgueses passaram a defender a valorização dos aspectos calvinistas, sendo chamados de puritanos ou presbiterianos. Dessa forma, os aliados iam se delineando: de um lado, o rei e a nobreza anglicana e católica, defensores do absolutismo real; de outro, o Parlamento, composto especialmente pela burguesia e pela nobreza capitalista (*gentry*), predominantemente puritanos. Aqueles ficaram conhecidos como **cavaleiros**, e estes, como **cabeças-redondas**.

A burguesia formou, nesse contexto, o New Model Army, ou Exército de Novo Tipo, no qual os postos de comando e ascensão militar se davam pelo mérito militar e não pela origem familiar, como ocorria com o exército real. Com base nesse novo modelo de exército, o Parlamento triunfou sob comando de **Oliver Cromwell**, em 1649. No mesmo ano, **Carlos I foi decapitado**.

Cromwell proclamou a **República**, conhecida por Commonwealth, e tornou-se ditador com o título de **Lorde Protetor da Comunidade Britânica (1653)**, de caráter vitalício e hereditário. Além disso, impulsionou o comércio marítimo e o capitalismo inglês, principalmente com o decreto dos **Atos de Navegação (1651)**, um conjunto de leis protecionistas ao comércio marítimo inglês. Ao determinar que as mercadorias que entrassem e saíssem da Inglaterra deveriam ser transportadas por navios ingleses ou, pelo menos, com um terço da tripulação composta de ingleses, desagradou à Holanda, que declarou guerra à Inglaterra. Com a vitória inglesa, a Inglaterra tornava-se a maior potência naval do mundo.

Revolução Gloriosa (1688)

Após a morte de Cromwell, em 1658, assumiu o poder seu filho, Ricardo. No entanto, este foi derrubado pela restauração monárquica e antipuritana, que conduziu, sucessivamente, Carlos II, Jaime II e os Stuarts ao trono. Entretanto, o Parlamento, temendo o retorno do absolutismo, estabeleceu um acordo com Guilherme de Orange, príncipe holandês casado com a filha mais velha de Jaime II. Assumindo o trono com o título de Guilherme III, foi obrigado pelo Parlamento a assinar, em 1689, a Declaração de Direitos (**Bill of Rights**), a qual limitava os poderes reais, subordinados, a partir de então, ao Parlamento.

• Iluminismo



A ausência de razão se manifesta em pesadelos nas trevas. *O pesadelo*, de Johann Heinrich Füssli.

A filosofia iluminista tem suas **origens no século XVII**, embora sua fase de **esplendor** tenha ocorrido na **França do século XVIII**. Constituiu-se em consonância com a insatisfação burguesa diante do Antigo Regime, caracterizado, por exemplo, pelo absolutismo real e pela sociedade estamental, que era baseada nos privilégios aos nobres e ao clero.

Assim, progressivamente, o Iluminismo revestiu-se de um caráter burguês ao lado do científico, na busca por explicações racionais para os fenômenos naturais, sociais, políticos e econômicos. Configurou-se, dessa forma, como uma **ideologia burguesa no combate ao Antigo Regime**, tido por arcaico e irracional.

De modo geral, os pensadores iluministas entendiam-se como iluminados pela razão, em oposição às trevas de ignorância do passado. Por isso, o movimento iluminista ficou conhecido como Iluminismo ou **Ilustração**, e o século XVIII, como o **“século das luzes”**.

Entre os precursores desse movimento valorizador da razão, estão:

- ▶ **René Descartes** (1596-1650), que, na Holanda, escreveu o *Discurso sobre o método*. Nessa obra, Descartes lançou as **bases do racionalismo**, refutando a escolástica como a única fonte de conhecimento. Acreditava no método da dúvida, do questionamento, sintetizado na famosa expressão “Penso, logo existo”. Além disso, acreditava na existência de um Deus criador do universo, sem interferências posteriores desse Deus no funcionamento da natureza. Caberia aos homens, dotados de racionalidade, descobrir as leis gerais de funcionamento dos fenômenos naturais.
- ▶ **Isaac Newton** (1642-1727) demonstrou **matematicamente a lei da gravidade** e as forças que atuam sobre um corpo em movimento, contribuindo também para o desenvolvimento da ciência moderna.

Outros nomes de destaque na área científica foram: Marcelo **Malpighi**, pioneiro na utilização do **microscópio**; Antoine **Lavoisier**, considerado fundador da **Química Moderna**; e Carl **Von Linné**, criador do sistema de catalogação e **nomenclatura de plantas e animais**.



Na área política, destacou-se, como precursor iluminista, o inglês **John Locke** (1632-1704), considerado fundador do liberalismo político e defensor dos **direitos naturais**. Na obra *Segundo Tratado sobre o Governo Civil*, Locke argumenta que os homens possuem certos direitos naturais, como a vida, a liberdade e a **propriedade privada**. Para garantir esses direitos, os homens edificaram os governos. Recusando o absolutismo de direito divino ou contratual (modelo hobbesiano), Locke advogava a ideia de que os governados deveriam destituir do poder um soberano que não permitisse aos homens gozar dos direitos naturais.

A partir desses pensadores, o Iluminismo ganhava força e espalhava-se pela Europa, pregando valores avessos ao Antigo Regime e formando um clima revolucionário. Pode-se afirmar que foram valores defendidos pelo Iluminismo:

- ▶ **Razão:** único guia para a compreensão das leis da natureza e da sociedade;
- ▶ **Liberdade:** comercial, de opinião, de livre associação, de credo religioso, pessoal, social e política;
- ▶ **Igualdade:** apenas no plano jurídico, ou seja, perante as leis. Assim, acabariam os privilégios do clero e da nobreza;
- ▶ **Propriedade privada:** com exceção de Rousseau, o movimento iluminista, de caráter burguês, defendia a propriedade privada;
- ▶ **Individualismo:** os homens teriam uma configuração própria, peculiar e deveriam buscar livremente sua riqueza por meio do seu trabalho individual;
- ▶ **Universalidade:** o movimento era direcionado a todos os povos, sem diferença de etnia, religião ou cultura.

Filósofos das Luzes

Voltaire (1694-1778)

Embora deísta, na obra *Cartas Inglesas*, formulou inúmeras **críticas à Igreja**, ao clero e aos resquícios feudais. Defensor férreo da **liberdade de expressão** contra a opressão absolutista, também rejeitava a guerra e a revolução como instrumento de transformação social. Defendia que os monarcas absolutos deveriam modernizar seus reinos sob orientação de filósofos iluministas. Suas ideias deram forma ao **despotismo esclarecido**.

Montesquieu (1689-1755)

É autor da obra *O Espírito das Leis*, em que propôs a limitação do poder real por meio de **três poderes** independentes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Pregava, ainda, a formulação de leis que expressassem os valores da sociedade, as quais deveriam ser obedecidas por todos, inclusive pelo rei. Tratava-se da **Constituição** de um Estado. Na obra *Cartas Persas*, criticou, de forma satírica, as instituições políticas e os excessos de autoritarismo por ocasião do governo de Luís XIV.

Jean-Jacques Rousseau (1712-1778)

Foi o mais **radical e polêmico** dos pensadores iluministas. Apesar de suas críticas ao poder absoluto dos reis, a alta burguesia repudiava as ideias de Rousseau. Em *O Contrato Social*, defendeu a liberdade e a igualdade dos homens. Acreditava na **natureza pura do Homem, corrompido pela sociedade** – a chamada tese do “bom selvagem”. É considerado o pai da democracia moderna, entendida como a expressão da vontade geral ou da maioria. Além disso, **rejeitava o excesso de racionalismo**, para ele inibidor dos sentimentos, que determinavam, em grande parte, a felicidade do Homem.



Jean-Jacques Rousseau foi expoente filosófico, sobretudo em questões políticas e educacionais.

Maurice Quentin de La Tour (1704-1789)/Musée Antoine Lécuyer - França

Entretanto, a tese de Rousseau que mais provocou a ira da burguesia foi a de que a **fonte das desigualdades e infelicidades humanas residia na propriedade privada**. Essa tese foi descrita na obra *Discurso sobre a Desigualdade*. Por fim, na obra *Discurso sobre as Ciências e as Artes*, defendeu a tese de que o progresso não melhora o Homem, mas sim o deteriora. Rejeitado pela alta burguesia, Rousseau teve grande aceitação nos setores médios e populares, influenciando os revolucionários franceses nos instantes mais radicais do processo revolucionário.

Diderot (1717-1783) e D'Alembert (1713-1784)

Compilaram a **Enciclopédia**, obra colossal que procurava apresentar, de forma sistemática, todo o conhecimento humano acumulado até a época. Entre seus colaboradores, destacam-se Voltaire, Montesquieu e Rousseau. Caracteriza-se a Enciclopédia por apresentar o racionalismo, o deísmo, a liberdade e a concepção de governo como resultados de um contrato entre governante e governados, entre outros.

Economia iluminista

Escola Fisiocrata francesa

Formulada por **Quesnay** (1694-1774), **Gournay** (1712-1759) e **Turgot** (1727-1781), a teoria fisiocrata defendia o **fim de regulamentações, proteções, monopólios e intervenções estatais** que limitavam o desenvolvimento da economia. Daí advém a célebre expressão: “*Laissez faire, laissez passer, le monde va de lui-même*”, ou seja, “Deixai fazer, deixai passar, que o mundo anda por si mesmo”. Severos **críticos do mercantilismo**, rejeitando o metalismo, defendiam que a terra era a única fonte de riquezas, e o comércio e as manufaturas, secundários.

Escola Liberal Clássica britânica

O grande destaque dessa escola foi **Adam Smith** (1723-1790), considerado **pai da economia moderna**, baseada em concepções racionais. Defendia a **plena liberdade econômica** junto ao individualismo e à propriedade privada. Condenava o mercantilismo e a intervenção estatal na economia, considerada um entrave ao desenvolvimento econômico. Para ele, devia imperar a **lei da livre oferta e da livre procura** para que a sociedade se harmonizasse e progredisse.

O mercado, segundo Smith, autorregular-se-ia, sem a necessidade da intervenção constante e perturbadora do Estado. Além disso, acreditava que **a riqueza estava ao alcance de todos e poderia ser obtida por meio do trabalho**. A teoria econômica de Smith, expressa na obra *A Riqueza das Nações*, difundiu-se pelo mundo ocidental, sendo a cartilha do capitalismo liberal.



Leitura complementar: *O novo iluminismo*

Para mais informações, acessar a seção "Demais vestibulares".

Despotismo Esclarecido

No final do século XVIII, vários **monarcas absolutos** realizaram **reformas** baseadas em algumas **ideias iluministas**. O propósito de tais reformas era diminuir os conflitos entre os reis absolutos e a burguesia, que tentava se adaptar e sobreviver aos novos tempos. Assim, procederam-se o aumento e a **modernização das estruturas administrativas dos reinos**, promoveu-se a educação e apoiaram-se as atividades científicas. Esses reis ficaram conhecidos como **déspotas esclarecidos**.

É importante lembrar, entretanto, que, embora os reis adotassem algumas das ideias iluministas, mantinham-se absolutos, de forma que a burguesia logo passou a exigir transformações políticas por meio de revoluções, como a Revolução Francesa.

Entre os principais **déspotas esclarecidos**, salientamos:

Marquês de Pombal (1699-1782)

Sebastião José de Carvalho e Melo, o Marquês de Pombal, foi ministro do rei D. José I em Portugal. Para revitalizar o Estado luso, estimulou as exportações e a produção manufatureira, além de reforçar o monopólio comercial sobre o Brasil Colônia.

Reformas Pombalinas no Brasil colonial:

- ▶ Fim das capitanias hereditárias;
- ▶ Expulsão dos jesuítas;
- ▶ Fim das perseguições religiosas;
- ▶ Trabalho regular indígena.

Frederico II (1712-1786)

Déspota esclarecido da Prússia, manteve estreita amizade com Voltaire. Adotou medidas como o fim da tortura aos criminosos e **estímulos à educação** e à produção agrícola e industrial.

Catarina II (1762-1796)

Soberana da Rússia, criou escolas, hospitais, modernizou São Petersburgo, **racionalizou a administração** e tomou terras da Igreja.

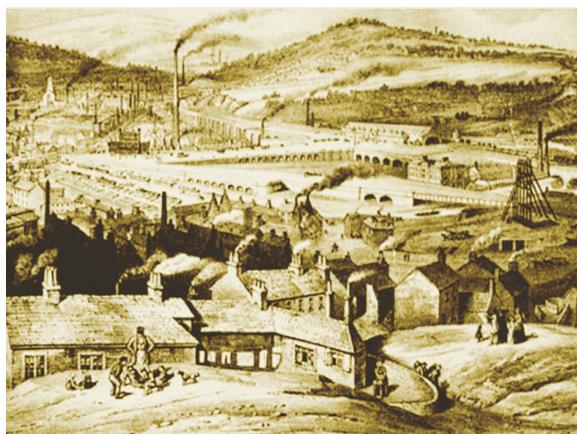
José II (1741-1790)

Libertou servos na Áustria, confiscou terras da Igreja, aperfeiçoou o exército e aboliu as obrigações feudais.

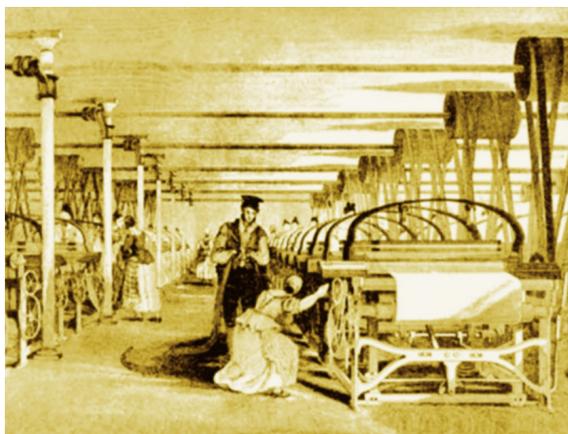
Anotações:



• Revoluções Industriais: triunfo do Liberalismo



Sheffield, na Inglaterra, em meados do século XIX.



A indústria têxtil foi a pioneira na Inglaterra do século XVIII. Perceba, ainda, a mão de obra feminina explícita na imagem.

A Revolução Industrial, iniciada na **Inglaterra** por volta de 1760, configurou um processo de profundas **transformações socioeconômicas** que alteraram radicalmente a vida da Europa ocidental na segunda metade do século XVIII. Basicamente, houve um aperfeiçoamento da produção, com a utilização da divisão do trabalho e da tecnologia – **a introdução da máquina**.

Esse aperfeiçoamento produtivo passou por algumas etapas até chegar ao sistema de maquinário que caracterizou a 1ª Revolução Industrial. Primeiramente, pelo **sistema artesanal**, no qual a produção era realizada e controlada em todas as suas etapas pelo artesão, que, além de dominar o processo produtivo, também era proprietário dos meios de produção desde a matéria-prima até os instrumentos de trabalho. A seguir, tivemos o **sistema manufatureiro**, no qual predominavam as manufaturas, ou seja, oficinas em que trabalhavam muitos operários sob supervisão de um mestre. Embora já houvesse uma divisão do trabalho, tudo era realizado manualmente. O estágio seguinte, com a **introdução das máquinas** no processo produtivo, corresponde à **Revolução Industrial**. A máquina passou a substituir o trabalho de muitas ferramentas e operários, acelerando a produção.

Ao mesmo tempo, **consolidou-se a divisão do trabalho**, com cada operário realizando uma tarefa específica, fato que o alienava em relação ao produto final. Note que, anteriormente, no sistema artesanal, o artesão tinha plena consciência do resultado final de seu trabalho, pois controlava e executava todas as etapas, o que deixou de existir com a introdução das máquinas e a produção em série.

Observe abaixo um quadro comparativo entre as revoluções industriais dos séculos XVIII e XIX. Logo após, iremos abordar a 1ª Revolução Industrial e suas consequências sociais na Inglaterra. Em relação a 2ª e a 3ª Revoluções Industriais iremos estudar em outras unidades de nosso material.

Aspectos	I Revolução Industrial	II Revolução Industrial
Período	De 1760 até por volta de 1860.	De 1860 até por volta de 1940.
Local	Inglaterra.	Europa, Rússia, EUA e Japão.
Setor industrial	Têxtil.	Petroquímico, siderúrgico, automobilístico, etc.
Fontes de energia	Carvão mineral e vapor.	Eletricidade e petróleo.
Minério principal	Ferro.	Aço e sintéticos.
Tipo de capitalismo	Industrial ou liberal.	Monopolista ou financeiro, com a formação de trustes, cartéis e <i>holdings</i> .
Inovações tecnológicas	Máquina de fiar (Hargreaves, 1767), tear hidráulico (Arkwright, 1768), tear mecânico (Cartwright, 1785), máquina a vapor (Newcomen, 1712 e James Watt, 1765), barco a vapor (Fulton, 1805), locomotiva a vapor (Stephenson, 1814).	Processo de Bessemer (transformação do ferro em aço), dínamo (eletricidade), motor de combustão (Rudolf Diesel introduziu o uso do petróleo), automóvel, ferrovias, avião, telégrafo, telefone, indústria química...



Primeira Revolução Industrial (Século XVIII)

A Revolução Industrial teve início na Inglaterra de 1760, devido a uma série de fatores, dos quais destacamos:

- ▶ **Acumulação de capitais:** executado na fase mercantil, com o controle do comércio marítimo, além da importância do Banco da Inglaterra, fundado em 1694.
- ▶ **Controle político burguês:** com a Revolução Gloriosa de 1688, foi possível à burguesia comandar o Estado inglês e promover uma série de políticas públicas que priorizavam o desenvolvimento de atividades estimuladoras do capitalismo e da Revolução Industrial.
- ▶ **Desenvolvimento naval:** a Inglaterra desenvolveu uma poderosa marinha, tanto bélica quanto mercante, que, após a vitória sobre a Invencível Armada Espanhola e sobre os holandeses, garantiu-lhe a supremacia nos mares, com acesso a todo o continente europeu e demais mercados ultramarinos.
- ▶ **Fontes minerais:** os ingleses possuíam enormes jazidas de carvão mineral e ferro, que foram indispensáveis na I Revolução Industrial.
- ▶ **Cercamento dos campos:** os grandes proprietários concentraram ainda mais as terras e expropriaram grande número de pessoas, provocando um enorme êxodo rural. Os nobres proprietários passaram a utilizar suas terras de forma capitalista, fornecendo matéria-prima (lã) à indústria têxtil. Ao mesmo tempo, a massa de emigrados do campo engrossava as fileiras de mão de obra barata nas cidades, que eram fundamentais para a indústria em ascensão.
- ▶ **Liberalismo e cientificismo:** a Inglaterra teve expressivo triunfo das concepções políticas e econômicas liberais com a Revolução Gloriosa de 1688. Também se verificou o espírito crítico e racionalista, importante para o desenvolvimento tecnológico.

MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

A Revolução Industrial **consolidou o pensamento econômico da burguesia**, expresso no modo de produção capitalista. A produção industrial, gradativamente, superou o comércio como atividade mais lucrativa, e as relações de trabalho foram bastante modificadas. Citamos como características do Modo de Produção capitalista e suas consequências sociais:

- ▶ Emergência da burguesia como grupo controlador dos meios de produção;
- ▶ Franca exploração do proletariado como mão de obra barata e abundante;
- ▶ Baixos salários, ausência de uma legislação trabalhista, com jornadas de trabalho que chegavam a 16 horas o dia;
- ▶ Péssimas e insalubres habitações, além da ausência de saneamento e planejamento urbano mínimo;
- ▶ Exploração do trabalho feminino e infantil, que se equiparavam no tempo de trabalho aos homens, mas recebiam menos;

Anotações:



O Par de Sapatos. Vincent van Gogh, 1886



Os Comedores de Batata. Vincent van Gogh, 1886.



Leitura complementar: "Oliver Twist, uma crítica social por Charles Dickens"



Observe o trecho, citado na “História da Riqueza do Homem”, de Leo Huberman, que se refere à exploração do trabalho infantil:

“Perante uma comissão do Parlamento em 1816, o Sr. John Moss, antigo capataz de aprendizes numa fábrica de tecidos de algodão, prestou o seguinte depoimento sobre as crianças obrigadas ao trabalho fabril:

Eram aprendizes órfãos? Todos aprendizes órfãos.

E com que idade eram admitidos? Os que vinham de Londres tinham entre 7 e 11 anos. Os que vinham de Liverpool, tinham 8 a 15 anos.

Até que idade eram aprendizes? Até 21 anos.

Qual o horário de trabalho? De 5 da manhã até 8 da noite.

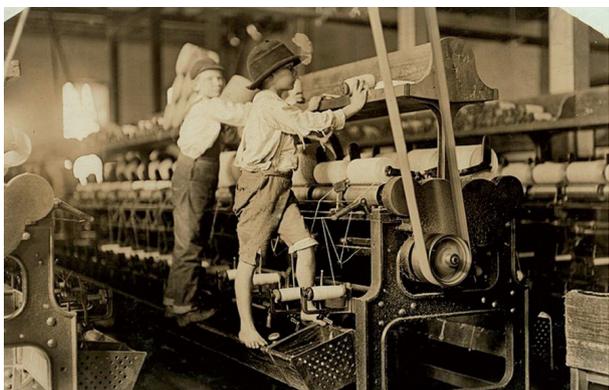
Quinze horas diárias era um horário normal? Sim.

[...] As crianças ficavam de pé ou sentadas para trabalhar? De pé.

Durante todo o tempo? Sim.

[...] Havia acidentes nas máquinas com as crianças? Muito frequentemente”.

Huberman, L. História da Riqueza do Homem. 21ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986, p. 179.



Meninos, trabalhadores têxteis. Geórgia, EUA. Autor: Lewis Hine.



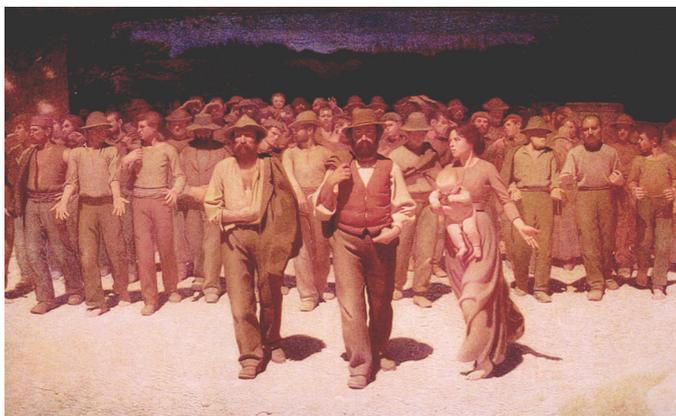
A fiandeira na fábrica Mollohan, em Newberry, Carolina do Sul (EUA). Ela cuidou de sua máquina como um trabalhador experiente, mas após a foto ser tirada, o capataz se aproximou e disse em tom de desculpas “está lá por acaso.”. 3 de dezembro de 1908. Testemunha: Sara R Hine. Autor: Lewis W. Hine for the National Child Labor Committee.

Resultados da Revolução Industrial

Além das consequências na produção e nas relações de produção já apontadas, a Revolução Industrial favoreceu uma crescente **urbanização** e a **degradação ambiental** a um nível sem precedentes na História. Também acarretou o aumento da produtividade com a **divisão do trabalho**, a introdução das máquinas e o surgimento das linhas de montagem. Com a **produção em série**, houve uma massificação dos produtos. Ao mesmo tempo, desenvolveram-se, notavelmente, os **meios de transporte e as comunicações**, principalmente com a expansão das ferrovias e do telégrafo.

O modo de produção capitalista consolidou-se e, com ele, a burguesia, com a intensa exploração do proletariado. Surgiram, então, **teorias que justificavam a exploração**, como liberalismo econômico, na qual se salientaram pensadores como **Adam Smith**, **Thomas Malthus** (1766-1834) e **David Ricardo** (1772-1823).

Para Malthus, por exemplo, a miséria ocorria por culpa dos operários, sendo consequência de uma lei natural. Segundo ele, a população crescia em progressão geométrica, enquanto os alimentos aumentavam em progressão aritmética. Assim, sempre haveria mais população e menos alimento. Parte da solução seria reduzir o número de filhos dos pobres. De um modo geral, os pensadores liberais justificavam a exploração burguesa, pregavam o individualismo e o trabalho, além da liberdade econômica.



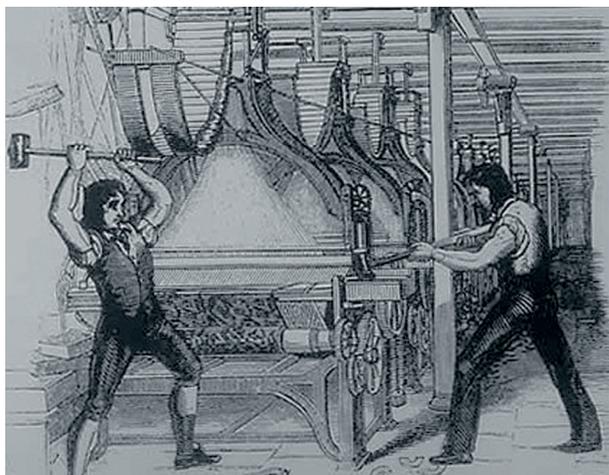
Il Quarto Stato, pintura de Giuseppe de Volpedo, 1901.



Paralelamente, os operários passavam a protestar contra a situação de penúria e miséria em que viviam. Entre as **formas de protesto operário**, citamos:

Ludismo

No princípio do século XIX, os operários da indústria têxtil acreditavam que as máquinas eram responsáveis pela sua situação de miséria. Liderados por Ned Ludd, os proletários invadiram fábricas e passaram a **destruir as máquinas**. Os envolvidos foram condenados à deportação e à pena de morte.



Ludistas quebrando um tear. A quebra da máquina foi criminalizada pelo Parlamento do Reino Unido em 1721.

Trade Unions

Os proletários, severamente vigiados e punidos pelas autoridades inglesas, construíram as **primeiras organizações** operárias, denominadas *trade unions*. Elas procuravam apreender as insatisfações e liderar a luta por melhorias nas condições de vida da classe operária. Embora proibidas e identificadas como organizações criminosas pelas autoridades inglesas, atuavam com assembleias, publicação de jornais, protestos e greves.

Cartismo

Entre as décadas de 1830 e 1840, floresceu o movimento cartista. Sua origem está ligada ao *Reform Act* (1832), que excluiu grande parte dos operários do direito ao voto, e a uma petição conhecida como **Carta do Povo** (1838), que foi direcionada ao Parlamento. Nela, operários agrícolas e industriais e parcelas da pequena burguesia reivindicavam: **sufrágio universal masculino; voto secreto; igualdade política; eleições parlamentares anuais; e abolição do censo eleitoral e da remuneração dos cargos parlamentares**. No ano de 1848, os cartistas planejavam realizar uma grande manifestação, com estimativa de reunir mais de 500 mil pessoas e fazer nova petição ao Parlamento. Entretanto, com uma forte chuva no dia marcado, o movimento esvaziou-se. Posteriormente, a maioria das exigências do cartismo seria atendida pelo Estado inglês.



Manifestação do movimento cartista em Kennington, 1848.

DOCTRINAS SOCIAIS

As reações do proletariado à intensa exploração a que estava submetido contribuíram para o florescimento de críticas à burguesia. Indignados com tal situação, diversos pensadores desenvolveram teses em que pregavam as reformas sociais e a construção de um mundo de maior justiça social.



Leitura complementar *O nosso futuro*, segundo Yuval Noah Harari

Socialismos e anarquismos

O **socialismo científico**, formulado por **Karl Marx (1818-1883)** e **Friedrich Engels (1820-1895)**, na metade do século XIX, propunha uma análise minuciosa do funcionamento do modo de produção capitalista. A partir desse estudo, seria possível transformar esse funcionamento de **forma revolucionária**. A obra **Manifesto Comunista**, de 1848, publicada por **Marx e Engels**, é a pedra base do socialismo científico ou marxismo. Em **O Capital**, Marx consolidou uma nova filosofia, a filosofia marxista ou materialista. Segundo Marx, a **luta de classes** constitui o motor da História, transformando continuamente a sociedade. Pelo mesmo **método dialético**, afirma-se que as transformações ocorrem pela oposição de elementos antagônicos – tese e antítese –, resultando em uma síntese, a realidade transformada. A luta de classes pode ser assim entendida.

No modo de produção capitalista, a exploração do operariado era indispensável e realizada, conforme Marx, a partir da **mais-valia**. Esta corresponde ao valor da riqueza produzida pelo proletário, descontado o valor pago pela mão de obra e que é apropriado pelo burguês.

Para superar essa situação, Marx pregava a ação política dos operários a partir da **revolução socialista**, derrubando o governo burguês. Seria, então, instalada a **ditadura do proletariado** e ocorreria a socialização dos meios de produção, eliminando a propriedade privada. Posteriormente, instalar-se-ia o **comunismo**, ou seja, o fim do Estado e das desigualdades sociais e econômicas.





Friedrich Engels (1820-1895) e Karl Marx (1818-1883).

O **anarquismo**, também surgido no século XIX, defendia a eliminação imediata de qualquer forma de Estado, o repúdio às hierarquias e à autoridade. **Pierre-Joseph Proudhon** (1809-1865), a partir de ideais do socialismo utópico, argumentava pelo fim da propriedade privada, pela formação de uma sociedade igualitária, livre e sem exploração. Como defendia também a destruição do Estado, inaugurou o pensamento anarquista.



Mikhail Bakunin (1814-1876).

Entretanto, o principal teórico anarquista foi o russo **Mikhail Bakunin** (1814-1876), apontado como líder do anarquismo radical ou terrorista. Para ele, o comunismo deveria ser instalado pela via revolucionária, sem a fase intermediária socialista da ditadura do proletariado, como defendia Marx. Assim, após a revolução, deveriam ser imediatamente eliminados o Estado, a propriedade privada e as diferenças sociais.

O **socialismo cristão**, ou doutrina social da Igreja, tornou-se na segunda metade do século XIX, fase de protestos operários e da disseminação dos ideais socialistas. A Igreja obrigou-se, nesse panorama, a tomar uma posição diante dos problemas sociais.

Em 1891, o **papa Leão XIII** publicou a **Encíclica *Rerum Novarum***, rejeitando as teorias socialistas, sobretudo a marxista, e a luta de classes, e enfatizando a religião, a solidariedade e a compaixão como formas de redução da problemática social. Pedia que burgueses e operários vivessem harmonicamente, respeitando-se mutuamente e construindo uma sociedade mais justa. A encíclica repudiava também a exploração operária, apelando para a benevolência dos empregadores. Recomendava, ainda, a ação do Estado para melhorar as condições de vida dos operários.

Para mais informações, acessar a seção "Demais vestibulares".



Aervo da Biblioteca do Congresso de Washington, EUA.

O papa Leão XIII em 1898. Ficou famoso como o "papa das encíclicas sociais" pelas suas doutrinas sociais e econômicas, nas quais ele argumentava a falha do capitalismo e do comunismo. A mais conhecida de todas nessas matérias, a *Rerum Novarum*, de 1891, sobre os direitos e deveres do capital e trabalho, introduziu a ideia da subsidiariedade no pensamento social católico. Essa encíclica marcou o início da sistematização do pensamento social católico, chamado de Doutrina social da Igreja Católica, e foi um contributo para o despertar de uma esquerda católica que se via no movimento do socialismo cristão.

• Revolução Francesa de 1789

A Revolução Francesa de 1789 representou um marco na história da humanidade por expressar, em especial, o sepultamento de uma ordem política, econômica e social (o Antigo Regime) e inaugurar a ordem burguesa e capitalista. Além disso, é considerada o **marco inicial da Idade Contemporânea**.

As origens do processo revolucionário podem ser encontradas no contexto francês pré-1789. Na França, desenvolvia-se uma burguesia cada vez mais ativa e instruída, sobretudo na filosofia iluminista, que ansiava derubar o Absolutismo de **Luis XVI** e estabelecer a igualdade jurídica entre a população. O rei, além do **autoritarismo absolutista**, despendia o tesouro do Estado francês em guerras desastrosas, como a Guerra dos Sete Anos contra os ingleses, e na satisfação da luxúria da nobreza.

Outro fator que tornava instável o cenário francês da época era a desigualdade social de uma **sociedade estamental e de privilégios**. Existiam, no plano social, o **primeiro estado** (clero dividido em alto e baixo), o **segundo estado** (nobreza de sangue e togada) e o **terceiro estado** (burguesia e povo, camponeses e *sans-culottes*). Destacava-se que o primeiro e o segundo estados gozavam de privilégios, como a isenção de impostos, e o terceiro estado sustentava os demais, em um quadro que desagradava aos burgueses.

Para completar o cenário de insatisfação, vivia-se, na França pré-1789, uma profunda **crise econômica**, agravada pela **desastrosa produção agrícola** nessa fase. Enfim, tudo contribuía para intensificar a insatisfação burguesa e popular, criando um ambiente propício à revolução.



Brasão de armas alusivo à Revolução Francesa, no qual pode-se ler o lema "Liberdade, Igualdade e Fraternidade".



Charge que representa o Terceiro Estado carregando o Primeiro e Segundo Estados nas costas.





Hubert Robert/Museu Carnavalet, Paris.

A Queda da Bastilha, símbolo mais radical e abrangente das revoluções burguesas.

As fases da Revolução foram:

Assembleia dos Estados Gerais (1789-1791)

Após a **tomada da Bastilha** (símbolo do poder da Nobreza), a Assembleia, com predomínio da ação dos representantes burgueses, aprovou uma série de medidas que iniciaram o desmanche do Antigo Regime francês. Temos como exemplos:

- ▶ abolição dos privilégios feudais;
- ▶ Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão, inspirada na Declaração de Independência dos Estados Unidos. Estabelecia, entre outros: respeito pela dignidade da pessoa humana, liberdade e igualdade perante a lei, garantia da propriedade privada, direito de resistência à opressão e liberdade de pensamento e de opinião;
- ▶ confisco dos bens eclesásticos;
- ▶ constituição civil do clero, subordinando a Igreja ao Estado;
- ▶ emissão de uma nova moeda, os *assignats*;
- ▶ promulgação de uma Constituição;
- ▶ transformação da monarquia absoluta em monarquia constitucional (1791).

As medidas adotadas na Assembleia garantiam a **materialização dos interesses da burguesia, mas eram insuficientes às camadas populares**, que exigiam mudanças mais profundas e radicais. Assim, dois grupos passaram a disputar o poder na Assembleia:

- ▶ **Girondinos:** provenientes da região da Gironda, representavam a **alta burguesia**, satisfeita com as conquistas revolucionárias. Eram conservadores e temiam uma radicalização popular da revolução.
- ▶ **Jacobinos:** a partir de 1792, tornaram-se radicais defensores dos **segmentos populares, pequeno e médio burgueses**. Defendiam o aprofundamento da revolução com a conquista de melhorias para os pobres.

Além dos Jacobinos e Girondinos, havia ainda, com papel menos significativo, os *feuillants*, compostos pela burguesia financeira; e os *cordeliers*, compostos pelas camadas mais baixas.

Ao mesmo tempo em que ocorriam debates acalorados na Assembleia, a França vivia uma crise econômica e era invadida por uma força contrarrevolucionária, que era formada pelos nobres emigrados e países absolutistas temerosos da expansão dos ideais liberais franceses. Os jacobinos, liderados por Robespierre, Marat e Danton, proclamaram a “pátria em perigo” e derrotaram o exército invasor na Batalha de Valmy.

Anotações:

Saiba mais

DECLARAÇÃO DOS DIREITOS DO HOMEM E DO CIDADÃO

França, 26 de agosto de 1789

A Revolução Francesa representou um marco na formação do ideal de cidadania, inclusive com repercussões na atualidade. Observe um trecho da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão da França de 1789:

“Os representantes do povo francês, reunidos em Assembleia Nacional, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos Governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lembre-lhes permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que os atos do Poder Legislativo e do Poder Executivo, podendo ser a qualquer momento comparados com a finalidade de toda a instituição política, sejam por isso mais respeitados; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, doravante fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.

Em razão disto, a Assembleia Nacional reconhece e declara, na presença e sob a égide do Ser Supremo, os seguintes direitos do homem e do cidadão:

Art. 1º. Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum.

Art. 2º. A finalidade de toda associação política é a conservação dos direitos naturais e imprescritíveis do homem. Esses direitos são a liberdade, a prosperidade, a segurança e a resistência à opressão.

Art. 3º. O princípio de toda a soberania reside, essencialmente, na nação. Nenhuma operação, nenhum indivíduo pode exercer autoridade que dela não emane expressamente.

Art. 4º. A liberdade consiste em poder fazer tudo que não prejudique o próximo. Assim, o exercício dos direitos naturais de cada homem não tem por limites senão aqueles que asseguram aos outros membros da sociedade o gozo dos mesmos direitos. Estes limites apenas podem ser determinados pela lei.

Art. 5º. A lei não proíbe senão as ações nocivas à sociedade. Tudo que não é vedado pela lei não pode ser obstado e ninguém pode ser constrangido a fazer o que ela não ordene.

Art. 6º. A lei é a expressão da vontade geral. Todos os cidadãos têm o direito de concorrer, pessoalmente ou através de mandatários, para a sua formação. Ela deve ser a mesma para todos, seja para proteger, seja para punir. Todos os cidadãos são iguais a seus olhos e igualmente admissíveis a todas as dignidades, lugares e empregos públicos, segundo a sua capacidade e sem outra distinção que não seja a das suas virtudes e dos seus talentos.”



Leitura complementar A Revolução Francesa e uma nova ideia de história

Convenção Nacional e República (1792-1795)

Após a **execução do Rei Luís XVI**, acusado de traidor da Pátria por ter tentado fugir para a Áustria, foi declarada a República Francesa, tendo como um dos destaques e liderança o jacobino Maximilien de Robespierre.

Entre suas primeiras medidas, estão:

- ▶ **Constituição do Ano I**, com sufrágio universal e democracia, além do Calendário Republicano;
- ▶ **Tribunal Revolucionário**, que julgava os opositores do Governo jacobino;
- ▶ **Lei do Preço Máximo**, tabelando o preço dos produtos agrícolas;
- ▶ venda de bens da nobreza e da Igreja;
- ▶ abolição da escravidão nas colônias;
- ▶ fim de todos os privilégios e resquícios feudais;
- ▶ ensino público e gratuito.

Porém, passa a assumir característica de uma verdadeira ditadura, tal era a sua concentração de poderes na mão dos **jacobinos**. A eliminação física dos opositores atingiu proporções gigantescas, com mais de **40 mil pessoas guilhotinadas**. Não eram poupados nem nobres, nem membros do clero, nem qualquer outra pessoa. A ex-rainha Maria Antonieta foi executada, além de líderes jacobinos mais moderados, como Hébert e Danton. Esse período foi o mais radical e violento da Revolução Francesa, sendo conhecido como **“Fase do Terror”**.

Com isso, Robespierre foi perdendo apoio popular. As dificuldades avolumavam-se com crises econômicas e militares, insegurança do povo diante do Terror e ameaças internas e externas. Aproveitando tal situação, a burguesia girondina desfechou o **Golpe 9 Termidor**, prendendo Robespierre e levando-o à guilhotina. Nas ruas de Paris, caçavam-se os republicanos, em uma onda de violência conhecida por **“Terror Branco”**. A seguir, foi promulgada a **Constituição do Ano III** e instituía-se o **diretório** como órgão executivo.

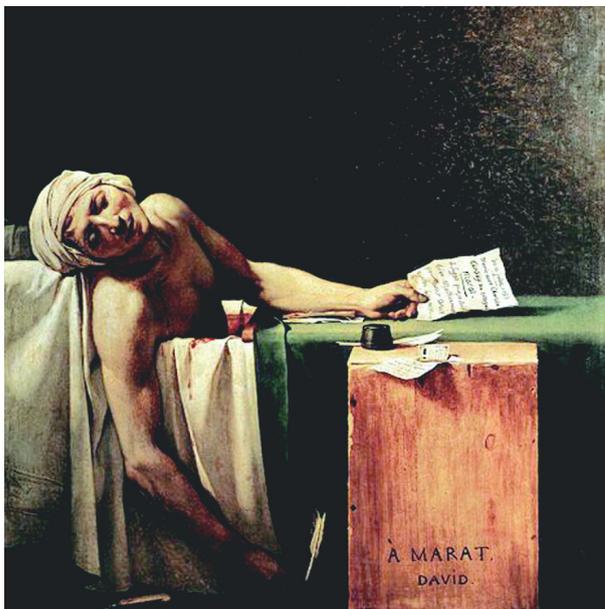
Hino da França

Avante, filhos da Pátria
O dia da Glória chegou
Contra nós, da tirania
O estandarte ensanguentado se ergueu
O estandarte ensanguentado se ergueu
Ouvís nos campos
Rugirem esses ferozes soldados?
Vêm eles até os nossos braços
Degolar nossos filhos, nossas mulheres

Às armas, cidadãos!
Formai vossos batalhões!
Marchemos, marchemos!
Que um sangue impuro
banhe o nosso solo!

La Marseillaise, Claude Joseph Rouget de Lisle, 1792





Museu Real de Belas Artes - Bruxelas

Anotações:

Marat foi assassinado durante o banho por uma girondina. *A morte de Marat*, de Jacques Louis David.



Filme *A revolução de Paris*

Diretório (1795-1799)

Essa fase é caracterizada pelo predomínio girondino, com a **oposição dos jacobinos e dos realistas**. Estes últimos desejavam a volta dos Bourbons ao poder. Em 1796, o Diretório sufocou a “Conspiração dos Iguais”, liderada por “Graco” Babeuf, defensor do fim das desigualdades e precursor do socialismo.

Os girondinos percebiam que a situação era crítica e, precisando consolidar os interesses burgueses, **aliaram-se a Napoleão Bonaparte**, jovem militar que tivera expressivas vitórias em combates contra a Segunda Coligação e contra a França.

No chamado **Golpe do 18 Brumário**, Napoleão, em aliança com os girondinos e o exército, além de contar com considerável apoio popular, derrubou o Diretório, substituindo-o pelo Consulado. Assim, Napoleão centralizou o poder gradativamente e consolidou as conquistas burguesas da revolução.

Para mais informações, acessar a seção “Demais vestibulares”.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.





» Mundo Contemporâneo I – século XIX

• Europa do século XIX

Logo no alvorecer do século XIX, o continente Europeu foi apresentado ao “furacão” **Napoleão Bonaparte**. A França (mais especificamente a classe burguesa) tinha seus ideais revolucionários representados e consolidados pelo novo líder.

Porém, ao longo de todo o restante do século XIX, o continente europeu vivenciaria outras tantas rupturas, transformações e consolidações, que viriam a ser importantes nos fenômenos históricos do século XX.

No quesito rupturas, os valores constantes do Antigo Regime, apesar do esmero dos participantes do **Congresso de Viena** em promover a restauração do absolutismo, seriam, gradativamente, superados e sepultados. A restauração monárquica absolutista, a exemplo da França dos Bourbon, teria vida efêmera em face das novas forças sociais e políticas em ascensão, como a burguesia. Esta se disseminava pela Europa como camada social com força capaz de fazer prevalecer suas aspirações, evidentemente incompatíveis com os obsoletos valores do Antigo Regime. De fato, durante o século XIX, a burguesia experimentava um crescimento vertiginoso, sobremaneira com as constantes inovações tecnológicas do período. Junto à burguesia, espraiava-se o pensamento liberal, oriundo ainda dos filósofos das luzes, propagando a liberdade política e econômica e a igualdade jurídica como valores incontestáveis.

Na Inglaterra, o fortalecimento da burguesia coincidiu com o governo da **rainha Vitória (1837-1901)**, a qual impulsionou o livre comércio e a indústria náutica, transformando a ilha inglesa na maior potência do século XIX.

Ao mesmo tempo, **na França**, as camadas burguesas derrubaram o absolutismo bourbônico na **Revolução de 1830**. Entretanto, os franceses ainda viveriam turbulências com a **Revolução de 1848**, a ascensão de Luís Bonaparte e a incrível experiência de um governo popular autônomo e de tendência socialista, denominado **Comuna de Paris, em 1871**. Com a brutal repressão burguesa a esse movimento, a burguesia consolidava-se no controle político do Estado francês.

Por outro lado, até mesmo os movimentos nacionalistas tiveram a participação decisiva da burguesia, como no caso da **unificação alemã**, promovida pela Prússia industrial burguesa de Bismarck, e da **unificação italiana**, arquitetada pelo reino de Piemonte-Sardenha, também desenvolvido industrialmente.

As transformações foram grandiosas, inclusive para a classe operária, em especial com o advento das **doutrinas sociais**, mais precisamente o socialismo científico desenvolvido por Marx e Engels. Os operários, embora extremamente explorados, progressivamente conquistaram direitos relevantes, como a diminuição da carga horária da jornada de trabalho, o progressivo fim do sufrágio censitário, o voto secreto e a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças.

No entanto, as transformações e suas decorrentes consolidações deram-se em relação aos segmentos burgueses. O

aparecimento do telefone, do telégrafo, do avião, da ferrovia, do processo de Bessemer, do dínamo, do motor de combustão e a utilização do petróleo e da energia elétrica estiveram na base da **Segunda Revolução Industrial**, a qual atingiu diversos países da Europa, além de Estados Unidos e Japão, consolidando uma época de prosperidade e otimismo das camadas burguesas. A partir dessa revolução tecnológica, o capitalismo entrou em sua fase financeira ou monopolista com o surgimento de conglomerados econômicos dominadores de determinadas áreas da economia, configurando-se os monopólios, como trustes, cartéis e “holdings”.

Por tudo isso, o século XIX edificou a consolidação da classe burguesa e do capitalismo. Isso ocorreu até mesmo nas artes, com o florescimento do romantismo e dos Estados democráticos burgueses, desejosos de crescente acumulação de riquezas na busca pela ampliação dos mercados. Esse processo culminou na corrida imperialista europeia, na África e na Ásia. A seguir, estudaremos o imperialismo do século XIX.



A liberdade guiando o povo, de Delacroix (1830) - Museu do Louvre. A tela refere-se à Revolução de 1830, na França, quando Carlos X, rei absoluto, foi deposto por uma revolução liberal burguesa.



Era Napoleônica e Congresso de Viena

CONSULADO (1799-1804)

Após o Golpe do 18 Brumário, instalou-se o regime do Consulado, composto de **forma tripartite: Napoleão, Roger Ducos e Sieyès**. Entretanto, ainda em 1799, foi votada uma Constituição que delegou amplos poderes a Bonaparte, transformado em primeiro-cônsul.

Centralizando o poder, Napoleão teve de **enfrentar coligações estrangeiras** de países absolutistas temerosos da expansão dos ideais liberais. A Inglaterra, que tinha na França uma rival econômica, também participava dos esforços de guerra contra Napoleão.

Entretanto, a principal preocupação de Napoleão nessa fase era **pacificar o país e reorganizar a economia e a sociedade** francesas. Para isso, criou o **Banco da França**, em 1800, para sanear as finanças e controlar a emissão de um novo padrão monetário, o franco. Além disso, atuava no estímulo ao comércio e à indústria com empréstimos e financiamentos.

Em 1804, promulgou o **Código Civil Napoleônico**, inspirado no direito romano. As conquistas liberais burguesas foram consolidadas nesse Código, com artigos reservados à igualdade de todos perante a lei, o direito à propriedade privada, a proibição de greves e de sindicatos de trabalhadores, entre outros. O Código influenciou praticamente toda a Europa, sendo a base da formatação jurídica do Ocidente capitalista e liberal.

Em relação à Igreja, Napoleão elaborou a **Concordata em 1801**. A Igreja reconhecia o confisco de terras eclesiásticas, e o Estado transformava a religião católica em oficial. Ao mesmo tempo, procedia-se uma reforma do ensino com a criação de liceus e cursos superiores atrelados ao Estado. Na verdade, o objetivo era utilizar a educação como mecanismo de controle político e ideológico.

Gozando de enorme prestígio entre a população francesa e adorado como um herói nacional, em **1804**, Napoleão realizou um **plebiscito** que o transformou em **Imperador da França**.



Jacques-Louis David (1748-1825)/Musée national du château de Malmaison - RM

Napoleão atravessando os Alpes: a figura de Napoleão é muito retratada para enfatizar os acontecimentos dos séculos XVIII e XIX, pois Napoleão foi General Cônsul e Imperador da França.

IMPÉRIO (1804-1815)

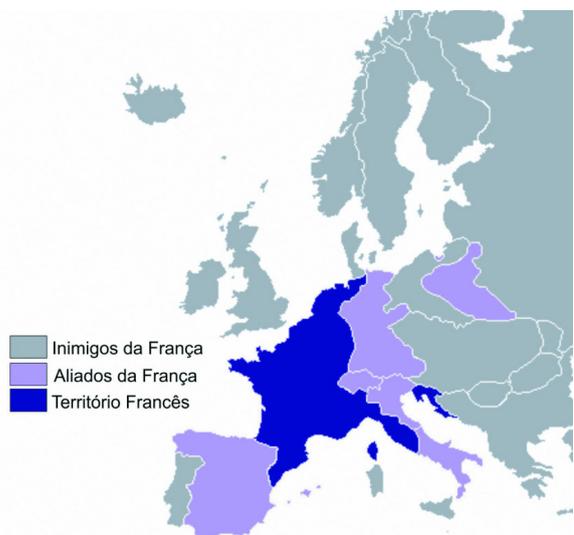
Na fase imperial, a França **envolveu-se em inúmeros conflitos**, tanto expansionistas como defensivos, contra as coligações que procuravam destruir Napoleão, geralmente formadas pela Inglaterra e por países absolutistas.

A Terceira Coligação, formada por Inglaterra, Rússia e Império Austríaco, foi criada em 1805. **Napoleão tentou invadir a Inglaterra**, mas foi derrotado pelo almirante Nelson no Canal da Mancha, na famosa **Batalha de Trafalgar**. Porém, nas batalhas terrestres, o exército napoleônico era temido, pois estava bem armado e com um contingente numeroso de soldados. Assim, Napoleão venceu as batalhas de Ulm e Austerlitz, derrotando a Terceira Coligação.

Procurando enfraquecer os ingleses, Napoleão decretou, em **1806**, o **Bloqueio Continental**, proibindo os aliados franceses de comerciar qualquer produto com a Inglaterra. Após derrotar a Quarta Coligação, em 1807, a Rússia aderiu ao Bloqueio Continental por meio do Tratado de Tilsit. Portugal, não aderindo ao Bloqueio, foi invadido pelas tropas francesas sob comando do general Junot. **A Corte portuguesa fugiu para o Brasil sob escolta da Inglaterra**.

A partir de 1810, a política expansionista de Napoleão passou a receber oposição dos próprios franceses, que viam milhares de jovens morrerem em combates distantes, e dos povos conquistados, que passavam a exaltar **reações nacionalistas** contra os invasores franceses. Assim aconteceu na Espanha, onde Napoleão depôs o rei Fernando VII e empossou seu irmão, José Bonaparte, desagrando aos espanhóis. Nesse momento, as **colônias espanholas na América**, aproveitando-se da situação agitada na Europa, deram início às **independências**.

Ainda em 1810, a Rússia do czar Alexandre reatou relações econômicas com a Inglaterra, fato que gerou a ira de Napoleão. Este organizou um poderoso exército com mais de 500 mil homens e 180 mil cavalos para invadir a Rússia. O objetivo era conquistar e subjugar os russos com a conquista de Moscou. Essa expedição é chamada de **Campanha da Rússia de 1812**.



BID

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



À medida que o exército francês avançava, os russos recuavam para o interior do país, evitando combates decisivos. Nessa retirada, os russos abandonavam as cidades e os povoados, queimando plantações e envenenando as águas. Era a tática da “terra arrasada”. Napoleão chegou a Moscou e ocupou o Kremlin, mas a conquista era apenas aparente, pois a cidade estava abandonada e incendiada. As tropas francesas, que estavam sem abrigo, sem alimentação, sem água potável, atacadas pela guerrilha russa, bateram em retirada em meio ao inverno russo. **Dos mais de 500 mil soldados franceses enviados à Campanha da Rússia, menos de 50 mil retornaram para a Europa**, desmoralizando e enfraquecendo Napoleão.

Esgotado, **Napoleão foi derrotado pela Sexta Coligação**, que o venceu na Batalha de Leipzig ou Batalha das Nações, em 1813. No ano seguinte, foi obrigado a assinar o Tratado de Fontainebleau, em que o imperador renunciava ao trono francês e passaria a receber uma **pensão e a soberania na ilha de Elba**. Napoleão foi exilado, e restabeleceu-se a dinastia Bourbon na França, com a coroação de Luís XVIII.

OS CEM DIAS (1815)

O Governo Bourbon durou poucos meses, pois Napoleão fugiu de Elba e regressou à França, liderando 1.200 soldados. Recebido com alegria por grande parte do exército e da população em geral, Napoleão marchou para Paris, reassumindo o governo com a **fuga de Luís XVIII para a Bélgica**.

Contudo, Napoleão foi derrotado rapidamente pela Sétima Coligação na célebre **Batalha de Waterloo**, em 1815. Aprisionado pelos ingleses, Napoleão foi **exilado na ilha de Santa Helena**, uma colônia britânica no Atlântico Sul, morrendo em 5 de maio de 1821, embora existam discordâncias.

Anotações:

CONGRESSO DE VIENA

Após a derrota francesa em Leipzig (1813), as potências vencedoras reuniram-se no Congresso de Viena, que foi suspenso durante o Governo napoleônico dos Cem Dias e retomado em 1815. **As propostas do Congresso eram essencialmente conservadoras e restauradoras dos valores do Antigo Regime**. Era presidido por Metternich, da Áustria, e participavam também: Inglaterra, com Castlereagh; Rússia, com Alexandre I; Prússia, com Frederico Guilherme III; e França, com Talleyrand.

As propostas do Congresso giravam em torno de alguns princípios básicos. Os princípios da **Legitimidade** e da **Restauração** pregavam a restauração das antigas dinastias reinantes e das fronteiras nacionais anteriores ao período revolucionário francês. O princípio do **Equilíbrio** propunha a divisão do continente e das possessões coloniais de forma equitativa. A restauração das fronteiras e o equilíbrio europeu **não foram totalmente materializados**, uma vez que Inglaterra, Rússia, Áustria e Prússia apossaram-se de territórios de Estados mais enfraquecidos, como a França, a Polônia e a Itália.

Com o objetivo de aplicar os termos do Congresso e **impedir a expansão dos ideais liberais e nacionalistas**, o czar Alexandre I propôs a criação da **Santa Aliança**, com funções militares. Países como a Rússia, a Prússia e o Império Austríaco mobilizaram tropas conjuntas para reprimir qualquer movimento de caráter liberal ou nacionalista. Na América, propunham a ação da Santa Aliança para destruir os movimentos de emancipação colonial. A **Inglaterra, no entanto, era a favor da não intervenção**, pois lhe interessavam a independência das colônias e as possibilidades comerciais que se abririam no comércio de matéria-prima (das ex-colônias) e industrializados (da Inglaterra).



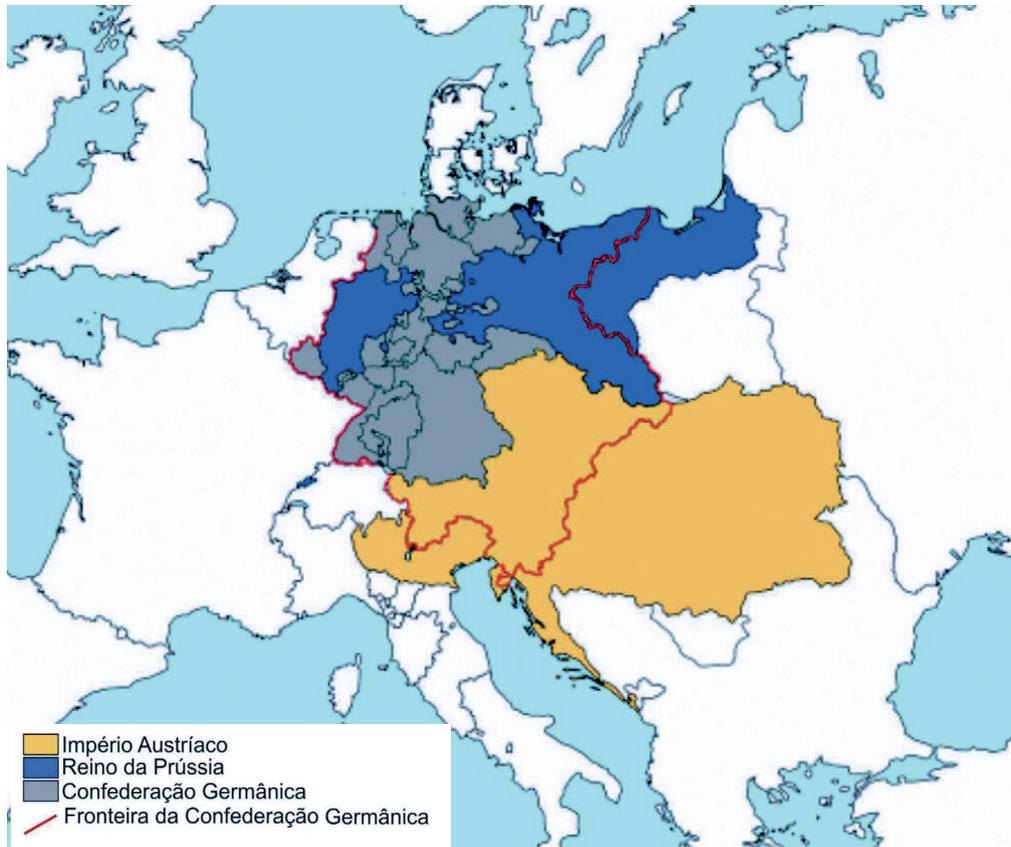
Inglaterra e França como potências no século XIX, numa caricatura de 1805 que mostra a fome dos dois países para partilhar o mundo. Autor: James Jilray.



Embora as propostas restauradoras do Congresso tenham sido adotadas nos primeiros anos, os valores do Antigo Regime defendidos pelo Congresso de Viena não tinham mais espaço no novo mundo que se delineava – um mundo de ascensão e triunfo da burguesia e do capitalismo liberal, disseminado pela Europa napoleônica. Assim, a partir de 1830, sobretudo, diversos movimentos liberais, nacionalistas e também socialistas triunfaram na Europa e na América, sepultando definitivamente o sistema de alianças proposto por Matternich e pelo Antigo Regime.



Leitura complementar: "Os usos simbólicos da Antiguidade clássica por Napoleão"



Divisão territorial após a queda de Napoleão.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Anotações:



As ideias revolucionárias na França pós-Napoleão

DA RESTAURAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 1830

Na França, após a derrota de Napoleão (1815), o Congresso de Viena tratou de pôr em prática suas ideias restauradoras, em benefício dos nobres e do rei. Assim, foi entronado **Luís XVIII**, restaurando a dinastia Bourbon. Uma nova Constituição estipulou que o poder executivo seria exercido pelo rei e pelo legislativo, composto pela Câmara dos Pares (deputados nomeados pelo rei, vitalícios e hereditários) e pela Câmara dos Deputados (eleitos pelo voto censitário). Dessa forma, instituiu-se um **governo fortemente elitista, com um rei absoluto, mas com Constituição** e cerceador das liberdades advindas do processo revolucionário, de 1799 a 1815.

Com a morte de Luís XVIII, em 1824, ascendeu ao trono seu irmão **Carlos X**, que promoveu a **completa restauração do absolutismo** nos moldes do Antigo Regime, apoiado por ultrarrealistas, nobreza e clero. Entretanto, logo estouraram oposições liberais sob liderança do duque Luís Felipe de Orleans. Impulsionadas pela burguesia, as camadas populares armaram barricadas nas ruas de Paris – as jornadas gloriosas – e precipitaram a fuga de Carlos X. Essa foi a **Revolução de 1830**, que levou ao poder **Luís Felipe de Orleans**.

REVOLUÇÃO DE 1848

Conhecido como “rei burguês”, Luís Felipe governou de 1830 até 1848. Ele reformou a Constituição segundo **princípios liberais**, fortaleceu o legislativo, aboliu a censura e acabou com a oficialidade da religião católica. Contudo, manteve o voto censitário, privilegiando os burgueses e excluindo do jgo eleitoral as camadas populares.

Percebendo que Luís Felipe governava tão somente em benefício da burguesia, diversas facções uniram-se contra ele, culminando na Revolução de 1848. Em um primeiro momento, socialistas, bonapartistas e republicanos promoviam reuniões populares e manifestos contra o rei, movimento conhecido por **Política dos Banquetes**.

O ministro Guizot proibiu as reuniões e passou a reprimir qualquer manifestação. No entanto, a rebeldia das camadas populares era cada vez mais intensa, e a Guarda Nacional, em parte, aderiu aos revoltosos. Com isso, Guizot foi demitido, e o rei fugiu para a Inglaterra.

Esse **movimento revolucionário popular de 1848**, na França, irradiou-se para várias outras regiões, influenciando movimentos liberais, nacionalistas e socialistas. Tal fenômeno é denominado **Primavera dos Povos**.

SEGUNDA REPÚBLICA NA FRANÇA (1848-1852)

As várias facções da Revolução de 1848 organizaram um **governo provisório**, com a função de convocar uma Assembleia Constituinte. Os principais líderes nesse momento eram: **Lamartine** (liberal), Luís **Blanc** (socialista) e Albert (operário).

O governo adotou medidas importantes, como o fim da pena de morte e o sufrágio universal, contudo os conflitos de interesses entre as lideranças acentuaram-se. Os socialistas advogavam a formação de uma República Socialista, com melhorias nas condições de vida dos pobres. Foram criadas as **oficinas nacionais**, que empregavam os inativos e indigentes em obras do governo. Já os liberais moderados buscavam estancar as reivindicações populares, temerosos da volta de um governo radical, como o jacobino, de 1793.

Não tardou para que as desavenças entre os líderes transformassem-se em conflito de rua aberto. As massas populares tumultuavam Paris, e o governo, após as eleições de 1848, de maioria liberal burguesa, reprimia violentamente as manifestações do povo. Sob comando do general Cavaignac, mais de três mil pessoas foram fuziladas e quinze mil deportadas para as colônias.

Posteriormente, foram realizadas eleições, vencendo o sobrinho de Napoleão, **Luís Bonaparte**, com mais de 70% dos votos. Ele fechou a Assembleia, em 1851, e tornou-se ditador. Além disso, realizou um plebiscito que lhe deu o direito de elaborar uma nova Constituição e que o transformou em cônsul (note as semelhanças com o governo de Napoleão). Em **1852**, em outro plebiscito, 95% da população aprovou a transformação da França em um Império, e Luís Bonaparte foi **coroado como Napoleão III**.

SEGUNDO IMPÉRIO NA FRANÇA (1852-1870)

Durante a ditadura de Napoleão III, a França, em especial Paris, conheceu **grande modernização e progresso cultural**, com a construção de bulevares, parques e inúmeras outras obras. Napoleão III concedeu, devido às pressões liberais, liberdade de imprensa e maior poder para a **Assembleia Nacional**.

No plano externo, envolveu-se na **Guerra da Crimeia** (1854-1856), aliando-se aos ingleses para atacar os russos, que avançavam nos Bálcãs. A partir de 1860, passou a **defender a Política das Nacionalidades**, amparando movimentos nacionalistas. No entanto, em algumas vezes, agiu contrariamente a essa política, como na intervenção no México (1862-1867) contra o presidente Benito Juárez. Napoleão III apoiou a independência da Moldávia e da Valáquia contra o Império Turco-Otomano; assim como apoiou os piemonteses na luta pela unificação italiana, voltando-se contra a Áustria, mas voltou atrás e passou a defender Roma contra os unificadores.



O principal conflito ocorreu contra a Prússia, de Bismarck, que estava em processo de unificação. Napoleão III via com temor a formação do Estado alemão, forte e ameaçador nas fronteiras da França, entrando em conflito com os prussianos na chamada **Guerra Franco-Prussiana**. Na Batalha de Sedan (1871), Napoleão III foi preso pelos prussianos, chegando ao fim o Segundo Império e consolidando-se a unificação alemã. Pelo **Tratado de Frankfurt**, a França foi obrigada a ceder a Alsácia-Lorena aos alemães, fato que gerou o revanchismo francês e culminou na Primeira Guerra Mundial. Terceira República na França.

TERCEIRA REPÚBLICA NA FRANÇA (1870-1940)

Em Versalhes foi instituído um **governo republicano** sob liderança de **Adolphe Thiers**. A população de Paris fomentava vários conflitos e tumultos contra o governo, resultando na formação de um governo autônomo, em 1871, a **Comuna de Paris**.

O governo de Thiers reuniu um expressivo contingente militar e, com a ajuda dos prussianos, massacrou a Comuna. Cerca de vinte mil pessoas foram mortas, e setenta mil, exiladas ou deportadas.

A Terceira República durou até 1940, quando os nazistas invadiram a França, durante a Segunda Guerra Mundial.

Para mais informações, acessar a seção “Demais vestibulares”.



Barricada com operários durante a Comuna de Paris, em 1871. Para Karl Marx, esta teria sido a primeira rebelião proletária genuína, autônoma e livre.

As unificações: Itália e Alemanha

No panorama europeu da segunda metade do século XIX, destacou-se o processo formador dos Estados Nacionais na Itália e na Alemanha.

A região que hoje compreende a **Itália** era constituída de reinos, que, em sua maioria, estavam subordinados ao domínio austríaco. Na região Norte, que era mais industrializada, iniciou-se o processo unificador a partir do reino do Piemonte-Sardenha. Lá se destacaram nomes, como o do **Conde Cavour** – arquiteto maior da unificação italiana – e o do rei Vítor Emanuel II. Defensores do regime monárquico teriam a supremacia em 1871, na Itália unificada. No Sul, salienta-se a ação de Garibaldi e seus “camisas vermelhas”, defensores do republicanismo, mas que não predominaram ao fim da unificação.

Após uma série de conflitos e vitórias contra as forças austríacas e também devido ao jornal *Risorgimento*, faltava a unificação de Roma, sede do papado, à Itália. Com a promessa de que as forças unificadoras não invadiriam Roma, Napoleão III retirou suas tropas da região para se confrontar com a Prússia, do chanceler Bismarck. Aproveitando a situação, os rebeldes anexam Roma ao território italiano, consolidando essa unificação em 1871. Entretanto, o papa não aceitou tal situação, causando um sério problema denominado de “Questão Romana”. Esse cenário somente foi resolvido por Mussolini, por meio do **Tratado de Latrão**, que concedeu o Vaticano à Igreja Católica.

Em relação ao **processo unificador alemão**, destaca-se a região da Prússia, mais industrializada e progressista. Dela, partiu o ideal unificador dos 39 reinos que formavam a Confederação Germânica. Na Prússia, destacou-se a ação de **Bismarck** – o chanceler de ferro –, que conseguiu fundir os interesses dos burgueses e dos latifundiários de tendência capitalista, os junkers. Bismarck formou um poderoso exército, que seria fundamental para a realização da unificação. Ao mesmo tempo, a Prússia fomentava o **Zollverein**, ou seja, a unificação econômica que mostrou o primeiro passo para a completa unificação política. Em 1871, Bismarck e seu exército derrotaram a França, de Napoleão III, na Batalha de Sedan, decisiva na Guerra Franco-Prussiana. Com essa vitória, consolidou-se o Estado alemão.



Otto von Bismarck, o “Chanceler de Ferro” (1815-1898), responsável pela unificação do território alemão.



Garibaldi partindo para a conquista da Sicília, 1860.

Era Vitoriana na Inglaterra

Ao longo do século XIX, a Inglaterra consolidou-se como a maior potência mundial, em especial no reinado da rainha Vitória, que governou o país de 1837 a 1901. Adotando uma política notadamente impulsionadora da burguesia e do liberalismo, alcançou o apogeu britânico.

A partir de uma poderosa marinha, um intenso desenvolvimento industrial e um Estado consistente, a Inglaterra vitoriana não encontrava rivais no mundo do século XIX. Estabelecia-se, desse modo, a chamada **Pax Britannica**.

Entre as medidas internas, temos a **Lei da Grande Reforma, de 1832**, que consolidava a hegemonia burguesa diante dos privilégios da aristocracia agrária. Ao mesmo tempo, promulgavam-se leis de cunho liberal na economia, em benefício dos burgueses e em detrimento dos grandes proprietários de terras.

Quanto à questão trabalhista, embora houvesse resistência do empresariado, **foram conquistadas várias medidas sociais**. A partir das Trade Unions, os operários obtiveram legislação trabalhista, redução na jornada de trabalho e melhores salários. Já a Carta do Povo (1838) reivindicava o sufrágio universal, o voto secreto, o fim do censo, a remuneração dos parlamentares e as eleições anuais. O movimento, entretanto, fracassou; mas novas iniciativas populares conquistariam, em 1858, medidas importantes, como: o fim do censo para a Câmara dos Comuns; o Ato da Reforma (1867), estendendo o direito de voto, mas excluindo os mais pobres; o voto secreto (1872) e a extensão do direito aos trabalhadores rurais (1884); o reconhecimento dos sindicatos e a regulamentação do trabalho de mulheres e crianças no gabinete do ministro Disraeli; e o sufrágio universal (1918).

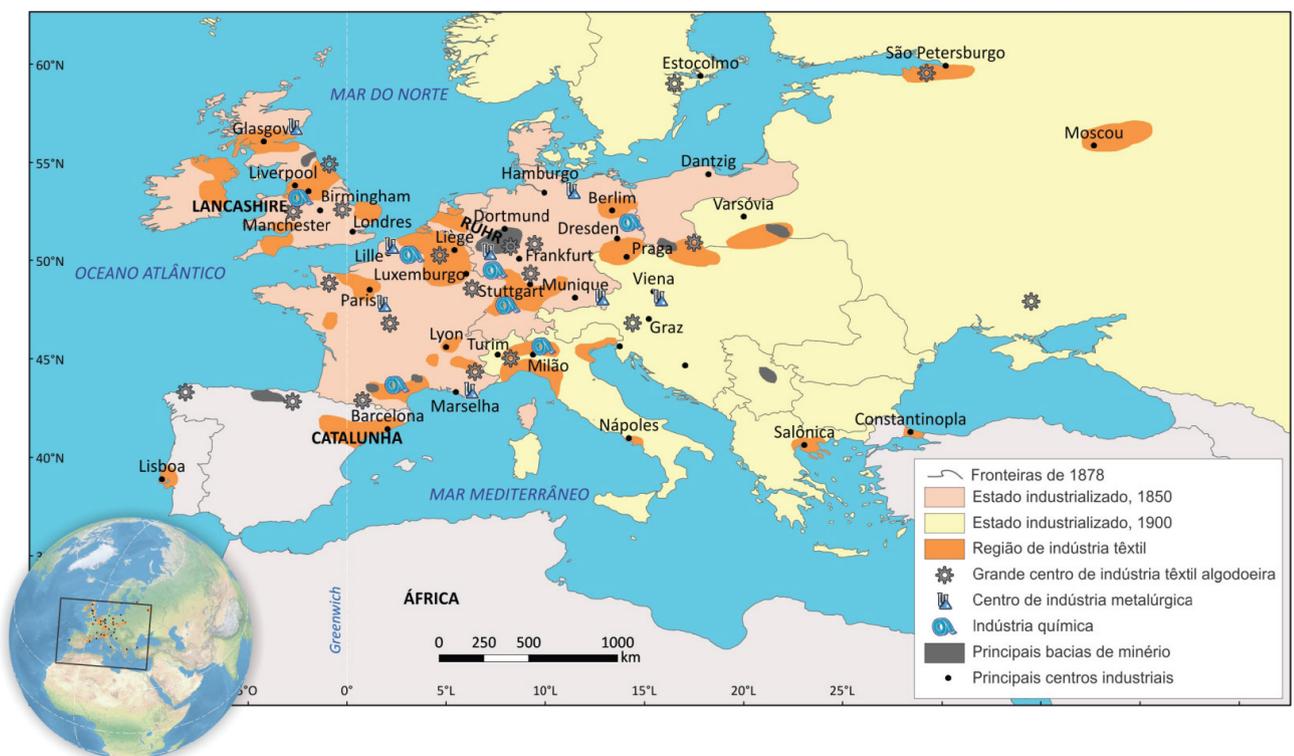
No plano externo, houve a **Questão da Irlanda**, opondo os católicos irlandeses e o ideal de emancipação aos protestantes ingleses. Os conflitos sucediam-se acirrados na década de 1860, com atos de terrorismo. Nesse contexto, o ministro inglês Gladstone iniciou reformas para sufocar os radicais, como a isenção de impostos para a Igreja Anglicana por parte dos católicos irlandeses.

Após a Primeira Guerra Mundial, a luta irlandesa pela independência ganhou intensidade, sendo liderada pelo movimento Sinn Féin. Mais tarde, em 1919, surgiu o **Exército Republicano Irlandês (IRA)**, bastante atuante na luta pela liberdade. Em 1921, o movimento Sinn Féin e o ministro inglês Lloyd George assinaram um acordo que estabelecia o Estado Livre da Irlanda, tornado república em 1949, sem a parte Norte, que permaneceu unida à Inglaterra. A partir de então, os conflitos limitaram-se aos católicos do Norte e aos protestantes ingleses, em uma situação ainda indefinida.

A expansão do capitalismo: Segunda Revolução Industrial

No século XIX, ocorreu significativa expansão dos estados capitalistas europeus, que exploraram economicamente outros povos por eles subjugados. A expansão territorial dirigiu-se, sobretudo, para África e Ásia. Isso se deu a partir do advento da **II Revolução Industrial**, que fez o capitalismo entrar em uma fase de concentração de capital (**formação dos monopólios financeiros, trustes, cartéis e "holdings"**) e proceder a conquista de territórios.

A Expansão da Industrialização na Europa



Salienta-se que a colonização de territórios não era uma novidade para os europeus, afinal, no século XVI, ocorreu a colonização da América. Naquela época, o capitalismo vivia sua fase comercial ou mercantil, sendo a exploração da América comandada pela burguesia comercial e pelos Estados metropolitanos europeus, tudo justificado pela missão cristianizadora, fomentada pela Igreja.

Já no neocolonialismo ou imperialismo, no século XIX, os patrocinadores da ação imperialista foram a burguesia financeiro-industrial e os Estados, como a Inglaterra e a França. Nessa época, justificava-se a expansão imperialista com a missão civilizadora do europeu, como se os europeus estivessem imbuídos de uma missão filantrópica para com os povos dominados. Essa ideia baseava-se no mito da superioridade dos valores europeus, como a suposta supremacia do homem branco, da religião católica e do avanço técnico-científico.

Para mais informações, acessar a seção “Demais vestibulares”.

Vejamos, na tabela a seguir, uma **comparação entre os modelos de colonização**:

Aspectos	COLONIALISMO I Revolução Industrial	NEOCOLONIALISMO II Revolução Industrial
Local	América, em especial.	África e Ásia, principalmente.
Tipo de capitalismo	Capitalismo comercial ou mercantil.	Capitalismo financeiro e monopolista (industrial).
Impulsionadores	Estados europeus e burguesia comercial.	Burguesia financeiro-industrial e Estados Europeus, EUA e Japão.
Objetivos	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Acumulação primitiva de capital na metrópole; ▶ Busca de fornecedores de matéria-prima e metais preciosos; ▶ Busca de consumidores para os manufaturados europeus; ▶ Conquista de terras. 	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Busca de mercados consumidores; ▶ Busca de fornecimento de matéria-prima e mão de obra; ▶ Investimento de capitais excedentes; ▶ Escoamento populacional europeu.
Justificativa	Difusão da fé cristã.	Missão civilizadora do povo europeu, entendido como superior aos povos dominados.

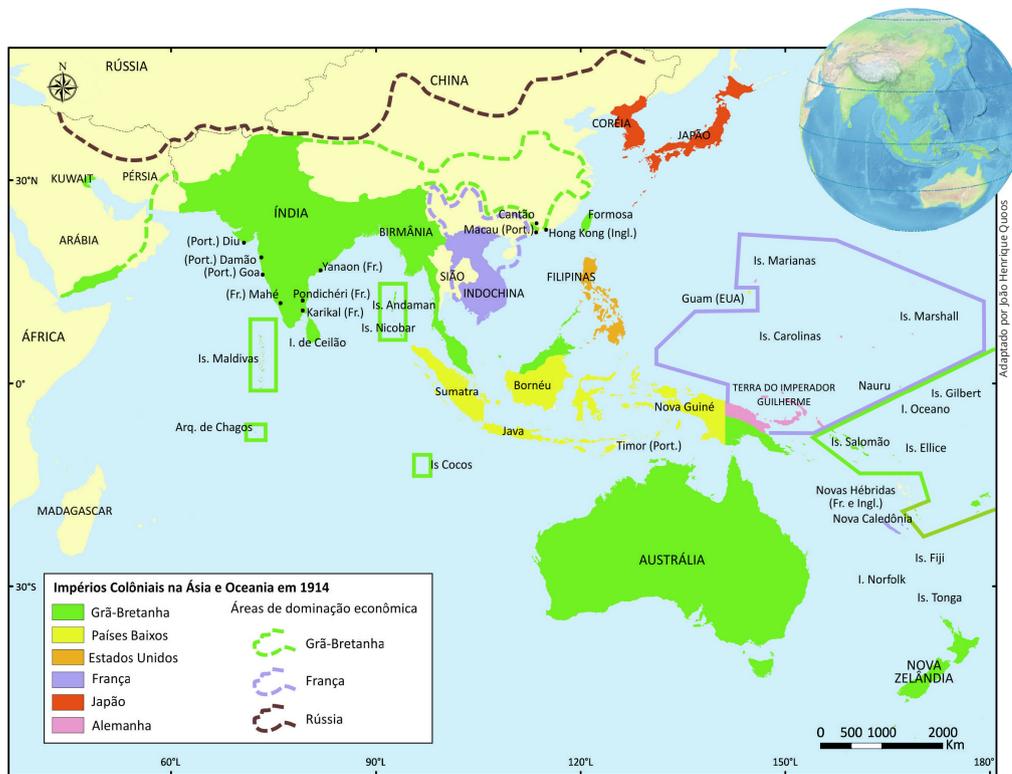
Anotações:



Imperialismo na África e na Ásia

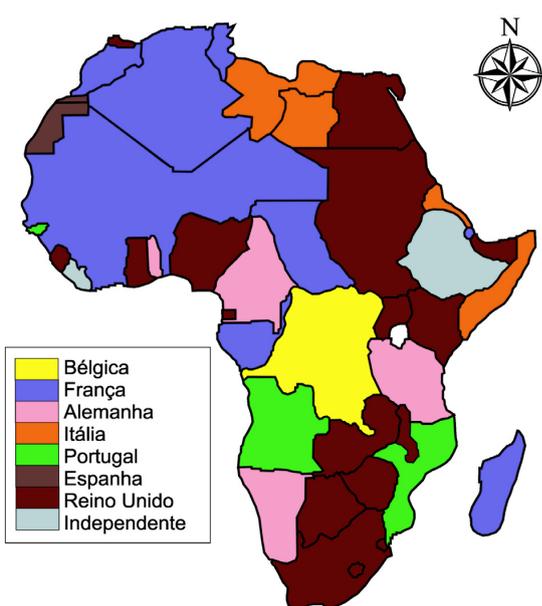
Destacam-se alguns fatores que motivaram o imperialismo na África e na Ásia:

- ▶ **Demanda de mercados consumidores:** com a II Revolução Industrial, os estados industrializados necessitavam de novos consumidores para seus produtos.
- ▶ **Demanda de matéria-prima e mão de obra barata:** poderiam ser obtidas nas colônias a preços irrisórios.
- ▶ **Excedentes populacionais:** com o desenvolvimento econômico e científico do século XIX, a população cresceu de forma desproporcional à oferta de trabalho. Era preciso deslocar esse excedente para as colônias.
- ▶ **Espírito nacionalista:** instigava a formação de impérios extraterritoriais.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Adaptado por João Henrique Queros



A partilha da África.

IMPERIALISMO NA ÁFRICA

A partilha colonial da África começou cedo. Em 1815, os ingleses compraram dos holandeses as colônias do Cabo e do Natal. A partir dessa data, o governo inglês adotou a política de introdução de imigrantes e de liberdade e proteção aos negros da região. Convém salientar que, desde 1807, o parlamento britânico havia decretado a abolição do tráfico de escravos, terminando com a ação dos traficantes, e, em 1833, o governo aboliu a escravidão de suas colônias. É evidente que tal ação deve ser compreendida no contexto do capitalismo, no qual era mais lucrativa a formação de assalariados, que formariam um mercado consumidor, do que escravos, que não possuem renda e, logo, não são consumidores. Os ingleses ocuparam grande parte da África, como Egito, Sudão, Rodésia, Costa do Ouro e Nigéria, e obtiveram o controle acionário do Canal de Suez, no Egito, até então exercido pela França.



Os franceses invadiram e conquistaram Argélia, Tunísia, Somália, Madagascar, entre outros territórios. Da mesma forma, o rei Leopoldo II, da Bélgica, ocupou o Congo em 1875. Para evitar conflitos entre as potências imperialistas, organizou-se a **Conferência de Berlim**, em 1885, a qual estabeleceu:

- ▶ divisão da África entre as potências europeias, sem considerar as peculiaridades étnicas e culturais dos africanos;
- ▶ manutenção do pacifismo entre as potências;
- ▶ definição de normas a serem seguidas na exploração colonial;
- ▶ liberdade de comércio na Bacia do Congo, rica em minérios.

IMPERIALISMO NA ÁSIA

Índia

Desde 1763, a Índia era um protetorado inglês, sendo que a Inglaterra ocupava a maior parte dos cargos administrativos desse território. A presença opressiva e violenta dos ingleses motivou uma reação de caráter nacionalista, a **Guerra dos Cipayos** (1857).

Os cipayos eram membros da milícia nativa organizada pela Inglaterra para servir à Coroa. A rebelião começou nas unidades militares contra os oficiais ingleses, em função do uso da graxa animal nos equipamentos, que ofendia os costumes religiosos. Os revoltosos foram sufocados em 1859. Anos mais tarde, em 1876, a rainha Vitória seria coroada como imperatriz da Índia.

Japão

No século XIX, o Japão era dominado por uma aristocracia apoiada em uma classe de guerreiros profissionais, os samurais. A estrutura era ainda feudal. Apesar de os japoneses terem um imperador (micado), o comando político efetivo cabia ao **Xogunato** (comandante militar).



Foto tirada em torno de 1860. Durante a Era Meiji, os guerreiros tradicionais conhecidos como samurais foram progressivamente desaparecendo, diante da modernização da sociedade. Autor: Felice Beato (1832-1909).

Os **Estados Unidos chegaram ao Japão em 1854**, com uma esquadra comandada pelo almirante Perry, que forçou a abertura dos portos japoneses ao comércio mundial. Tinha início a ocidentalização do Japão.

Devido à passividade do Xogunato quanto à entrada dos americanos, os grupos nacionalistas uniram-se em torno do **imperador Mutsuhito**, que promoveu a centralização política e inaugurou uma nova fase da história japonesa. A partir de 1868, o Japão começava a desenvolver sua indústria e modernizava-se, em uma época conhecida como **Era Meiji** ou das **Luzes**. Assim, o Japão deixava de ser um país feudal para se tornar um dos países capitalistas imperialistas.

China

Em meados do século XIX, a China representava um **grande mercado consumidor**, fato que atraiu as várias potências imperialistas para esse país. Por meio de diversas guerras e conflitos, a China acabou sendo subjugada.

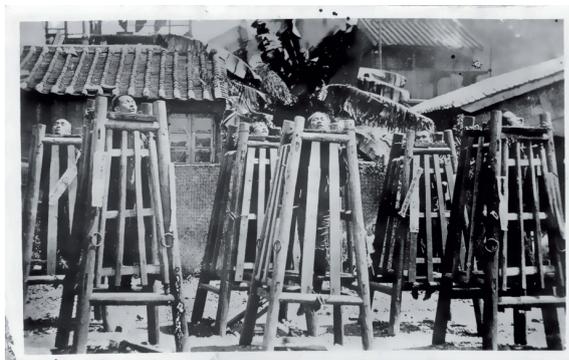
GUERRA DO ÓPIO (1841)

O ópio era utilizado pelos chineses até o século XVIII, como medicamento. Como os **ingleses** produziam grandes quantidades dessas drogas em seus domínios indianos, **forçaram o mercado a exportar o ópio para a China**, disseminando o vício entre seus habitantes. As autoridades chinesas obrigaram o representante britânico a jogar no mar mais de 20 mil caixas de ópio. Como os chineses se negaram a pagar a indenização pelos produtos ingleses, iniciou-se a Guerra do Ópio. Em 1842, a China foi obrigada a assinar o **Tratado de Nanquim**, pelo qual abria cinco de seus portos ao livre comércio, abolia o sistema fiscal e entregava Hong Kong à Inglaterra. Mais tarde, sob ocupação militar estrangeira, os chineses foram obrigados a assinar o **Tratado de Pequim** (1860), estabelecendo a abertura de mais sete portos ao comércio mundial, a instalação de embaixadas europeias e a permissão para missões cristãs em solo chinês.

GUERRA DOS BOXERS (1900)

Os chineses nacionalistas do grupo dos Boxers, ou os "Punhos Fechados", **objetivavam libertar o país do jugo imperialista dos ingleses**. Em 1900, organizaram uma grande rebelião, na qual morreram mais de 200 estrangeiros. A represália foi feita por uma força expedicionária internacional composta por ingleses, franceses, alemães, russos, japoneses e norte-americanos, que massacraram os rebeldes.





Rebeldes chineses aprisionados após a Revolta dos Boxers, 1901. O movimento foi liderado pela sociedade secreta dos Punhos Harmoniosos e Justicteiros, que se opunha à presença estrangeira e ao governo da Dinastia Manchú. O movimento foi reprimido por uma coligação de soldados russos, ingleses, norte-americanos, franceses e alemães. Autor: Jeff Lea.

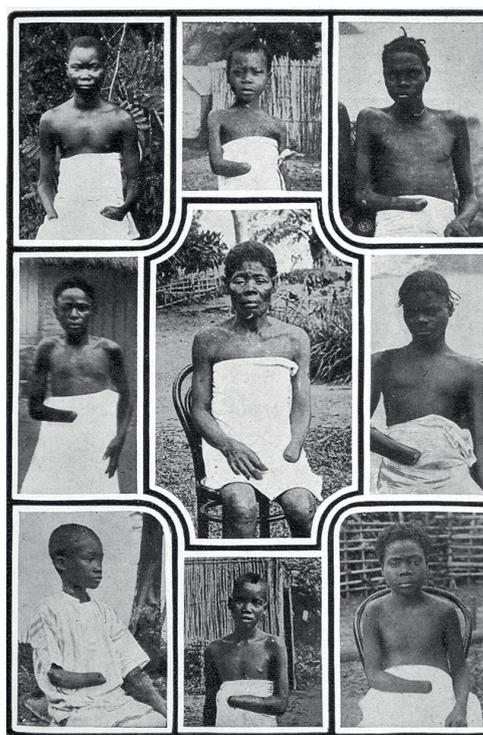
RESULTADOS DO IMPERIALISMO

- ▶ Progresso econômico das potências imperialistas;
- ▶ Exploração, violência e destruição de valores culturais dos povos dominados;
- ▶ Disseminação da miséria e da fome, gerando o subdesenvolvimento crônico, sobretudo na África, um problema que persiste até hoje;
- ▶ Acirramento das disputas intertribais em função da incorreta delimitação de fronteiras. Esses conflitos acentuaram-se após a descolonização e duram até os dias atuais;
- ▶ Devido à entrada tardia da Alemanha e da Itália na corrida imperialista, esses Estados ficaram insatisfeitos e desejosos de conquistar novas áreas coloniais. Somando-se a isso, as demais potências imperialistas também cobiçavam a ampliação de seus domínios, contribuindo para um clima de rivalidade, que culminou na Primeira Guerra Mundial.

Para mais informações, acessar a seção "Demais vestibulares".



A caricatura francesa de 1890 ilustra a partilha da China pelas potências: o imperador chinês da dinastia Qing desespera-se diante da Rainha Vitória (Inglaterra), que olha firme para Guilherme II (Áustria), que tem ao lado Nicolau II, Czar da Rússia, e um imperador japonês da dinastia Meiji. Marianne, que é o símbolo da república francesa, apenas olha de longe. Autor: Henri Meyer (1844-1899).



Crianças e adultos congolese mutilados, em 1905, no Estado Livre do Congo colonial belga (atual República Democrática do Congo). Esse território, uma propriedade privada do Rei belga Leopoldo II, apresentou inúmeras violências e barbaridades nas suas áreas de coleta e produção de borracha e exploração de minérios.



Leitura complementar: Neocolonialismo

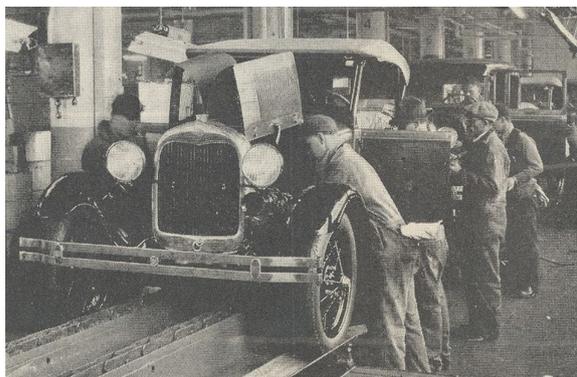
Anotações:



Belle Époque

A Belle Époque corresponde a um período de **inovações tecnológicas**, as quais resultaram em mais conforto para parcelas da sociedade, ocorridas entre a segunda metade do século XIX e o alvorecer do século XX.

No âmbito mundial, a II Revolução Industrial permitiu **maior e mais ágil comunicação entre as pessoas, as cidades e os países**. Inúmeros inventos reforçavam a crença de uma **sociedade estável, otimista** e de novos padrões culturais. Entre as novidades da Belle Époque, podemos arrolar: a bicicleta, em 1861; o bonde movido por energia elétrica, em 1874; o automóvel, em 1886; o avião, resultado de experiências ligadas aos irmãos Orville e, evidentemente, Santos Dumont; o telefone, em 1876; o fonógrafo, em 1877; e o cinema, criação dos irmãos Lumière, em 1875. Além disso, também se espriavam as ferrovias, gigantescas por vezes, como a Transcontinental (Estados Unidos) e a Transiberiana (Rússia-Vladivostok); a indústria experimentava a linha de montagem de Henry Ford, recrudescendo a produção e reduzindo o custo de determinadas mercadorias.



Produção em Massa do Modelo A. Uma das principais características do fordismo foi o aperfeiçoamento da linha de montagem. Os veículos eram montados em esteiras rolantes, que se movimentavam enquanto o operário ficava praticamente parado.

No campo científico, Robert Koch e Louis Pasteur afirmavam que certas enfermidades eram causadas por bactérias. Eram identificados os agentes da tuberculose, da cólera, da pneumonia, do tétano, da febre tifoide e de outras doenças, além do desenvolvimento de vacinas.

Nas artes, foi realizada, em Paris, no ano de 1874, a primeira exposição de pintura impressionista, com destaque para Claude Monet e Auguste Renoir. Estes buscavam retratar as nuances dos objetos e das formas sob diferentes incidências da luz solar. A eles seguiram-se diversos nomes célebres da pintura, sob distintos matizes, como Paul Cézanne, Vincent van Gogh e Paul Gauguin. Já no início do século XX, ganhou força o Cubismo, com destaque para Pablo Picasso, realçando as formas geométricas. Na sequência, tivemos o Surrealismo de Salvador Dalí e Joan Miró, muito influenciados pelos estudos de psicanálise, sobretudo por Sigmund Freud.

Enfim, a Belle Époque caracterizou um período de intensas transformações e de extremado otimismo em um futuro cada vez mais impregnado de requinte.



Le déjeuner sur l'herbe de Manet, de 1863.



Impression, soleil levant de Monet, de 1872.



De sterrennacht de Van Gogh, de 1889.



La Promenade de Renoir, de 1870.



The Persistence of Memory de Salvador Dalí, de 1931.

DEMAIS VESTIBULARES

» Mundo Moderno II - Séculos XVII e XVIII: Luzes, Revoluções e Ascensão burguesa

ILUMINISMO

Rousseau

“O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer ‘isto é meu’ e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e que a terra não pertence a ninguém’.”

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*, 1762.

Jean Meslier

“Eu gostaria, e este será o último e o mais ardente dos meus desejos, eu gostaria que o último rei fosse estrangulado com as tripas do último padre.”

VOLTAIRE. *Extrait des sentiments de Jean Meslier*, 1762.

LIBERALISMO JURÍDICO

John Locke

“Sendo os homens, conforme acima dissemos, por natureza, todos livres, iguais e independentes, ninguém pode ser expulso de sua propriedade e submetido ao poder político de outrem sem dar consentimento. A maneira única em virtude da qual uma pessoa qualquer renuncia à liberdade natural e se reveste dos laços da sociedade civil consiste em concordar com outras pessoas em juntar-se em comunidade para viverem com segurança, conforto e paz umas com as outras, gozando garantidamente das propriedades que tiverem e desfrutando de maior proteção contra quem quer que não faça parte dela.”

LOCKE, J. Segundo tratado sobre o governo civil. *Os pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1978.

“Se o homem, no estado de natureza, é tão livre, conforme dissemos, se é senhor absoluto da sua própria pessoa e posses, igual ao maior e a ninguém sujeito, por que abrirá ele mão dessa liberdade, por que abandonará o seu império e sujeitar-se-á ao domínio e controle de qualquer outro poder? Ao que é óbvio responder que, embora no estado de natureza tenha tal direito, a utilização do mesmo é muito incerta e está constantemente exposto à invasão de terceiros porque, sendo todos senhores tanto quanto ele, todo homem igual a ele e, na maior parte, pouco observadores da equidade e da justiça, o proveito da propriedade que possui nesse estado é muito inseguro e muito arriscado. Estas circunstâncias obrigam-no a abandonar uma condição que, embora livre, está cheia de temores e perigos constantes; e não é sem razão que procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.”

LOCKE, J. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural, 1991



LIBERALISMO POLÍTICO

Montesquieu

“É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proíbem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.”

MONTESQUIEU, B. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

“Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.”

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

LIBERALISMO ECONÔMICO

Adam Smith

“[...] Cada trabalhador tem para vender uma grande quantidade do seu próprio trabalho, além daquela que ele mesmo necessita; e pelo fato de todos os outros trabalhadores estarem na mesma situação, pode ele trocar grande parte de seus próprios bens por uma grande quantidade, ou – o que é a mesma coisa – pelo preço de grande quantidade de bens desses outros. Fornece-lhes em abundância aquilo de que carecem, e estes por sua vez, com a mesma abundância, lhe fornecem aquilo de que necessita; assim é que, em todas as camadas da sociedade, se difunde uma abundância geral de bens. [...]”

“[O indivíduo], orientando sua atividade de tal maneira que sua produção possa ser de maior valor, visa apenas o seu próprio ganho e, neste, como em muitos outros casos, é levado como que por uma mão invisível a promover um objetivo que não fazia parte de suas intenções. (...) Ao perseguir seus próprios interesses, o indivíduo muitas vezes promove o interesse da sociedade muito mais eficazmente do que quando tenciona realmente promovê-lo.”

SMITH, A. *A riqueza das nações*, 1776.

DOCTRINAS SOCIAIS

Essas teses são chamadas de socialismos, pois se dividiram em: socialismo utópico, socialismo científico, socialismo anarquista e socialismo cristão.

O socialismo utópico caracterizou-se pela formulação de modelos teóricos extremamente idealizados de uma sociedade justa, sem exploração social. **Saint Simon (1760-1825)** defendia a formação de uma sociedade livre do ócio (militares, burocratas...), que era dividida em três categorias: os sábios – que deveriam governar –, os proprietários e os não proprietários. Não poderia haver exploração econômica de uns sobre os outros.

Já **Charles Fourier (1772-1837)** acreditava na melhoria da sociedade por meio da criação de falanstérios, ou seja, fazendas coletivistas agroindustriais. Não conseguiu levar a cabo suas convicções, consideradas por ele a solução para os problemas gerados pelo capitalismo.

Robert Owen (1771-1858) era administrador de uma fábrica de Manchester, na qual percebeu a desumana vida dos operários, comovendo-se. Propunha a construção de uma sociedade na qual reinaria a igualdade absoluta. Owen implantou suas ideias na Escócia, em um cotonifício, reduzindo as horas de trabalho e proporcionando educação aos operários. Perseguido pelas suas críticas à propriedade privada, migrou para os Estados Unidos, implantando suas ideias na comunidade de New Harmony, Indiana. Ao voltar para a Inglaterra, verificou a falência de suas cooperativas de trabalhadores e dedicou-se à organização das **Trade Unions**.



SOCIALISMO CIENTÍFICO / COMUNISMO

Marx e Engels

“A primeira fase da revolução operária é o advento do proletariado como classe dominante, a conquista da democracia.

O proletariado utilizará sua supremacia política para arrancar pouco a pouco todo capital à burguesia, para centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do Estado, isto é, do proletariado organizado em classe dominante, e para aumentar, o mais rapidamente possível, o total das forças produtivas.

Isto naturalmente só poderá realizar-se, a princípio, por uma violação despótica do direito de propriedade e das relações de produção burguesas, isto é, pela aplicação de medidas que, do ponto de vista econômico, parecerão insuficientes e insustentáveis, mas que, no desenrolar do movimento, ultrapassarão a si mesmas e serão indispensáveis para transformar radicalmente todo o modo de produção. Essas medidas, é claro, serão diferentes nos vários países.

Todavia, nos países mais adiantados, as seguintes medidas poderão geralmente ser postas em prática:

- 1 – Expropriação da propriedade latifundiária e emprego da renda da terra em proveito do Estado.
- 2 – Imposto fortemente progressivo.
- 3 – Abolição do direito de herança.
- 4 – Confiscação da propriedade de todos os emigrados e sediciosos.
- 5 – Centralização do crédito nas mãos do Estado por meio de um banco nacional com capital do Estado e com o monopólio exclusivo.
- 6 – Centralização, nas mãos do Estado, de todos os meios de transporte.
- 7 – Multiplicação das fábricas e dos instrumentos de produção pertencentes ao Estado, arroteamento das terras incultas e melhoramento das terras cultivadas, segundo um plano geral.
- 8 – Trabalho obrigatório para todos, organização de exércitos industriais, particularmente para a agricultura.
- 9 – Combinação do trabalho agrícola e industrial, medidas tendentes a fazer desaparecer gradualmente a distinção entre a cidade e o campo.
- 10 – Educação pública e gratuita de todas as crianças, abolição do trabalho das crianças nas fábricas, tal como é praticado hoje. Combinação da educação com a produção material, etc.

Uma vez desaparecidos os antagonismos de classe no curso do desenvolvimento, e sendo concentrada toda a produção propriamente falando nas mãos dos indivíduos associados, o poder público perderá seu caráter político. O poder político é o poder organizado de uma classe para a opressão de outra. Se o proletariado, em sua luta contra a burguesia, se constitui forçosamente em classe, se se converte por uma revolução em classe dominante e, como classe dominante, destrói violentamente as antigas relações de produção, destrói, juntamente com essas relações de produção, as condições dos antagonismos entre as classes e as classes em geral e, com isso, sua própria dominação como classe. Em lugar da antiga sociedade burguesa, com suas classes e antagonismos de classes, surge uma associação na qual o livre desenvolvimento de cada um é a condição do livre desenvolvimento de todos, o Comunismo.”

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*, 1848.

ANARQUISMO

Bakunin

“A futura organização social deve ser feita somente de baixo para cima, pela livre associação ou federação dos trabalhadores, nas associações primeiramente, depois nas comunas, nas regiões, nas nações e, finalmente, em uma grande federação internacional e universal. É somente então que se realizará a verdadeira e vivificadora ordem da liberdade e da felicidade geral, a qual, longe de renegar, afirma o contrário e concilia os interesses dos indivíduos e da sociedade.”

BAKUNIN, Mikhail. *Textos escolhidos*, 1871.



Revolução Francesa de 1789

Sociedade francesa no Antigo Regime (1789)		
1º Estado (clero)	<ul style="list-style-type: none">▶ Aproximadamente 150 mil pessoas;▶ Sacerdotes da Igreja Católica, religião oficial;▶ O alto clero gozava de uma vida luxuosa;▶ O baixo clero era formado por pessoas de condição mais humilde.	<ul style="list-style-type: none">▶ Isento de impostos;▶ Possuidor de mais de 10% das terras;▶ Cobrava o dízimo dos camponeses;▶ Possuía tribunais próprios.
2º Estado (nobreza)	<ul style="list-style-type: none">▶ Aproximadamente 350 mil pessoas;▶ A nobreza de sangue ou de espada era formada pelos nobres de origem feudal;▶ A nobreza togada era composta por burgueses que compravam o título de nobreza.	<ul style="list-style-type: none">▶ Isento de impostos;▶ Possuía mais de 20% das terras;▶ Recebia tributos feudais;▶ Gozava de inúmeros privilégios, como o monopólio dos altos cargos da Igreja, do exército e das magistraturas.
3º Estado (povo)	<ul style="list-style-type: none">▶ Aproximadamente 25 milhões de pessoas;▶ A burguesia não togada era bastante heterogênea, composta por comerciantes, banqueiros, autônomos...▶ Camadas populares, composta de artesãos, operários, camponeses, servos e <i>sans-culottes</i> – marginalizados urbanos.	<ul style="list-style-type: none">▶ Pagava impostos e tributos ao rei, ao clero e aos nobres;▶ Na prática, sustentava as demais ordens sociais.



» Mundo contemporâneo I – século XIX

• Europa do século XIX

As ideias revolucionárias na França pós-Napoleão

AS REVOLUÇÕES DE 1830 E 1848

É bom lembrarmos que, no período posterior ao Congresso de Viena até meados do século XIX, eclodiram diversos movimentos armados na Europa. Tais movimentos expressavam novos valores, como o liberalismo burguês, o nacionalismo e, progressivamente, o socialismo operário. Podemos elucidar, concisamente, o período desta forma:

Após o Congresso de Viena, em 1815, procurou-se restaurar os valores do Antigo Regime, sobretudo o Absolutismo monárquico. Na França, em 1830, **Carlos X** tentou a Restauração, mas foi impedido por uma revolta burguesa e popular que levou ao trono **Luís Felipe de Orléans**, o “Rei burguês”.

Em 1848, eclodiram diversas revoltas populares, inicialmente na França e, a seguir, por toda a Europa. Esses movimentos ficaram conhecidos como “**Primavera dos Povos**”.

Em 1871, as ruas de Paris foram tomadas por barricadas erguidas pelos populares. Surgia uma comuna autônoma, de variados matizes políticos, denominada “**Comuna de Paris**”. Entretanto, foi massacrada pelo governo burguês.

A Comuna, evidentemente popular, congregava diversas tendências políticas radicais com certo predomínio socialista. Entre as medidas adotadas por ela, destacam-se:

- ▶ administração municipal eleita pelo povo;
- ▶ desarmamento da Guarda Nacional;
- ▶ instituição do serviço militar obrigatório;
- ▶ autonomia municipal a todas as cidades francesas;
- ▶ anulação dos decretos proferidos em Versalhes;
- ▶ igualdade civil de homens e mulheres;
- ▶ fim do trabalho noturno;
- ▶ criação de pensões para viúvas e órfãos.

A expansão do capitalismo: Segunda Revolução Industrial

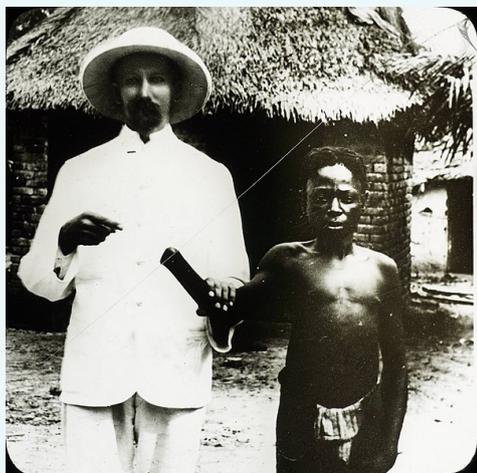
Avanços Tecnológicos	<ul style="list-style-type: none">▶ Fontes de energia: eletricidade (dínamo) e petróleo (motor de combustão).▶ Processo de Bessemer: transformação do ferro em aço.▶ Transportes: locomotiva elétrica, automóvel e aviação.▶ Comunicação: telégrafo, telefone, fonógrafo, rádio, fotografia e cinema.
Formação Econômica	<ul style="list-style-type: none">▶ Capitalismo financeiro ou monopolista: fusão do capital bancário com capital empresarial.▶ Monopólios industriais: com objetivo de eliminar a concorrência e controlar os preços de um ramo de negócios.▶ Cartel: grupo de empresas que controlam os preços ou o mercado de um determinado setor.▶ Truste: fusão de diversas empresas do mesmo ramo.▶ Holding: empresa que domina, de forma acionária, outras empresas, que, no entanto, conservam a independência.



Imperialismo na África

Entre os povos colonizados, irromperam diversas manifestações contrárias à dominação estrangeira, dentre as quais o episódio mais destacado foi a **Guerra dos Bôeres** (1899-1902). Os ingleses dominavam a África do Sul e, quando os bôeres (colonos holandeses fundadores das colônias de Transvaal e Orange) encontraram ouro e diamantes na região, estourou o conflito. Ao final, a Inglaterra anexou o Transvaal e Orange às colônias do Cabo e Natal, formando, em 1910, a União Sul-Africana.

Anotações:



Missionário da Missão Congo Balolo, segurando o braço de um homem congolês. Este é um retrato das "atrocidades do Congo", punições, assassinatos e mutilações que ocorreram em plantações de borracha coloniais no território do Estado Livre do Congo, de propriedade do rei belga Leopoldo II, que o explorou por seus recursos vegetais e minerais.

Imperialismo na Ásia

Desde 1763, esse território era um protetorado inglês, sendo que a Inglaterra ocupava a maior parte dos cargos administrativos da Índia. A presença opressiva e violenta dos ingleses motivou uma reação de caráter nacionalista, a **Guerra dos Cipayos** (1857).

Os cipayos eram membros da milícia nativa organizada pela Inglaterra para servir à Coroa. A rebelião começou nas unidades militares contra os oficiais ingleses, em função do uso da graxa animal nos equipamentos, que ofendia os costumes religiosos. Os revoltosos foram sufocados em 1859. Anos mais tarde, em 1876, a rainha Vitória seria coroada como imperatriz da Índia.

» Referências

- ANDERSON, P. Passagens da antiguidade ao feudalismo. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. Linhagens do Estado absolutista. São Paulo: Brasiliense, 1995.
- ARISTÓTELES. Política. Tradução de Pedro Tolens. 5ª ed. São Paulo: Martins Claret, 2009.
- BLOCH, M. Introdução à História. Lisboa: Europa-América, 1997.
- BURKE, P. A escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia. Tradução de Nilo Odalia. São Paulo: UNESP, 1997.
- CARDOSO, C. F. Sociedades do Antigo Oriente Próximo. São Paulo: Ática, 1997.
- CHILDE, G. O que aconteceu na história. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988.
- COTRIM, G. História Global/Geral e Brasil. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CUCHE, D. A noção de cultura nas ciências sociais. Tradução Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUBY, G. Idade média: Idade dos homens. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- FLORENZANO, M. B. O Mundo Antigo: Economia e Sociedade. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- FONTANA, J. A história dos homens. Bauru: EDUSC, 2004.
- _____. História: análise do passado e projeto social. Bauru: EDUSC, 1982.
- FUNARI, P. P. Antiguidade Clássica: a História e a cultura a partir dos Documentos. Campinas: Unicamp, 1995.
- GALEANO, E. Espelhos: uma história quase universal. Tradução de Eric Nepomuceno. POA: L&PM, 2008.
- _____. História e Memória. Campinas: Unicamp, 1992.
- _____. Mercadores e banqueiros na Idade Média. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- HARNECKER, M. Os conceitos elementares do materialismo histórico. São Paulo: Global, 1983.
- HOBBSBAWM, E. Como mudar o mundo. São Paulo: Cia das Letras, 2011.
- HOMERO. Ilíada. São Paulo: Ediouro, 2010.
- _____. Odisseia. São Paulo: Ediouro, 2010.
- HUBERMAM, L. História da riqueza do homem. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- LE GOFF, J. A bolsa e a vida. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- MARX, K.; ENGELS, F. A ideologia alemã. Tradução de Luis de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MICELI, P. O Feudalismo. 14ª ed. São Paulo: Atual, 1994.
- MOSSÉ, C. Péricles: o inventor da democracia. São Paulo: Estação Liberdade, 2008.
- PILETTI, C.; PILETTI, N. História e vida integrada. São Paulo: Ática, 2005.
- PLATÃO. A República. Tradução de Jaime Ginzburg. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1965.
- PLUTARCO. Alexandre e César. São Paulo: Ediouro, 2002.
- PROENÇA, G. Descobrimos a História da arte. São Paulo: Ática, 2005.
- SERIACOPI, R.; AZEVEDO, G. História: série Brasil. São Paulo: Ática, 2005.
- SUETÔNIO. A vida dos doze cézares. Tradução de Pietro Nassetti. São Paulo: Martins Claret, 2011.
- TUFANO, D. Estudos de literatura brasileira. São Paulo: Moderna, 1989.
- VICENTINO, C.; DORIGO, G. História para o ensino médio/História Geral e do Brasil. São Paulo: Scipione, 2005. (Série Parâmetros).

Anotações:

HABILIDADES À PROVA 1

» Mundo Moderno II – Séculos XVII e XVIII: Luzes, Revoluções e Ascensão burguesa

○ **1. (ENEM)** Que é ilegal a faculdade que se atribui à autoridade real para suspender as leis ou seu cumprimento.

Que é ilegal toda cobrança de impostos para a Coroa sem o concurso do Parlamento, sob pretexto de prerrogativa, ou em época e modo diferentes dos designados por ele próprio.

Que é indispensável convocar com frequência os Paramentos para satisfazer os agravos, assim como para corrigir, afirmar e conservar leis.

Declaração de Direitos. Disponível em: disciplinas.stoa.usp.br. Acesso em: 20 dez. 2011 (adaptado).

No documento de 1689, identifica-se uma particularidade da Inglaterra diante dos demais Estados europeus na Época Moderna. A peculiaridade inglesa e o regime político que predominavam na Europa continental estão indicados, respectivamente, em:

- a) redução da influência do papa - Teocracia
- b) limitação do poder do soberano - Absolutismo
- c) ampliação da dominação da nobreza - República
- d) expansão da força do presidente - Parlamentarismo
- e) restrição da competência do congresso - Presidencialismo

○ **2. (ENEM)**

TEXTO I

“Macaulay enfatizou o glorioso acontecimento representado pela luta do Parlamento contra Carlos I em prol da liberdade política e religiosa do povo inglês; significou o primeiro confronto entre a liberdade e a tirania real, primeiro combate em favor do Iluminismo e do Liberalismo.”

(ARRUDA, J. J. A. Perspectiva da Revolução Inglesa. Rev. Bras. Hist. n. 7, 1984 (adaptado).)

TEXTO II

“A Revolução Inglesa, como todas as revoluções, foi causada pela ruptura da velha sociedade, e não pelos desejos da velha burguesia. Na década de 1640, camponeses se revoltaram contra os cercamentos, tecelões contra a miséria resultante da depressão e os crentes contra o Anticristo a fim de instalar o reino de Cristo na Terra.”

(HILL, C. Uma revolução burguesa? Rev. Bras. Hist. n. 7, 1984 (adaptado).)

A concepção de Revolução Inglesa apresentada no Texto II diferencia-se da do Texto I ao destacar a existência de:

- a) pluralidade das demandas sociais.
- b) homogeneidade das lutas religiosas.
- c) unicidade das abordagens históricas.
- d) superficialidade dos interesses políticos.
- e) superioridade dos aspectos econômicos.

○ **3. (ENEM)** Numa época de revisão geral, em que valores são contestados, reavaliados, substituídos e muitas vezes recriados, a crítica tem papel preponderante. Essa, de fato, é uma das principais características das Luzes, que, recusando as verdades ditadas por autoridades, submetem tudo ao crivo da crítica.

KANT, I. O julgamento da razão. In: ABRÃO, B. S. (Org.) História da Filosofia. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

O Iluminismo tece críticas aos valores estabelecidos sob a rubrica da autoridade e, nesse sentido, propõe:

a) a defesa do pensamento dos enciclopedistas que, com seus escritos, mantinham o ideário religioso.

b) o estímulo da visão reducionista do humanismo, permeada pela defesa de isenção em questões políticas e sociais.

c) a consolidação de uma visão moral e filosófica pautada em valores condizentes com a centralização política.

d) a manutenção dos princípios da metafísica, dando vastas esperanças de emancipação para a humanidade.

e) o incentivo do saber, eliminando superstições e avançando na dimensão da cidadania e da ciência.

○ **4. (ENEM)** O século XVIII é, por diversas razões, um século diferenciado. Razão e experimentação se aliavam no que se acreditava ser o verdadeiro caminho para o estabelecimento do conhecimento científico, por tanto tempo almejado. O fato, a análise e a indução passavam a ser parceiros fundamentais da razão. É ainda no século XVIII que o homem começa a tomar consciência de sua situação na história.

ODALIA, N. In: PINSKY, J.; PINSKY, C. B. História da cidadania. São Paulo: Contexto, 2003.

No ambiente cultural do Antigo Regime, a discussão filosófica mencionada no texto tinha como uma de suas características a:

- a) aproximação entre inovação e saberes antigos.
- b) conciliação entre revelação e metafísica platônica.
- c) vinculação entre escolástica e práticas de pesquisa.
- d) separação entre teologia e fundamentalismo religioso.
- e) contraposição entre clericalismo e liberdade de pensamento.

○ **5. (ENEM)** Uma privatização do espaço maior do que aquela proporcionada pelo quarto evidencia-se cada vez mais nos séculos XVII e XVIII. Como as ruelles [espaço entre a cama e a parede], as alcovas são espaços além do leito, longe da porta que dá acesso à sala (ou à antecâmara, nas casas da elite). Thomas Jefferson, tecnólogo do estilo século XVIII, mandou construir uma parede em torno de sua cama a fim de fechar completamente o pequeno cômodo além do leito — cômodo no qual só ele podia entrar, descendo da cama do lado da ruelle.

RANUM, O. Os refúgios da intimidade. In: CHARTIER, R. (Org.) História da vida privada: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

A partir do século XVII, a história da casa, que foi se modificando para atender aos novos hábitos dos indivíduos, provocou o(a):

- a) ampliação dos recintos.
- b) iluminação dos corredores.
- c) desvalorização da cozinha.
- d) embelezamento dos jardins.
- e) especialização dos aposentos.

Anotações:



○ 6. (ENEM) É verdade que nas democracias o povo parece fazer o que quer; mas a liberdade política não consiste nisso. Deve-se ter sempre presente em mente o que é independência e o que é liberdade. A liberdade é o direito de fazer tudo o que as leis permitem; se um cidadão pudesse fazer tudo o que elas proibem, não teria mais liberdade, porque os outros também teriam tal poder.

MONTESQUIEU, B. *Do Espírito das Leis*. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1997 (adaptado).

A característica de democracia ressaltada por Montesquieu diz respeito:

- a) ao *status* de cidadania que o indivíduo adquire ao tomar as decisões por si mesmo.
- b) ao condicionamento da liberdade dos cidadãos à conformidade às leis.
- c) à possibilidade de o cidadão participar no poder e, nesse caso, livre da submissão às leis.
- d) ao livre-arbítrio do cidadão em relação àquilo que é proibido, desde que ciente das consequências.
- e) ao direito de o cidadão exercer sua vontade de acordo com seus valores pessoais.

○ 7. (ENEM) Para que não haja abuso, é preciso organizar as coisas de maneira que o poder seja contido pelo poder. Tudo estaria perdido se o mesmo homem ou o mesmo corpo dos principais, ou dos nobres, ou do povo, exercesse esses três poderes: o de fazer leis, o de executar as resoluções públicas e o de julgar os crimes ou as divergências dos indivíduos. Assim, criam-se os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, atuando de forma independente para a efetivação da liberdade, sendo que esta não existe se uma mesma pessoa ou grupo exercer os referidos poderes concomitantemente.

MONTESQUIEU, B. *Do espírito das leis*. São Paulo: Abril Cultural, 1979 (adaptado).

A divisão e a independência entre os poderes são condições necessárias para que possa haver liberdade em um Estado. Isso pode ocorrer apenas sob um modelo político em que haja:

- a) exercício de tutela sobre atividades jurídicas e políticas.
- b) consagração do poder político pela autoridade religiosa.
- c) concentração do poder nas mãos de elites técnico-científicas.
- d) estabelecimento de limites aos atores públicos e às instituições do governo.
- e) reunião das funções de legislar, julgar e executar nas mãos de um governante eleito.

Anotações:

○ 9. (ENEM) Havia já muito tempo que a Europa desfrutava os benefícios da vacina e arrancava à morte milhares de inocentes, condenados a serem vítimas do terrível flagelo das bexigas, e o governo de Portugal nunca se lembrara de transmitir ao Brasil a mais útil das descobertas humanas, quando aliás nenhum país mais do que ele carecia deste salutar invento ou se atendesse às vantagens da população ou ao perdimento de imensas somas na mortandade contínua de escravos, que este flagelo devorava. O certo é que mais ocupado de seu ouro que de seus habitantes, Portugal, como em outros muitos casos, esperou que o Brasil por seu próprio impulso remediase a este mal.

PEREIRA, J. C. 12 jan. 1828 apud LOPES, M. B.; POLITO, R. Para uma história da vacina no Brasil: um manuscrito inédito de Norberto e Macedo. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, n. 2, abr.-jun. 2007 (adaptado).

Escrito em 1828, o texto expressa a seguinte ideia de origem iluminista:

- a) As leis observáveis regem o mundo material.
- b) O monarca racional promove a sociedade justa.
- c) O direito natural justifica a liberdade dos homens.
- d) A produção da terra garante a riqueza das nações.
- e) A responsabilidade dos governantes assegura a saúde dos povos

○ 9. (ENEM) “[...] Um operário desenrola o arame, o outro o endireita, um terceiro corta, um quarto o afia nas pontas para a colocação da cabeça do alfinete; para fazer a cabeça do alfinete requerem-se 3 ou 4 operações diferentes; [...]”

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações*. Investigação sobre a sua Natureza e suas Causas. Vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



Jornal do Brasil, 19 de fevereiro de 1997.

A respeito do texto e do quadrinho são feitas as seguintes afirmações:

- I. Ambos retratam a intensa divisão do trabalho, à qual são submetidos os operários.
- II. O texto refere-se à produção informatizada, e o quadrinho, à produção artesanal.
- III. Ambos contêm a ideia de que o produto da atividade industrial não depende do conhecimento de todo o processo por parte do operário.

Entre essas afirmações, apenas:

- a) I está correta.
- b) II está correta.
- c) III está correta.
- d) I e II estão corretas.
- e) I e III estão corretas.

Anotações:



○ 10. (ENEM)



Cenas do filme *Tempos Modernos (Modern Times)*, EUA, 1936, Direção: Charles Chaplin, Produção: Continental.

A figura representada por Charles Chaplin critica o modelo de produção do início do século XX, nos Estados Unidos da América, que se espalhou por diversos países e setores da economia e teve como resultado:

- a) a subordinação do trabalhador à máquina, levando o homem a desenvolver um trabalho repetitivo.
- b) a ampliação da capacidade criativa e da polivalência funcional para cada homem em seu posto de trabalho.
- c) a organização do trabalho que possibilitou ao trabalhador o controle sobre a mecanização do processo de produção.
- d) o rápido declínio do absenteísmo, o grande aumento da produção conjugado com a diminuição das áreas de estoque.
- e) as novas técnicas de produção que provocaram ganhos de produtividade, repassados aos trabalhadores como forma de eliminar as greves.

○ 11. (ENEM) As relações sociais, produzidas a partir da expansão do mercado capitalista – e o sistema de fábrica é seu “estágio superior” –, tornaram possível o desenvolvimento de uma determinada tecnologia, isto é, aquela que supõe a priori a expropriação dos saberes daqueles que participam do processo de trabalho. Nesse sentido, foi no sistema de fábrica que uma dada tecnologia pôde se impor, não apenas como instrumento para incrementar a produtividade do trabalho, mas, muito principalmente, como instrumento para controlar, disciplinar e hierarquizar esse processo de trabalho.

DECCA, E. S. *O Nascimento das Fábricas*. São Paulo: Brasiliense, 1986 (fragmento).

Mais do que trocar ferramentas pela utilização de máquinas, o capitalismo, por meio do “sistema de fábrica”, expropriou o trabalhador do seu “saber fazer”, provocando, assim:

- a) a desestruturação de atividades lucrativas praticadas pelos artesãos ingleses desde a Baixa Idade Média.

- b) a divisão e a hierarquização do processo laboral, que ocasionaram o distanciamento do trabalhador do seu produto final.
- c) o movimento dos trabalhadores das áreas urbanas em direção às rurais, devido à escassez de postos de trabalho nas fábricas.
- d) a organização de grupos familiares em galpões para elaboração e execução de manufaturas que seriam comercializadas.
- e) a associação da figura do trabalhador à do assalariado, fato que favorecia a valorização do seu trabalho e a inserção no processo fabril.

○ 12. (ENEM) Homens da Inglaterra, por que arar para os senhores que vos mantêm na miséria?

Por que tecer com esforços e cuidado as ricas roupas que vossos tiranos vestem?

Por que alimentar, vestir e poupar do berço até o túmulo esses parasitas ingratos que exploram vosso suor – ah, que bebem vosso sangue?

SHELLEY. *Os homens da Inglaterra*. Apud HUBERMAN, L. *História da Riqueza do Homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

A análise do trecho permite identificar que o poeta romântico Shelley (1792-1822) registrou uma contradição nas condições socioeconômicas da nascente classe trabalhadora inglesa durante a Revolução Industrial. Tal contradição está identificada:

- a) na pobreza dos empregados, que estava dissociada da riqueza dos patrões.
- b) no salário dos operários, que era proporcional aos seus esforços nas indústrias.
- c) na burguesia, que tinha seus negócios financiados pelo proletariado.
- d) no trabalho, que era considerado uma garantia de liberdade.
- e) na riqueza, que não era usufruída por aqueles que a produziam.

○ 13. (ENEM) A prosperidade induzida pela emergência das máquinas de tear escondia uma acentuada perda de prestígio. Foi nessa idade de ouro que os artesãos, ou os tecelões temporários, passaram a ser denominados, de modo genérico, tecelões de teares manuais. Exceto em alguns ramos especializados, os velhos artesãos foram colocados lado a lado com novos imigrantes, enquanto pequenos fazendeiros-tecelões abandonaram suas pequenas propriedades para se concentrar na atividade de tecer. Reduzidos à completa dependência dos teares mecanizados ou dos fornecedores de matéria-prima, os tecelões ficaram expostos a sucessivas reduções dos rendimentos.

THOMPSON, E. P. *The making of the english working class*. Harmondsworth: Penguin Books, 1979 (adaptado).

Com a mudança tecnológica ocorrida durante a Revolução Industrial, a forma de trabalhar alterou-se porque:

- a) a invenção do tear propiciou o surgimento de novas relações sociais.
- b) os tecelões mais hábeis prevaleceram sobre os inexperientes.
- c) os novos teares exigiam treinamento especializado para serem operados.
- d) os artesãos, no período anterior, combinavam a tecelagem com o cultivo de subsistência.
- e) os trabalhadores não especializados se apropriaram dos lugares dos antigos artesãos nas fábricas.



○ **14. (ENEM)** A Inglaterra pedia lucros e recebia lucros. Tudo se transformava em lucro. As cidades tinham sua sujeira lucrativa, suas favelas lucrativas, sua fumaça lucrativa, sua desordem lucrativa, sua ignorância lucrativa, seu desespero lucrativo. As novas fábricas e os novos altos-fornos eram como as Pirâmides, mostrando mais a escravização do homem que seu poder.

DEANE, P. *A Revolução Industrial*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979 (adaptado).

Qual relação é estabelecida no texto entre os avanços tecnológicos ocorridos no contexto da Revolução Industrial Inglesa e as características das cidades industriais no início do século XIX?

- a) A facilidade em se estabelecerem relações lucrativas transformava as cidades em espaços privilegiados para a livre iniciativa, característica da nova sociedade capitalista.
- b) O desenvolvimento de métodos de planejamento urbano aumentava a eficiência do trabalho industrial.
- c) A construção de núcleos urbanos integrados por meios de transporte facilitava o deslocamento dos trabalhadores das periferias até as fábricas.
- d) A grandiosidade dos prédios onde se localizavam as fábricas revelava os avanços da engenharia e da arquitetura do período, transformando as cidades em locais de experimentação estética e artística.
- e) O alto nível de exploração dos trabalhadores industriais ocasionava o surgimento de aglomerados urbanos marcados por péssimas condições de moradia, saúde e higiene.

○ **15. (ENEM)** A Segunda Revolução Industrial, no final do século XIX e início do século XX, nos EUA, período em que a eletricidade passou gradativamente a fazer parte do cotidiano das cidades e a alimentar os motores das fábricas, caracterizou-se pela administração científica do trabalho e pela produção em série.

MERLO, A. R. C.; LAPIS, N. L. *A saúde e os processos de trabalho no capitalismo: reflexões na interface da psicodinâmica do trabalho e da sociologia do trabalho*. Psicologia e Sociedade, n. 1, abr. 2007.

De acordo com o texto, na primeira metade do século XX, o capitalismo produziu um novo espaço geoeconômico e uma revolução que está relacionada com a:

- a) proliferação de pequenas e médias empresas, que se equiparam com as novas tecnologias e aumentaram a produção, com aporte do grande capital.
- b) técnica de produção fordista, que instituiu a divisão e a hierarquização do trabalho, em que cada trabalhador realizava apenas uma etapa do processo produtivo.
- c) passagem do sistema de produção artesanal para o sistema de produção fabril, concentrando-se, principalmente, na produção têxtil destinada ao mercado interno.
- d) independência política das nações colonizadas, que permitiu igualdade nas relações econômicas entre os países produtores de matérias-primas e os países industrializados.
- e) constituição de uma classe de assalariados, que possuíam como fonte de subsistência a venda de sua força de trabalho e que lutavam pela melhoria das condições de trabalho nas fábricas.

○ **16. (ENEM)** Os cercamentos do século XVIII podem ser considerados como sínteses das transformações que levaram à consolidação do capitalismo na Inglaterra. Em primeiro lugar, porque sua especialização exigiu uma articulação fundamental com o mercado. Como se concentravam na atividade de produção de lã, a realização da renda dependeu dos mercados, de novas tecnologias de beneficiamento do produto e do emprego de novos tipos de ovelhas. Em segundo lugar, concentrou-se na inter-relação do campo com a cidade e, em um primeiro momento, também se vinculou à liberação de mão de obra.

RODRIGUES, A. E. M. *Revoluções burguesas*. In: REIS FILHO, D. A. et al (orgs.). *O Século X. V. 1*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000 (adaptado).

Outra consequência dos cercamentos que teria contribuído para a Revolução Industrial na Inglaterra foi o:

- a) aumento do consumo interno.
- b) congelamento do salário mínimo.
- c) fortalecimento dos sindicatos proletários.
- d) enfraquecimento da burguesia industrial.
- e) desmembramento das propriedades improdutivas.

○ **17. (ENEM)** Até o século XVII, as paisagens rurais eram marcadas por atividades rudimentares e de baixa produtividade. A partir da Revolução Industrial, porém, sobretudo com o advento da revolução tecnológica, houve um desenvolvimento contínuo do setor agropecuário.

São, portanto, observadas consequências econômicas, sociais e ambientais inter-relacionadas no período posterior à Revolução Industrial, as quais incluem:

- a) a erradicação da fome no mundo.
- b) o aumento das áreas rurais e a diminuição das áreas urbanas.
- c) a maior demanda por recursos naturais, entre os quais os recursos energéticos.
- d) a menor necessidade de utilização de adubos e corretivos na agricultura.
- e) o contínuo aumento da oferta de emprego no setor primário da economia, em face da mecanização.

○ **18. (ENEM)** Se vamos ter mais tempo de lazer no futuro automatizado, o problema não é como as pessoas vão consumir essas unidades adicionais de tempo de lazer, mas que capacidade para a experiência terão as pessoas com esse tempo livre. Mas se a notação útil do emprego do tempo se torna menos compulsiva, as pessoas talvez tenham de reaprender algumas das artes de viver que foram perdidas na Revolução Industrial: como preencher os interstícios de seu dia com relações sociais e pessoais; como derrubar mais uma vez as barreiras entre o trabalho e a vida.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

A partir da reflexão do historiador, um argumento contrário à transformação promovida pela Revolução Industrial na relação dos homens com o uso do tempo livre é o(a):

- a) intensificação da busca do lucro econômico.
- b) flexibilização do período de férias trabalhistas.
- c) esquecimento das formas de sociabilidade tradicionais.
- d) aumento das oportunidades de confraternização familiar.
- e) multiplicação das possibilidades de entretenimento virtual.

Anotações:



○ 19. (ENEM)

TEXTO I

O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala, representando um aumento tremendo na produção, abrindo caminho na direção dos lucros, resultado do aumento da procura. Eram forças abrindo um novo mundo.

HUBERMAN, L. *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974 (adaptado).

TEXTO II

Os edifícios das fábricas adaptavam-se mal à concentração de numerosa mão de obra, reunida para longos dias de trabalho, numa situação árdua e insalubre. O trabalho nas fábricas destruiu o sistema doméstico de produção. Homens, mulheres e crianças deixavam os lugares onde moravam para trabalhar em diferentes fábricas.

LEITE, M. M. *Iniciação à história social contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1980 (adaptado).

As estratégias empregadas pelos textos para abordar o impacto da Revolução Industrial sobre as sociedades que se industrializavam são, respectivamente:

- a) ressaltar a expansão tecnológica e deter-se no trabalho doméstico.
- b) acentuar as inovações tecnológicas e priorizar as mudanças no mundo do trabalho.
- c) debater as consequências sociais e valorizar a reorganização do trabalho.
- d) indicar os ganhos sociais e realçar as perdas culturais.
- e) minimizar as transformações sociais e criticar os avanços tecnológicos.

○ 20. (ENEM) Os principais distúrbios começaram em Nottingham, em 1811. Uma grande manifestação de malharistas, gritando por trabalho e por um preço mais liberal, foi dissolvida pelo exército. Naquela noite, sessenta armações de malha foram destruídas na grande vila de Arnold por amotinados que não tomaram nenhuma precaução em se disfarçar e foram aplaudidos pela multidão.

THOMPSON, E.P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 (fragmento).

Esse texto diz respeito à nova realidade socioeconômica da Inglaterra implantada a partir da Revolução Industrial. A principal consequência para os trabalhadores, nas primeiras décadas do século XIX, manifestou-se por meio:

- a) de petições enviadas ao Parlamento inglês na defesa de direitos coletivos.
- b) do descontentamento pelo aumento de preços dos alimentos básicos e moradia.
- c) da conquista de direitos trabalhistas pela atuação combativa dos sindicatos.
- d) da destruição de máquinas que deterioravam as condições de vida e de trabalho.
- e) da vitória sobre a burguesia, com a redução da jornada de trabalho para oito horas.

○ 21. (ENEM) A Revolução Industrial ocorrida no final do século XVIII transformou as relações do homem com o trabalho. As máquinas mudaram as formas de trabalhar, e as fábricas concentraram-se em regiões próximas às matérias-primas e a grandes portos, originando vastas concentrações humanas. Muitos dos operários vinham da área rural e cumpriam jornadas de trabalho de 12 a 14 horas, na maioria das vezes, em condições adversas. A legislação trabalhista surgiu muito lentamente ao longo do século XIX, e a diminuição da jornada de trabalho para oito horas diárias concretizou-se no início do século XX.

Pode-se afirmar que as conquistas no início do século XX, decorrentes da legislação trabalhista, estão relacionadas com:

- a) a expansão do capitalismo e a consolidação dos regimes monárquicos constitucionais.
- b) a expressiva diminuição da oferta de mão de obra, devido à demanda por trabalhadores especializados.
- c) a capacidade de mobilização dos trabalhadores em defesa dos seus interesses.
- d) o crescimento do Estado ao mesmo tempo que diminuía a representação operária nos parlamentos.
- e) a vitória dos partidos comunistas nas eleições das principais capitais europeias.

○ 22. (ENEM) Na produção social que os homens realizam, eles entram em determinadas relações indispensáveis e independentes de sua vontade; tais relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das suas forças materiais de produção. A totalidade dessas relações constitui a estrutura econômica da sociedade – fundamento real, sobre o qual se erguem as superestruturas política e jurídica, e ao qual correspondem determinadas formas de consciência social.

MARX, K. *Prefácio à Crítica da economia política*. In: MARX, K. ENGELS, F. *Textos 3*. São Paulo. Edições Sociais, 1977 (adaptado).

Para o autor, a relação entre economia e política estabelecida no sistema capitalista faz com que:

- a) o proletariado seja contemplado pelo processo de mais-valia.
- b) o trabalho se constitua como o fundamento real da produção material.
- c) a consolidação das forças produtivas seja compatível com o progresso humano.
- d) a autonomia da sociedade civil seja proporcional ao desenvolvimento econômico.
- e) a burguesia revolucione o processo social de formação da consciência de classe.

Anotações:



○ **23. (ENEM)** O movimento operário ofereceu uma nova resposta ao grito do homem miserável no princípio do século XIX. A resposta foi a consciência de classe e a ambição de classe. Os pobres então se organizavam em uma classe específica, a classe operária, diferente da classe dos patrões (ou capitalistas). A Revolução Francesa lhes deu confiança; a Revolução Industrial trouxe a necessidade da mobilização permanente.

HOBBSAWM, E. J. *A era das revoluções*. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

No texto, analisa-se o impacto das Revoluções Francesa e Industrial para a organização da classe operária. Enquanto a “confiança” dada pela Revolução Francesa era originária do significado da vitória revolucionária sobre as classes dominantes, a “necessidade da mobilização permanente”, trazida pela Revolução Industrial, decorria da compreensão de que:

- a) a competitividade do trabalho industrial exigia um permanente esforço de qualificação para o enfrentamento do desemprego.
- b) a completa transformação da economia capitalista seria fundamental para a emancipação dos operários.
- c) a introdução das máquinas no processo produtivo diminuía as possibilidades de ganho material para os operários.
- d) o progresso tecnológico geraria a distribuição de riquezas para aqueles que estivessem adaptados aos novos tempos industriais.
- e) a melhoria das condições de vida dos operários seria conquistada com as manifestações coletivas em favor dos direitos trabalhistas.

○ **24. (ENEM)**

TEXTO I

Não é sem razão que o ser humano procura de boa vontade juntar-se em sociedade com outros que estão já unidos, ou pretendem unir-se, para a mútua conservação da vida, da liberdade e dos bens a que chamo de propriedade.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre governo: ensaio relativo à verdadeira origem, extensão e objetivo do governo civil*. São Paulo: Abril Cultural, 1978 (adaptado).

TEXTO II

Para que essas classes com interesses econômicos em conflitos não destruam a si mesmas e à sociedade numa luta estéril, surge a necessidade de um poder que, na aparência, esteja acima da sociedade, que atenua o conflito, mantenha-o dentro dos limites da ordem.

ENGELS, F. In: GALLINO, L. *Dicionário de sociologia*. São Paulo: Paulus, 2005 (adaptado).

Os textos expressam duas visões sobre a forma como os indivíduos se organizam socialmente. Tais visões apontam, respectivamente, para as concepções:

- a) Liberal, em defesa da liberdade e da propriedade privada - Conflituosa, exemplificada pela luta de classes
- b) Heterogênea, favorável à propriedade privada - Consensual, sob o controle de classes com interesses comuns
- c) Igualitária, baseada na filantropia - Complementar, com objetivos comuns unindo classes antagônicas
- d) Compulsória, na qual as pessoas possuem papéis que se complementam - Individualista, na qual as pessoas lutam por seus interesses
- e) Libertária, em defesa da razão humana - Contraditória, na qual vigora o estado de natureza

○ **25. (ENEM)** Em nosso país, queremos substituir o egoísmo pela moral, a honra pela probidade, os usos pelos princípios, as conveniências pelos deveres, a tirania da moda pelo império da razão, o desprezo à desgraça pelo desprezo ao vício, a insolência pelo orgulho, a vaidade pela grandeza de alma, o amor ao dinheiro pelo amor à glória, a boa companhia pelas boas pessoas, a intriga pelo mérito, o espirituoso pelo gênio, o brilho pela verdade, o tédio da volúpia pelo encanto da felicidade, a mesquinha dos grandes pela grandeza do homem.

HUNT, L. *Revolução Francesa e Vida Privada*. In: PERROT, M. (Org.) *História da Vida Privada: da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Vol. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1991 (adaptado).

O discurso de Robespierre, de 5 de fevereiro de 1794, do qual o trecho transcrito é parte, relaciona-se a qual dos grupos político-sociais envolvidos na Revolução Francesa?

- a) À alta burguesia, que desejava participar do poder legislativo francês como força política dominante.
- b) Ao clero francês, que desejava justiça social e era ligado à alta burguesia.
- c) A militares oriundos da pequena e média burguesia, que derrotaram as potências rivais e queriam reorganizar a França internamente.
- d) À nobreza esclarecida, que, em função do seu contato com os intelectuais iluministas, desejava extinguir o absolutismo francês.
- e) Aos representantes da pequena e média burguesia e das camadas populares, que desejavam justiça social e direitos políticos.

○ **26. (ENEM)** Fala-se muito, nos dias de hoje, em direitos do homem. Pois bem: foi no século XVIII – em 1789, precisamente – que uma Assembleia Constituinte produziu e proclamou em Paris a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Essa Declaração se impôs como necessária para um grupo de revolucionários, por ter sido preparada por uma mudança no plano das ideias e das mentalidades: o Iluminismo.

FORTES, L. R. S. *O Iluminismo e os reis filósofos*. São Paulo: Brasiliense, 1981 (adaptado).

Correlacionando temporalidades históricas, o texto apresenta uma concepção de pensamento que tem como uma de suas bases a:

- a) modernização da educação escolar.
- b) atualização da disciplina moral cristã.
- c) divulgação de costumes aristocráticos.
- d) socialização do conhecimento científico.
- e) universalização do princípio da igualdade civil.

Anotações:



○ 27. (ENEM)

TEXTO I

O Estado sou eu.

Frase atribuída a Luís XIV, Rei Sol, 1638-1715. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br>. Acesso em: 30 nov. 2011.

TEXTO II

A nação é anterior a tudo. Ela é a fonte de tudo. Sua vontade é sempre legal; na verdade é a própria lei.

SIEYÈS, E.-J. O que é o Terceiro Estado. Apud. ELIAS, N. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

Os textos apresentados expressam alteração na relação entre governantes e governados na Europa. Da frase atribuída ao rei Luís XIV até o pronunciamento de Sieyès, representante das classes médias que integravam o Terceiro Estado Francês, infere-se uma mudança decorrente da:

- a) ampliação dos poderes soberanos do rei, considerado guardião da tradição e protetor de seus súditos e do Império.
- b) associação entre vontade popular e nação, composta por cidadãos que dividem uma mesma cultura nacional.
- c) reforma aristocrática, marcada pela adequação dos nobres aos valores modernos, tais como o princípio do mérito.
- d) organização dos Estados centralizados, acompanhados pelo aprofundamento da eficiência burocrática.
- e) crítica ao movimento revolucionário, tido como ilegítimo em meio à ascensão popular conduzida pelo ideário nacionalista.

○ 28. (ENEM)

Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão – 1789

“Os representantes do povo francês, tendo em vista que a ignorância, o esquecimento ou o desprezo dos direitos do homem são as únicas causas dos males públicos e da corrupção dos governos, resolveram declarar solenemente os direitos naturais, inalienáveis e sagrados do homem, a fim de que esta declaração, sempre presente em todos os membros do corpo social, lhes lembre permanentemente seus direitos e seus deveres; a fim de que as reivindicações dos cidadãos, fundadas em princípios simples e incontestáveis, se dirijam sempre à conservação da Constituição e à felicidade geral.”

(Disponível em: www.direitoshumanosusp.br. Acesso em: 7 jun. 2018 (adaptado))

Esse documento, elaborado no contexto da Revolução Francesa, reflete uma profunda mudança social ao estabelecer a

- a) manutenção das terras comunais.
- b) supressão do poder constituinte.
- c) falência da sociedade burguesa.
- d) paridade do tratamento jurídico.
- e) abolição dos partidos políticos.

Anotações:

○ 29. (ENEM) Algumas transformações que antecedem a Revolução Francesa podem ser exemplificadas pela mudança de significado da palavra “restaurante”. Desde o final da Idade Média, a palavra *restaurant* designava caldos ricos, carne de aves e de boi, legumes, raízes e ervas. Em 1765, surgiu, em Paris, um local onde se vendiam esses caldos, usados para restaurar as forças dos trabalhadores. Nos anos que precederam a Revolução, em 1789, multiplicaram-se diversos *restaurateurs*, que serviam pratos requintados, descritos em páginas emolduradas e servidos não mais em mesas coletivas e malcuidadas, mas individuais e com toalhas limpas. Com a Revolução, cozinheiros da corte e da nobreza perderam seus patrões, refugiados no exterior ou guilhotinados, e abriram seus restaurantes por conta própria. Apenas em 1835, o *Dicionário da Academia Francesa* oficializou a utilização da palavra *restaurant* com o sentido atual.

A mudança do significado da palavra *restaurant* ilustra:

- a) a ascensão das classes populares aos mesmos padrões de vida da burguesia e da nobreza.
- b) a apropriação e a transformação, pela burguesia, de hábitos populares e dos valores da nobreza.
- c) a incorporação e a transformação, pela nobreza, dos ideais e da visão de mundo da burguesia.
- d) a consolidação das práticas coletivas e dos ideais revolucionários, cujas origens remontam à Idade Média.
- e) a institucionalização, pela nobreza, de práticas coletivas e de uma visão de mundo igualitária.

○ 30. (UFSM) Analise os textos:

Com todas as suas deficiências, as primeiras Leis Fabris [Grã-Bretanha, 1802 e 1819] foram os primeiros direitos sociais legalmente conquistados na era do capitalismo industrial. A limitação da idade para o trabalho infantil e da jornada de trabalho para crianças e adolescentes são intervenções significativas do Estado no funcionamento [...] do mercado de trabalho. Essas leis declaram que a liberdade de contratar não é ilimitada e que o limite é a pessoa humana, cuja integridade física e mental tem de ser preservada.

Fonte: SINGER, Paul. A cidadania para todos. In: PINSKY, J. (org.). - SP: Contexto, 2010. p. 222.

A partir do texto, assinale a alternativa correta.

- a) Interessados na integridade e bem-estar dos trabalhadores, os industriais e o Estado britânico, desde cedo, favoreceram uma ampla legislação trabalhista.
- b) Desde a Revolução Industrial, os capitães de indústrias se preocupam com a implantação de uma legislação trabalhista estabelecida pelo Estado, pois só assim se concretizam os ideais do liberalismo.
- c) As leis que asseguram limites às relações de trabalho são importantes para o movimento operário, porém, historicamente, não garantiram a sua efetivação, exigindo a mobilização dos trabalhadores.
- d) Do ponto de vista do movimento operário, desde o início da Revolução Industrial, era importante defender a livre contratação dos empregados pelos patrões, assim como a não intermediação do Estado nas negociações salariais.
- e) Os interesses do Capital e os do Trabalho foram harmonizados pelo Estado britânico, tendo em vista os preceitos liberais quanto à intervenção estatal na esfera das relações trabalhistas.



○ 31. (UFSM) Analise os textos:

A indústria foi modernizada na Inglaterra, durante o século XIX, mas os velhos métodos de exploração do trabalho não mudaram: as jornadas de trabalho foram prolongadas e os salários diminuídos, fazendo crescer os lucros, especialmente nas minas de carvão, com o trabalho infantil. Os escrúpulos humanitários resumiram-se às casas para trabalhadores desvalidos, sobre as quais escreveu Charles Dickens, em *Oliver Twist*: 'os pobres têm duas escolhas, morrer de fome lentamente se permanecem no depósito, ou de repente, se saem de lá'.

Fonte: ARRUDA, J. *Nova História Moderna e Contemporânea*. Bauru, SP: Edusc, 2005, v. 2, p. 40.

Quando examinei as três cabanas de barro que servem de hospital aos nativos em Leopoldville, todas deterioradas e duas com o teto de palha praticamente destruído, encontrei dezessete pacientes com doença do sono, homens e mulheres, jogados na pior sujeira. A maioria jazia no chão nu - muitos do lado de fora, em frente às casas e, pouco antes da minha chegada, uma mulher em estágio final de insensibilidade tinha caído no fogo e se queimado horrivelmente.

Fonte: FÁRIA, R.; MIRANDA, M.; CAMPOS, H. *Estudos de História*, 2. São Paulo: FTD, 2009, p. 178. (adaptado)

Os textos relatam duas manifestações do(a)

- a) racismo dos europeus em relação aos nativos africanos.
- b) espoliação dos trabalhadores na etapa imperialista do capitalismo.
- c) falência das políticas assistenciais propostas pelos socialistas.
- d) despreparo das autoridades para lidar com moléstias pouco conhecidas.
- e) insuficiência da missão civilizadora restringida à dimensão religiosa.

○ 32. (UFRGS) Em meados do século XVII, a Inglaterra mergulhou em uma guerra civil conhecida como Revolução Inglesa de 1640. Entre as alternativas abaixo, assinale aquela que não está relacionada com esse contexto histórico.

- a) No ápice da Revolução, o rei Carlos I foi executado, e a República proclamada. Oliver Cromwell tornou-se o dirigente máximo da Inglaterra. Com o fim da guerra civil, Cromwell instituiu um governo democrático, supervisionado pelo conjunto do Parlamento, no qual os direitos humanos passaram a ser respeitados e as classes populares encontraram voz ativa.
- b) Os puritanos, grupo político que desejava recuperar os valores do cristianismo primitivo e que recusava a autoridade do rei em matéria de fé, constituíram-se nos principais adversários das ideias absolutistas.
- c) Após a morte de Elisabeth Tudor em 1603, ascendeu ao trono da Inglaterra a dinastia escocesa dos Stuart, os quais careceram da habilidade política necessária para negociar com o Parlamento inglês.
- d) Uma das medidas da Revolução foi o estabelecimento do Ato de Navegação de 1651, que se tornou uma das bases da prosperidade comercial da Inglaterra. O Ato pretendia obter para os navios ingleses o comércio de transportes da Europa e excluir do comércio com as colônias inglesas todos os rivais.
- e) A queda da monarquia inglesa abriu caminho para o surgimento de reivindicações radicais, como a dos niveladores, que defendiam a abertura do Parlamento às classes populares, ou a dos escavadores, que aspiravam a uma redistribuição de terras que contemplasse os pequenos produtores.

○ 33. (UFRGS) No século XVII, o processo de transformação política da Inglaterra culminou com a derrota da "Restauração Stuart", na Revolução Gloriosa. Como consequência, desenvolveu-se a monarquia constitucional. Como esta era caracterizada?

Considere as respostas abaixo.

- I. Pelo poder de governo concentrado no rei, com aconselhamento do parlamento.
- II. Pelo governo da maioria parlamentar chefiado pelo primeiro ministro.
- III. Pela divisão e independência dos poderes legislativo, judiciário e executivo.
- IV. Pela subordinação definitiva do rei ao parlamento.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I, II e III.
- b) Apenas I, II e IV.
- c) Apenas I, III e IV.
- d) Apenas II, III e IV.
- e) I, II, III e IV.

○ 34. (UFRGS) O "Bill of Rights" (Declaração de Direitos) resultou de um processo histórico que apresentou importantes desdobramentos políticos na Inglaterra do século XVII e que se caracterizou:

- a) pelo conflito político-militar que opôs a burguesia manufatureira à nobreza dos cercamentos.
- b) pela consolidação de uma república social que estendeu aos "niveladores" e "cavadores" os privilégios da aristocracia proprietária.
- c) pelo confronto entre o absolutismo da dinastia Stuart e as ideias do Parlamento, concluído com a execução de Henrique VIII.
- d) pela aproximação econômica entre a burguesia comercial manufatureira e a nobreza dos cercamentos configurada na Revolução Gloriosa.
- e) pelo avanço dos setores católicos na economia industrial, em detrimento dos puritanos, mantenedores da ordem feudal.

○ 35. (UFRGS) Durante o século XVII, a Inglaterra experimentou um período de profundas e violentas transformações políticas, desde a eclosão da Guerra Civil Inglesa (1642-1651) até a Revolução Gloriosa (1688). Entre as principais consequências desse processo, podem ser enumeradas:

- a) a transição do absolutismo para uma monarquia constitucional, e a limitação dos poderes políticos do monarca.
- b) a abolição da propriedade privada e a adoção de um sistema de terras comunais em todo o país.
- c) a independência das treze colônias inglesas da América do Norte e a abertura dos portos ingleses aos navios estrangeiros.
- d) a derrota militar das forças reformistas e a consolidação do absolutismo monárquico nas mãos de Oliver Cromwell.
- e) a abolição do anglicanismo e a afirmação do calvinismo como religião oficial da Inglaterra.



36. (UFRGS) Em relação à história política da Inglaterra, é correto afirmar que

- a) no século XV, ocorreu uma disputa interna pela sucessão do trono inglês que colocou ao menos dois grupos em lados opostos. Esse conflito é conhecido como guerra dos cem anos, e os grupos em disputa eram os York e os Plantagenetas.
- b) no século XVII, o parlamento consolidou sua atuação política em relação ao poder da monarquia absolutista e foi instituída a chamada monarquia constitucional.
- c) no século XVIII, a produção industrial inglesa foi um dos fatores decisivos para o desenvolvimento da atividade mercantil, o que enfraqueceu o poder da coroa inglesa.
- d) no século XIX, a chamada era vitoriana enfrentou revoltas, entre elas a conquista da independência da Índia.
- e) nos séculos XX e XXI, a monarquia inglesa tem adotado uma postura política de neutralidade em relação a conflitos em regiões como o Iraque, em 2003.

37. (UFRGS) O conjunto de ideias que caracterizou parte importante do pensamento europeu no século XVIII é chamado de Iluminismo. Entre suas características principais, estão

- a) o abandono completo das religiões, o fim do clero e a difusão do ateísmo como forma de vida.
- b) a defesa da liberdade de pensamento e a centralidade da razão na organização dos saberes.
- c) a promoção dos nacionalismos em detrimento da compreensão universalista de civilização.
- d) o estímulo à obediência às autoridades eclesiásticas e a adoção da escolástica como instrumento pedagógico.
- e) o repúdio ao liberalismo econômico e a proteção de formas igualitárias e fraternais de produção.

38. (UFRGS 2020) “O dia mais feliz da minha vida será aquele em que o último rei for enforcado nas tripas do último padre.” Essa frase, atribuída ao filósofo francês Voltaire, diz respeito:

- a) à fase da Revolução Francesa conhecida como Terror, de outubro de 1793 a julho de 1796.
- b) à Declaração dos Direitos do Homem, em agosto de 1789, cuja principal ênfase era o anticlericalismo.
- c) à execução de Luís XVI em janeiro de 1793, tendo sido o principal argumento para a sua condenação à pena capital.
- d) ao clima intelectual de profundas críticas ao Antigo Regime que caracterizava o Iluminismo.
- e) à instalação do Diretório, em setembro de 1795, o qual se caracterizaria pela radicalização do processo revolucionário.

39. (UFRGS) No século XVIII, a filosofia das Luzes – o Iluminismo – constituiu um momento decisivo na história das ideias. Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, referentes a esse tema.

- () O movimento das Luzes teve seu maior esplendor na França, que constituía a maior potência da Europa ocidental, seja pelo número de habitantes, seja pelos recursos econômicos.
- () A despeito da concepção positiva da natureza humana e, portanto, da crença da perfectibilidade do homem, os pensadores iluministas recusaram qualquer engajamento na vida pública, negando a validade das reflexões políticas.
- () As Luzes encontraram suas raízes no progresso realizado no campo científico, ao longo do século XVII, através das contribuições de Galileu e Pascal, entre outros.
- () Como princípio-chave, a filosofia iluminista almejava fazer progredir o espírito crítico por meio de uma reflexão livre: a razão tornou-se o imperativo supremo.

() O século das Luzes pôde atingir tamanho desenvolvimento na medida em que contou com a mais ampla liberdade de expressão e de imprensa, à qual o Estado não impunha censuras.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F - F - V - V - V
- b) V - V - F - F - F
- c) F - V - F - V - V
- d) V - F - V - V - F
- e) F - V - F - F - V

40. (UFRGS) Considere o texto a seguir.

Digo, sem fazer maiores declarações, que, se a Razão oferece sua sóbria luz, se as mulheres são realmente capazes de agir como criaturas racionais, que não sejam tratadas como escravas, nem como animais que, submetidos ao homem, dependem de sua razão; mas, ao contrário, cultivem sua mente, deem a elas o limite sublime e salutar dos princípios e deixem que alcancem a dignidade consciente, sentindo elas próprias que dependem apenas de Deus.

Ensinem-nas, como aos homens, a se submeter à necessidade, em vez de atribuírem a um sexo a moral para torná-las mais agradáveis.

WOLLSTONECRAFT, Mary. Reivindicação dos Direitos da Mulher. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 57.

O texto, escrito pela filósofa inglesa Mary Wollstonecraft, no século XVIII, expressa ideais do

- a) Absolutismo.
- b) Iluminismo.
- c) Socialismo.
- d) Romantismo.
- e) Darwinismo.

41. (UFRGS) Quanto ao processo da Revolução Industrial, analise as seguintes afirmativas.

- I. Acarretou uma radical transformação nos métodos de produção, sendo também um amplo movimento social que afetou profundamente a vida do homem e da sociedade.
- II. Começou repentinamente, com a aplicação da máquina a vapor ao tear mecânico.
- III. Estava amparada no liberalismo econômico, que defendia o princípio do *laissez-faire, laissez-passar*.
- IV. Nasceu na França, país que mais lucrou com a revolução comercial, possibilitando o deslocamento da população para a cidade.
- V. Esteve vinculada ao fenômeno do êxodo rural, da explosão demográfica e da questão social presentes na Europa no século XIX.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Apenas I, II e V.
- c) Apenas I, III e V.
- d) Apenas II, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

Anotações:



○ 42. (UFRGS) Observe a imagem abaixo.



Considere as seguintes afirmações sobre a Revolução Industrial.

I. Durante sua primeira fase, a indústria têxtil, cujo epicentro estava na Inglaterra, foi predominante em termos de emprego e de investimento de capital.

II. Nos países de industrialização acelerada, como a Inglaterra e os Estados Unidos da primeira metade do século XIX, a intensa exploração do trabalho infantil e feminino contribuiu para o aumento de produtividade das indústrias locais.

III. Na primeira metade do século XIX, o aumento da produção industrial de têxteis ocasionou a expansão da produção de algodão e da utilização do trabalho escravo em larga escala no Sul norte-americano.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) I, II e III.

○ 43. (UFRGS) Com relação à Revolução Industrial, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as seguintes afirmações.

() Os cercamentos das terras comunais, promovidos pelo governo desde o século XVI, e o êxodo rural contribuíram para o florescimento da revolução industrial na Inglaterra.

() A substituição do trabalho artesanal pela manufatura, forma de divisão do trabalho que considera o critério de faixa etária para realização de tarefas, caracterizou a primeira etapa da revolução industrial.

() O acesso a matérias-primas, como o ferro e o carvão, utilizados no sistema fabril, possibilitou a construção e o funcionamento do maquinário e a produção de energia.

() As fábricas, no século XIX, adotaram um modelo de produção toyotista, caracterizado pela produção de pequenos lotes que atendem a demanda individual do consumidor.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V - V - F - F.
- b) V - F - V - F.
- c) F - F - V - V.
- d) V - F - V - V.
- e) F - V - F - V.

○ 44. (UFRGS) Em relação ao *Manifesto Comunista* de Marx e Engels, é incorreto afirmar que ele:

- a) apresenta alguns dos fundamentos básicos do Socialismo Científico.
- b) aponta a luta de classes como elemento definidor do desenvolvimento do processo histórico.
- c) exige o espontaneísmo revolucionário e a imediata destruição de toda forma de Estado para a construção da sociedade comunista.
- d) critica a sociedade capitalista, mas também rejeita as propostas do Socialismo Utópico.
- e) defende a organização da classe operária como força revolucionária contra a burguesia e o capitalismo.

○ 45. (UFRGS) “Os direitos humanos só se tornam significativos quando ganham conteúdo político. Não são os direitos de humanos num estado de natureza: são os direitos de humanos em sociedade. Não são apenas direitos humanos em oposição aos direitos divinos, ou direitos humanos em oposição aos direitos animais: são os direitos humanos vis-à-vis uns aos outros.” (Lynn Hunt).

Os três documentos históricos que fundamentam a gênese do princípio e da prática dos direitos humanos são:

- a) o *Bill of Rights*, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- b) o *Bill of Rights*, a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado e a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- c) a Declaração de Independência dos EUA, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- d) a Declaração de Independência dos EUA, a Declaração dos Direitos do Povo Trabalhador e Explorado e a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- e) a Declaração de Independência dos EUA, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão e a Declaração do Direito do Povo Trabalhador e Explorado.

○ 46. (UFRGS) A Revolução Francesa de 1789 apresentou distintas fases, com resultados diferentes. De qualquer forma, ela foi responsável pela eliminação do Antigo Regime e pela transformação da sociedade francesa e europeia da época.

Assinale, entre as alternativas abaixo, relativas aos resultados obtidos no campo, a que estiver incorreta.

- a) Abolição da monarquia e criação de um amplo setor de pequenos proprietários rurais.
- b) Eliminação da condição de servidão que se mantinha entre parte da população camponesa.
- c) Abolição dos deveres e tributos discriminatórios feudais e reais que recaíam sobre as diferentes regiões e o campo.
- d) Expropriação e venda das terras da monarquia, da Igreja e da aristocracia contrarrevolucionária aos burgueses e aos camponeses.
- e) Transformação dos senhores feudais em empresas agrícolas pela libertação do ônus do serviço militar e expulsão dos camponeses servís.



○ **47. (UFRGS)** Em junho de 1783, as *Bodas de Fígaro*, peça teatral escrita por Beaumarchais, seria encenada diante da Corte francesa. No último momento, a representação foi cancelada, por ser considerada excessivamente crítica à monarquia. Quando, enfim, a peça foi liberada em 1784, obteve um retumbante sucesso. Fígaro é espirituoso, inteligente e audacioso, mas é um valete. Seu senhor é um aristocrata de maus vícios, manobrado pelo seu círculo. Já o autor da peça, Beaumarchais, defendia a liberdade e a igualdade, demonstrando a inconformidade de parcela da sociedade francesa que ansiava por mudanças. Estas viriam por ocasião da Revolução Francesa.

Em relação às motivações que desencadearam tais mudanças, assinale a alternativa correta.

a) A burguesia, quando da Assembleia Geral, não obteve a duplicação de seus representantes no Terceiro Estado, nem conseguiu que as deliberações fossem feitas com base no voto individual.

b) A interferência francesa na guerra de independência americana provocou amplo enriquecimento do Estado.

c) O século XVIII caracterizou-se pela reação aristocrática, com a qual esse segmento social tentou recuperar o espaço de poder político e econômico já bastante comprometido pela centralização do Estado e pelo avanço da diversificação social e econômica.

d) Com a Revolução, e baseados nos Direitos Universais, os camponeses e as classes populares franceses viram reconhecidas as suas principais reivindicações, como, por exemplo, a partilha da terra.

e) Na reforma fiscal proposta pela monarquia francesa para modernizar o Estado, o clero e a aristocracia aceitaram pagar os impostos, mas a burguesia não.

○ **48. (UFRGS)** Considere o enunciado abaixo e as três propostas para completá-lo.

Diversos processos históricos decisivos para a construção da modernidade da sociedade ocidental foram se sucedendo desde o século XVI. Para esses processos, foi fundamental:

1. a Reforma, que, ao quebrar a unidade do cristianismo, começou a apresentar uma Europa não mais obediente a Roma.

2. o Renascimento, que, com o início da ciência moderna, promoveu o interesse pela natureza, pela observação objetiva e pela pesquisa experimental.

3. a Revolução Francesa, que, com a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, afirmou a igualdade de direitos entre os homens.

Qual(is) proposta(s) está(ão) correta(s)?

a) Apenas 1.

b) Apenas 2.

c) Apenas 1 e 3.

d) Apenas 2 e 3.

e) 1, 2 e 3.

Anotações:

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 2

» Mundo contemporâneo I – século XIX

○ 1. (ENEM)



DAVID, J.-L. A coroação de Napoleão (detalhe). Óleo sobre tela, 621 x 979 cm. Louvre, França, 1807.

O gesto representado no quadro simboliza uma diferença entre o império napoleônico e a monarquia absolutista, por:

- a) reduzir a autoridade do clero.
- b) instaurar a censura da imprensa.
- c) controlar a organização judiciária.
- d) suspender as pensões da nobreza.
- e) desprezar a propriedade privada.

○ 2. (ENEM) É uma mudança profunda na estrutura social, isto é, uma transformação que atinge todos os níveis da realidade social: o econômico, o político, o social e o ideológico. Uma revolução é uma luta entre forças de transformação e forças de conservação de uma sociedade. Quando ocorre uma revolução, a vida das pessoas sofre uma mudança radical no próprio dia a dia.

AQUINO, R. S.L. et al. *História das Sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Record, 1999 (fragmento).

Na França, em 1871, após a derrota de Napoleão III na guerra contra a Rússia e a presidência de Louis Adolphe Thiers, os trabalhadores franceses organizaram uma rebelião que levou à tomada de Paris e à organização de um governo popular, denominado de Comuna de Paris. Esse processo é considerado como uma importante experiência política, porque:

- a) extinguiu definitivamente o voto censitário e instituiu o voto por categoria profissional.
- b) foi a mais duradoura experiência de governo popular na História contemporânea.
- c) criou um Estado dos trabalhadores formado por comunas livres e autônomas.
- d) definiu um Estado voltado para atender aos interesses de todas as classes sociais.
- e) substituiu o exército por milícias comandadas pelos antigos generais, mas subordinadas ao poder das comunas.

○ 3. (ENEM) Sou um partidário da Comuna de Paris, que, por ter sido massacrada, sufocada no sangue pelos carrascos da reação monárquica e clerical, tornou-se ainda mais viva, mais poderosa na imaginação e no coração do proletariado da Europa; sou seu partidário sobretudo porque ela foi uma negação audaciosa, bem pronunciada, do Estado.

BAKUNIN, M. apud SAMIS, A. *Negras tormentas: o federalismo e o internacionalismo na Comuna de Paris*. São Paulo: Hedra, 2011.

A Comuna de Paris despertou a reação dos setores sociais mencionados no texto, porque:

- a) instituiu a participação política direta do povo.
- b) consagrou o princípio do sufrágio universal.
- c) encerrou o período de estabilidade política europeia.
- d) simbolizou a vitória do ideário marxista.
- e) representou a retomada dos valores do liberalismo

○ 4. (ENEM) A Inglaterra deve governar o mundo porque é a melhor; o poder deve ser usado; seus concorrentes imperiais não são dignos; suas colônias devem crescer, prosperar e continuar ligadas a ela. Somos dominantes, porque temos o poder (industrial, tecnológico, militar, moral), e elas não; elas são inferiores; nós, superiores, e assim por diante.

SAID, E. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Cia das Letras, 1995 (adaptado).

O texto reproduz argumentos utilizados pelas potências europeias para dominação de regiões na África e na Ásia, a partir de 1870. Tais argumentos justificavam suas ações imperialistas, concebendo-as como parte de uma:

- a) cruzada religiosa.
- b) catequese cristã.
- c) missão civilizatória.
- d) expansão comercial ultramarina.
- e) política exterior multiculturalista.

○ 5. (ENEM) Em busca de matérias-primas e de mercados por causa da acelerada industrialização, os europeus retalharam entre si a África. Mais do que alegações econômicas, havia justificativas políticas, científicas, ideológicas e até filantrópicas. O rei belga Leopoldo II defendia o trabalho missionário e a civilização dos nativos do Congo, argumento desmascarado pelas atrocidades praticadas contra a população.

NASCIMENTO, C. *Partilha da África: o assombro do continente mutilado*. Revista de História da Biblioteca Nacional, ano 7, n. 75, dez. 2011 (adaptado).

A atuação dos países europeus contribuiu para que a África – entre 1880 e 1914 – se transformasse em uma espécie de grande “colcha de retalhos”. Esse processo foi motivado pelo(a):

- a) busca de acesso à infraestrutura energética dos países africanos.
- b) tentativa de regulação da atividade comercial com os países africanos.
- c) resgate humanitário das populações africanas em situação de extrema pobreza.
- d) domínio sobre os recursos considerados estratégicos para o fortalecimento das nações europeias.
- e) necessidade de expandir as fronteiras culturais da Europa pelo contato com outras civilizações.



○ 6. (ENEM) Comparando as duas pinturas de Gérôme, no contexto da expansão imperialista do século XIX, a visão europeia do Outro associava-se a uma subjetividade:

Figura 1: Mulher europeia



GÉROME. *Retrato de uma dama*. 1849. Disponível em: www.jeanleongerome.org.

Figura 2: Mulher egípcia



GÉROME. *Aimeh com cachimbo*. 1873. Disponível em: <http://alloilpaint.com>.

- a) exótica e erotizada.
- b) romântica e heroica.
- c) ingênua e universal.
- d) racional e objetiva.
- e) passiva e aristocrática.

Anotações:

○ 7. (ENEM) Colonizar, afirmava, em 1912, um eminente jurista, “é relacionar-se com os países novos para tirar benefícios dos recursos de qualquer natureza desses países, aproveitá-los no interesse nacional, e, ao mesmo tempo, levar às populações primitivas as vantagens da cultura intelectual, social, científica, moral, artística, literária, comercial e industrial, apanágio das raças superiores. A colonização é, pois, um estabelecimento fundado em país novo por uma raça de civilização avançada, para realizar o duplo fim que acabamos de indicar”.

MÉRIGNHAC. Précis de législation et d'économie coloniales. Apud LINHARES, M. Y. *A luta contra a Metrôpole* (Ásia e África). São Paulo: Brasiliense, 1981.

A definição de colonização apresentada no texto tinha a função ideológica de:

- a) dissimular a prática da exploração mediante a ideia de civilização.
- b) compensar o saque das riquezas mediante a educação formal dos colonos.
- c) formar uma identidade colonial mediante a recuperação de sua ancestralidade.
- d) reparar o atraso da Colônia mediante a incorporação dos hábitos da Metrôpole.
- e) promover a elevação cultural da Colônia mediante a incorporação de tradições metropolitanas.

○ 8. (ENEM) Em dezembro de 1945, começou uma greve de dois meses no principal porto da África Ocidental Francesa, Dakar. As autoridades só conseguiram levar os grevistas de volta ao trabalho com grandes aumentos de salário e, o que é ainda mais importante, pondo em prática todo o aparato de relações industriais usado na França – em resumo, agindo como se os grevistas fossem modernos operários industriais.

COOPER, F.; HOLT, T.; SCOTT, R. *Além da escravidão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005 (adaptado).

Durante o neocolonialismo, o trabalho forçado – que não se confunde com a escravidão – foi uma constante em diversas regiões do continente africano até o século XX. De acordo com o texto, sua superação deriva da:

- a) crítica moral da intelectualidade metropolitana.
- b) pressão articulada dos organismos multilaterais.
- c) resistência organizada dos trabalhadores nativos.
- d) concessão pessoal dos empresários imperialistas.
- e) baixa lucratividade dos empreendimentos capitalistas.

○ 9. (ENEM) “O fenômeno histórico conhecido como “tráfico de coolies” esteve associado diretamente ao período que vai do final da década de 1840 até o ano de 1874, quando milhares de chineses foram encaminhados principalmente para Cuba e Peru e muitos abusos no recrutamento de mão de obra foram identificados. O tráfico de coolies ou, em outros termos, o transporte por meios coativos de mão de obra de um lugar para outro, foi comparado ao tráfico africano de escravos por muitos periodistas e analistas do século XIX.”

(SANTOS, M. A. Migrações e trabalho sob contato no século XIX. *História*. n. 12, 2017.)

A comparação mencionada no texto foi possível em razão da seguinte característica:

- a) Oferta de contrato formal.
- b) Origem étnica dos grupos de trabalhadores.
- c) Conhecimento das tarefas desenvolvidas.
- d) Controle opressivo das vidas dos indivíduos.
- e) Investimento requerido dos empregadores.



○ 10. (UFSM)

A caricatura de Cecil Rhodes (1853-1902), o qual personificou as ambições do domínio britânico no continente africano, pode ser entendida no contexto histórico caracterizado pela:



- I. Segunda Revolução Industrial e pela busca de mercados consumidores de artigos manufaturados e fornecedores de matérias-primas.
- II. intenção altruísta de proteger os povos africanos, permitindo-lhes compartilhar os elementos da cultura europeia que não modificassem seu modo de vida tradicional.
- III. partilha da África na Conferência de Berlim (1884-1885), a fim de delimitar os territórios coloniais das potências europeias.
- IV. decisão de impedir que as disputas entre as metrópoles imperialistas gerassem conflitos em território africano e afetassem a vida de suas populações.

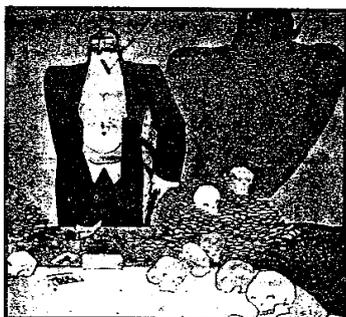
Estão corretas as afirmativas:

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I, II, III e IV.

○ 11. (UFSM)

Na caricatura alemã, o rei Leopoldo II, colonizador do Congo Belga, aparece cercado de crânios e dinheiro.

Coletores de borracha mutilados, vítimas da dominação colonial no Congo Belga.



In: SARAIVA, José F. S. *Formação da África contemporânea*. São Paulo: Atual, 1987. p. 32.



In: CANEDO, Leticia B. *A descolonização da Ásia e da África*. São Paulo: Atual; Campinas, UNICAMP, 1986.

As figuras expressam duas dimensões do processo histórico africano desde o século XIX.

Considerando esse processo, assinale V nas características verdadeiras ou F nas falsas.

- () A África adquiriu grande importância para a Europa no século XIX, devido às matérias-primas e aos alimentos que podia fornecer.
- () Muitos exploradores contribuíram para a expansão do poder europeu na África, ao efetivarem o que eles entendiam como missão civilizadora nas terras africanas.
- () A expansão do cristianismo na África contribuiu para humanizar o colonialismo europeu e proteger os povos nativos da ganância dos empresários.
- () A partilha da África em 1884-1885 representou um pacto das potências europeias para a preservação da integridade dos povos e das culturas nativas.

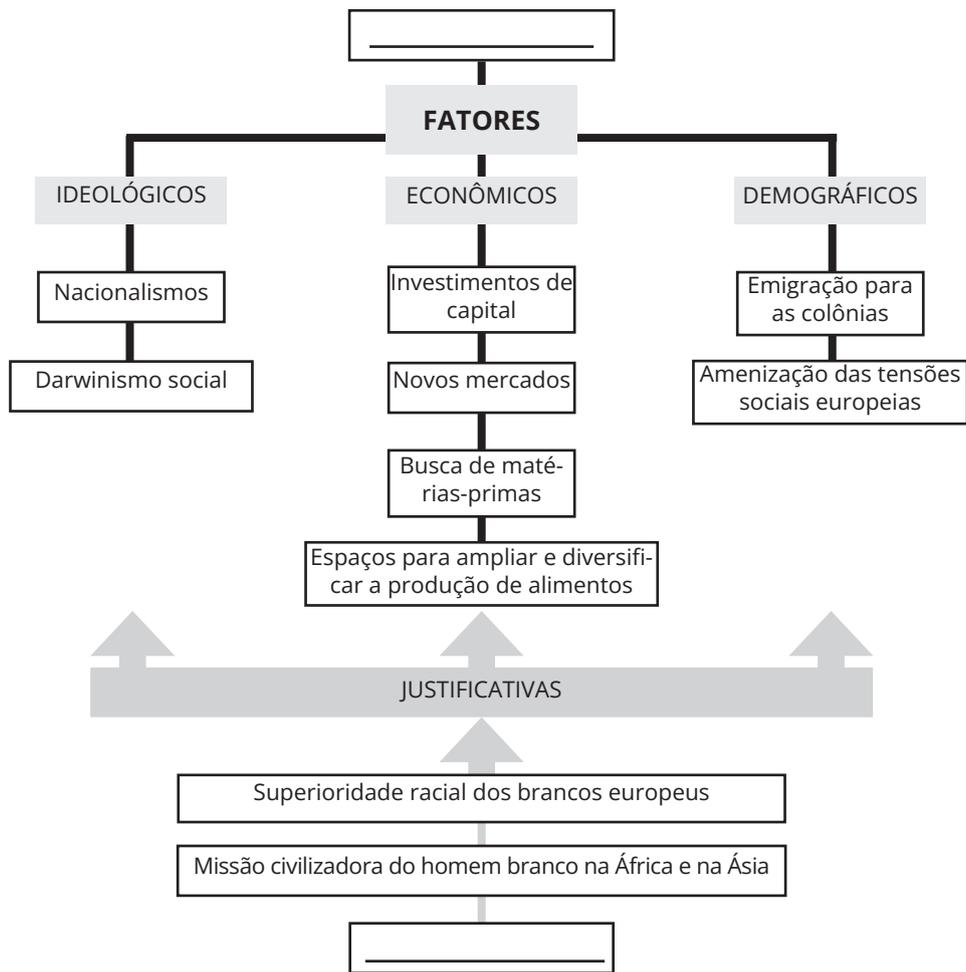
A sequência correta é:

- a) F - V - F - V
- b) V - F - V - F
- c) F - F - V - V
- d) F - V - V - F
- e) V - V - F - F

Anotações:



12. (UFSM) Analise e complete o esquema histórico correspondente ao mundo do final do século XIX e início do século XX.



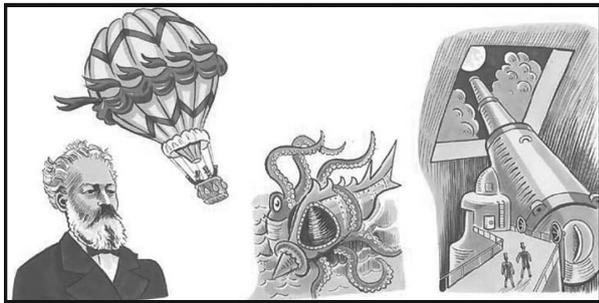
Completam o quadro superior e inferior do esquema histórico, respectivamente, os seguintes conceitos:

- a) Mercantilismo - Iluminismo
- b) Imperialismo - Racismo
- c) Colonialismo - Destino Manifesto
- d) Capitalismo - Predestinação
- e) Globalização - Neoliberalismo

Anotações:



○ 13. (UFSM)



Júlio Verne (1828-1905) foi um famoso romancista francês. Em seus livros, descreveu engenhos, máquinas e viagens que somente seriam realizadas décadas depois. Em 1863, imaginou o balão dirigível, em *Cinco semanas num balão*; em 1870, inventou o submarino elétrico, em *Vinte mil léguas submarinas*; no mesmo ano, descreveu uma viagem espacial, em *À roda da Lua*. Sua ficção relaciona-se com:

- a) o surgimento da física quântica, decorrente do crescimento urbano e industrial desenfreados.
- b) o avanço do movimento operário, das lutas populares e do “espectro do comunismo”, tal qual Marx previra.
- c) o desmantelamento dos Estados liberais e a montagem das monarquias constitucionais e parlamentaristas.
- d) a descrença em relação à ciência e à cultura patrocinada pela Europa imperialista.
- e) o avanço da ciência e da tecnologia do mundo industrial, bem como com o otimismo da sociedade burguesa.

○ 14. (UFSM) Com o avanço científico do século XIX, em especial, com as descobertas do químico e biólogo francês Louis Pasteur (1822-1895), a ciência médica mudou completamente. [...] Pasteur defendia que a maioria [das doenças] tinha origem em microrganismos [...]. O maior avanço para o combate da ação e transmissão dos micróbios e bactérias se deu com o desenvolvimento de técnicas antissépticas e de esterilização [...].

Fonte: VAINFAS, Ronaldo e outros. *História: o longo século XIX*. SP: Saraiva, 2010. p. 332.

A partir do texto, pode-se concluir que o desenvolvimento da economia capitalista, no século XIX, foi acompanhado por

- a) a transformações científicas e técnicas que modificaram o exercício da medicina e diminuíram as taxas de mortalidade.
- b) conflitos nas cidades relativos à saúde pública, haja vista a inexistência de redes de esgoto e de água canalizada nas grandes cidades europeias.
- c) formação de partidos políticos, centrados no planejamento das cidades e na organização do sistema público de saúde, em detrimento das questões econômicas e políticas.
- d) lutas a favor da democratização dos avanços da medicina, haja vista que o sistema de saúde pública existente não contemplava operários e camponeses.
- e) aprimoramento dos serviços públicos relativos ao saneamento básico e à medicina coletiva, resultando na criação do Estado do Bem-Estar Social.

○ 15. (UFRGS) Considerando o contexto histórico e os desdobramentos da Revolução Francesa, assinale a alternativa que caracteriza a “Era Napoleônica”.

- a) Consolidação da revolução burguesa na França, por meio da contenção dos inimigos internos (monarquistas e jacobinos), e sua expansão para a Europa.
- b) Retorno da monarquia absolutista ao poder, por intermédio da extinção da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão.
- c) Ascensão política das camadas populares, conhecidas como *sans-cullotes*, o que provocou a radicalização do processo.
- d) Fim do Antigo Regime e implementação da Monarquia Constitucionalista, inspirada nos ideais jacobinos.
- e) Início da Assembleia dos Estados Gerais, repressão aos monarquistas e derrota da Primeira Coligação Europeia Antifrancesa.

○ 16. (UFRGS) Considere as afirmações abaixo, referentes ao período napoleônico.

- I. Um dos objetivos do Bloqueio Continental era anular a defasagem industrial da França em relação à Inglaterra.
- II. As Guerras Napoleônicas produziram desdobramentos de cunho político na América do Sul.
- III. A expansão napoleônica debilitou os fundamentos do Antigo Regime europeu e estimulou o surgimento dos nacionalismos.
- IV. O Bloqueio Continental possibilitou a hegemonia do capitalismo industrial francês em toda a Europa.
- V. O Congresso de Viena confirmou, na Europa, os avanços sociais e políticos conquistados durante a Revolução Francesa.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I e II.
- b) Apenas I e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Apenas III, IV e V.
- e) I, II, III, IV e V.

○ 17. (UFRGS) Por volta de 1811, o Império napoleônico atingiu seu apogeu. Direta ou indiretamente, Napoleão dominou mais da metade do continente europeu. Tal conjuntura, no entanto, reforçou os sentimentos nacionalistas da população dessas regiões. A ideia de nação, inspirada nas próprias concepções francesas, passou a ser uma arma desses nacionalistas contra Napoleão. Assinale a afirmação correta, relativa à conjuntura acima delineada.

- a) Após o bloqueio continental, em todos os Estados submetidos à dominação napoleônica, os operários e os camponeses, beneficiados pela prosperidade econômica, atuaram na defesa de Napoleão contra o nacionalismo das elites locais.
- b) A Inglaterra, procurando manter-se longe dos problemas do continente, isolou-se e não interveio nos conflitos desencadeados pelos anseios de Napoleão de construir um Império.
- c) A Espanha, vinculada à França pela dinastia dos Bourbon desde o século XVIII, não reagiu à dominação francesa. Em nome do respeito a suas tradições e a seu nacionalismo, a Espanha aceitou a soberania estrangeira imposta por Napoleão.
- d) Em 1812, Napoleão estabeleceu sólida aliança com o Papa, provocando a adesão generalizada dos católicos. Temporariamente, os surtos nacionalistas foram controlados, o que o levou a garantir suas progressivas vitórias na Rússia.
- e) Herdeira da Filosofia das Luzes, a ideia de nação, tal como difundida na França, fundou-se sobre uma concepção universalista do homem e de seus direitos naturais. Essa concepção, porém, pressupunha o princípio do direito dos povos de dispor sobre si mesmos.



○ **18. (UFRGS)** Em 1830 o rei Carlos X, líder dos ultrarrealistas da França, desfechou um golpe com a intenção de restaurar o absolutismo, o que resultou nas jornadas gloriosas de julho, em Paris, que tiveram como consequência a:

- a) proclamação da República, em que se destacou Luiz Bonaparte, que organizou o Partido da Ordem.
- b) liquidação do absolutismo dos Bourbons e a instalação de uma monarquia liberal sob o governo de Luiz Felipe de Orleans.
- c) instauração do governo do comitê de salvação pública e a declaração de guerra à Santa Aliança.
- d) conquista do México para desviar a tensão política interna e restaurar o prestígio dos Bourbons.
- e) enunciação da Doutrina Monroe, prevendo a conquista do oeste dos Estados Unidos pela província francesa do Quebec.

○ **19. (UFRGS)** A onda revolucionária que abalou a Europa em 1848, também conhecida como "Primavera dos Povos", significou:

- a) o avanço das ideias liberais e nacionalistas, a consolidação da burguesia no poder e a entrada do proletariado industrial no cenário político.
- b) a vitória das diversas correntes socialistas que fundaram, a seguir, a Comuna de Paris.
- c) a expansão dos setores conservadores que restauraram o Antigo Regime na Áustria, Prússia e Rússia, afastados do poder desde o Congresso de Viena.
- d) a conquista do Estado pela aliança constituída pela burguesia financeira e pelo proletariado industrial em detrimento dos setores conservadores do Antigo Regime.
- e) um retrocesso que retardou, na Europa ocidental, a ascensão do liberalismo político e do nacionalismo, ideologias características das burguesias nacionais.

○ **20. (UFRGS)** Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, sobre as Revoluções de 1848, ocorridas na Europa.

- () A origem desses conflitos foi o levante espanhol antiabsolutista de 1848.
- () A principal meta dos revolucionários foi o restabelecimento do absolutismo nos países europeus.
- () Os revolucionários foram extremamente heterogêneos, representando ideologias e setores sociais diversos.
- () Os efeitos dos conflitos foram sentidos inclusive no Brasil, como demonstra a Revolta da Praieira.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) F - V - F - V
- b) V - F - V - F
- c) V - V - F - F
- d) F - F - V - V
- e) F - V - F - F

Anotações:

○ **21. (UFRGS)** Em 1848, eclodiram revoluções por toda a Europa, fenômeno que passou a ser conhecido como a Primavera dos Povos. Sobre esse fenômeno, assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo.

- () A Península Itálica foi palco de uma série de revoltas, que estavam na origem de sua posterior unificação.
- () Na França, os trabalhadores parisienses proclamaram a República e, frente à reação monárquica, criaram a Comuna de Paris.
- () De maneira geral, os levantes populares não foram suficientes para acabar com os antigos regimes.
- () Na origem do fenômeno estava o surgimento de sentimentos nacionalistas.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V - V - F - F
- b) F - V - F - V
- c) V - F - V - F
- d) V - F - V - V
- e) F - V - V - F

○ **22. (UFRGS)** O ciclo das revoluções europeias de 1848 deu origem a vários acontecimentos. Analise os itens abaixo.

- I. Fim do reinado de Luís Felipe na França e início da II República.
- II. Destruição do sistema conservador da restauração imposto sob a liderança de Metternich no Congresso de Viena.
- III. Revoltas nas províncias brasileiras durante a época da Regência.

Quais delas contêm acontecimentos históricos que tiveram origem no citado ciclo?

- a) Apenas III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **23. (UFRGS)** Leia os itens abaixo que se referem a possíveis resultados imediatos da guerra franco-prussiana de 1870.

- I. A ocupação imperialista da Argélia pela França.
- II. A fundação da Internacional pelos nacional-socialistas da Áustria.
- III. O fim do II Império Francês de Luís Bonaparte e a instauração do II Reich.

Qual(is) está(ão) correto(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.



○ 24. (UFRGS) Observe a imagem abaixo.



Disponível em: <<http://www.popmatters.com/column/the-sustaining-lure-of-the-paris-commune/>>. Acesso em: 29 ago. 2017.

Considere as afirmações sobre a Comuna de Paris, que governou a cidade entre março e maio de 1871.

I. O movimento foi iniciado como monarquista, conservador e católico e tentava reconduzir o Imperador Napoleão III, deposto por um golpe militar republicano em 1870, ao governo da França.

II. A Comuna aboliu o serviço militar obrigatório e a pena de morte, decretou o direito dos trabalhadores de administrar empresas abandonadas e estabeleceu a separação plena entre Igreja e Estado na cidade.

III. O exército francês, durante a chamada "Semana Sangrenta", com o apoio da Assembleia Nacional e do governo republicano, invadiu a cidade e reprimiu duramente os sublevados.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ 25. (UFRGS) Leia as afirmações abaixo, sobre a história do Império Britânico.

I. Após uma longa guerra, a Austrália, uma das principais colônias britânicas, tornou-se independente em 1776, o que forçou o império a aumentar o controle em suas possessões na América do Norte e no Caribe.

II. Durante o chamado "século imperial" (1815-1914), o império estendeu-se por todos os continentes do globo e chegou a incorporar aproximadamente 400 milhões de pessoas aos seus domínios.

III. Embora algumas colônias já possuíssem elevado grau de autogoverno, o processo de descolonização dos domínios imperiais iniciou de forma efetiva somente após a Segunda Guerra Mundial, encerrando-se na década de 1980.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ 26. (UFRGS) A Unificação Alemã, habilmente arquitetada por Otto von Bismarck, realizou-se em torno de guerras bem-sucedidas contra potências vizinhas. Assinale a alternativa correta em relação às motivações e aos acontecimentos que desencadearam esse processo de unificação.

a) A fragmentação política obstaculizava o pleno desenvolvimento comercial e industrial da região. A unificação promoveria um mercado ágil e ampliado, com condições de enfrentar a concorrência inglesa por meio da proteção governamental.

b) A unificação foi liderada pela Áustria, o mais poderoso dos Estados germânicos e sucessora do extinto Sacro-Império, capaz de eliminar as pretensões da Prússia. Aliado da França, o país austríaco contou com seu apoio para vencer as resistências germânicas do sul.

c) A constituição, redigida por Bismarck, inaugurou uma era democrática nos estados alemães, sob influência dos ideais da Revolução Francesa, baseados na soberania e na participação popular.

d) As decisões do Congresso de Viena, ao reconhecerem o direito de independência da Alemanha, foram fundamentais para a consolidação da unificação, pois inibiram as pretensões italianas aos territórios do sul da Alemanha.

e) O processo de unificação alemã contou com o apoio da França, que, acossada pela supremacia britânica, via no novo Estado um importante aliado na corrida imperialista.

○ 27. (UFRGS) Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que está incorreta em relação ao processo de unificação alemã, concluído na segunda metade do século XIX.

a) A penetração do capital estrangeiro na região enfraqueceu a burguesia alemã e bloqueou o desenvolvimento capitalista nacional e a criação de um mercado interno consistente.

b) A guerra franco-prussiana acabou com o Segundo Império Francês, concretizou a unidade territorial alemã e possibilitou a anexação da Alsácia-Lorena.

c) O sistema de alianças bismarckiano com diversas potências europeias consolidou a unificação e neutralizou o revanchismo francês.

d) A aliança política entre a aristocracia terratenente (junkers) e a burguesia industrial foi fator de destaque na viabilização da unidade alemã.

e) A união aduaneira (Zollverein), importante experiência de integração econômica liderada pela Prússia, foi um valioso antecedente na construção do Estado alemão.

Anotações:



○ 28. (UFRGS) Observe a figura abaixo.



Adaptado de: <<http://diplomatzando.blogspot.com.br/2015/04/a-partilha-da-africa-ex-certo-de-livro.html>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

A Conferência de Berlim (1884) e a subsequente “Partilha da África” pelas potências europeias tiveram um papel fundamental na transição de uma dominação informal para um colonialismo bastante agressivo, o chamado “novo imperialismo”.

Uma das principais características desse novo imperialismo foi:

- o convívio pacífico entre africanos e europeus, com ampla extensão de direitos políticos e sociais aos primeiros, nas regiões colonizadas.
- o fomento ao processo de descolonização da África, iniciado na década de 1830 e encerrado na década de 1890, com amplo apoio das principais potências europeias.
- a exploração econômica direta dos territórios ocupados e a criação de estruturas coloniais de administração excludentes e violentas.
- a dominação indireta, pelas potências europeias, das regiões colonizadas, restrita somente a 10% de todo o território africano.
- a limitação do imperialismo europeu somente à África e a exclusão da Ásia e da Oceania das pretensões imperiais das potências em disputa.

○ 29. (UFRGS) Leia o seguinte texto.

Durante anos [...], os quenianos foram educados em inglês, desde a creche até a universidade. Não é complicado imaginar o quão difícil que deve ter sido para todas aquelas crianças. Sua educação em inglês provocava uma fratura entre a língua que usavam em suas casas e a língua que usavam nas escolas, com a qual conceitualizavam o mundo. Na atualidade, há toda uma geração de jovens quenianos que vivem entre dois mundos. Têm um domínio perfeito do inglês, mas a cultura majoritária do Quênia pós-colonial, na qual vivem e trabalham, não é de fala inglesa.

Ngũgi wa Thiong'o. *Desp/azar e/ centro. La /ucha por las libertades cu/turales*. Barcelona: Rayo Verde, 2017. p. 164.

Assinale a alternativa que, segundo o texto, indica uma das principais consequências do colonialismo europeu no continente africano.

- A imposição do conhecimento de várias línguas para a inserção de africanos no mundo globalizado.
- A precarização da educação formal que impossibilita a correta formação para o mercado de trabalho.
- A negação, por parte dos africanos, de conceitualizar o mundo, a partir das línguas nativas, no contexto pós-colonial.
- A experiência de intercâmbio promovida pelas antigas colônias, permitindo que os africanos tenham dupla cidadania.
- A distância entre as formas culturais das sociedades africanas e o caráter eurocêntrico da formação escolar colonial

○ 30. (UFRGS) Na primeira metade do século XIX, a Ásia Oriental era um importante mercado consumidor de produtos europeus e fonte de fornecimento de matérias-primas. Tal expansão imperialista foi concretizada mediante o estabelecimento de tratados comerciais, pressão política e expedições armadas. Considere as afirmações abaixo sobre as relações da Inglaterra com a Ásia.

I. A dominação na Índia ganhou amplitude e despertou a reação armada conhecida como Guerra dos Cipaios, ocorrida entre 1857 e 1859.

II. Na China, a destruição de um carregamento inglês de ópio em 1840 foi seguida de uma expedição naval que, após bombardear Nanquim, impôs um tratado pelo qual a Inglaterra obteve, entre outras vantagens, o controle de Hong Kong e a abertura de vários portos ao comércio.

III. Os ingleses controlavam várias regiões próximas da China e da Índia, como a Birmânia, o Tibete e o Afeganistão, dominando do Mar Vermelho ao Oceano Índico.

IV. Após 1860, o domínio inglês na China ficou seriamente abalado devido à eclosão de movimentos contestatórios de inspiração religiosa e tradicionalista, como a revolta dos Karidjitas, o movimento dos Taipings e a Rebelião dos Boxers.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- Apenas I.
- Apenas IV.
- Apenas I, II e III.
- Apenas II, III e IV.
- I, II, III e IV.

○ 31. (UFRGS) Sobre o imperialismo do século XIX são feitas as afirmações abaixo.

I. Constituiu uma marca do capitalismo em sua etapa monopolista financeira.

II. Esteve associado à disputa entre as nações industriais por mercados consumidores.

III. Estimulou a política econômica mercantilista dos estados absolutistas.

IV. Manteve acesa a crença de superioridade europeia em relação aos povos colonizados.

V. Contribuiu decisivamente nas rivalidades que geraram a Primeira Guerra Mundial.

Quais estão corretas?

- Apenas I, II, III e IV.
- Apenas I, II, IV e V.
- Apenas I, II, III e V.
- Apenas I, III, IV e V.
- Apenas II, III, IV e V.

Anotações:



32. (UFRGS) Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas do enunciado abaixo, na ordem em que aparecem.

O do século XIX foi caracterizado por ações de dominação política e militar nos continentes e por potências europeias, como a Inglaterra e a França. Esse período também está relacionado ao desenvolvimento industrial, marcado por aceleração da produção, que também gerou necessidade de barata e de

- a) neocolonialismo – americano – africano – matéria-prima – mão de obra
- b) colonialismo – africano – asiático – comercialização – escravidão
- c) neocolonialismo – americano – asiático – matéria-prima – mão de obra
- d) neocolonialismo – africano – asiático – mão de obra – matéria-prima
- e) colonialismo – africano – americano – mão de obra – consumo

Anotações:

Anotações:



GABARITO



• Habilidades à prova

Unidade 1

1. B	11. B	21. C	31. B	41. C
2. A	12. E	22. B	32. A	42. E
3. E	13. E	23. B	33. D	43. B
4. E	14. E	24. A	34. D	44. C
5. E	15. B	25. E	35. A	45. C
6. B	16. A	26. E	36. B	46. E
7. D	17. C	27. B	37. B	47. C
8. E	18. C	28. D	38. D	48. E
9. E	19. B	29. B	39. D	
10. A	20. C	30. C	40. B	

Unidade 2

1. A	11. E	21. D	31. B
2. C	12. B	22. B	32. D
3. A	13. E	23. C	
4. C	14. A	24. D	
5. D	15. A	25. D	
6. A	16. C	26. A	
7. A	17. E	27. A	
8. C	18. B	28. C	
9. D	19. A	29. E	
10. B	20. D	30. C	



Anotações:

SUMÁRIO

História do Brasil

Unidade 1

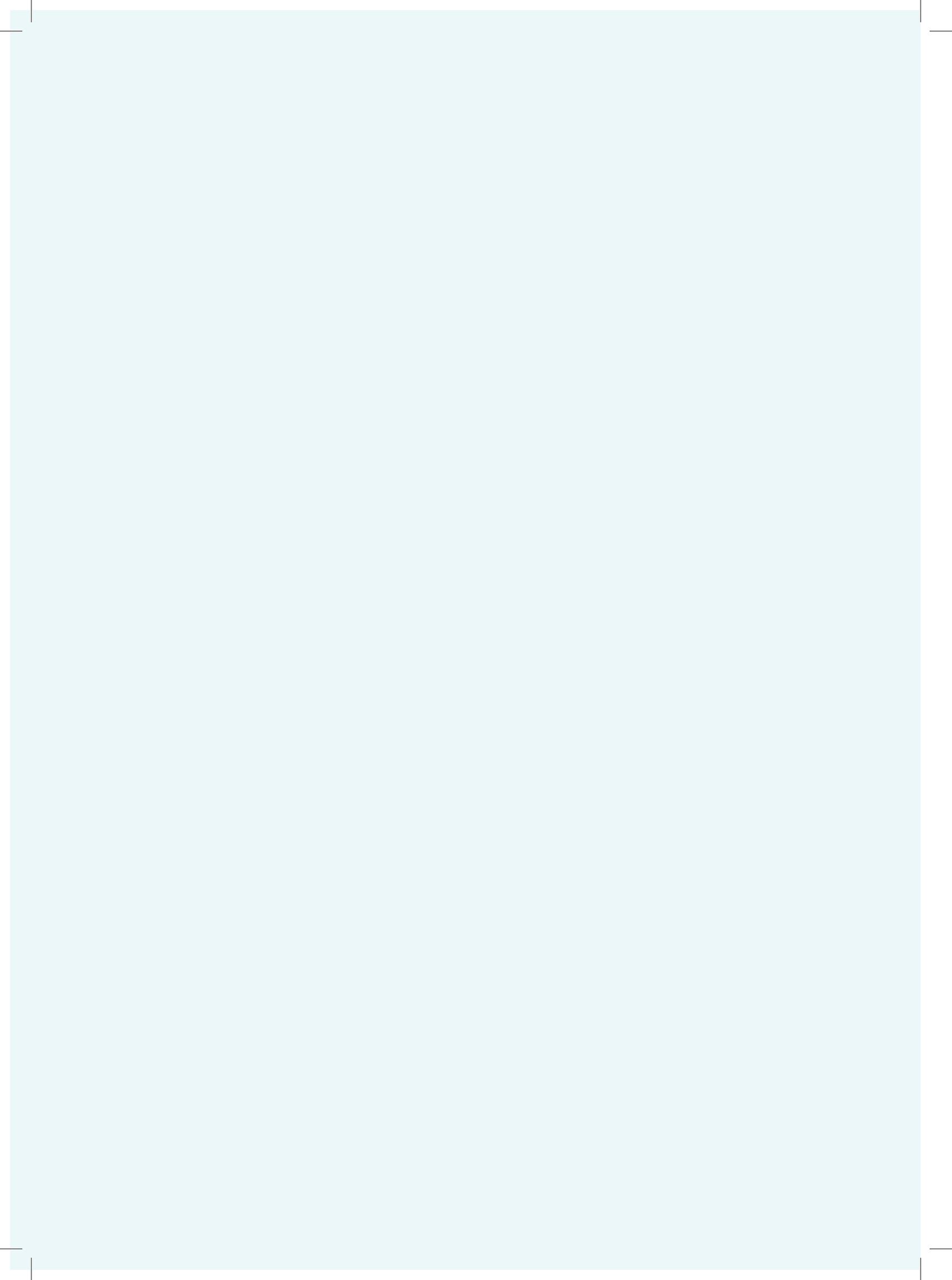
- 61** Revoltas coloniais brasileiras e os processos de emancipações na América

Unidade 2

- 70** Brasil Monárquico: formação do Estado e da Nação brasileira

Unidade 3

- 86** Formação e expansão norte-americana no século XIX e XX





» Revoltas coloniais brasileiras e os processos de emancipações na América

• Revoltas nativistas

No final do século XVII e na primeira metade do século XVIII, eclodiram diversas revoltas no Brasil Colônia. De uma forma geral, essas revoltas são denominadas **Revoltas Nativistas** e caracterizaram-se pela **ausência de um projeto de integração e independência nacional**, além da carência de um ideário político e ideológico que lhes desse sustentação. Outrossim, refletiram insatisfações de grupos sociais específicos de determinadas áreas geográficas em torno da defesa de reivindicações localistas. Vejamos estas revoltas:

Revolta de Beckman (1684) – MA

No ano de 1682, Portugal criou, para atuar na região maranhense, a **Companhia Geral do Comércio do Estado do Maranhão**. O objetivo dessa medida era fomentar o desenvolvimento da região norte e dirimir os conflitos entre colonos e jesuítas em razão da escravização dos indígenas promovida pelos latifundiários da área.

A Companhia, por meio do monopólio comercial, **compraria os produtos locais**, como algodão, açúcar e drogas do sertão, e venderia outros, a exemplo de azeite, vinho e tecidos. Além disso, à Companhia cabia **enviar 500 escravos africanos ao ano** para os grandes fazendeiros, com a finalidade de desestimular a escravização indígena, condenada pelos jesuítas. Entretanto, na prática, a atuação da Companhia trouxe mais turbulência para a região, uma vez que ela **descumpriu seus compromissos** e explorou os latifundiários, endividando-os por meio de um comércio em total benefício próprio.

Sob a liderança do latifundiário **Manuel Beckman**, a revolta explodiu, e os **revoltosos ocuparam São Luís**, expulsando em seguida os diretores da Companhia e os jesuítas. Ao mesmo tempo, **Tomás Beckman**, irmão de Manuel, era **enviado a Lisboa** para jurar fidelidade ao rei e reafirmar as acusações contra a Companhia. Portugal, por seu turno, enviou um novo governador para o Maranhão, Gomes Freire de Andrade, e tropas para sufocar a revolta.

Ao final, mesmo com a **revolta sufocada** e os líderes Manuel Beckman e Jorge Sampaio enforcados, a **Companhia foi extinta** por Portugal, em 1685.

Guerra dos Emboabas

(1707-1709) – MG

A Guerra dos Emboabas – vocábulo indígena apropriado pelos paulistas para designar os estrangeiros ou forasteiros – travou-se em função da **disputa pela posse das regiões mineradoras**, descobertas pelos bandeirantes paulistas no final do século XVII.

Com a disseminação da notícia da descoberta do ouro na região das Minas Gerais, milhares de indivíduos para lá afluíram, desde habitantes de outras províncias até portugueses e europeus, com a esperança de enriquecimento rápido. Sob a liderança de **Manuel Nunes Viana**, os estrangeiros enfrentaram os paulistas, salientando-se o episódio do Capão da Traição, no qual cerca de 300 paulistas foram massacrados, mesmo após a rendição.

Com as constantes **vitórias dos emboabas** e a **separação da capitania de São Paulo e Minas Gerais** da capitania do Rio de Janeiro, os bandeirantes paulistas dispersaram-se para os atuais estados de Goiás e Mato Grosso, descobrindo ouro nessas regiões.

Guerra dos Mascates (1710) – PE

Após a expulsão dos holandeses de Pernambuco, em 1654, a economia açucareira entrou em franca decadência, levando a elite agrária da região de **Olinda** à bancarrota. No entanto, tal elite agrária ainda possuía a hegemonia política da capitania pernambucana, sobremaneira por meio de sua câmara municipal, e cobrava tributos do povoado de **Recife**, subordinado a Olinda.

Em Recife, crescia e destacava-se o comércio, o qual transformava a área no principal centro econômico de Pernambuco. Os **comerciantes**, alcunhados de **mascates**, eram majoritariamente portugueses, os quais tinham grande lucratividade em seus empreendimentos e também **emprestavam a juros elevados aos latifundiários olindenses cada vez mais endividados**. A situação tornava-se tensa.

Sob pressão dos comerciantes lusos, **Recife foi elevada à condição de vila** independente, desobrigando os comerciantes de Recife do pagamento de tributos a Olinda. A **elite agrária olindense não aceitou** essa situação e iniciou-se a Guerra dos Mascates. Após vários conflitos, não apenas a independência de Recife foi mantida como foi transformada na sede administrativa da capitania de Pernambuco.

Revolta de Felipe dos Santos (1720) – MG

Com a descoberta do ouro na região das Minas Gerais, a metrópole portuguesa adotou uma política fiscal mais austera para os colonos. Além disso, em 1720, foi anunciada a criação das **Casas de Fundição**, em que o ouro em pepitas ou em pó seria transformado em barras e quintado, ou seja, cobrado o tributo de 20% destinado à Coroa lusa. Esse anúncio **revoltou os mineradores de Vila Rica**, que reivindicaram a não instalação das Casas. Entretanto, a revolta não surtiu êxito, pois as tropas do governador Conde de Assumar prenderam centenas de revoltosos, e o minerador **Felipe dos Santos acabou enforcado** e esquartejado. As Casas de Fundição foram instaladas, e houve a **separação de Minas Gerais da capitania de São Paulo**.

• Revoltas coloniais ou emancipacionistas

No século XVIII, o mundo vivia uma efervescência de movimentos liberais atrelados aos interesses das camadas burguesas, desde o campo puramente filosófico até agitações sociais armadas. Na Europa, o **ideário iluminista** espalhava-se com intensidade, inclusive atingindo a América, embasando fenômenos históricos como a Revolução Industrial (1760), a Independência dos Estados Unidos (1776) e a Revolução Francesa (1789).

No Brasil do **final do século XVIII e início do XIX**, os **ideais liberais** advindos dos eventos acima citados constituíram o cimento ideológico para **revoltas de libertação colonial**, motivadas ainda pela severa exploração portuguesa sobre sua maior colônia atlântica, fato que consagrou o principal elemento reivindicatório das revoltas desse período, ou seja, a independência a partir da ruptura com a metrópole lusa.

Inconfidência Mineira (1789)

A partir da segunda metade do século XVIII, a **produção aurífera entrou em progressiva crise**, fazendo com que os elevados tributos devidos à Coroa portuguesa não fossem totalmente pagos. Imaginando que os colonos estivessem sonhando os impostos, o governo de Portugal instalou a **derrama**, ou seja, a cobrança violenta dos impostos atrasados.

O anúncio da derrama descontentava os colonos, os quais também estavam insatisfeitos com a **proibição da instalação de manufaturas** na colônia, desde o Alvará de 1785. Além disso, o **cerceamento da impressão de jornais** e livros, a **inexistência de um sistema de educação** competente, entre outros fatores, também contribuíram para a insatisfação colonial.

Nesse contexto, um grupo de colonos, em sua maioria ligados à **elite mineira**, passou a se reunir secretamente para discutir e arquitetar uma insurreição. Entre os conspiradores estavam: **Cláudio Manuel da Costa**, Alvarenga Peixoto e **Tomás Antônio Gonzaga**, todos poetas da escola *árcade*; **Joaquim Silvério dos Reis**, português endividado com o governo mineiro; **Joaquim José da Silva Xavier**, o alferes alcunhado de **Tiradentes**, um dos poucos pobres do movimento.

Evidentemente, nas reuniões secretas desse grupo, ocupavam o centro das discussões as ideias liberais, em especial do Iluminismo e da **Independência dos Estados Unidos**, e os planos operacionais da conspiração. Ficou estabelecido que, tão logo fosse declarada a independência, instituir-se-ia uma **república nos moldes da estadunidense**, e São João D'El Rei seria a capital do novo país. Além disso, pretendiam **apoiar a industrialização** e incrementar o **sistema de ensino**, com a criação de uma universidade em Vila Rica. Quanto à **escravidão**, uma vez que o movimento era elitista, **nada foi definido**.

O plano dos inconfidentes previa o início da revolta em princípios de 1789, período em que o governador Visconde de Barbacena havia anunciado a execução da derrama. Na teoria, os conspiradores, com apoio da população, prenderiam Barbacena, e Tiradentes seria enviado ao Rio de Janeiro para divulgar o movimento e obter ajuda logística. Entretanto, a revolta em Vila Rica não ocorreu, pois o inconfidente **Joaquim Silvério dos Reis**, em troca do perdão de suas dívidas, **denunciou todos os envolvidos**, os quais acabaram presos pelo governador de Minas Gerais.

Julgados e condenados, mesmo jurando que não haviam participado do movimento, os inconfidentes da elite mineira foram enviados para prisão na Europa ou para desterro na África. **Tiradentes**, segundo a versão oficial da História, teria sido o único a reconhecer sua participação nos planos da inconfidência e, por isso, **enforcado e esquartejado** pelas autoridades em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Ainda, é interessante notar que justamente o mais pobre inconfidente tenha sofrido como um bode expiatório, tendo sua cabeça exposta em Vila Rica para desestimular novas revoltas.



O alferes Joaquim José da Silva Xavier. Pintura de José Washt Rodrigues, 1940. Acervo do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.



Tiradentes esquartejado, tela de Pedro Américo (1893). Tiradentes foi alçado a herói nacional pela campanha republicana contra o Império, a partir de, aproximadamente, 1880.

Conjuração Baiana (1798)

Em 1763, com a mudança da capital para o Rio de Janeiro, a situação de **Salvador** declinou completamente. A população, predominantemente negra e mestiça, vivia miseravelmente. Havia **sobrecarga de tributos** e uma **grave crise de abastecimento de víveres**. Nesse cenário desolador, e influenciadas pelos ideais liberais oriundos do Iluminismo, da Independência dos Estados Unidos, da Revolução Francesa e da Independência do Haiti (executada pelos negros haitianos), as parcelas mais pobres e populares de Salvador, como soldados, escravizados, libertos e alfaiates – daí **Revolta dos Alfaiates** –, passaram a conspirar pela emancipação colonial.

No princípio, organizaram-se encontros secretos na **loja maçônica Cavaleiros da Luz**, em que se definiram os rumos e as propostas da conspiração: independência em relação a Portugal, instalação de uma república democrática, liberdade de comércio, aumento do salário dos soldados e, principalmente, **fim da escravidão**. Porém, com o estabelecimento da abolição do escravismo como uma meta, diversos conspiradores, ligados às elites, abandonaram o movimento, o qual, então, sedimentou sua peculiaridade: uma **inconfidência plenamente popular** e a mais radical do ponto de vista social.

Os inconfidentes, em agosto de 1798, espalharam diversos cartazes, nos quais se afirmavam os ideais liberais. Entretanto, a **conspiração foi esmagada** pelo governador da Bahia, D. Fernando José de Portugal, e os inconfidentes foram presos. Quatro, os mais pobres, acabaram enforcados e esquartejados em Salvador.

“Animai-vos Povo Bahiense que está por chegar o tempo feliz da nossa liberdade, o tempo em que seremos todos irmãos, o tempo em que seremos todos iguais”.

PAIVA, Miguel e SCHWARCZ, Lilia Moritz. Da Colônia ao Império: um Brasil para Inglês ver... e latifundiário nenhum botar defeito. São Paulo, Brasiliense, s/d, p. 27.

Anotações:

• Processo de Independência do Brasil: o período Joanino

A Independência do Brasil é fruto de um amálgama de fatores, inclusive as revoltas coloniais, que, juntas, criaram uma condição favorável ao **rompimento do Sistema Colonial**. Nesse sentido, não devemos negligenciar a importância da influência dos fenômenos históricos que então ocorriam na Europa e nos Estados Unidos, em sua maioria defensores do liberalismo. Ao mesmo tempo, a **expansão napoleônica trouxe consequências** decisivas para a emancipação brasileira.

Em 1806, a França napoleônica decretou o bloqueio continental em relação à Inglaterra, buscando destruir a economia britânica. Por seu turno, Portugal, devido à sua dependência econômica em relação aos ingleses, não cumpriu as determinações do **Bloqueio Continental**. Por volta de 1807, Napoleão começou a pressionar Portugal com a assinatura do **Tratado de Fontainebleau**, o qual determinava a invasão de Portugal por tropas franco-espanholas, a derrubada do governo de Bragança e o desmembramento do seu reino e de suas colônias. Isso levou o embaixador inglês em Lisboa, Lord Strangford, a pressionar D. João (príncipe regente, substituto de D. Maria I, sua mãe, afastada do trono em 1792 por demência) a assinar a convenção secreta, acordo que definia a **transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil**, sendo que a viagem teria a proteção da esquadra inglesa. Em contrapartida, o príncipe regente proporcionaria **vantagens econômicas aos britânicos**.

Para os ingleses, interessava a abertura dos mercados das colônias portuguesas, até agora fechados ao seu comércio. Quando, em novembro de 1807, os exércitos franceses liderados pelo general Junot invadiram Portugal, a família real e cerca de 15 mil pessoas, entre elas a Corte, grande parte do funcionalismo e uma comitiva imensa, abandonaram em pânico o país, carregando o que conseguiam, em um típico “salve-se quem puder”.

Corte Portuguesa no Brasil

A frota que trazia a família real portuguesa aportou em Salvador a 22 de janeiro de **1808**. Em 28 do mesmo mês, ainda em Salvador, D. João assinava a **Abertura dos Portos às Nações Amigas**. Com esse ato, as nações consideradas amigas podiam fazer comércio livremente com o Brasil. Na prática, beneficiava exclusivamente a Inglaterra, mas significava para a colônia o **fim do “Pacto Colonial”** português no Brasil.

Após sair de Salvador, a frota seguiu para o Rio de Janeiro, onde, em 1º de abril de 1808, D. João **revogou o alvará de 1763**, que proibia a existência de fábricas e indústrias no Brasil. No entanto, não foi suficiente para promover um surto manufatureiro na colônia, dada a impossibilidade de nossos produtos concorrerem com a poderosa e capacitada indústria inglesa. Como a Corte estava instalada no Rio de Janeiro, D. João procurou dar à cidade um “ar europeu”, digno da sede de uma monarquia.



Dom João VI e Carlota Joaquina.

Obrigou-se a **criar várias instituições públicas**, como ministérios e tribunais, além de contribuir para o desenvolvimento da colônia em vários níveis (artístico, científico, cultural, etc). Entre suas realizações, vale destacar:

- ▶ instituiu o ensino superior no Brasil, criando o curso de Medicina em Salvador;
- ▶ inaugurou o Horto Real, origem do Jardim Botânico no Rio de Janeiro;
- ▶ criou o Real Arquivo Militar;
- ▶ fundou o Arsenal da Marinha;
- ▶ criou o Banco do Brasil;
- ▶ instituiu a Casa da Moeda;
- ▶ instalou a Escola Anatômica Cirúrgica Médica do Rio de Janeiro;
- ▶ incentivou a vinda da Missão Artística Francesa, em 1816;
- ▶ instalou o Museu e a Biblioteca Real;
- ▶ criou a Imprensa Régia no Brasil, que publicou a *Gazeta do Rio de Janeiro*, o primeiro jornal do Brasil, o qual publicava os atos oficiais do Governo;
- ▶ **elevou o Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, em 1815;**
- ▶ **na política externa, ocupou a Guiana Francesa, em 1809, e a Província Cisplatina (atual Uruguai), em 1816.**

D. João adaptou-se bem ao Brasil. Com a morte de D. Maria I, a Louca, em 1816, o príncipe regente passou a ser o novo rei de Portugal, com o título de D. João VI.

TRATADOS DE 1810

Em 1810, foram assinados com a Inglaterra dois tratados que ampliavam ainda mais seu predomínio econômico sobre o Brasil: o **Tratado de Paz, Aliança e Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação**. O primeiro dispunha sobre a redução gradual do comércio de escravos no Brasil, e o segundo instituiu novas tarifas alfandegárias, em que os capitalistas ingleses ficavam com os privilégios das importações brasileiras. As **tarifas** eram as seguintes: os **produtos ingleses** pagavam **15%** de imposto; os produtos **portugueses, 16%**; e os dos **demais países, 24%**.

A Inglaterra conseguiu subordinar o governo português aos seus interesses. Além das vantagens econômicas, obteve outros benefícios em relação ao Brasil, entre os quais se podem citar:

- ▶ qualquer inglês que infringisse a lei dentro do império português seria julgado por leis e juízes ingleses;
- ▶ ficavam estabelecidos os tratados de liberdade ao culto protestante para cidadãos ingleses, até então proibidos.

Mesmo quando, em 1816, Portugal conseguiu uma taxa igual à da Inglaterra, a situação não mudou. Competir com a Inglaterra era impossível. A elite brasileira passou a consumir quase que exclusivamente o produto inglês, o que **não estimulava a produção nacional**.

Com as novas medidas de D. João VI no Brasil, a rigidez do Pacto Colonial dissolveu-se, e os grandes produtores rurais e os comerciantes passaram a gozar de uma relativa autonomia comercial, não mais dependente de Portugal.

REVOLUÇÃO PERNAMBUCANA (1817)

A última grande revolta colonial brasileira ocorreu em Pernambuco, no contexto da estadia da corte no país. Em 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, **elevaram-se os impostos** para modernizar a cidade e abrigar satisfatoriamente o rei e sua corte. Tal tributação **onerou ainda mais os pernambucanos**, que já vivenciavam uma crise econômica decorrente da **queda dos preços do açúcar e do algodão**. Nesse cenário, diversos membros da **classe média**, a mais atingida, mas também populares e membros da elite, revoltaram-se.

Depois de vencidas as forças leais a Portugal, os insurretos organizaram um **governo provisório** com cinco membros, representando comércio, exército, clero, agricultura e justiça. Em busca de apoio, enviaram emissários para outras capitânicas do Nordeste e para o exterior (Estados Unidos, Argentina e Inglaterra). Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas aderiram ao movimento. O emissário enviado à Bahia foi fuzilado. Os que foram ao Ceará acabaram presos. Além disso, foi elaborada a **Lei Orgânica**, a qual estabelecia a **igualdade de direitos e a garantia da propriedade privada**, inclusive sobre escravos, tranquilizando as elites, mas deixando os setores populares insatisfeitos.

A reação do governo português não se fez esperar. Da Bahia e do Rio de Janeiro seguiram para Recife, por terra e por mar, tropas militares fortemente armadas; no interior, os revolucionários foram derrotados depois de encarniçados combates. Bloqueada pelo mar, Recife foi ocupada pelas forças portuguesas em 19 de maio. A repressão que se seguiu foi dura e implacável. Os **principais líderes rebeldes foram executados**. As prisões e as execuções continuaram ao longo do ano. No início de 1818, o príncipe regente anistiou 72 condenados à morte.

A EMANCIPAÇÃO: “O GRITO DO IPIRANGA”

Em **1820**, estourou a **Revolução Liberal do Porto** em Portugal, de caráter liberal, a favor de um governo constitucional contra o absolutismo. Os revolucionários **portugueses exigiam que D. João VI retornasse a Portugal** e jurasse a futura Constituição portuguesa, transformando, assim, o país em uma monarquia constitucional. D. João VI, sem outra alternativa, embarcou de volta a Portugal em 1821, transferindo, então, a sede da Coroa para Portugal. Ao deixar **D. Pedro**, seu filho, como **príncipe regente do Brasil**, D. João levava consigo a certeza de que o Reino Unido possuía as condições objetivas para a definitiva ruptura política com Portugal. Por isso, antes de partir, aconselhou D. Pedro a assumir a liderança de um movimento, caso os brasileiros se manifestassem pela independência, evitando, assim, que o governo do Brasil caísse nas mãos do que chamou de “aventureiros”.

A sociedade colonial agitou-se, e, no Brasil, surgiram três grupamentos políticos em função das exigências da Corte portuguesa:

- ▶ **Partido Português:** formado, sobretudo, por comerciantes lusos e funcionários de origem portuguesa. Eram favoráveis à recolonização imediata do Brasil.
- ▶ **Partido Brasileiro:** integrado, principalmente, pelos grandes latifundiários. Não aceitavam a recolonização e a consequente perda dos privilégios comerciais. Postulavam a independência política sem provocar alterações no sistema socioeconômico (escravismo e agroexportação).
- ▶ **Partido Liberal Radical:** composto pelos setores urbanos, como profissionais liberais. Pregavam a independência e mudanças radicais, como a abolição da escravatura.

No Brasil, temerosos de um possível retorno de D. Pedro para Portugal e das dificuldades daí decorrentes, as elites agrárias elaboraram um documento contendo mais de oito mil assinaturas pedindo ao regente para que ficasse no Brasil. Em 9 de janeiro de 1822, D. Pedro declarou: “Como é para o bem do povo e felicidade geral da nação, estou pronto: diga ao povo que fico.” O episódio ficou conhecido como “**Dia do Fico**”. Em seguida, D. Pedro decretou o “**Cumpra-se**”, medida pela qual as ordens vindas de Portugal somente teriam validade no Brasil com a anuência dele próprio.

Com a notícia de que Portugal enviaria tropas para obrigar D. Pedro a voltar e a recolonizar o Brasil, as **elites agrárias do Partido Brasileiro aceleraram a emancipação**, e, em 7 de setembro de 1822, às margens do riacho Ipiranga, D. Pedro proclamou a Independência do Brasil, com o célebre “**Grito do Ipiranga**”: “**Independência ou morte!**”

Percebemos que a Independência brasileira **foi obra da elite agrária**, atrelada ao Partido Brasileiro, e que os desejos de tal camada social prevaleceram após a Independência. **Manteve-se a agroexportação e a escravidão**, alterando-se apenas a situação política (o Brasil não era mais colônia de Portugal), e a dependência econômica, que se transferiu da área de abrangência portuguesa para a inglesa. Lembremos, ainda, que **não houve participação popular** no processo revolucionário culminante no 7 de setembro.



Leitura complementar: *A Independência do Brasil.*

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Independência ou morte, de Pedro Américo (1888). A tela faz parte de um esforço na criação de heróis nacionais, conferindo uma cena gloriosa e heroica à Independência, aspectos que sabemos ausentes no ato executado por D. Pedro às margens do Ipiranga em 7 de setembro de 1822.

Anotações:

• Independências nas Américas

Os eventos na Europa dos séculos XVII e XVIII, como a Revolução Industrial, a Revolução Francesa e também o Iluminismo, também criaram uma nova ordem política, econômica e social nas Américas inglesa, espanhola e francesa, avessa aos valores do Antigo Regime, representados no Absolutismo, no Mercantilismo e nos privilégios de nascimento.

Valorizava-se, então, a liberdade política e econômica e a igualdade jurídica da sociedade. A economia internacional caminhava a passos largos para o liberalismo, sendo incompatível com a nova realidade econômica a manutenção dos monopólios comerciais do mercantilismo.

É nesse contexto que as colônias americanas dessas outras potências europeias passaram a contestar a rigidez da exploração que sofriam nos quadros do Antigo Sistema Colonial, proclamando suas independências.

Independência dos Estados Unidos: a emancipação das 13 colônias inglesas

Devido às guerras na Europa e aos problemas internos, foi mínima a interferência do Rei ou do Parlamento inglês sobre as treze colônias inglesas na América, possibilitando a elas um regime econômico e político mais livre, gozando de uma **relativa autonomia**, especialmente no norte.

Entretanto, na **segunda metade do século XVIII**, alguns processos desencadearam o interesse inglês em **explorar, de forma mais intensa**, suas colônias. Entre esses processos, lembramos:

- ▶ a Inglaterra iniciou a **Revolução Industrial**, o que a levou a **abandonar a “negligência salutar”** e a aplicar, com rigor crescente, os princípios da política mercantilista sobre as treze colônias para transformá-las em mercado consumidor e fornecedor;
- ▶ a **Guerra dos Sete Anos (1756-1763)**, pela qual a França, derrotada, perdeu para a Inglaterra as suas principais colônias (Canadá, Índia, etc.). Essa guerra obrigou a Inglaterra a adotar uma nova política fiscal sobre suas treze colônias, visando recuperar a economia desgastada pelos gastos militares;



Cena alusiva à Independência dos Estados Unidos.

- ▶ relativamente livres de uma exploração rígida, as colônias desenvolveram-se economicamente: as do Sul agroexportador e, principalmente, as do Norte, em que se desenvolvia uma intensa atividade capitalista com comércio e manufaturas. **A Inglaterra passou a cobiçar as riquezas das colônias;**
- ▶ para arrecadar mais dividendos das colônias, a Inglaterra decretou uma série de **leis e tarifas abusivas**, as quais geraram enorme descontentamento aos colonos, que até então eram livres de tal exploração. Acompanhe no quadro as principais leis impostas pela Inglaterra.

Data	Lei	Conteúdo	Objetivos
1764	Lei do Açúcar	▶ Taxação sobre a importação de produtos que não viessem das Antilhas Britânicas.	▶ Eliminar a concorrência das Antilhas francesas. ▶ Bloquear o envio de matérias-primas para as destilarias de rum das colônias do Norte.
1765	Lei do Selo	▶ Obrigatoriedade do uso de selos em qualquer documento legal, jornais, contratos ou comprovantes de transação comercial.	▶ Aumentar a receita real. ▶ Reduzir a quantidade de mercadorias que podiam ser importadas pela colônia.
1773	Lei do Chá	▶ Obrigatoriedade de envio do chá oriental diretamente para a América, com a eliminação dos intermediários coloniais.	▶ Recuperar a Companhia das Índias Orientais, que passava por dificuldades financeiras.

“AÇÃO E REAÇÃO”: INGLATERRA E COLONOS

A Lei do Chá provocou a reação dos colonos, que, disfarçados de índios, atacaram e destruíram um carregamento de chá pertencente à Cia. das Índias Orientais no porto de Boston. O episódio ficou conhecido como **Boston Tea Party** ou a **“Festa do Chá de Boston”**.

A reação inglesa foi severa com a ocupação militar da colônia de Massachussetts e de regiões a oeste das colônias. Além disso, decretou as **Leis Intoleráveis**, determinando o fechamento do porto de Boston, o pagamento de indenização à metrópole e o julgamento de ingleses somente por tribunais ingleses ou de outra colônia.

Exaltados e indignados, os colonos reuniram-se no **Primeiro Congresso Continental da Filadélfia, em 1774**, decretando o boicote ao comércio inglês e a exigência de representação colonial no Parlamento da Inglaterra. Os ingleses enviaram tropas para reprimir os líderes do movimento, iniciando conflitos com milícias coloniais improvisadas. No ano seguinte, em **1775**, os colonos reuniram-se no **Segundo Congresso Continental da Filadélfia**, no qual se determinou a separação em relação à Inglaterra.

Em 4 de julho de 1776, era decretada a **Declaração de Independência dos Estados Unidos da América**, redigida por **Thomas Jefferson** e fortemente influenciada pelo pensamento iluminista de John Locke. Decidiu-se, ainda, que as tropas coloniais seriam comandadas por **George Washington**, enquanto **Benjamin Franklin** seria enviado à França para buscar apoio.

A guerra pela independência pode ser dividida em duas etapas: na primeira, de 1775 até 1778, os colonos resistiram às tropas inglesas sem apoio externo. Na segunda, de 1778 até 1781, países estrangeiros rivais da Inglaterra, como a França, a Espanha e a Holanda, auxiliaram os colonos com o envio de recursos e de militares. Desse auxílio, o francês foi o mais contundente e significativo, até porque a França desejava enfraquecer a Inglaterra e recuperar territórios perdidos na Guerra dos Sete Anos.

Em 1781, os colonos venceram a Batalha de Yorktown, obrigando os ingleses a abrirem negociações pelo reconhecimento da independência, ocorrido apenas em 1783 com o Tratado de Paris.

CONSTRUÇÃO DO ESTADO NORTE-AMERICANO

Com o fim da guerra de independência, os ex-colonos reuniram-se em uma convenção constitucional com o objetivo de redigir uma constituição para o novo país. Fortemente influenciada pelos ideais iluministas, a **Constituição de 1787** apresentava as seguintes características:

- ▶ instituição de uma república federativa com a denominação de Estados Unidos da América;
- ▶ adoção do sistema presidencialista, sendo George Washington o primeiro presidente;
- ▶ divisão dos três poderes: executivo, legislativo (bicameral) e judiciário;
- ▶ declaração de direitos, garantindo direitos de cidadania, como liberdade de pensamento, de opinião e de reunião, igualdade jurídica e julgamento justo, além de outras;
- ▶ participação popular limitada, uma vez que somente tinham direito de votar e de ser votados os indivíduos que tivessem determinada renda. Também excluía dos ideais de liberdade e de igualdade os negros, que continuaram escravos, os índios e as mulheres.

A independência norte-americana representou o rompimento pioneiro do Antigo Sistema Colonial, concretizando parte da teoria iluminista e **influenciando diversos outros movimentos**, como a Revolução Francesa e os movimentos emancipacionistas no restante da América.

Independências na América Espanhola

Internamente, nas colônias hispânicas na América, os ideais liberais advindos da Europa e dos Estados Unidos exerciam influência nas **elites criollas**, que tinham nos **chapetones (os espanhóis de origem)** e no domínio espanhol um obstáculo ao seu desenvolvimento.

A metrópole limitava o desenvolvimento de atividades manufatureiras, o comércio e o acesso a cargos políticos da elite *criolla*, gerando um clima de descontentamento em que os ideais de liberdade, sobretudo iluministas e norte-americanos, ganharam força.

Na Europa, a **França napoleônica invadiu a Espanha** e pôs no trono o irmão de Napoleão, José Bonaparte, enfraquecendo a metrópole espanhola. Na colônia, os **criollos intensificaram seus desejos de liberdade**, formando as **juntas governativas**, assumindo a administração colonial. Todavia, a partir de 1814, a derrota napoleônica e a aliança entre Espanha e Inglaterra fizeram com que os espanhóis reprimissem os ensaios de independência. Todos esses fatores contribuíram para as independências na América espanhola.



Processos emancipatórios nas Américas central e do Sul.

LUTAS PELA INDEPENDÊNCIA



Simón Bolívar: o libertador da América.

Embora tenham ocorrido movimentos de independência vitoriosos até 1815, a **intensificação das guerras de independência** ocorreu entre 1817 e 1825, sob liderança de membros da elite *criolla*, como **Simón Bolívar** e **José de San Martín**. Comandando suas tropas, Bolívar auxiliou nas independências da Venezuela, do Equador, da Bolívia e da Colômbia. San Martín, argentino defensor de um regime monárquico, foi importante nas independências da Argentina, do Chile e do Peru.

O venezuelano Simon Bolívar foi o mais importante “libertador” e defensor do republicanismo, advogava a união política dos países recém independentes, a exemplo da **tentativa de formação da Grande Colômbia**, que reuniria, em uma unidade política, os territórios da Colômbia, do Panamá, do Equador, da Venezuela e do Peru.

No **Congresso do Panamá**, em **1826**, Bolívar propôs a união política dos Estados hispano-americanos, a chamada **Grande América**. No entanto, os ideais unificadores de Bolívar não se concretizaram. Isso ocorreu, em parte, pela **oposição das oligarquias regionais lideradas por chefes locais**, geralmente oriundos da elite *criolla* e que desempenharam papel de liderança nos combates pelas independências.

Contando com simpatia local, esses chefes locais, chamados de **caudilhos**, eram autoritários, paternalistas e disputavam o poder em nível local e regional, opondo-se ao ideal de Bolívar. A **Inglaterra e os Estados Unidos também se opunham** às ideias bolivarianas, pois uma unidade política hispano-americana seria obstáculo às suas pretensões de domínio econômico. Assim, a **América hispânica independente esfacelou-se em pequenas repúblicas**, exceto o México, que teve um curto período de regime monárquico.



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Além das independências promovidas por Bolívar e San Martín, destacamos:

- ▶ o **Paraguai** tornou-se independente em 1813, com a liderança do “criollo” e caudilho Gaspar Francia;
- ▶ a **Argentina** proclamou a independência em 1816, mas consolidou-se como Estado independente após as lutas de Manuel Belgrano e San Martín;
- ▶ o **Chile** contou com a liderança de Bernardo O’Higgins após a independência, em 1818;
- ▶ o **México** iniciou sua independência com forte participação popular camponesa, no ano de 1810, sob liderança de Miguel Hidalgo, padre Morellos e Vicente Guerrero. Propondo o fim da escravidão, a igualdade e a expropriação dos grandes proprietários, o movimento enfraqueceu-se devido à oposição da elite “criolla”. Em 1821, Agustín Itúrbide aliou-se a Guerrero e manipulou as classes populares. Foi proclamado o Plano de Iguala, que estabelecia: a independência mexicana, o respeito à propriedade, a adoção da monarquia e a igualdade de direitos entre “criollos” e espanhóis. O trono foi oferecido a Fernando VII, rei espanhol que vivia uma forte reação de cunho liberal em seu país. Contudo, no ano seguinte, Itúrbide declarou-se imperador do México. Uma revolta republicana depôs o imperador e instalou a república. Em 1824, finalmente, o México consolidou sua independência com a eleição do general Guadalupe Vitória para presidente. Assim, embora iniciada pelas camadas populares, a independência mexicana também se completou com as elites “criollas”, que mantiveram inalterada a estrutura social e econômica que lhes privilegiava.

Anotações:

América Francesa: a Independência do Haiti (1804)

O Haiti, sob domínio francês desde a conquista da Espanha por Napoleão, tinha uma economia centrada na produção de açúcar com mão de obra escrava negra. **Influenciados pela Revolução Francesa**, os negros haitianos fizeram uma revolta liderada por **Toussaint L’Ouverture**, exigindo liberdade e igualdade. Em 1801, L’Ouverture proclamou a independência da ilha, mas o **movimento foi sufocado pelas tropas de Napoleão**. Em 1804, sob liderança de **Dessalines**, outro ex-escravo, os negros do Haiti **conquistaram a independência**, instituindo uma **República Negra** e perseguindo a minoria branca opressora. A rebelião negra haitiana provocou temores nas elites escravocratas de outros países, como o Brasil. A Inconfidência Baiana de 1798 teve influência da independência do Haiti.

As independências não significaram autonomia econômica nem liberdade e igualdade para todos os habitantes da América hispânica. Substituiu-se a dominação monopolista ibérica pelo domínio econômico inglês e norte-americano, fornecendo matéria-prima e consumindo os manufaturados ingleses. **Os ideais iluministas não foram estendidos aos escravizados e aos indígenas**, mantendo as estruturas de dominação, nas quais se salientaram os chefes locais, os caudilhos, que exerceriam seus mandos e desmandos na América.



Pintura retratando a Batalha de São Domingos, 1845.



Leitura complementar: O Congresso do Panamá.



» Brasil Monárquico: formação do Estado e da Nação brasileira

• Primeiro Império (1822-1831)

Formação do Estado brasileiro e reações ao autoritarismo no século XIX

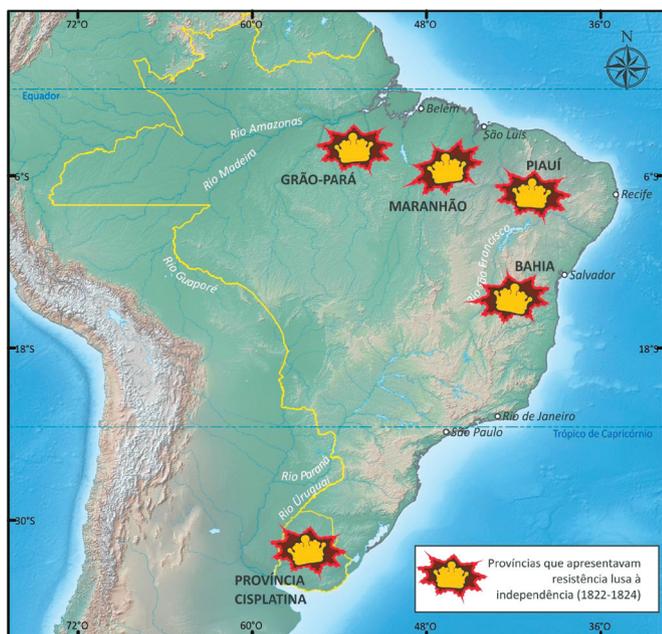
Nessa fase, o nascente Estado brasileiro esteve preocupado em **consolidar** sua **independência** mediante a repressão às **revoltas internas** e a indenização de Portugal, buscando obter o **reconhecimento externo** da nossa independência política. Paralelamente, também ocorreu a formação da estrutura política do país, na qual se confrontaram latifundiários e Imperador.

A Independência não foi aceita por todas as províncias brasileiras. Militares e políticos lusos, fiéis às Cortes de Lisboa, continuavam a controlar a Bahia, o Grão-Pará, o Maranhão, o Piauí e a Cisplatina. Nessas províncias, houve **conflitos entre portugueses e brasileiros**, os quais contaram com a ajuda de militares estrangeiros contratados por D. Pedro I, como Lord Cochrane, Pierre Labatut, John Tylor e John Grenfell.



Museu Imperial de Petrópolis, RJ/IBID

D. Pedro I passaria rapidamente de líder da Independência a tirano opressor, de acordo com os brasileiros.



Adaptado por João Henrique Quioses

Paralelamente aos conflitos internos, o incipiente Estado brasileiro buscava o reconhecimento internacional da emancipação política. Os Estados Unidos, de acordo com a **Doutrina Monroe de 1823 – “América para os americanos”** – e interessados em vantagens comerciais, foram o primeiro país a reconhecer nossa independência, no ano de 1824. Em 1825, **Portugal reconheceu a emancipação** política brasileira, mediante a **indenização** de dois milhões de libras. Os ingleses também reconheceram o Estado do Brasil com a renovação dos Tratados de 1810, em 1827, que concediam amplos benefícios fiscais à Inglaterra. Com tudo isso, o Brasil iniciou sua infância livre de Portugal, mas cada vez mais dependente dos ingleses.

Anotações:

BRASIL: Focos de resistência à Independência (1822-1824).

ESTRUTURAS POLÍTICAS

No alvorecer do século XIX, tornou-se imperioso construir as estruturas políticas do novo Estado. Para tanto, D. Pedro I convocou uma **Assembleia Constituinte, em 1823**, composta por membros dos partidos Brasileiro e Português. Com a maioria na Assembleia, os brasileiros, sobretudo latifundiários, aprovaram um anteprojeto de Constituição que estabelecia: voto censitário (era necessária uma renda mínima de 150 alqueires de mandioca para poder votar e ser votado); aversão aos estrangeiros e supremacia do legislativo sobre o executivo. Esse projeto ficou conhecido como a **“Constituição da Mandioca”**.

D. Pedro I, vendo seus poderes restringidos, dissolveu a Assembleia, que foi cercada por soldados na noite de 11 para 12 de novembro – era a **Noite da Agonia**. A partir de então, os portugueses conduziram a formação de uma nova Assembleia, e **D. Pedro I outorgou a primeira Constituição do Brasil em 1824**.

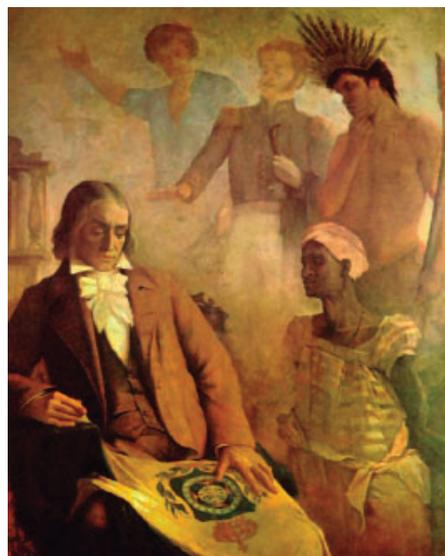


CONSTITUIÇÃO DE 1824

Estabelecia como regime político a monarquia constitucional hereditária; a religião católica como oficial e o regime do padroado; **quatro poderes**: executivo, legislativo, judiciário e moderador, que seria exercido diretamente pelo imperador; manutenção do direito de propriedade; liberdade econômica; **voto indireto e censitário** (eram os chamados “eleitores de paróquia” e “eleitores de província”), estabelecendo uma renda mínima para votantes e votados. Para deputado, a renda mínima era de 400 mil réis, e, para senador, 800 mil réis. Mulheres e escravos libertos não podiam votar.

Quanto à composição dos quatro poderes, dava-se da seguinte maneira:

- ▶ **Poder legislativo**: exercido pela Assembleia Geral, composta por senadores com mandato vitalício e deputados com mandatos de quatro anos.
- ▶ **Poder judiciário**: executado por juízes e tribunais compostos por membros escolhidos pelo imperador.
- ▶ **Poder executivo**: exercido pelo imperador e seus ministros em nível nacional.
- ▶ **Poder moderador**: exercido exclusivamente pelo imperador, conferindo-lhe imensos poderes.



Eduardo de Sá. Fonte: Palácio Pedro Ernesto, Câmara Municipal do Rio de Janeiro

O quadro apresenta uma alegoria da Independência, isto é, uma imagem que pretende simbolizar o significado da Independência. Enquanto o ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, principal apoiador de D. Pedro, olha para a bandeira da futura nação brasileira, atrás dele estão uma negra, um índio, o próprio D. Pedro e um homem branco. Agora, atenção para os detalhes: D. Pedro segura uma espada e estende a outra mão, em gesto de proteção; o índio segura o arco e flecha e põe a mão no queixo, pensativo; o branco estende um braço; e a negra, por fim, mantém os braços para trás, como se estivesse presa, talvez uma possível referência a sua escravidão.

CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Com a outorga da Constituição, estourou, em Pernambuco, uma revolta liderada por **Manuel Paes de Andrade e Frei Caneca**. A revolta, que **se opunha ao autoritarismo crescente de D. Pedro I** e advogava maior **federalismo**, alastrou-se para o Rio Grande do Norte, a Paraíba e o Ceará. Essas províncias declararam-se independentes, admitiram o nome de Confederação do Equador e adotaram a **Constituição da Colômbia** como modelo, pois era **republicana e liberal**.

A repressão foi violenta, comandada pelo mercenário inglês Cochrane e pelo Coronel Francisco de Lima e Silva. Frei Caneca foi executado por fuzilamento, após o carrasco recusar-se a enforcá-lo.

Anotações:



Adaptado por João Henrique Queros



ABDIÇÃO DE D. PEDRO I

Após o massacre da Confederação do Equador e da imposição da Constituição de 1824, D. Pedro I foi perdendo, progressivamente, a imagem de herói da independência. Aos poucos, os brasileiros sentiam um **governo autoritário, repressor**, que gerava descontentamentos. Vários fatores contribuíram para a abdicação de D. Pedro I em 1831, mas podemos afirmar que o autoritarismo, a brutalidade perpetrada pelas autoridades governamentais, os **imensos e onerosos gastos econômicos em conflitos desnecessários**, como a **Guerra da Cisplatina (1828)**, a qual resultou na independência do Uruguai, o **assassinato do jornalista Líbero Badaró**, entre outros, foram decisivos na tomada de posição de D. Pedro I em abandonar o país. Na denominada “**Noite das Garrafadas**”, episódio em que os comerciantes lusos do RJ organizaram uma festa para D. Pedro I, os brasileiros descontentes iniciaram uma série de conflitos que também evidenciaram bem a impopularidade galgada pelo imperador.

Finalmente, quando uma representação de brasileiros foi até o imperador solicitar a volta do Ministério Popular (de brasileiros, pois D. Pedro I o havia substituído pelo **Ministério dos Marqueses**, formado por lusos), a resposta é representativa dos ânimos da época:

“Tudo farei para o povo; nada, porém pelo povo”. Sem meios de continuar a governar, **D. Pedro I abdicou** em favor do filho, D. Pedro de Alcântara, de cinco anos de idade.

• Fase regencial (1831-1840)

O período regencial foi marcado pela constante **instabilidade política**. Com a abdicação de D. Pedro I em favor de seu filho de apenas cinco anos, determinou-se a escolha de uma regência para governar o país até o menino atingir a maioridade. A ausência de um imperador costuma ser apontada como uma das variáveis que contribuíram para a situação política instável. Ao mesmo tempo, também marcaram essa fase as **diversas revoltas provinciais**, as quais tumultuaram ainda mais a já débil situação política.

A princípio, como a Assembleia Geral estava em recesso, escolheu-se uma **Regência Trina Provisória**, com a responsabilidade de exercer o governo até a volta ao trabalho dos parlamentares. Assim, em junho de 1831, com o retorno da Assembleia Geral, foi possível eleger uma **Regência Trina Permanente (1831-1835)**.

O destaque dessa regência coube ao padre **Diogo Antônio Feijó**, nomeado para o Ministério da Justiça. Em seu mandato, com a justificativa de combate às revoltas provinciais, **criou a Guarda Nacional**, uma milícia armada sob comando de membros da elite, especialmente latifundiários, os quais adquiriam a patente de coronel. Em nível local, o coronel, na prática, utilizava-se da Guarda Nacional em proveito privado, para fazer valer pela força seus interesses pessoais. Além disso, padre Feijó aprovou o **Código de Processo Criminal**, que concedia poder judiciário e policial, em nível municipal, aos juizes de paz. Essas medidas caracterizam-se pelo avanço das ideias liberais, de descentralização dos vários níveis de poder para as províncias.

Ainda durante a regência permanente, foi aprovado o **Ato Adicional de 1834**, estabelecido de importantes alterações,

sobretudo de descentralização política, à Constituição de 1824. Entre os principais pontos do Ato, citamos:

- ▶ criação das Assembleias Legislativas Provinciais, conferindo mais autonomia para as províncias;
- ▶ criação do Município Neutro do Rio de Janeiro, com jurisdição independente da província do Rio de Janeiro;
- ▶ eleição de uma regência uma pelas Assembleias Provinciais;
- ▶ suspensão do poder moderador e do Conselho de Estado, estruturas de centralização política vigentes no primeiro império.

Em 1835, estabeleceu-se a **Regência Una de Padre Feijó (1835-1837)**, uma fase repleta de agitações políticas e sociais. No **campo político**, os liberais moderados dividiram-se em **progressistas**, favoráveis às medidas descentralizadoras, e **regressistas**, adeptos da centralização política. Logo em seguida, o grupo regressista fundou o Partido Conservador, e o progressista, o Partido Liberal. No **campo social**, explodiram ou acirraram-se diversas revoltas, como a **Cabanagem**, a **Sabinada** e a **Farroupilha**. Debilitado política e fisicamente, sem êxito na contenção das revoltas, padre Feijó renunciou ao cargo de regente em 1837.

Com a renúncia de Feijó, assumiu a regência o conservador **Araújo Lima (1837-1840)**, o qual buscou anular as conquistas liberais de caráter descentralizador, voltando a promover medidas de centralização do poder. Nessa fase, foi criado o Colégio Pedro II, o Arquivo Público Nacional e o Instituto Histórico e Geográfico, medidas que renderam a alcunha de “ministério das capacidades” para o Ministério da Justiça, responsável por tais novidades.

Araújo Lima propôs, ainda, a **Lei Interpretativa do Ato Adicional**, considerado por ele como a fonte das perturbações sociais que assolavam o Brasil. Tal lei permitia o **restabelecimento do centralismo político**, diminuindo a autonomia das províncias.

Em 1840, os **liberais** fundaram o **Clube da Maioridade**, com a proposta de antecipação da maioridade de D. Pedro II, então com quinze anos, como medida capaz de pacificar o Brasil. Em julho do mesmo ano, D. Pedro II foi coroado imperador do Brasil, episódio conhecido como **Golpe da Maioridade**, encerrando o período regencial.



Batalhão de Fuzileiros da Guarda Nacional

Oficina litográfica Brito & Braga BLD

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Revoltas regenciais



As Regências enfrentaram quatro das mais importantes rebeliões internas do Brasil.

REVOLTA DOS MALÊS (1835) – BA

Na Bahia, havia a predominância da população negra. Diante de uma sociedade minoritária de brancos racistas, houve um levante de **escravizados**, conhecidos como Malês. A liderança desse movimento coube aos escravizados africanos muçulmanos, ou seja, adeptos da religião islâmica e reivindicadores de liberdade religiosa e abolição da escravidão. O movimento **contestava a pobreza local** e as violências sofridas pelos escravos. Foi **rapidamente delatado e sufocado**, com diversas punições a suas lideranças.

CABANAGEM (1835-1840) – PA

O ponto de partida desse movimento foi a cisão da elite paraense diante da nomeação do presidente da província. Imediatamente, houve a adesão das camadas mais pobres, como **índios, mestiços e negros que viviam em cabanas** à beira dos rios. Os rebeldes tomaram Belém, e seus líderes, Batista Campos, **irmãos Vinagre** e o seringueiro **Eduardo Angelim proclamaram a independência da província**. A rebelião foi violentamente sufocada, com a morte de mais de trinta mil pessoas no Pará.

REVOLUÇÃO FARROUPILHA (1835-1845) – RS

A **Revolta dos Farrapos** apresenta uma série de fatores motivadores, por exemplo: os **onerosos impostos** cobrados pelo governo central, no Rio de Janeiro; o descaso do governo central com a província do Rio Grande e com os gaúchos; a insatisfação histórica dos gaúchos com o papel reservado ao Rio Grande do Sul na política do RJ, ou seja, de mero defensor de uma fronteira distante e curral abastecedor; a incapacidade da economia sulina de se adaptar ao novo cenário capitalista que se delineava, pois a província dos pampas dependia da exportação do **charque** produzido, ainda, com mão de obra escrava; a

concorrência do charque platino, que pagava baixos impostos para entrar no Brasil e era de melhor qualidade; e a nomeação de um presidente de província, que desagradou as elites estancieiras.

A revolta teve início quando **Bento Gonçalves** tomou Porto Alegre, depondo o presidente da província, no consagrado **20 de setembro de 1835**. No ano seguinte, era proclamada a independência da província, sob o nome de **República Rio-Grandense** com capital em Piratini. A seguir, a revolta espalhou-se para Santa Catarina, local em que os gaúchos buscavam a posse de um porto, com o auxílio do italiano **Garibaldi**, e onde **David Canabarro** proclamou a efêmera **República Juliana**.

Convém lembrar que a Revolta Farroupilha, confundida pelo senso comum como uma revolta das camadas populares, na verdade, foi uma **rebelião das elites estancieiras**, defensoras de seus interesses políticos e econômicos. Evidentemente, também teve a participação de pobres e escravizados, mas ludibriados com promessas de posses e liberdade. De nobre, restou a influência, ou seja, o Iluminismo e a Revolução Francesa – daí os dizeres “Liberdade, Igualdade, Humanidade”, presentes na bandeira gaúcha. Também se pode falar em ideais nobres no sentido de que as elites, manobrando os pobres, canalizaram forças para contestar o histórico descaso do governo central para com os gaúchos.

Por fim, a revolta **acabou pacificada pelo barão de Caxias a partir da Paz de Ponche Verde**, a qual estabeleceu: anistia geral aos rebeldes; incorporação dos oficiais farroupilhas ao Exército Nacional; devolução das terras aos estancieiros; aumento para 25% da taxa do charque platino; encampação das dívidas dos líderes rebeldes e liberação dos escravos que haviam lutado na revolução – porém, esse artigo foi aplicado na prática a raros escravos, a maioria voltou à condição cativa ou fugiu para os quilombos. Pelo seu papel de destaque nas revoltas, o barão de Caxias recebeu o título de “Pacificador do Império”. Mais tarde, seria escolhido como patrono do Exército Nacional.



A Guerra dos Farrapos - Revolução Farroupilha - contou com a adesão dos grandes estancieiros e registrou um conflito em que os combates de cavalaria foram decisivos.



Leitura complementar:
A Revolução Farroupilha.



SABINADA (1837-1838) – BA

O estopim para a revolta foi o recrutamento forçado da população para combater os farroupilhas, no sul do Brasil. O excessivo centralismo político e as dificuldades econômicas também contribuíram para o movimento. Entre seus líderes estava o médico **Francisco Sabino**. Nessa revolta, tivemos a participação, em especial, das **camadas médias da Bahia**. Os rebeldes **proclamaram a República Baiense**, de caráter temporário, ou seja, até a maioria de D. Pedro II. As tropas regenciais, com a ajuda dos latifundiários da região, massacraram a revolta.

BALAIADA (1838-1841) – MA

As motivações dessa revolta podem ser encontradas na **crise da economia algodoeira do Maranhão**, diante da concorrência norte-americana. Além disso, os comerciantes lusos e os latifundiários detinham enormes privilégios, descontentando os pobres e miseráveis, como escravizados, peões e balaios.

Liderados por **Raimundo Gomes**, vaqueiro conhecido como “cara preta”, **Manuel dos Anjos** (balaios) e **Cosme Bento** (escravos), os rebeldes ameaçavam tomar a capital São Luís. Porém, as divergências entre as lideranças sepultaram o movimento, que foi reprimido pelo coronel Luis Alves de Silva e Lima, a partir de então Barão de Caxias.

Para mais informações, acessar a seção “Demais vestibulares”.

Legado dos viajantes

O Brasil colonial, entre os séculos XVI e XVIII, foi mantido sob rígido controle da metrópole portuguesa, temerosa de um possível despertar de cobiça por parte de outros países europeus. Assim, as imensas possibilidades da natureza tupiniquim ficaram ocultas da Europa, com raros casos de exceção, em uma situação que somente se alteraria a partir da vinda da família real, em 1808, e da abertura da colônia aos intelectuais, artistas e cientistas europeus. É nesse contexto que se inserem a Missão Artística Francesa (1816) e a ação dos viajantes, entre os quais se salientam Saint-Hilare, Debret e Rugendas.

O francês Saint-Hilare percorreu mais de dez mil quilômetros na colônia Brasil, passando por Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Coletava amostras de plantas e de minerais, além da observação minuciosa de todos os pormenores da vida cotidiana. Sua obra sobre o Brasil abarcou nove volumes e constitui importante relato, na qualidade de documento histórico, sobre o Brasil colonial e os primeiros anos após a Independência.

Jean-Baptiste Debret, também integrante da Missão Artística Francesa, tornou-se o mais destacado cronista visual do Brasil do século XIX, elaborando mais de duzentas gravuras e obras, as quais retratam, em parte, a história da vida privada nos trópicos. Debret percorreu as localidades do Rio de Janeiro, de São Paulo, do Paraná, de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul e elaborou uma obra iconográfica que contribuiu decisivamente para o entendimento do Brasil à época. Ele registrou: os senhores, a escravaria, os costumes, a indumentária, os animais, as ruas, as praças, a arquitetura, os trabalhos e, de forma impressionante, os castigos infligidos aos negros. Sua obra, *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, divide-se em três partes: primeiro volume, um retrato da vida indígena; segundo, dedicado aos escravos; terceiro, pinceladas da vida urbana e da política.

O alemão **Johan Moritz Rugendas** esteve no Brasil na mesma época de Debret e, como este, legou extensa obra, sobremaneira visual, do cotidiano do século XIX. Rugendas deixou mais de cem trabalhos que elucidam, de maneira detalhista, a natureza, os habitantes, os costumes e as cidades brasileiras no alvorecer do século XIX.



Obra de Debret, intitulada O caçador de escravos. O registro do cotidiano do Brasil constitui marca estilística dos viajantes do século XIX.

Entre tantos outros viajantes que estiveram no Brasil após a vinda da família real, em 1808, podemos destacar também: príncipe Maximiliano Alexander Philip Von Wied-Neuwied, da Alemanha, fez parte da primeira expedição científica ao Brasil, sob a tutela do barão Von Humboldt; Johan Baptist Von Spix e Carl Philip Von Martius, faziam parte da Missão Artística Austríaca, trazida pela imperatriz Leopoldina Habsburgo, esposa de Dom Pedro I. Spix e Martius produziram monumental obra, concluída e publicada após a morte dos cientistas, intitulada *Flora Brasiliensis*.

O trabalho, na forma de relatos ou iconográfico, dos viajantes do século XIX foi relevante no conhecimento e na difusão do Brasil no exterior, além de constituir-se em marco histórico precioso para pesquisas acerca dos elementos formadores da nação brasileira, como a execrável ordem escravista.

• O II Reinado e as modificações estruturais (1840-1889)

Organização política e administrativa



Brasão do Império tangenciado por ramos de café.



Retrato do Imperador D. Pedro II aos 12 anos, 1837. Autor: Félix-Émile Taunay.

O fim da fase regencial deu-se com a manobra política desfechada pelos membros do Partido Liberal, o chamado **Golpe da Maioridade**, que pôs no poder o jovem Pedro de Alcântara, com o título de Imperador **D. Pedro II**. O apoio da aristocracia deu-se, em especial, pela crença de que a restauração do poder imperial poderia findar as agitações e as revoltas que explodiam em toda parte.



Fotografia de D. Pedro II com cerca de 25 anos. Autor: José Joaquim Lopes.

Nos momentos precedentes ao Golpe da Maioridade, surgiram manifestações culturais bem humoradas a respeito da ascensão do novo monarca, ora saudando-o, sobretudo nas elites liberais, ora demonstrando desesperança, principalmente nos meios populares. Observe as quadrinhas da época, que são representativas do modo de pensar das elites e das camadas populares, respectivamente:

“Queremos D. Pedro II,
embora não tenha idade
a nação dispensa a lei
e Viva a maioridade!”

“Por subir Pedrinho ao trono
não fique o povo contente.
Não pode ser boa coisa
servindo pra mesma gente.”

Com a ascensão de D. Pedro II, o país voltou a viver a **centralização política** com espaço para a participação das elites rurais dos **Partidos Liberal e Conservador**, sobretudo na composição dos ministérios ou gabinetes. Entretanto, é importante frisar que esses partidos defendiam projetos semelhantes. **Advogavam para a estrutura oligárquica, exportadora, imperial e escravista do Brasil da época**. Divergiam apenas na forma de manter essa estrutura e seus privilégios. Os **liberais** tendiam para uma **maior descentralização** do poder, um maior **federalismo**, ao passo que os **conservadores** eram favoráveis a um **maior centralismo** político. Esses dois grupos alternavam-se no poder sem, contudo, apresentar maiores transformações práticas na mudança de um para outro, em cada composição de ministério.

O **primeiro gabinete** do Segundo Reinado foi formado pelo Partido **Liberal**, que havia liderado o Golpe da Maioridade. Entre as medidas tomadas por esse gabinete, destacam-se:

- ▶ dissolução da Câmara e convocação de eleições para deputados;
- ▶ substituição de juízes, chefes de polícia e presidentes de províncias ligados aos conservadores;
- ▶ uso da violência para que os eleitores votassem nos candidatos liberais, episódio que ficou conhecido como **“eleições do cacete”**. Essa prática, vale adiantar, também foi utilizada mais tarde pelos conservadores;
- ▶ incapacidade administrativa, sobretudo pelo fato de não conseguir pacificar o país. No sul, por exemplo, ainda ocorria a Revolução Farroupilha.



“O rei se diverte”, charge de Faria, publicada no jornal “O Mequetrefe”, em 1878.

Diante desse contexto, em **1841**, o Imperador D. Pedro II **demitiu o ministério liberal** e nomeou outro, que pertencia à tendência conservadora. Foram realizadas novas eleições, das quais, evidentemente, os conservadores saíram vitoriosos.

Ao mesmo tempo, mecanismos político-administrativos existentes no Primeiro Reinado foram restaurados, como a **reintrodução do Poder Moderador**, a restauração do Conselho de Estado e a aprovação da Lei Interpretativa do Ato Adicional. Essas medidas reforçaram o poder central do Imperador e garantiram o predomínio da oligarquia conservadora.

Em **1842**, descontentes com a marginalização política, os liberais promoveram uma **série de levantes armados**



contra o governo, como em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Essas ações constituíram-se nas chamadas **Revolutas Liberais** de 1842, que foram lideradas por Padre Feijó e Campos Vergueiro, em São Paulo, Teófilo Ottoni, em Minas Gerais, e Souza Breves, no Rio de Janeiro. Tais atos foram sufocados pelas tropas de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias.

Em **1847**, complementando a estrutura política brasileira, foi instituído o **sistema parlamentarista**. Ao contrário do modelo inglês, o novo sistema estabelecia a subordinação do poder Legislativo ao Executivo, com a escolha do primeiro-ministro pelo imperador, que detinha poderes para dissolver a Câmara e demitir o ministro sempre que lhe aprouvesse. Esse sistema parlamentarista ficou conhecido como "**parlamentarismo às avessas**".

A alternância de liberais e conservadores no Ministério persistiu até **1853**, quando o Marquês do Paraná, Hermeto Carneiro Leão, estabeleceu a **política da conciliação**, mesclando, em um mesmo ministério, liberais e conservadores. A partir de então, os ânimos políticos serenaram, o que acarretou um período de relativa tranquilidade política, no qual D. Pedro II pairava acima dos partidos. Em 1858, retomou-se a alternância de liberais e conservadores na composição ministerial.

REVOLUÇÃO PRAIEIRA

A **última grande rebelião provincial** ocorreu em Pernambuco, em 1848, sob influência de ideais advindos da Europa, como o socialismo utópico e a Primavera dos Povos, que sacudia o velho mundo.

A rebelião teve suas origens ligadas às **difíceis condições econômicas e sociais de Pernambuco**, sobretudo pela enorme concentração fundiária, com destaque para as posses da **família Cavalcanti**, além do monopólio comercial dos portugueses instalados na Província. Houve, também, o descontentamento dos membros liberais com a ascensão dos conservadores ao governo provincial.

O nome do movimento deveu-se ao fato de o jornal dos rebeldes liberais, o "Diário Novo", situar-se na rua da Praia. Nesse jornal, os liberais ou praiheiros faziam constantes manifestos, dos quais se destacou o **Manifesto ao Mundo, de 1848**, que foi escrito por Borges da Fonseca. Esse manifesto expôs as principais reivindicações do movimento praieiro:

- ▶ sufrágio livre e universal;
- ▶ liberdade de imprensa, de opinião e de reunião;
- ▶ nacionalização do comércio;
- ▶ instalação da República;
- ▶ fim do Senado Vitalício e do Poder Moderador.

A rebelião, que foi **liderada** pelo **capitão Pedro Ivo** e pelo **general Abreu Lima**, contou com o apoio de parte da população e de alguns senhores de engenho ligados ao Partido da Praia (liberal). **Em 1850, a revolta já estava controlada** pelas tropas governamentais. A partir de então, o Brasil passou por longo período de paz interna, que marcou o apogeu do governo de D. Pedro II.

Economia e sociedade: transformações

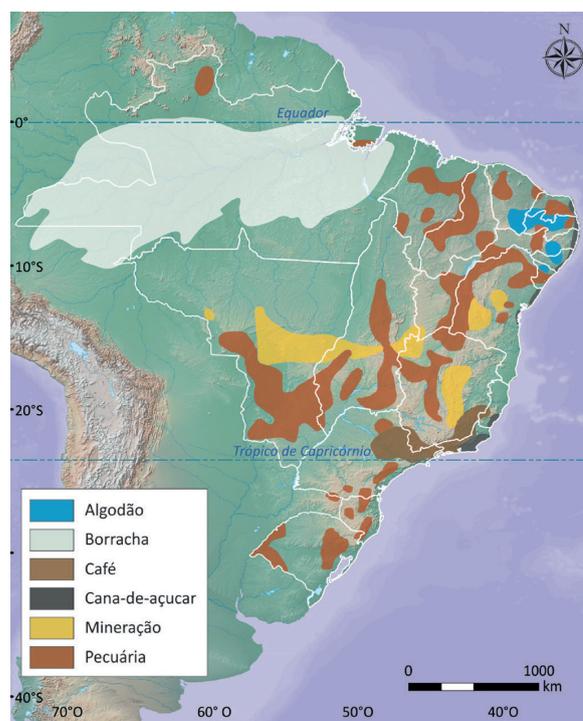
A produção agroexportadora assentada na mão de obra escrava foi predominante, no Segundo Reinado, com os grandes proprietários, do setor açucareiro e, principalmente, do setor cafeeiro, monopolizando os processos políticos centrados em D. Pedro II.

Entretanto, é preciso ressaltar que, a partir da segunda metade do século XIX, surgiram novas forças sociais e políticas, principalmente com o surto industrial e urbano, a partir de 1850.

A mão de obra escrava foi sendo substituída, gradativamente, pelo **trabalho livre e assalariado**, em especial com a entrada de **imigrantes**. Além disso, outras culturas também despontaram, como a do **cacau** e a da **borracha**, embora secundárias em relação à do café, o principal produto da pauta de exportações do Brasil. Nesse contexto, consolidou-se a **transferência do eixo econômico** do nordeste açucareiro para o sudeste cafeeicultor.



Leitura complementar
Dom Pedro II



A economia brasileira no século XIX. Mapa adaptado por João Henrique Quoos.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Anotações:



O CAFÉ NO BRASIL

O café teria sido introduzido no Brasil pela região do Pará, por volta de 1725, e chegaria ao Rio de Janeiro na década de 1760. Entretanto, no Brasil, o cultivo para exportação somente se iniciou no final do século XVIII, atingindo seu **apogeu nos séculos XIX e XX**.

Inicialmente, a lavoura cafeeira estabeleceu-se no **Vale do Paraíba**, entre Rio de Janeiro e São Paulo. A partir de 1850, disseminou-se para São Paulo, chegando a Campinas. A expansão cafeeira, que foi motivada pelo aumento do consumo internacional, atingiu, na década de 1870, o **Oeste paulista**.

A partir desse momento, a Província de São Paulo tornou-se a principal produtora do país, e o Porto de Santos, modernizado, superou o Porto do Rio de Janeiro em importância econômica.



A expansão do café. Mapa adaptado por João Henrique Quoos.

Fases	Região Produtora	Características
Até 1860	Vale do Paraíba	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Condições geoclimáticas favoráveis (altitude e temperatura); ▶ Utilização em larga escala da mão de obra escrava (ampliação do tráfico e do comércio interno); ▶ Cultura extensiva e predatória do meio ambiente; ▶ Predomínio do Porto do Rio de Janeiro; ▶ Constituição de uma nova aristocracia, os barões do café; ▶ Capital inicial proveniente de fontes internas.
A partir de 1860	Oeste Paulista (Campinas, Ribeirão Preto até alcançar o Paraná)	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Condições geoclimáticas excepcionais (relevo mais regular; terra roxa, que é resultado da decomposição de rochas de origem vulcânica); ▶ Utilização em larga escala da mão de obra do imigrante, surgindo, dessa maneira, uma transição para o trabalho assalariado; ▶ Cultura racional e realizada com mentalidade mais capitalista; ▶ Predomínio do Porto de Santos como escoadouro de produção; ▶ Implantação do sistema ferroviário (Santos- Jundiá, Itu-Campinas); ▶ Constituição de uma nova elite econômica: burguesia cafeeira do oeste paulista; ▶ Abertura de novos mercados externos, notadamente os Estados Unidos; ▶ Investimentos mais amplos, inclusive, de origem inglesa.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Modificações estruturais

Na segunda metade do século XIX, o Brasil passou por mudanças em sua infraestrutura produtiva, das quais salientam-se a transição da mão de obra escrava para livre e o surto industrial, ou seja, a modernização capitalista. Vários fatores explicam essas mudanças, mas merecem destaque:

TARIFA ALVES BRANCO DE 1844

Elevava as tarifas de importação, prejudicando os exportadores ingleses e, indiretamente, beneficiando a aplicação de capitais nacionais na indústria.

Desde os Tratados de 1810, a Inglaterra gozava de benefícios comerciais no Brasil, como a baixa tarifa alfandegária (15%) sobre os produtos importados de procedência inglesa. Esse fato resultou na dependência econômica do país para com o capital britânico. Entretanto, D. Pedro II, procurando aumentar as arrecadações com a elevação das taxas de importação, sancionou, em 1844, a Tarifa Alves Branco, do ministro das finanças Manuel Alves Branco.

A tarifa aumentou para 30% o imposto sobre produtos importados sem produção nacional e para 60% no caso de haver indústria nacional. A consequência foi a elevação dos preços dos importados, favorecendo, mesmo que não fosse o objetivo primário, o desenvolvimento manufatureiro interno.



SURTO INDUSTRIAL DO SÉCULO XIX

Com a transição da mão de obra, os capitais excedentes do café são direcionados para outras atividades econômicas, como a indústria.

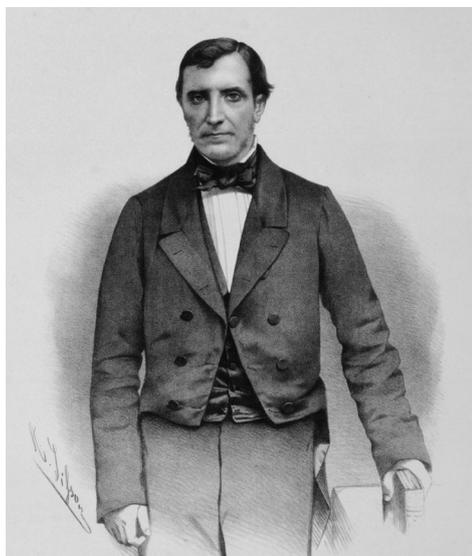
Essa modernização da estrutura produtiva do país foi personificada pelo maior investidor do período, **Irineu Evangelista de Souza, o barão de Mauá**. Entre suas tantas iniciativas pautadas por um moderno pensamento empresarial, destacam-se:

- ▶ Bancos Mauá, MacGregor e Cia;
- ▶ Casa Mauá e Cia;
- ▶ Cia. de Gás do Rio de Janeiro;
- ▶ Estrada de Ferro Mauá;
- ▶ Fundação e Estaleiro de Ponta de Areia em Niterói;
- ▶ Construção do cabo telegráfico Brasil-Europa;
- ▶ Investimentos na Inglaterra, nos Estados Unidos, na França e nos países platinos.

Entretanto, **Mauá não teve apoio governamental**; ao contrário, pode-se mencionar até um certo desconforto do governo imperial com a prosperidade e o prestígio alcançados pelo barão de Mauá. Pressionado pelos cafeicultores e comerciantes ingleses, D. Pedro II sancionou, em **1860, a Lei Silva Ferraz, substituindo a Tarifa Alves Branco** e reduzindo as tarifas de importação. Com isso, os produtos ingleses voltaram a entrar em massa no mercado brasileiro, o que levou Mauá à completa falência em 1878.

O processo de desenvolvimento capitalista industrial verificado no Brasil da segunda metade do século XIX, que teve Mauá como grande representante, sucumbiu também pelas limitações impostas pela monarquia, pelos grandes cafeicultores e, principalmente, pela permanência do escravismo. **Essa fase de industrialização não passou, portanto, de um simples surto.**

Entretanto, podemos mencionar aspectos que surgiram ou se aperfeiçoaram com o surto industrial, como a modernização dos transportes, sobretudo com as ferrovias, a ampliação do mercado interno e a dinamização da economia.



Barão de Mauá.

DECRETO BILL ABERDEEN DE 1845

A Inglaterra proíbe o tráfico internacional de escravos.

A **Inglaterra**, vendo-se seriamente prejudicada em seus negócios com a Tarifa Alves Branco, um ano depois, em 1845, decretou o Bill Aberdeen, proibindo o tráfico internacional de escravos e reservando-se o **direito de policiar os mares**. A medida prejudicou a economia brasileira, essencialmente escravista, sobretudo no Vale do Paraíba.

Diante dessa nova realidade, o governo brasileiro viu-se pressionado pelos britânicos – em especial empresários que tinham enormes investimentos no Brasil, além dos militares e dos políticos – e foi obrigado a aprovar a Lei Eusébio de Queirós em 1850.

LEI EUSÉBIO DE QUEIRÓS DE 1850

Art. 4º “A importação de escravos no território do Império fica nelle considerada como pirataria, e será punida”

LEI Nº 581, 1850.

Tal lei proibia o tráfico negreiro no Brasil. Entretanto, nos primeiros anos após a lei, alguma atividade de comércio escravista persistiu, de forma ilegal. Com ela, diversos fazendeiros do café passaram a investir o excedente de capital na diversificação econômica, o que colaborou para surto industrial do século XIX. Com isso, temos o incentivo à imigração no Brasil, pela carência de mão de obra nos cafezais, uma vez que o escravo era, então, uma mercadoria ilegal.

Anotações:



LEI DE TERRAS DE 1850

Estabelecia que a posse de terras devolutas ocorreria apenas pela compra, favorecendo a concentração fundiária.

Para evitar o desvio de mão de obra da agroexportação para a pequena propriedade e impedir a posse de terras públicas por imigrantes e pessoas de baixa renda, o governo estabeleceu que as **terras públicas seriam adquiridas apenas pela compra, e não mais pela doação ou posse**.

Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade. Concomitantemente, os preços eram elevados, impedindo que as pessoas pobres tivessem oportunidade de comprar uma propriedade. Assim, a concentração fundiária tornou-se maior, beneficiando os latifundiários.

Exclusão de:

- ▶ negros;
- ▶ indígenas;
- ▶ imigrantes (**exceção das colônias de povoamento**).

SISTEMAS DE IMIGRAÇÃO

A partir de incentivos, temos a entrada maciça de imigrantes no Brasil, que, gradativamente, vão substituindo a mão de obra escrava. Alguns imigrantes direcionaram-se para o sul, onde fundaram colônias.

Na fase de imigração, ingressaram no Brasil milhares de **imigrantes europeus**, sobretudo como **mão de obra nos cafezais do Oeste Paulista**. Entretanto, muitos tiveram destinos diversos. Os japoneses dedicaram-se à cultura do chá na fronteira do Paraná e São Paulo; vários italianos e alemães dirigiram-se para áreas no sul, onde fundaram colônias. São exemplos o Vale dos Sinos (colonização alemã) e a Serra Gaúcha (colonização italiana). Apesar dessas diferenças, os imigrantes submeteram-se às políticas de imigração, que podem ser assim sintetizadas:

Sistema de parceria

Inaugurado em **1847** pelo senador **Campos Vergueiro**, consistia em custear as despesas da vinda dos imigrantes por parte dos latifundiários. Depois, alojados nos cafezais, trabalhavam em roças dos fazendeiros e em roças de subsistência, devendo entregar 1/3 dos lucros para amortizar a dívida inicial. Os imigrantes, porém, viam-se obrigados a fazer mais dívidas no dia a dia, em uma situação que sempre piorava a dependência para com o latifundiário. Além disso, muitos eram tratados como escravos, gerando inúmeras revoltas.

Imigração subvencionada

Com o fracasso do sistema de parceria, a partir de **1870**, o **Estado encampou as despesas** para a vinda dos imigrantes, além de **regulamentar as relações entre fazendeiros e imigrantes**. Nessa segunda etapa de vinda dos imigrantes é que se desenvolveram as colônias no sul, nas quais os imigrantes dedicavam-se ao trabalho em pequenas propriedades produtoras de gêneros de subsistência.



Colonos italianos expõem seus produtos em feira na zona rural de Caxias do Sul em 1918. Foto: AHM.

MACHADO, Maria Abeli. Construindo uma Cidade: História de Caxias do Sul (1875-1950). Caxias do Sul: Maneco, 2001.

Total de imigrantes vindos para o Brasil, por nacionalidade (1819-1883)



223.626
Portugueses



96.018
Italianos



62.327
Alemães



15.337
Espanhóis



8.835
Russos



8.404
Austriacos



8.008
Franceses



7.289
Suíços

Anotações:



Política externa

DESAVENÇAS COM A INGLATERRA

Os desentendimentos entre Brasil e Inglaterra remontam ao processo de desenvolvimento econômico no mundo, sobretudo inglês. No século XIX, o capitalismo industrial chocou-se com a ordem escravista brasileira, na qual o escravo era apenas uma “peça” produtiva. Os **ingleses**, por sua vez, **pressionavam pelo fim do tráfico de escravos da África e pela abolição no Brasil**, fato que poderia permitir a incorporação dos escravos a um mercado consumidor.

No Brasil, ao contrário do interesse inglês, os grandes proprietários entendiam que a escravidão era fundamental para suas propriedades, relutando em aprovar medidas liberalizantes dos escravos. Por isso, a extinção do tráfico de escravos, prevista no Tratado Comercial de 1827 e na Lei Regencial de 1831, não foi posta em prática, desagradando os negociantes ingleses. Ao mesmo tempo, a decisão do governo imperial brasileiro de aprovar a **Tarifa Alves Branco**, em **1844**, a fim de arrecadar mais dividendos, afetou drasticamente os exportadores ingleses no Brasil.

Para mais informações, acessar a seção “Demais vestibulares”.

GUERRA DO PARAGUAI

A Guerra do Paraguai (**1865-1870**) foi o conflito armado mais longo e sangrento ocorrido no continente latino-americano, **reunindo Brasil, Argentina e Uruguai na Tríplice Aliança contra o Paraguai**. A Inglaterra, que via na autossuficiência do Paraguai um mau exemplo para os outros países latino-americanos, motivou e apoiou, economicamente, os países da Aliança.

Desde sua Independência, em 1811, o **Paraguai** manteve uma política de isolamento. Seu primeiro presidente, José Gaspar Rodrigues Francia, desenvolveu uma estrutura socioeconômica voltada para o interesse da população, objetivando a plena independência do país. Com sua morte, assumiu o governo Antônio Carlos López, que deu prosseguimento às obras da administração anterior. Em 1862, Antônio López foi sucedido por seu filho, **Francisco Solano López**, que continuou incentivando a produção interna na agricultura, com a criação das “estâncias da pátria”, além da manufatura. A economia paraguaia encaminhava-se para uma situação de autonomia. O país vivia bons momentos, dos quais destacamos:

- ▶ desenvolvimento de uma economia autossuficiente, capaz de lhe proporcionar uma balança comercial favorável;
- ▶ conquista da estabilidade econômica, com uma moeda forte;
- ▶ intenso desenvolvimento nas áreas sociais, como a saúde pública e a educação, alcançando a proeza de erradicação do analfabetismo;
- ▶ formação de um exército bem equipado, profissional e com um expressivo contingente militar.

Esse modelo de desenvolvimento paraguaio, que mesclava medidas sociais, autonomia econômica e ditadura, **desagradava os interesses do capital inglês**. Este temia o alastramento dessa forma de desenvolvimento para outros países da região, constituindo, indiretamente, um dos motivos para a eclosão da guerra.

Outro elemento que acabou colaborando para o afluente da Guerra do Paraguai foram os conflitos bélicos menores nas décadas de 50 e 60, entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai. Estes embates, somaram-se a um su-

posto plano expansionista de Solano López, para anexar regiões na Argentina, no Uruguai e no Brasil, formando o **“Paraguai Maior”** e tendo acesso ao Oceano Atlântico via estuário do Prata.

Para mais informações, acessar a seção “Demais vestibulares”.

Quando o governo brasileiro ocupou o Uruguai (1864), o Paraguai rompeu relações com o Brasil, principalmente porque tinha com Aguirre, presidente uruguaio, um acordo de defesa mútua. A seguir, Solano López aprisionou o navio brasileiro Marquês de Olinda, no rio Paraguai, prendendo o presidente da Província do Mato Grosso, Carneiro de Campos. Com isso, estourava a guerra.



Oficiais e soldados brasileiros que participaram da Guerra do Paraguai, 1870. Coronel Joca Tavares (terceiro sentado, da esquerda para a direita) e seus auxiliares imediatos, incluindo Francisco Lacerda, mais conhecido como “Chico Diabo” (terceiro em pé, da esquerda para a direita).



Cena da sangrenta Batalha do Avaí, com a participação do Duque de Caxias – cavalo branco, à esquerda.

A Guerra

O Paraguai, tomando a ofensiva, invadiu o Mato Grosso e o norte da Argentina, planejando uma ação de anexação territorial rápida e vitoriosa. Embora tenha obtido êxito em suas primeiras investidas, o Paraguai não conseguiu manter suas posições por muito tempo, especialmente pelo apoio financeiro que a Inglaterra prestou aos países da Tríplice Aliança.

Em **1865**, o almirante Barroso destruiu a frota naval paraguaia na Batalha do Riachuelo, passando a controlar as águas platinas, principal meio de comunicação na região. No ano seguinte, com o **engrossamento das fileiras de soldados brasileiros por escravos**, aos quais era prometida a liberdade, constituindo os **“voluntários da pátria”**, a Aliança teve uma nova e importante vitória na Batalha de Tuiuti.

O **barão de Caxias, Luis Alves de Lima e Silva**, assumiu o comando das tropas aliadas, até então lideradas pelo argentino Bartolomé Mitre, e venceu diversas batalhas, como: Itororó, Avaí, Angosturas e Lomas Valentinas, conhecidas por “dezembradas”.





Guerra do Paraguai.

Em janeiro de 1869, os aliados ocuparam Assunção e, em **1870**, na planície de Cerro Cora, **era morto o líder Solano López** com os últimos resistentes, em sua maioria velhos, mulheres e crianças. Suas últimas palavras foram: “Morro com minha pátria”, o que não era exagero, pois, antes da guerra, a população do Paraguai era de aproximadamente de 900 mil habitantes e, depois da guerra, essa população reduziu-se a pouco mais de 180 mil pessoas. A dizimação da população paraguaia ocorreu nos embates bélicos. No entanto, milhares de pessoas também morreram vítimas de epidemias e de fome.

Resultados da Guerra

Ao final da guerra, **o Brasil encontrava-se mais devedor da Inglaterra**, assim como Argentina e Uruguai, e tinha um saldo de mais de 40 mil mortos, em especial escravos. Como se pode perceber, a Inglaterra foi a grande beneficiada do conflito.

Entretanto, para o Império do Brasil, a principal consequência da guerra foi a **modernização do exército**. Surgiu um corpo de oficiais experimentados a liderar um expressivo contingente de soldados, de forma profissional. Além disso, o **exército saía da guerra com consciência de classe, desejoso de participar dos rumos políticos do país**, advogando a república e a abolição. O exército seria fundamental para a posterior Proclamação da República em 1889.



A imagem demonstra a participação dos negros escravos no exército brasileiro.

Decadência do Império

Na segunda metade do século XIX, sobretudo a partir de 1870, vários processos ajustaram-se, resultando no fim da monarquia no Brasil. **Forças tradicionais de apoio ao Império entraram em choque com as estruturas monárquicas**, como o Exército, a Igreja e os latifundiários. Ao mesmo tempo, novas forças, em especial nos centros urbanos e em São Paulo, divulgavam ideais avessos ao regime monárquico, colaborando para sua derrocada. Vejamos, de forma mais detalhada, os processos que resultaram na **Proclamação da República**.

QUESTÃO ESCRAVISTA

No plano internacional, o século XIX foi o período de expansão capitalista – a Segunda Revolução Industrial – e eliminação da escravidão na maior parte do mundo, uma vez que o escravismo não interessava, economicamente, ao desenvolvimento capitalista. Nesse panorama, o Brasil constituiu a exceção, pois foi o único país das Américas a manter o regime escravista. A abolição foi perpetrada após um longo processo de **lutas antiescravistas**, de pressões da Inglaterra e das **novas exigências do capitalismo internacional**.

Importante

A discussão sobre a escravidão foi tema recorrente entre as elites políticas imperiais. José Bonifácio de Andrada e Silva, em sua famosa representação à **Assembleia Constituinte de 1824**, já havia chamado a escravidão de “cancro mortal que ameaçava os fundamentos da nação”.

Em 1831, a Lei Feijó foi a primeira lei a proibir a importação de escravos no Brasil, além de declarar livres todos os escravos trazidos para terras brasileiras a partir daquela data. Embora determinado como ilegalidade perante a lei, a prática do tráfico e da escravização perdurou por mais algumas décadas.

Além das leis abolicionistas, é importante destacar o **movimento abolicionista** e papel desempenhado pelos próprios negros e negras nas suas lutas cotidianas pela liberdade, buscando melhores condições de vida e a manutenção de sua cultura. Nesse aspecto, foi imprescindível a atuação de libertos como **Luiz Gama** e **José do Patrocínio**, que ocuparam espaços de destaque no meio intelectual e urbano, ampliando as vozes abolicionistas. Além disso, vale apontar a ação de intelectuais e políticos como **Joaquim Nabuco**, que advogava que a abolição deveria ser feita por vias governamentais e acompanhada de uma política social de inclusão dos ex-escravos à sociedade, por exemplo, com a concessão de lotes de terra às famílias.



Leitura complementar: 130 anos da abolição da escravatura



Fotografia de Luiz Gama. Fotografia por Militão Augusto de Azevedo.



Fotografia de José do Patrocínio.



Paralelamente, o grupo favorável ao fim da escravidão ganhava adeptos, como intelectuais, políticos, militares e profissionais liberais. Entre a intelectualidade, destaca-se a ação do poeta romântico **Castro Alves**, que foi considerado o “poeta dos escravos”. Vejamos um trecho de “Navio Negreiro”, obra-prima do autor:

[...] Era um sonho dantesco... o tombadilho
Que das luzernas avermelha o brilho.
Em sangue a se banhar.
Tinir de ferros... estalar de açoite...
Legiões de homens negros como a noite,
Horrendos a dançar...
Negras mulheres, suspendendo às tetas
Magras crianças, cujas bocas pretas
Rega o sangue das mães:
Outras moças, mas nuas e desesperadas,
No turbilhão de espectros arrastadas,
Em ânsia e mágoa vãs!

Senhor deus dos desgraçados!...
Dizei-me vós, senhor deus!...
Se é loucura... Se é verdade...
tanto horror perante os céus...
Ó mar! Por que não apagas...
com a esponja de tuas vagas
de teu manto este borrão? [...]

E ri-se a orquestra irônica, estridente...
E da ronda fantástica a serpente
Faz doudas espirais...
Se o velho arqueja, se no chão resvala,
Ouvem-se gritos... o chicote estala.
E voam mais e mais...

ALVES, C. “O Navio negreiro”.

Então, o governo imperial, pressionado pelas potências internacionais, principalmente a Inglaterra, e por segmentos republicanos e abolicionistas, aprovou as seguintes determinações legais:

- ▶ **Lei do Ventre Livre ou Lei Rio Branco, de 1871:** Estabeleceu que os escravos nascidos a partir daquele ano estariam livres, embora permanecessem sob o controle do latifundiário proprietário da mãe até os oito anos de idade, quando o senhor optaria por liberar o “escravo livre”, mediante uma indenização, ou explorar o trabalho dele até os 21 anos.
- ▶ **Lei dos Sexagenários ou Saraiva Cotegipe, de 1885:** Liberou os escravos com mais de 60 anos. A lei não constituiu um grande avanço para os escravos, visto que a maioria não chegava a tal idade, pois morriam antes. Essas leis abolicionistas, na verdade, eram uma forma de retardar o momento decisivo, a abolição completa. Era uma maneira de as elites escravistas abrandarem o movimento abolicionista.
- ▶ **Lei Áurea, de 1888:** Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil. No entanto, **a abolição não conferiu direitos de cidadania aos negros**, fato que estimula as lutas atuais de comunidades remanescentes de quilombolas pela posse de terras e o combate ao racismo. Atualmente, o Estado brasileiro é sensível a essa questão, como atesta uma política social de inclusão social, uma

ação afirmativa, na denominada reserva de vagas por cotas para negros e negras nos concursos públicos.



O Senado brasileiro reunido para aprovar o projeto que aboliu a escravidão no país, 1888. Uma multidão está reunida no andar de cima e no fundo.

Antônio Luiz Ferreira/BID

Tradicionalmente, o fim da escravidão legal está associado a uma concessão do governo, que teria oferecido benefícios aos negros; hoje, a visão que se sustenta é a de que o abolicionismo foi construído a partir de lutas cotidianas de negros e negras que, com a participação de outros agentes sociais, como intelectuais e políticos, pressionaram o governo para dar fim a esse regime de exploração humana. Devido a isso, a data de memória que se construiu para retratar esses avanços e designar a contínua luta por direitos foi o **20 de novembro: Dia da Consciência Negra**, que resgata a memória de Zumbi dos Palmares como símbolo da luta negra no Brasil.



Capa da Revista Ilustrada de 1880, com charge satirizando a posição dos escravocratas. O escravocrata protege-se do “vendaval” representado pela emancipação, enquanto obriga o escravo a permanecer trabalhando. Autor: Angelo Agostini (1843-1910).

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Cronologia do abolicionismo

Ano	Lei	Compromisso	Consequências
1793	Fim da escravidão no Haiti	Durante a Revolução de Independência do Haiti, a população negra exigiu o fim da escravidão legal no país	Primeiro país a proibir a escravidão, o Haiti teve sua legislação abolicionista revogada por Napoleão em 1802.
1815	Congresso de Viena	Compromisso português com o fim do tráfico ao Norte do Equador	Adiamento da proibição completa do tráfico.
1827	Renovação dos Tratados Desiguais com a Inglaterra	Compromisso com o fim do tráfico até 1830	Discussões para a Lei Feijó.
1831	Lei Feijó Lei Barbacena	Proibição do tráfico de escravos	Pouca aplicação prática; ampliação do tráfico interprovincial; "lei para inglês ver".
1845	Bill Aberdeen Slave Trade Suppression Act	Lei britânica que proibia o comércio de escravos entre a África e a América	Em resposta à lei de 1844 - Tarifa Alves Branco -, a Inglaterra aumenta a pressão para a abolição no Brasil.
1850	Lei Euzébio de Queirós	Proibição do tráfico internacional de escravos	Fim legal do tráfico internacional: fortalecimento das discussões sobre a abolição da escravatura.
1864	13ª Emenda à Constituição dos EUA	Aboliu oficialmente e continua a proibir, em território americano, a escravatura e a servidão involuntária	Aumentou a pressão simbólica para a abolição no Brasil.
1871	Lei Rio Branco Lei do Ventre Livre	Libertação dos nascidos de escravos	Entrega dos filhos de escravos ao Estado, aos 8 anos, ou libertação aos 21 anos.
1885	Lei Saraiva-Cotegipe Lei do Sexagenário	Libertação dos maiores de 60 anos	Proibição do tráfico interprovincial, embora pouco efetivo.
1888	Lei Áurea	Abolição formal da escravatura	Libertação sem reparação, sem integração e sem reflexão.

Anotações:



QUESTÃO RELIGIOSA

Conflitos entre a Igreja e o Império em função dos maçons católicos

A Igreja constituía uma das bases mais tradicionais do Império, uma vez que a maior parte do clero era composta por membros das camadas mais altas, que se interessavam pela preservação da ordem estabelecida. Além disso, desde a Constituição de 1824, vigorava o **padroado**, ou seja, a união entre a Igreja e o Estado. O imperador tinha o poder de nomear bispos e controlar o clero. Também se praticava o beneplácito, no qual qualquer decisão emanada pelo papa de Roma somente seria colocada em prática no Brasil com a autorização do imperador.

Em **1864**, o papa **Pio IX** divulgou uma bula exigindo a **expulsão dos membros maçons da Igreja católica**. O imperador recusou tal bula, pois ele próprio era maçom. Diante disso, os bispos de Olinda, D. Vidal de Oliveira, e de Belém, D. Antônio de Macedo, acataram a bula e começaram a expulsar os párocos maçons. O imperador puniu os bispos condenando-os à prisão.



Caricatura que alude ao choque entre a Igreja e o Império.

Vários membros da Igreja passaram então a contestar a monarquia, embora jamais a tenham contestado de forma contundente e decisiva. Apenas, caso necessitasse, o imperador não teria mais o apoio da Igreja.

QUESTÃO MILITAR

Conflitos entre o Exército, que pregava a República e a abolição, e o imperador

Após a Guerra do Paraguai, o **Exército** sofreu transformações importantes, como a **crecente profissionalização e modernização de seus quadros formativos**. Criaram-se escolas, como a Escola Militar da Praia Vermelha, no Rio de Janeiro, com o objetivo de formar oficiais. Essas escolas atraíam jovens que viam nos políticos civis, que eram apelidados pejorativamente de “casacas”, um entrave ao desenvolvimento nacional e, também, ao próprio exército, uma vez que o poder civil controlava e relegava a um segundo plano os militares, que tinham reduzidíssimo espaço de participação política.

Impregnado pelo **pensamento positivista**, que foi criado pelo francês Augusto Comte em meados do século XIX, o **exército passou a defender ideais avessos à monarquia, como a abolição e a República**, entrando em choque com o Imperador. A mentalidade positivista, advogou a instalação da República sob comando militar para assegurar a ordem e viabilizar o progresso capitalista.

Em 1883, o tenente-coronel Sena Madureira manifestou-se contra as reformas no sistema de aposentadoria militar, sendo punido pelo governo imperial. A seguir, o **Imperador proibiu qualquer manifestação de caráter político aos membros do exército**, o que criou uma atmosfera tensa. Pouco tempo depois, o mesmo Sena Madureira realizou um jantar em homenagem ao jangadeiro Francisco Nascimento, que se recusara a transportar escravos em sua embarcação. Mais uma vez, Sena foi punido pelo governo imperial. A situação agravava-se com fortes indícios de descontentamento militar.

Por fim, em 1886, Sena Madureira sofreu nova repreensão do Império, mas desta vez o **Marechal Deodoro da Fonseca** recusou-se a acatar as ordens imperiais. Em função disso, **exército e monarquia estavam em pleno desacordo**, o que favorecia a Proclamação da República pelos militares.

MOVIMENTO REPUBLICANO

Os ideais republicanos somente ganharam impulso no Brasil a partir de **1870**, com a publicação do **Manifesto Republicano** no Rio de Janeiro. Gradativamente, o movimento foi se espalhando para São Paulo, onde foi fundado o **Partido Republicano Paulista, em 1873**. No mesmo ano, vários cafeicultores paulistas aderiram à ideia da República, na Convenção de Itu.

O **apoio dos cafeicultores paulistas** residiu na esperança que sustentavam de **alcançar mais autonomia** para São Paulo com o advento da República. Isso porque, durante o Império, embora São Paulo fosse o principal centro econômico do país, as decisões políticas estavam centradas no Rio de Janeiro.

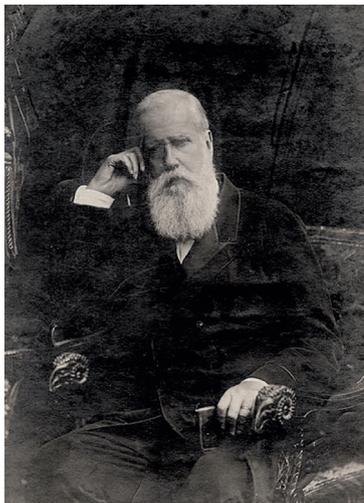
Assim, o movimento republicano ia se espalhando e ganhando adeptos.

Anotações:



COLAPSO DO IMPÉRIO

Em 1888, a situação do Império era de isolamento. As aristocracias agrárias escravistas do nordeste e do sul distanciaram-se do Imperador devido à Abolição. **A Igreja já não mais apoiou firmemente o regime monárquico, e os setores excluídos politicamente, como o exército, as camadas médias urbanas e os cafeicultores paulistas, aliaram-se em torno do ideal republicano.** O Império estava prestes a desabar. Somando-se a isso, havia a questão da sucessão do trono Imperial, com a não aceitação da opinião pública da princesa Isabel, por ser casada com um príncipe estrangeiro (Conde D'Eu).



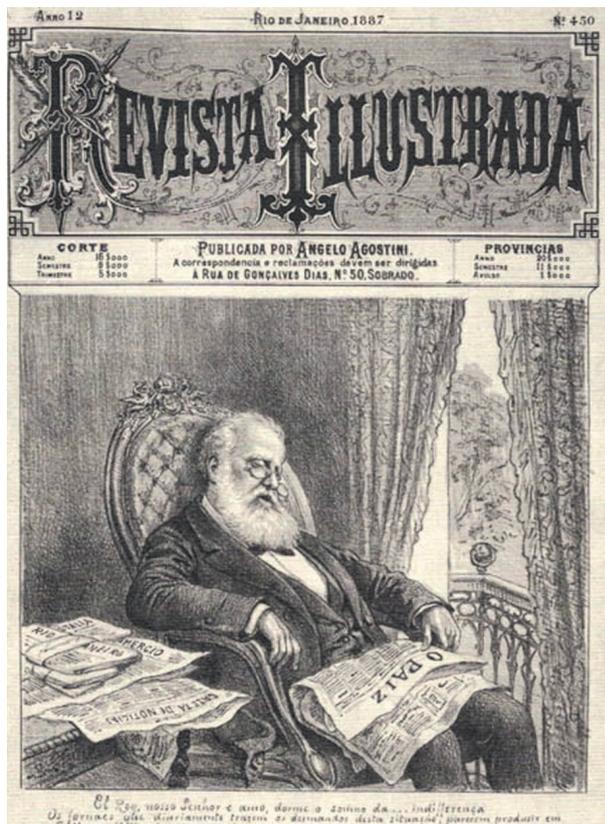
Imperador Pedro II do Brasil em Paris, 1887, aos 61 anos de idade. Foto: Lucien Walery.

Argon, Maria de Fátima Moraes (org.). Texto de Pedro Karp Vasquez. Família Imperial – Álbum de Retratos. Petrópolis: Museu Imperial, 2002.



Leitura complementar:
Revolta do vintém.

Anotações:



Revista Ilustrada

Nesta capa, o jornalista satiriza a falta de iniciativa do governo de D. Pedro II, que aparece representado dormindo, enquanto, em seu colo, está o jornal cujo nome, significativamente, é "O paiz".

D. Pedro II, procurando dar uma sobrevida à monarquia, nomeou para **primeiro-ministro o Visconde de Ouro Preto**, que lançou um programa de **reformas de cunho republicano**. Entretanto, o Parlamento, que era dominado pela velha aristocracia agrária, temerosa de perder seus privilégios, recusou tal projeto. Com isso, ensejou-se uma crise que culminou no fechamento da Assembleia Legislativa.

Paralelamente, os republicanos divulgaram boatos de que o imperador iria reprimir membros do exército, como Deodoro da Fonseca e Benjamin Constant. Isso acelerou o processo de deposição do Império.

Em 14 de novembro de 1889, as unidades militares rebelaram-se no Rio de Janeiro. No dia seguinte, sob comando do Marechal Deodoro da Fonseca, forças militares marcharam pelas ruas do Rio de Janeiro e, segundo alguns historiadores, teriam dado "Viva a República!". Na Câmara Municipal fluminense, José do Patrocínio confirmou o feito. Fora proclamada a República no Brasil e, mais uma vez, sem participação popular.

Segundo o Deputado da época Aristides Lobo, "o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada".





AULA-
-PÍLULA

HISTÓRIA DO BRASIL

UNIDADE 3

» Formação e expansão norte-americana no século XIX e XX

• Os Estados Unidos nos séculos XIX e XX

Consolidação da Independência e expansionismo territorial

Após a conquista da independência no movimento de 1776, os Estados Unidos deram forma à sua composição política, optando pelo **sistema de uma república federativa presidencialista**. Nesse sistema, conjugavam-se os interesses das elites norte-americanas, com um poder central forte, mas com autonomia para os estados membros elaborarem suas próprias constituições. Esse modelo, consagrado na Constituição de 1787, atendia às reivindicações dos republicanos de **Thomas Jefferson**, que advogavam por **maior autonomia para os Estados**. Além disso, contemplava os federalistas de **Alexander Hamilton**, defensores do **poder central fortalecido**. Mais tarde, os republicanos formaram o Partido Democrata, e os federalistas, o Partido Republicano.

Na presidência de **George Washington** (1789-1797), houve grande progresso econômico no país, atraindo milhares de **imigrantes estrangeiros**, como os irlandeses, que se dirigiram, em especial, para Nova Iorque. O aumento populacional e o progressismo **estimularam a expansão territorial internamente**, em direção ao oeste, e o conseqüente genocídio de milhares de índios, como os Sioux, os Apaches e os Comanches.

Externamente, os EUA ampliaram sua área de influência econômica para o restante do continente americano, e isso afirmou seu nacionalismo, principalmente diante das ameaças estrangeiras. Resultado direto desse nacionalismo foi o anúncio da **Doutrina Monroe**, em **1823**, sintetizada no ideal **"América para os americanos"**, como resposta aos ideais recolonizadores, do Congresso de Viena (1815).



James Monroe, Presidente dos Estados Unidos entre 1817 e 1825. Autor: Samuel Morse.

Casa Branca, Washington, DC, Estados Unidos da América.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

MARCHA PARA O OESTE

O expansionismo interno nos Estados Unidos direcionou-se para o oeste, território habitado por grupos indígenas. A partir do território inicial das 13 colônias, os pioneiros avançaram até o Oceano Pacífico, em uma extensa faixa territorial ocupada de leste a oeste. Entre os fatores motivadores da conquista do oeste, temos:

- ▶ a escassez de terras na faixa inicial das 13 colônias;
- ▶ o incentivo governamental para a posse de terras pelos pioneiros;
- ▶ a busca de fontes de matéria-prima e alimentos pelas regiões industrializadas;
- ▶ a descoberta do ouro na Califórnia, em 1848;
- ▶ a busca de pastagens para os rebanhos;
- ▶ a expansão da malha ferroviária, facilitadora dos transportes e do desenvolvimento econômico.



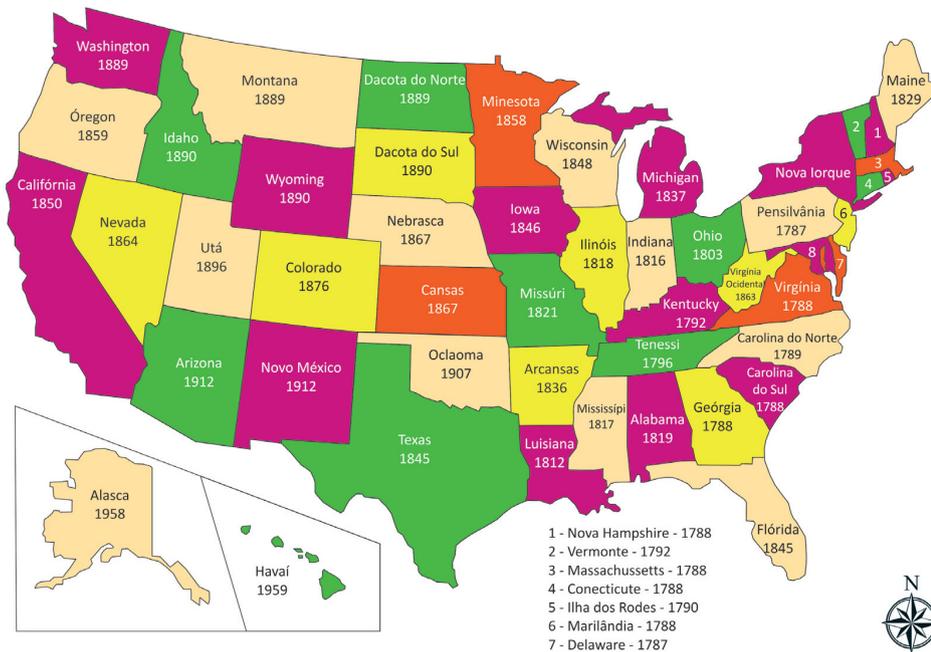
Wikimedia



Apesar desses fatores, o elemento ideológico que fomentou a expansão para o oeste e demais regiões foi, sem dúvida, a **Teoria do Destino Manifesto**. Segundo essa teoria, os norte-americanos estavam destinados por Deus a expandir-se, levando aos demais povos **valores superiores e civilizatórios em uma verdadeira missão civilizadora**. Essa ideologia justificaria, aos olhos norte-americanos, o genocídio de populações indígenas.



Progresso Americano, 1872, de John Gast. Esta pintura é uma representação alegórica do Destino Manifesto. Na cena, uma mulher angelical, algumas vezes identificada como Colúmbia (uma personificação dos Estados Unidos do século XIX), segurando um livro escolar, leva a civilização para o oeste, com colonos americanos, prendendo cabos telegráficos; por outro lado, povos nativos e animais selvagens são afugentados.



Assim, na década de 1860, confrontavam-se dois modelos de desenvolvimento econômico antagônicos: de um lado, o **capitalismo nortista** e, de outro, o **agroexportação sulista**.



Abraham Lincoln.

Em 1860, **Abraham Lincoln**, representante do Partido Republicano e defensor dos ideais nortistas, venceu as eleições presidenciais. Sua plataforma política assentava-se nas tarifas protecionistas e no poder central forte.

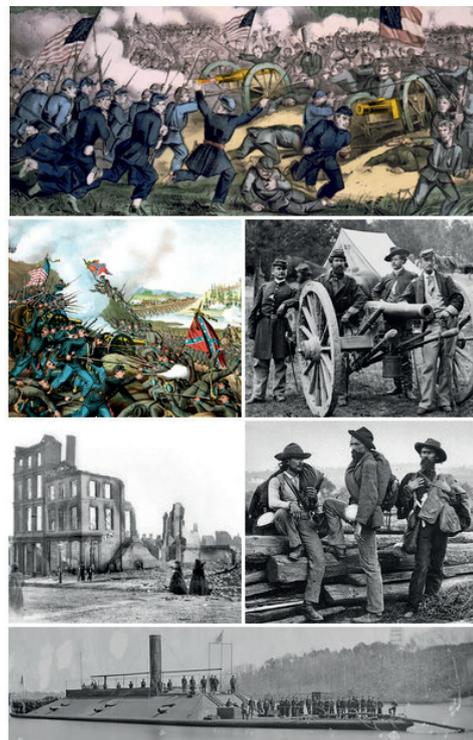
Evidentemente, a aristocracia agrária sulista entendia, também, que Lincoln provavelmente aboliria a escravidão, uma vez que representava os interesses da burguesia capitalista do norte. Liderados pela Carolina do Sul, os Estados sulistas separam-se da União, formando os Estados Confederados da América, sob presidência de **Jefferson Davis**. A seguir, iniciava-se a guerra fratricida.

Os estados do norte (federados) contavam com mais recursos econômicos, eram mais densamente povoados e tinham, por tudo isso, vantagens na guerra. Em **1863, Lincoln aprovou o fim da escravidão nas áreas rebeladas**, visando a angariar o apoio dos escravos à causa nortista. Esgotados e arruinados, os estados do sul capitularam em abril de 1865, quando o grande general sulista Robert Lee rendeu-se ao general nortista Grant.

Com o término da guerra, Lincoln assinou a **décima terceira emenda** constitucional, **abolindo a escravidão nos Estados Unidos**. Ainda em abril, um fanático sulista, John Wilkes Booth, assassinou o presidente Lincoln.



Documentário
13ª Emenda



Consequências

- ▶ Surgimento da **Ku Klux Klan**: organização racista branca que passou a perseguir e assassinar negros;
- ▶ Persistência da **segregação racial**, sobretudo nos estados do sul. Os negros não tinham direito ao voto, recebiam menores salários e eram impedidos de frequentar determinados locais;
- ▶ Intensa **industrialização** dos Estados Unidos a partir da vitória do modelo econômico capitalista da burguesia nortista;
- ▶ Desenvolvimento de uma agricultura capitalista com a **mecanização das lavouras**;
- ▶ Estabelecimento de uma **elevada tarifa aduaneira**;
- ▶ Início de uma estrada de ferro transcontinental que, somada à expansão das ferrovias, agilizava as comunicações, os transportes e a própria economia;
- ▶ Grande afluxo de mão de obra imigrante;
- ▶ Surgimento de grandes indústrias, como Rockefeller e Morgan;
- ▶ **Morte de cerca de 600 mil** norte-americanos.



Cruz sendo queimada, em atividade introduzida por William J. Simmonk, o fundador da segunda Klan em 1915.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



Contudo, foi em relação à América que o imperialismo norte-americano manifestou-se de forma mais significativa, ora recorrendo à diplomacia, ora à força armada. Vejamos melhor algumas importantes políticas imperialistas dos Estados Unidos no continente americano.

POLÍTICA DO BIG STICK

O presidente **Theodore Roosevelt** (1901-1909) adaptou as premissas da Doutrina Monroe e do Destino Manifesto a uma política intervencionista de maior contundência. Nascia o **Corolário Roosevelt**, visando a preservar os interesses econômicos e políticos norte-americanos na América, por meio da força armada. O Big Stick, ou Grande Porrete, como ficou conhecida essa política imperialista, resultou em diversas **intervenções armadas** dos Estados Unidos na América, sobretudo na parte central.



A Política do Big Stick, também denominada Corolário Roosevelt, orientou várias ações armadas na região caribenha.



Leitura complementar: "Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe"

Em **Cuba**, país que lutava pela independência contra a Espanha, os Estados Unidos, a pretexto de proteger os norte-americanos e seus investimentos na ilha, intervieram na região, auxiliando os cubanos na conquista da independência. No entanto, foi imposta pelos Estados Unidos à Constituição cubana a **Emenda Platt** (1901), instituindo o direito de intervenção norte-americana no país e a concessão de uma área na baía de Guantánamo, hoje base militar dos Estados Unidos em pleno solo cubano. A ingerência ianque em Cuba manifestou-se também na **exploração econômica e no apoio a ditadores**, como Fulgêncio Batista. Essa situação somente mudou com a Revolução Cubana de 1959.

Interessados na construção do canal que liga o Atlântico ao Pacífico, vital para seus interesses econômicos e militares, os Estados Unidos agiram em favor da independência do **Panamá** em relação à Colômbia. Em 1903, os Estados Unidos receberam o direito de concluir as obras do **Canal do Panamá**, iniciadas anteriormente pelos franceses. Posteriormente, obtiveram o direito de administração perpétua da Zona do Canal. Porém, devido a reações nacionalistas panamenhas, o Canal foi devolvido em dezembro de 1999.

Além dessas intervenções, os Estados Unidos também agiram ferindo a soberania da **Nicarágua**, a pretexto de reprimir agitações camponesas. O governo nicaraguense ficou aliado dos Estados Unidos na figura de ditadores, situação que mudou apenas em 1979, com a Revolução Sandinista.



SS Kronland, o maior navio de passageiros que transitava no Canal Panamá, 1915.

DIPLOMACIA DO DÓLAR

Com a ascensão do presidente **William Taft** (1909-1913), o imperialismo ianque passou a adotar a tática da **dominação econômica**, mesmo que, por vezes, a força armada também fosse utilizada. A Diplomacia do Dólar consistia em **investimentos norte-americanos na economia de pequenas repúblicas centro-americanas**, que dependiam de exportações de produtos primários, como bananas. Em contrapartida, essas repúblicas ficavam dependentes do capital estadunidense.





Caricatura com sátira da política imperialista norte-americana, publicada na revista Puck Magazine, 1899. Enquanto o Tio Sam, símbolo dos EUA, ensina sua cartilha aos países da América Latina, representados como crianças, um índio (lendo), um chinês (fora da sala) e um negro (trabalhando) observam. Autor: Louis Dalrymple.

POLÍTICA DA BOA VIZINHANÇA

Na década de 1930, a Segunda Guerra Mundial aproximava-se, e as potências mundiais procuravam se fortalecer, por meio de alianças estratégicas. No caso americano, houve o entendimento do presidente Franklin D. Roosevelt de que, na iminência de um conflito mundial, era preciso substituir a política externa intervencionista, que desagradava os países americanos, por uma política de **aproximação pacífica**, garantindo apoio em caso de guerra. Essa política de aproximação pacífica recebeu denominação de Política da Boa Vizinhança, que **utilizava recursos econômicos**, políticos e culturais para “agradar” os países da América.

Veremos as outras doutrinas e políticas imperialistas ao longo das próximas unidades.



Influência norte-americana na América Latina no início do século XX. Mapa adaptado por Mariana Xavier de Oliveira.

Anotações:



DEMAIS VESTIBULARES

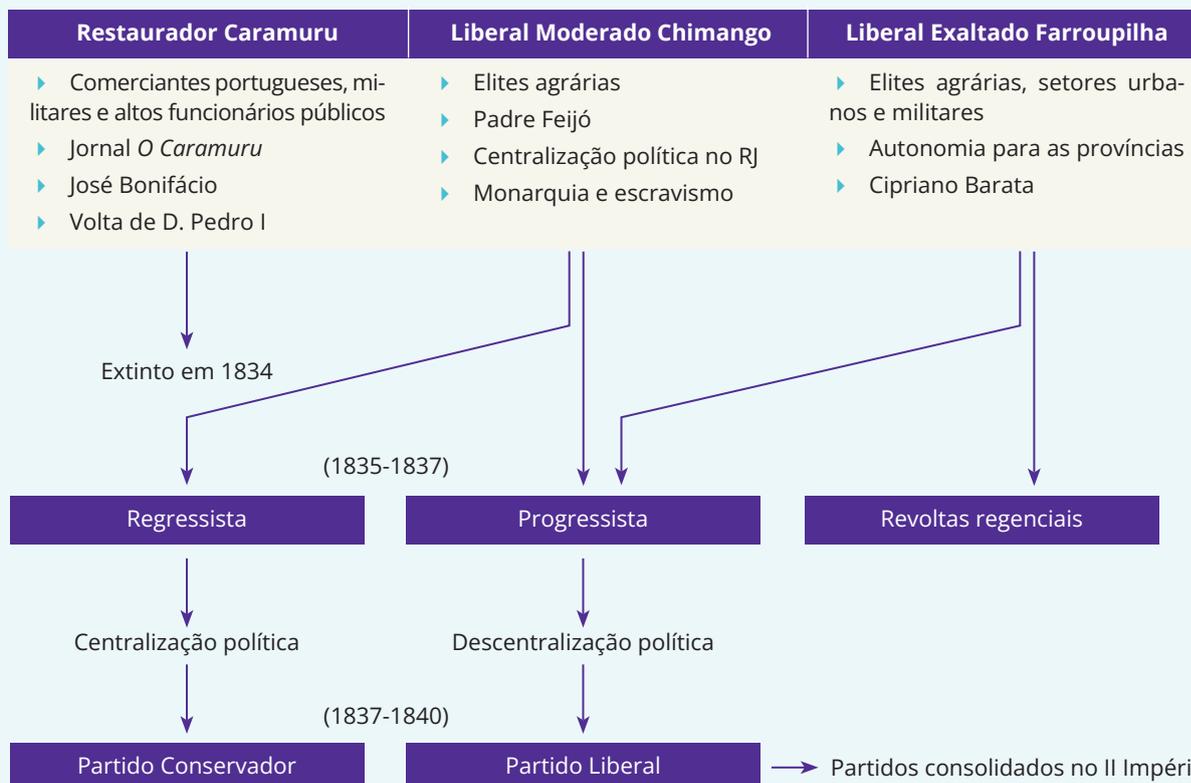
» Brasil Monárquico: formação do Estado e da Nação brasileira



Conflitos durante o período imperial brasileiro

Evolução política regencial

(1831-1835)



Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Adaptado por João Henrique Queos



• O II Reinado e as modificações estruturais (1840-1889)

Política externa

CONFLITOS COM A INGLATERRA

Já em 1861, o navio inglês **Prince of Wales** naufragou no litoral do Rio Grande do Sul e teve sua carga roubada. No Rio de Janeiro, o embaixador inglês **William Dougal Christie** exigiu a indenização da carga roubada, mas não foi atendido pelo governo brasileiro.

Um ano depois desse incidente, **marinheiros ingleses**, embriagados, promoveram arruaças nas ruas do Rio de Janeiro e acabaram presos pela polícia brasileira. Novamente o embaixador inglês manifestou-se, exigindo a liberdade imediata dos marinheiros presos, a indenização da carga do navio roubado e um pedido de desculpas oficiais do Brasil para a Inglaterra.

O Imperador D. Pedro II negou-se a cumprir as exigências do embaixador inglês. Diante disso, **navios ingleses aprisionaram cinco navios brasileiros** ancorados no Rio de Janeiro, o que gerou protestos contra a Inglaterra.

Esses episódios ganharam a denominação de **Questão Christie**, a qual foi encerrada em 1863, quando D. Pedro II recorreu ao rei belga Leopoldo I para arbitrar a questão. Antes da decisão, o governo brasileiro pagou a indenização referente ao navio inglês roubado. Como resultado, Leopoldo I deu parecer favorável ao Brasil e, diante da negativa inglesa de pedir desculpas pela questão, D. Pedro II rompeu relações diplomáticas com a Inglaterra, as quais foram reatadas somente em 1865.

QUESTÕES PLATINAS

As rivalidades, na região platina, podem ser aferidas no processo de emancipação política do Vice-reino do Prata, pois este foi fragmentado em três países: Argentina, Paraguai e Uruguai. Este último, inicialmente, foi anexado ao Brasil por D. João VI, em 1816. Sua real independência viria com a Guerra da Cisplatina, em 1828. Nesse panorama, Buenos Aires, controlando o comércio no estuário do Prata, fomentou o ideal de unificação platina, ameaçando a soberania dos outros países. Internamente, na própria Argentina, as elites das províncias interioranas viram com temor tal projeto, pois temiam uma subordinação total a Buenos Aires. O clima acirrava-se gradativamente na região.

Somando-se a isso, o Brasil, que buscava um controle da navegação nos rios do estuário do Prata e temia a formação de um Estado poderoso e potencialmente rival na região, envolveu-se em conflitos armados com os países platinos.

O primeiro foco de embate bélico ocorreu entre 1850 e 1852, no Uruguai e na Argentina. Após a Independência, os uruguaios formaram uma composição política marcada pela disputa entre o **Partido Blanco** e o **Partido Colorado**. O Blanco era composto por grandes proprietários de terra e criadores de gado. Foram liderados por Manoel **Oribe** e apoiados pelo presidente argentino Juan Manuel **Rosas**. O Colorado tinha, em seus quadros, comerciantes

comandados por Frutuoso **Rivera**, que possuía o apoio do Brasil e de José **Urquiza**, governador da Província Argentina de Entre Rios e Corrientes, que se opunha ao projeto unificador de Buenos Aires, sob comando de Rosas.

Após a vitória eleitoral do Blanco Oribe no Uruguai, o **Brasil**, em **1850, invadiu Montevideu e Buenos Aires**, depondo seus respectivos soberanos, Oribe e Rosas, e **empossando Rivera e Urquiza**.

A situação voltou a tumultuar-se em **1863**, quando o **Uruguai** era governado pelo Blanco Atanásio Cruz **Aguirre** – apoiado pelo presidente paraguaio Francisco Solano López. Alegando que os pecuaristas gaúchos eram lesados por ataques de contrabandistas uruguaios, o Brasil, com apoio do Colorado **Venâncio Flores**, derrubou Aguirre e empossou Flores em 1864. Diante disso, o governante paraguaio **Solano López rompeu relações com o Brasil**, precedendo a Guerra do Paraguai.

Revoltas

REVOLTA DOS MUCKERS (1873-1874)

A Revolta dos Muckers ou Campanha do Morro do Ferrabrás foi um conflito armado entre tropas militares e integrantes de uma comunidade religiosa liderada pelo casal de confissão anabatista Jacobina Mentz Maurer e João Jorge Maurer, em São Leopoldo (atualmente Sapiranga), no Rio Grande do Sul.

Os Muckers eram colonos que ocupavam o Morro Ferrabrás e, sem assistência médica, religiosa ou educacional, entraram num processo de decadência social e empobrecimento. Nesse quadro de abandono, despontaram as lideranças de João Maurer, um curandeiro a quem os colonos confiavam sua saúde, e sua esposa, Jacobina, que, na falta de padres e pastores, passou a interpretar a Bíblia e, assim, a desfrutar grande credibilidade entre os colonos — credibilidade que aumentou em decorrência de seus ataques epiléticos, interpretados por seus seguidores como encontros com Deus.

No episódio da revolta dos Muckers, tropas do exército foram lançadas numa operação sangrenta, fruto da inabilidade das autoridades de São Leopoldo e da Província do Rio Grande do Sul.

Algumas lideranças militares, como as de Carlos Teles e João Cezar Sampaio, destacar-se-iam por seus feitos na guerra de Canudos.

REVOLTA DO QUEBRA-QUILOS (1872-1877)

Em mais de setenta localidades nordestinas, o povo rebelou-se, invadindo Câmaras Municipais e pontos comerciais, em protesto às medidas de alterações dos sistemas de pesos e medidas que acabavam aumentando o custo de produtos básicos.



» Formação e expansão norte-americana no século XIX e XX

• Os EUA nos séculos XIX e XX

Consolidação da Independência e expansionismo territorial

SEGUNDA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA (1812-1814)

Com as guerras napoleônicas na Europa e o decreto do Bloqueio Continental contra a Inglaterra, o comércio norte-americano foi afetado de forma indireta. Os Estados Unidos desenvolviam atividades comerciais com países europeus, como a França, e com o restante da América, as quais desagradavam os ingleses. Ao mesmo tempo, os norte-americanos desejavam anexar o território do Canadá em um projeto do grupo nacionalista Falcões da Guerra. Devido a esses fatores, eclodiu a Segunda Guerra de Independência.

Políticas imperialistas norte-americanas

Por outro lado, a anexação de territórios se fez também por meios diplomáticos, a exemplo da compra de territórios da Lusitânia da França (1803), do Alasca da Rússia (1867) e da Flórida da Espanha (1819). As guerras com o México (1846-1848) também reverteram em anexações territoriais após a imposição do **Tratado de Guadalupe-Hidalgo**, que cedia aos Estados Unidos os seguintes territórios: Texas, Califórnia, Nevada, Utah, Colorado, Arizona e Novo México. Com isso, os Estados Unidos asseguravam o acesso direto ao Oceano Pacífico, abrindo caminho para relações comerciais com o Japão e a China.

Com o término da Guerra de Secessão, o capitalismo e a industrialização expandiram-se e consolidaram os Estados Unidos como a maior potência econômica mundial no final do século XIX. Completando esse quadro, no final dos anos 1880, foi proclamada a **Doutrina Mahan** em defesa da expansão marítima e do desenvolvimento da marinha norte-americana. A **Doutrina Monroe** e a **Teoria do Destino Manifesto** forneceram as bases ideológicas para o imperialismo dos Estados Unidos, agora com maior intensidade. Em relação à Ásia, no final do século XIX, passaram a defender a **Política de Portas Abertas** (*Open Door Policy*), a fim de garantir sua dominação econômica de forma pacífica.

A Revolução Sandinista - 1979

A região da América Central foi alvo de intensa intervenção norte-americana durante o século XX, a exemplo da tomada do Canal do Panamá, da derrubada do governo Jacob Arbenz, na Guatemala, e da repressão aos movimentos guerrilheiros, como o da Nicarágua.

Nesta, dominada por ditadores aliados dos Estados Unidos, promovia-se o empobrecimento da população e o total controle da economia pelas multinacionais. Na década de 1930, insurgiu-se uma revolução camponesa liderada por **Augusto César Sandino**.

Em 1979, o ditador Anastácio Somoza dominava a Nicarágua com respaldo norte-americano, uma vez que beneficiava a exploração econômica realizada pelas empresas dos Estados Unidos. Contra essa situação, levantou-se uma guerrilha liderada pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que depôs o ditador Somoza. Foram, então, realizadas eleições que deram a vitória à Força Sandinista. O Governo dos Estados Unidos patrocinou uma ampla campanha de desestabilização do Governo Sandinista, até mesmo com o apoio aos "contras", ou seja, ex-soldados somozistas que tentavam retomar o poder.

Nas eleições de 1990, a FSLN, do líder **Daniel Ortega**, foi derrotada pela candidata aliada dos Estados Unidos, Violeta Chamorro, representante da União Nacional Opositora (UNO). Devido à aproximação da presidente com os sandinistas, a UNO rompeu com Violeta Chamorro em 1993.

Após ser derrotado em duas eleições, o líder sandinista Daniel Ortega voltou ao poder pela via democrática, no final de 2006.

• México

O México se tornou independente em 1821, sob o comando de Agustín Iturbide. Entretanto, a situação da população era de exploração, miséria e instabilidade política, com a ascensão de ditadores. Entre eles, salienta-se **Porfirio Díaz** (1877-1880 e 1884-1911), em cujo governo se aprofundaram as desigualdades sociais, sobremaneira no campo. A concentração fundiária e o domínio do capital estrangeiro sobre os recursos minerais e agrícolas tornavam a situação ainda mais difícil para a massa da população.

Diante desse quadro, surgiram lutas camponesas contra as elites, lideradas por **Emiliano Zapata** e **Pancho Villa**. Os rebeldes exigiam, especialmente, a reforma agrária. As elites burguesas uniam-se em torno de Francisco Madero e, juntando as forças com os rebeldes camponeses, derrubaram a ditadura porfirista em 1911.

O Governo Madero foi tímido nas medidas sociais, desagradando as massas camponesas. Ao mesmo tempo, sofria a oposição de setores ligados ao capital internacional, principalmente o estadunidense. Em 1913, Madero foi assassinado pelo general Huerta, com apoio norte-americano, que implantou uma violenta ditadura.



As forças camponesas, lideradas por Zapata e Villa, acentuaram as lutas pela reforma agrária. Huerta, pressionado, renunciou ao governo, que passou às mãos de Venustiano Carranza (1914-1915). Este promulgou uma nova Constituição, de conteúdo liberal, mas não atendeu plenamente às aspirações de divisão fundiária dos camponeses. Com isso, as lutas prosseguiram, pelo menos, até os assassinatos de Zapata, em 1919, e de Villa, em 1923.

As camadas populares, em especial as camponesas, encontraram alento no programa de reformas implantado pelo presidente Lázaro Cárdenas (1934-1940). Este expropriou terras e as distribuiu aos camponeses, nacionalizou empresas estrangeiras e a exploração do petróleo e incentivou a formação de sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos. **Cárdenas** foi um político ao estilo populista, concedendo pequenos benefícios ao povo trabalhador, mas manipulando-o politicamente. A partir de então, o Partido

de Cárdenas, transformado em 1948 em Partido Revolucionário Institucional (PRI), venceu todas as eleições até o ano de 2000.

Recentemente, o México ingressou no Tratado Norte-Americano de Livre Comércio (Nafta), unindo sua economia ao bloco econômico capitaneado pelos Estados Unidos. Esperava-se, com isso, que o México ingressasse em uma nova era de progresso econômico. Entretanto, devido à enorme concentração fundiária, reiniciou-se a guerrilha, agora liderada pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN), guiado pelo subcomandante Marcos, que dominou várias cidades na região de Chiapas. Atualmente, a região ainda é palco de conflitos pela reforma agrária e de protestos contra o Nafta.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 1

» Revoltas coloniais brasileiras e os processos de emancipações na América

○ 1. (ENEM) A primeira imagem abaixo (publicada no século XVI) mostra um ritual antropofágico dos índios do Brasil. A segunda mostra Tiradentes esquarterado por ordem dos representantes da Coroa portuguesa.



Theodor De Bry - século XVI.



Pedro Américo. Tiradentes esquarterado, 1893.

A comparação entre as reproduções possibilita as seguintes afirmações:

- I. Os artistas registraram a antropofagia e o esquarteramento praticados no Brasil.
- II. A antropofagia era parte do universo cultural indígena, e o esquarteramento era uma forma de se fazer justiça entre luso-brasileiros.
- III. A comparação das imagens faz ver como é relativa a diferença entre “bárbaros” e “civilizados”, indígenas e europeus.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I, II e III.

○ 2. (ENEM) O que ocorreu na Bahia de 1798, ao contrário das outras situações de contestação política na América portuguesa, é que o projeto que lhe era subjacente não tocou somente na condição, ou no instrumento, da integração subordinada das colônias no império luso. Dessa feita, ao contrário do que se deu nas Minas Gerais (1789), a sedição avançou sobre a sua decorrência.

JANCSÓ, I.; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000.

A diferença entre as sedições abordadas no texto encontra-se na pretensão de:

- a) eliminar a hierarquia militar.
- b) abolir a escravidão africana.
- c) anular o domínio metropolitano.
- d) suprimir a propriedade fundiária.
- e) extinguir o absolutismo monárquico.

○ 3. (ENEM) No clima das ideias que se seguiram à revolta de São Domingos, o descobrimento de planos para um levante armado dos artífices mulatos na Bahia, no ano de 1798, teve impacto muito especial; esses planos demonstravam aquilo que os brancos conscientes tinham já começado a compreender: as ideias de igualdade social estavam a propagar-se numa sociedade em que só um terço da população era de brancos e iriam inevitavelmente ser interpretados em termos raciais.

MAXWELL, K. Condicionaismos da Independência do Brasil. In: SILVA, M. N. (coord.) *O Império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1966.

O temor do radicalismo da luta negra no Haiti e das propostas das lideranças populares da Conjuração Baiana (1798) levaram setores da elite colonial brasileira a novas posturas diante das reivindicações populares. No período da Independência, parte da elite participou ativamente do processo, no intuito de:

- a) instalar um partido nacional, sob sua liderança, garantindo participação controlada dos afro-brasileiros e inibindo novas rebeliões de negros.
- b) atender aos clamores apresentados no movimento baiano, de modo a inviabilizar novas rebeliões, garantindo o controle da situação.
- c) firmar alianças com as lideranças escravas, permitindo a promoção de mudanças exigidas pelo povo sem a profundidade proposta inicialmente.
- d) impedir que o povo conferisse ao movimento um teor libertário, o que terminaria por prejudicar seus interesses e seu projeto de nação.
- e) rebelar-se contra as representações metropolitanas, isolando politicamente o Príncipe Regente, instalando um governo conservador para controlar o povo.



○ **4. (ENEM)** O alfaiate pardo João de Deus, que, na altura em que foi preso, não tinha mais do que 80 réis e oito filhos, declarava que “Todos os brasileiros se fizessem franceses, para viverem em igualdade e abundância”.

MAXWELL, K. Condicionais da independência do Brasil. SILVA, M. N. (Org.). *O império luso-brasileiro, 1750-1822*. Lisboa: Estampa, 1986.

O texto faz referência à Conjuração Baiana. No contexto da crise do sistema colonial, esse movimento se diferenciou dos demais movimentos libertários ocorridos no Brasil por:

- defender a igualdade econômica, extinguindo a propriedade, conforme proposto nos movimentos liberais da França napoleônica.
- introduzir no Brasil o pensamento e o ideário liberal que moveram os revolucionários ingleses na luta contra o absolutismo monárquico.
- propor a instalação de um regime nos moldes da república dos Estados Unidos, sem alterar a ordem socioeconômica escravista e latifundiária.
- apresentar um caráter elitista burguês, uma vez que sofrera influência direta da Revolução Francesa, propondo o sistema censitário de votação.
- defender um governo democrático que garantisse a participação política das camadas populares, influenciado pelo ideário da Revolução Francesa.

○ **5. (ENEM)** Quando a Corte chegou ao Rio de Janeiro, a Colônia tinha acabado de passar por uma explosão populacional. Em pouco mais de cem anos, o número de habitantes aumentara dez vezes.

GOMES, L. 1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma Corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2008 (adaptado).

A alteração demográfica destacada no período teve como causa a atividade:

- cafeeira, com a atração da imigração europeia.
- industrial, com a intensificação do êxodo rural.
- mineradora, com a ampliação do tráfico africano.
- canaveira, com o aumento do apresamento indígena.
- manufatureira, com a incorporação do trabalho assalariado.

○ **6. (ENEM)** Eu, o Príncipe Regente, faço saber aos que o presente Alvará virem: que desejando promover e adiantar a riqueza nacional, e sendo um dos mananciais dela as manufaturas e a indústria, sou servido abolir e revogar toda e qualquer proibição que haja a este respeito no Estado do Brasil.

Alvará de liberdade para as indústrias (1.º de Abril de 1808). In Bonavides, P.; Amaral, R. *Textos políticos da História do Brasil*. Vol. 1. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).

O projeto industrializante de D. João, conforme expresso no alvará, não se concretizou. Que características desse período explicam esse fato?

- A ocupação de Portugal pelas tropas francesas e o fechamento das manufaturas portuguesas.
- A dependência portuguesa da Inglaterra e o predomínio industrial inglês sobre suas redes de comércio.
- A desconfiança da burguesia industrial colonial diante da chegada da família real portuguesa.
- O confronto entre a França e a Inglaterra e a posição dúbia assumida por Portugal no comércio internacional.
- O atraso industrial da colônia provocado pela perda de mercados para as indústrias portuguesas.

○ **7. (ENEM)** A transferência da corte trouxe para a América portuguesa a família real e o governo da Metrópole. Trouxe também, e sobretudo, boa parte do aparato administrativo português. Personalidades diversas e funcionários régios continuaram embarcando para o Brasil atrás da corte, dos seus empregos e dos seus parentes após o ano de 1808.

NOVAIS, F. A.; ALENCASTRO, L. F. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Os fatos apresentados se relacionam ao processo de independência da América portuguesa por terem:

- incentivado o clamor popular por liberdade.
- enfraquecido o pacto de dominação metropolitana.
- motivado as revoltas escravas contra a elite colonial.
- obtido o apoio do grupo constitucionalista português.
- provocado os movimentos separatistas das províncias.

○ **8. (ENEM)**

Texto I

O príncipe D. João VI podia ter decidido ficar em Portugal. Nesse caso, o Brasil com certeza não existiria. A Colônia se fragmentaria, como se fragmentou a parte espanhola da América. Teríamos, em vez do Brasil de hoje, cinco ou seis países distintos.

José Murilo de Carvalho.

Texto II

Há no Brasil uma insistência em reforçar o lugar comum segundo o qual foi D. João VI o responsável pela unidade do país. Isso não é verdade. A unidade do Brasil foi construída ao longo do tempo e é, antes de tudo, uma fabricação da Coroa. A ideia de que era preciso fortalecer um Império com os territórios de Portugal e Brasil começou já no século XVIII.

Evaldo Cabral de Mello.

1808 – O primeiro ano do resto de nossas vidas. Folha de S. Paulo, 25 nov. 2007 (adaptado).

Em 2008, foi comemorado o bicentenário da chegada da família real portuguesa ao Brasil. Nos textos, dois importantes historiadores brasileiros se posicionam diante de um dos possíveis legados desse episódio para a história do país. O legado discutido e um argumento que sustenta a diferença do primeiro ponto de vista para o segundo estão associados, respectivamente, em:

- Integridade territorial – Centralização da administração régia na Corte.
- Desigualdade social – Concentração da propriedade fundiária no campo.
- Homogeneidade intelectual – Difusão das ideias liberais nas universidades.
- Uniformidade cultural – Manutenção da mentalidade escravista nas fazendas.
- Continuidade espacial – Cooptação dos movimentos separatistas nas províncias.

Anotações:



○ **9. (ENEM)** A vinda da família real deslocou definitivamente o eixo da vida administrativa da Colônia para o Rio de Janeiro, mudando também a fisionomia da cidade. A presença da Corte implicava uma alteração do acanhado cenário urbano da Colônia, mas a marca do absolutismo acompanharia a alteração.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1995 (fragmento).

As transformações ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em decorrência da presença da Corte estavam limitadas à superfície das estruturas sociais porque:

- a) a pujança do desenvolvimento comercial e industrial retirava da agricultura de exportação a posição de atividade econômica central na Colônia.
- b) a expansão das atividades econômicas e o desenvolvimento de novos hábitos conviviam com a exploração do trabalho escravo.
- c) a emergência das práticas liberais, com a abertura dos portos, impedia uma renovação política em prol da formação de uma sociedade menos desigual.
- d) a integração das elites políticas regionais, sob a liderança do Rio de Janeiro, ensejava a formação de um projeto político separatista de cunho republicano.
- e) a dinamização da economia urbana retardava o letramento de mulatos e imigrantes, importante para as necessidades do trabalho na cidade.

○ **10. (ENEM)** No tempo da independência do Brasil, circulavam nas classes populares do Recife trovas que faziam alusão à revolta escrava do Haiti:

Marinheiros e caiados
Todos devem se acabar,
Porque só pardos e pretos
O país hão de habitar.

AMARAL, F. P. do. Apud CARVALHO, A. *Estudos pernambucanos*. Recife: Cultura Acadêmica, 1907.

O período da independência do Brasil registra conflitos raciais, como se depreende:

- a) dos rumores acerca da revolta escrava do Haiti, que circulavam entre a população escrava e entre os mestiços pobres, alimentando seu desejo por mudanças.
- b) da rejeição aos portugueses, brancos, que significava a rejeição à opressão da Metrópole, como ocorreu na Noite das Garrafadas.
- c) do apoio que escravos e negros forros deram à monarquia, com a perspectiva de receber sua proteção contra as injustiças do sistema escravista.
- d) do repúdio que os escravos trabalhadores dos portos demonstravam contra os marinheiros, porque estes representavam a elite branca opressora.
- e) da expulsão de vários líderes negros independentistas, que defendiam a implantação de uma república negra, a exemplo do Haiti.

○ **11. (ENEM-2020)** “O movimento sedicioso ocorrido na capitania de Pernambuco, no ano 1817, foi analisado de formas diferentes por dois meios de comunicação daquela época. O Correio Braziliense apontou para o fato de ser “a comoção no Brasil motivada por um descontentamento geral, e não por maquinações de alguns indivíduos”. Já a Gazeta do Rio de Janeiro considerou o movimento como um “pontual desvio de norma, apenas uma ‘mancha’ nas ‘páginas da História Portuguesa’, tão distinta pelos testemunhos de amor e respeito que os vassalos desta nação consagram ao seu soberano”.”

(JANCSÓ, I; PIMENTA, J. P. Peças de um mosaico. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem Incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 2000 (adaptado).)

Os fragmentos das matérias jornalísticas sobre o acontecimento, embora com percepções diversas, relacionam-se a um aspecto do processo de independência da colônia luso-americana expresso em dissensões entre:

- a) quadros dirigentes em torno da abolição da ordem escravocrata.
- b) grupos regionais acerca da configuração político-territorial.
- c) intelectuais laicos acerca da revogação do domínio eclesiástico.
- d) homens livres em torno da extensão do direito de voto.
- e) elites locais acerca da ordenação do monopólio fundiário.

○ **12. (ENEM)** Eu gostaria de entrar nua no rio, mas estou aqui entre homens, somos todos soldados. Os portugueses de uma canhoneira bombardearam Cachoeira, então um bando de Periquitos, e entre eles eu e mais cinco ou seis mulheres, entramos no rio, de culote, bota e perneira, capa abotoada e baioneta calada. Pensei outra vez no sítio. Ali tudo era cáldido, os panos convidavam ao sono. Aqui, luta-se pela vida, pela Pátria. Minha baioneta rasga o ventre de um português que não quer reconhecer a Independência do Brasil gritada, lá no Sul, pelo Imperador D. Pedro.

MARIA QUITERIA, s/d. Disponível em: www.vidaslusofonas.pt. Acesso em: 31 jan. 2012 (adaptado).

A análise do texto revela um processo de emancipação política do Brasil que supera o marco do Grito do Ipiranga e da figura de D. Pedro I, pois a luta pela independência:

- a) foi conduzida por um exército profissional.
- b) ficou limitada a disputas e acordos políticos.
- c) fomentou movimentos separatistas do Sul do país.
- d) contou com a participação de diversos segmentos sociais.
- e) consolidou uma ideia de pátria que excluía a herança portuguesa.

○ **13. (ENEM)** É simplesmente espantoso que esses núcleos tão desiguais e tão diferentes se tenham mantido aglutinados numa só nação. Durante o período colonial, cada um deles teve relação direta com a metrópole. Ocorreu o extraordinário, fizemos um povo-nação, englobando todas aquelas províncias ecológicas numa só entidade cívica e política.

RIBEIRO, D. *O povo brasileiro: formação e sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.

Após a conquista da autonomia, a questão primordial do Brasil residia em como garantir sua unidade político-territorial diante das características e práticas herdadas da colonização. Relacionando o projeto de independência à construção do Estado nacional brasileiro, a sua particularidade decorreu da:

- a) ordenação de um pacto que reconheceu os direitos políticos aos homens, independentemente de cor, sexo ou religião.
- b) estruturação de uma sociedade que adotou os privilégios de nascimento como critério de hierarquização social.
- c) realização de acordos entre as elites regionais, que evitou confrontos armados contrários ao projeto luso-brasileiro.
- d) concessão da autonomia política regional, que atendeu aos interesses socioeconômicos dos grandes proprietários.
- e) afirmação de um regime constitucional monárquico que garantiu a ordem associada à permanência da escravidão.



○ **14. (ENEM)** É hoje a nossa festa nacional. O Brasil inteiro, da capital do Império a mais remota e insignificante de suas aldeias, congrega-se unânime para comemorar o dia que o tirou dentre as nações dependentes para colocá-lo entre as nações soberanas, e entregou-lhe os seus destinos, que até então haviam ficado a cargo de um povo estranho.

Gazeta de Notícias, 7 set. 1883

As festividades em torno da Independência do Brasil marcam o nosso calendário desde os anos imediatamente posteriores ao 7 de setembro de 1822. Essa comemoração está diretamente relacionada com:

- a) a construção e a manutenção de símbolos para a formação de uma identidade nacional.
- b) o domínio da elite brasileira sobre os principais cargos políticos, que se efetivou logo após 1822.
- c) os interesses de senhores de terras que, após a Independência, exigiram a abolição da escravidão.
- d) o apoio popular às medidas tomadas pelo governo imperial para a expulsão de estrangeiros do país.
- e) a consciência da população sobre os seus direitos adquiridos posteriormente à transferência da Corte para o Rio de Janeiro.

○ **15. (ENEM)** A liderança política do processo de independência das colônias foi decisiva para os rumos que as novas nações tomaram, pois as elites evitaram que as reivindicações mais radicais fossem atendidas, marginalizando, assim, política e socialmente, a maioria. A ruptura dos laços coloniais não significou o surgimento de uma sociedade democrática e autônoma.

A respeito da formação do Estado Nacional na América Latina, é correto associar ao texto acima:

- a) o governo de D. Pedro I no Brasil, que provocou adesões daqueles que queriam mais garantias constitucionais, o que conferiu ao imperador reconhecimento e apoio da elite latifundiária.
- b) a unidade administrativa do império português, por haver características comuns entre as regiões colonizadas e homogeneidade na ocupação.
- c) a falta de líderes para os movimentos nacionalistas contra o domínio português, em oposição à América Espanhola.
- d) os partidos políticos que se formaram no final do século XVIII e assumiram os controles político e administrativo dos Estados se ergueram contra os grandes proprietários de terra e rebanhos.
- e) o ordenamento jurídico-político e as diretrizes econômicas no início do século XIX beneficiaram os segmentos sociais não proprietários, devido ao incremento na produção manufatureira.

Anotações:

○ **16. (ENEM-2021)** “Por que o Brasil continuou um só enquanto a América espanhola se dividiu em vários países?”

Para o historiador brasileiro José Murilo de Carvalho, no Brasil, parte da sociedade era muito mais coesa ideologicamente do que a espanhola. Carvalho argumenta que isso se deveu à tradição burocrática portuguesa. “Portugal nunca permitiu a criação de universidade em sua colônia”. Por outro lado, na América espanhola, entre 1772 e 1872, 150 mil estudantes se formaram em universidades locais. Para o historiador mexicano Alfredo Ávila Rueda, as universidades na América espanhola eram, em sua maioria, reacionárias. Nesse sentido, o historiador mexicano diz acreditar que a livre circulação de impressos (jornais, livros e panfletos) na América espanhola, que não era permitida na América portuguesa (a proibição só foi revertida em 1808), teve função muito mais importante na construção de regionalismos do que propriamente as universidades.”

(BARRUCHO, L. Disponível em: www.bbc.com. Acesso em: 8 set. 2019 (adaptado).)

Os pontos de vista dos historiadores referidos no texto são divergentes em relação ao:

- a) papel desempenhado pelas instituições de ensino na criação das múltiplas identidades.
- b) controle exercido pelos grupos de imprensa na centralização das esferas administrativas.
- c) abandono sofrido pelas comunidades de docentes na concepção de coletividades políticas.
- d) lugar ocupado pelas associações de acadêmicos no fortalecimento das agremiações estudantis.
- e) protagonismo assumido pelos meios de comunicação no desenvolvimento das nações alfabetizadas.

○ **17. (ENEM)** Em 4 de julho de 1776, as treze colônias que vieram inicialmente a constituir os Estados Unidos da América (EUA) declaravam sua independência e justificavam a ruptura do Pacto Colonial. Em palavras profundamente subversivas para a época, afirmavam a igualdade dos homens e apregoavam como seus direitos inalienáveis: o direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade. Afirmavam que o poder dos governantes, aos quais cabia a defesa daqueles direitos, derivava dos governados.

Esses conceitos revolucionários que ecoavam o Iluminismo foram retomados com maior vigor e amplitude treze anos mais tarde, em 1789, na França.

Emília Viotti da Costa. Apresentação da coleção. In: Wladimir Pomar. *Revolução Chinesa*. São Paulo: UNESP, 2003 (com adaptações).

Considerando o texto acima, acerca da independência dos EUA e da Revolução Francesa, assinale a opção correta.

- a) A independência dos EUA e a Revolução Francesa integravam o mesmo contexto histórico, mas se baseavam em princípios e ideais opostos.
- b) O processo revolucionário francês identificou-se com o movimento de independência norte-americana no apoio ao absolutismo esclarecido.
- c) Tanto nos EUA quanto na França, as teses iluministas sustentavam a luta pelo reconhecimento dos direitos considerados essenciais à dignidade humana.
- d) Por ter sido pioneira, a Revolução Francesa exerceu forte influência no desencadeamento da independência norte-americana.
- e) Ao romper o Pacto Colonial, a Revolução Francesa abriu o caminho para as independências das colônias ibéricas situadas na América.



○ 18. (ENEM) A formação dos Estados foi certamente distinta na Europa, na América Latina, na África e na Ásia. Os Estados atuais, em especial na América Latina — onde as instituições das populações locais existentes à época da conquista ou foram eliminadas, como no caso do México e do Peru, ou eram frágeis, como no caso do Brasil —, são o resultado, em geral, da evolução do transplante de instituições europeias feito pelas metrópoles para suas colônias. Na África, as colônias tiveram fronteiras arbitrariamente traçadas, separando etnias, idiomas e tradições, que, mais tarde, sobreviveram ao processo de descolonização, dando razão para conflitos que, muitas vezes, têm sua verdadeira origem em disputas pela exploração de recursos naturais. Na Ásia, a colonização europeia se fez de forma mais indireta e encontrou sistemas políticos e administrativos mais sofisticados, aos quais se superpôs. Hoje, aquelas formas anteriores de organização, ou pelo menos seu espírito, sobrevivem nas organizações políticas do Estado asiático.

GUIMARÃES, S. P. Nação, nacionalismo, Estado. Estudos Avançados. São Paulo: EdUSP, v. 22, n.o 62, jan.- abr. 2008 (adaptado).

Relacionando as informações ao contexto histórico e geográfico por elas evocado, assinale a opção correta acerca do processo de formação socioeconômica dos continentes mencionados no texto.

- a) Devido à falta de recursos naturais a serem explorados no Brasil, conflitos étnicos e culturais como os ocorridos na África estiveram ausentes no período da independência e formação do Estado brasileiro.
- b) A maior distinção entre os processos histórico-formativos dos continentes citados é a que se estabelece entre colonizador e colonizado, ou seja, entre a Europa e os demais.
- c) À época das conquistas, a América Latina, a África e a Ásia tinham sistemas políticos e administrativos muito mais sofisticados que aqueles que lhes foram impostos pelo colonizador.
- d) Comparadas ao México e ao Peru, as instituições brasileiras, por terem sido eliminadas à época da conquista, sofreram mais influência dos modelos institucionais europeus.
- e) O modelo histórico da formação do Estado asiático equiparase ao brasileiro, pois em ambos se manteve o espírito das formas de organização anteriores à conquista.

Anotações:

○ 19. (UFSM)



BRAICK, P. R.; MOTA, M. B. História: das cavernas ao terceiro milênio. Vol. 2. São Paulo: Moderna, 2005, p. 233.

Analisar a figura e assinale verdadeira (V) ou falsa (F) em cada uma das afirmações sobre a independência e a formação dos Estados Unidos.

- () A determinação inglesa de que territórios a oeste das 13 colônias deveriam ser reservados aos indígenas representava o reconhecimento dos índios à sua terra, aos seus valores e à sua cultura.
- () Com a vitória na guerra e o reconhecimento da independência por parte da Inglaterra, o governo dos Estados Unidos incorporou aos seus domínios os territórios ingleses a oeste dos 13 estados.
- () A ideologia racial da nova nação preconizava que os negros eram socialmente inassimiláveis, não lhes restando lugar na sociedade branca e livre do norte e reforçando a sua condição de escravos nos estados sulistas.
- () As elites brancas do norte e do sul, além de defenderem a imediata extinção do trabalho escravo, estimularam e financiaram a devolução de milhares de negros para a África.

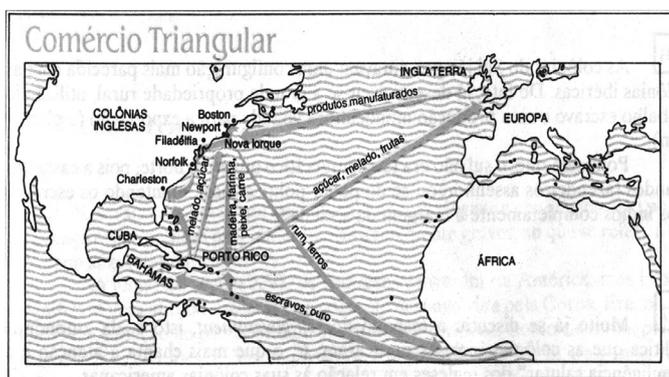
A sequência correta é

- a) V - F - V - F.
- b) F - V - F - V.
- c) V - F - F - V.
- d) F - V - V - F.
- e) V - V - V - F.

Anotações:



○ 20. (UFSM)



RICARDO - ADHEMAR - FLÁVIO. História. Vol. 3. Belo Horizonte: Editora Lê S/A, 1989. p. 69.

O mapa representa o comércio triangular que foi importante elemento para o desenvolvimento das colônias inglesas na América, no século XVII.

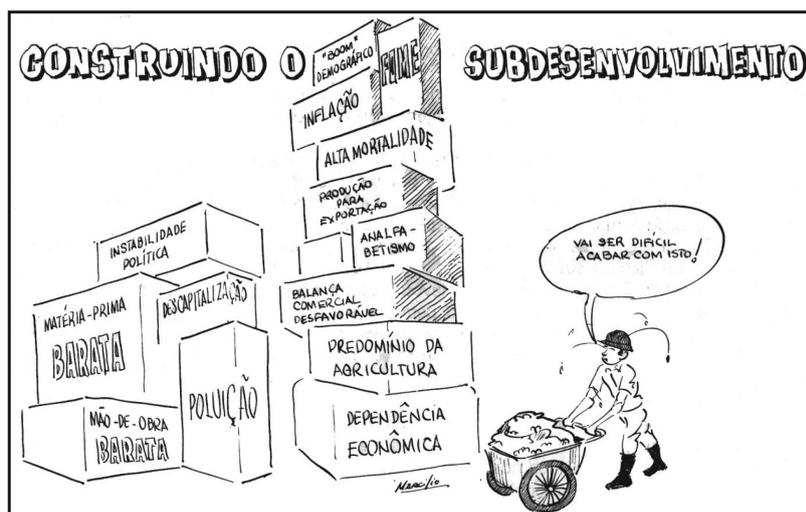
Sobre esse comércio, é correto afirmar que

- I - significou a possibilidade de burlar o pacto colonial à medida que as colônias inglesas comercializavam com as Antilhas e a África.
- II - possibilitou o surgimento de pequenas manufaturas e o enriquecimento das colônias americanas do norte.
- III - só foi possível porque a Inglaterra não exerceu com rigor o seu direito de metrópole, permitindo uma certa autonomia às suas colônias americanas.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

○ 21. (UFSM)



AQUINO - ANDRÉ - RONALDO. Fazendo a História. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1986. p. 40.

A gravura retrata a situação dos países latino-americanos após a independência, situação essa que tem como pressuposto uma herança colonial marcada

- I - pela instabilidade política e pela autonomia das massas que se revoltaram contra a oligarquia latifundiária.
- II - pela diversificação econômica, impulsionada pelo desenvolvimento industrial financiado por agentes externos.
- III - por uma economia agrária voltada para a exportação.

Está(ão) correta(s)

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) I, II e III.

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



○ **22. (UFSM)** A expulsão das tropas napoleônicas da Espanha, em 1813, possibilita a restauração do trono espanhol. Com o objetivo de restabelecer a ordem, o novo rei reprime os movimentos de emancipação política que vinham ocorrendo nas colônias americanas, desde 1810. Essas novas determinações da Metrópole abalam o quadro sociopolítico da América, gerando

a) aceitação pacífica da elite crioula, tendo em vista que a desordem comercial e política ocasionada pelas revoltas seria superada.

b) restabelecimento do sistema de monopólio e incremento dos polos comerciais americanos, tanto para exportação de produtos primários quanto para importação de manufaturas.

c) consolidação do poder político da Coroa e controle dos grupos sociais nativos que aspiravam à independência política.

d) incremento das revoltas coloniais, em especial aquelas protagonizadas pelos trabalhadores das minas, dos campos e das oficinas de artesanato.

e) revitalização e fortalecimento dos projetos independentistas, liderados por membros da classe dos grandes proprietários de terras e minas.

○ **23. (UFSM)** A independência dos Estados Unidos da América, a emancipação política do Brasil, a independência da América colonial espanhola e o conseqüente surgimento dos Estados nacionais hispano-americanos estão relacionados com

a) a crise do sistema colonial e a construção do sistema capitalista mundial.

b) as pressões da Inglaterra para liberalizar o comércio e libertar os escravos negros.

c) as ameaças de guerra dos Estados Unidos contra as metrópoles europeias que haviam perdido suas colônias.

d) o enfraquecimento das metrópoles que não fizeram sua revolução industrial e burguesa.

e) as necessidades do capitalismo industrial de recolonizar de forma branda as regiões recém-emancipadas.

○ **24. (UFRGS 2022)** Sobre a resistência indígena à colonização iberoamericana, considere as afirmações abaixo.

I. Os indígenas que ocupavam o território da América Portuguesa recusaram alianças com todos os colonizadores europeus, por considerá-los inimigos.

II. O trabalho forçado e a cobrança de outros tributos dos povos nativos em toda a América Espanhola foram abolidos, a partir da vitória dos indígenas na Revolta de Túpac Amaru.

III. Os indígenas aldeados nos chamados "Sete Povos das Missões" resistiram à entrega de seu território para o domínio português, dando início à chamada "Guerra Guaranítica".

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e III.

e) I, II e III.

○ **25. (UFRGS)** Leia o segmento abaixo.

Estes líderes, geralmente de origem militar, oriundos, em sua grande maioria, da desmobilização dos exércitos que combateram nas guerras de independência, de 1810 em diante, provinham, em certos casos, de estratos sociais inferiores ou de grupos étnicos discriminados (mestiços, índios, mulatos, negros). [...] Valiam-se do seu magnetismo pessoal na condução das tropas, que haviam recrutado geralmente nas áreas rurais e mantinham como reses requisitadas em ações guerreiras, seja contra o ainda mal consolidado poder central, seja contra os seus iguais [...].

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, GianFranco. Dicionário de Política. 13. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2007.

O segmento faz referência a uma categoria que designa os líderes políticos e os chefes militares que, após os movimentos de emancipação da América espanhola, tornaram-se governantes personalistas de suas nações ou regiões.

Assinale a alternativa correta que apresenta essa categoria.

a) Chapetones

b) Inconfidentes

c) *Criollos*

d) Alcaldes

e) Caudilhos

○ **26. (UFRGS)** Com relação aos processos de independência na América Espanhola, considere as afirmações abaixo.

I - O papel imperial da Espanha se fortaleceu a partir da guerra estabelecida com a Inglaterra, no final do século XVIII.

II - A independência dos Estados Unidos e as ideias iluministas influenciaram as elites *criollas* a organizar projetos de emancipação.

III - A revolução protagonizada por escravizados negros, desencadeada em *Saint-Domingue* (então colônia francesa), que resultou na conquista da independência do Haiti, serviu de inspiração para as elites americanas da América Espanhola.

Quais estão corretas?

a) Apenas I.

b) Apenas II.

c) Apenas III.

d) Apenas I e III.

e) I, II e III.

Anotações:



○ 27. (UFRGS) Com relação ao processo histórico da Independência do Brasil, assinale com **V** (verdadeiro) ou **F** (falso) as afirmações abaixo.

() O movimento constitucionalista iniciado na cidade do Porto, em 1820, provocou mudanças nas relações entre Portugal e Brasil, despertando, nas elites políticas brasileiras, o medo de um possível retorno à condição de colônia.

() O fator determinante para a ruptura entre os setores econômicos brasileiros e a corte portuguesa foram os tratados assinados por D. João VI com a Inglaterra, proibindo completamente o tráfico transatlântico de africanos para a América a partir de 1808.

() O retorno do monarca para a Europa e a permanência de seu filho Pedro como regente no Brasil ocasionaram as chamadas “revoltas regenciais”, cujo objetivo principal era romper com Portugal e instituir um Estado independente na América.

() Os conflitos com tropas portuguesas, mesmo após a aclamação de Pedro como Imperador do Brasil, ainda ocorreram em diversas regiões do país, como na Bahia, onde os confrontos assumiram traços de uma guerra civil.

A sequência correta de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) V – V – F – V.
- b) F – F – V – V.
- c) V – F – F – V.
- d) F – V – F – F.
- e) F – F – V – F.

Anotações:

○ 28. (UFRGS) Observe a figura abaixo.



“Independência ou morte” (1888), Pedro Américo, Museu Paulista da USP.

O quadro “Independência ou morte” está localizado no Salão Nobre do Monumento do Ipiranga. Construído entre 1885 e 1890, o edifício-monumento tinha como objetivos reforçar o 7 de setembro como episódio que promoveu o “nascimento do Brasil”, apresentar D. Pedro como herói nacional e construir uma memória positiva do Império. O prédio, hoje Museu Paulista da USP, fechado desde 2013, será reaberto ao público em 2022, no marco das comemorações do bicentenário da independência do Brasil.

Considere as afirmações abaixo, sobre a conformação da memória da independência.

I - A narrativa gloriosa do Império e de D. Pedro, presente na tela e no edifício-monumento, foi elaborada em uma conjuntura de crise da monarquia e de intensificação da propaganda republicana.

II - A tela, mesmo executada décadas depois dos acontecimentos, representa um retrato fiel dos episódios ocorridos na colina do Ipiranga, em São Paulo, em 7 de setembro de 1822.

III - O quadro contribuiu para a criação de uma imagem do “nascimento do Brasil” a partir da heroização do gesto de D. Pedro, representando emblematicamente o episódio do Ipiranga como marco da independência do Brasil.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e III.
- e) I, II e III.

Anotações:



HABILIDADES À PROVA 2

» *Brasil monárquico: formação do estado e da nação Brasil*

○ **1. (ENEM)** Entre os combatentes estava a mais famosa heroína da Independência. Nascida em Feira de Santana, filha de lavradores pobres, Maria Quitéria de Jesus tinha trinta anos quando a Bahia começou a pegar em armas contra os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu se alistar às escondidas. Cortou os cabelos, amarrrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou-se às fileiras brasileiras com o nome de Soldado Medeiros.

GOMES, L. 1822. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

No processo de Independência do Brasil, o caso mencionado é emblemático porque evidencia a:

- a) rigidez hierárquica da estrutura social.
- b) inserção feminina nos ofícios militares.
- c) adesão pública dos imigrantes portugueses.
- d) flexibilidade administrativa do governo imperial.
- e) receptividade metropolitana aos ideais emancipatórios.

○ **2. (ENEM)** Art. 92. São excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais:

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais não se compreendam os casados, e Oficiais Militares, que forem maiores de vinte e um anos, os Bacharéis Formados e Clérigos de Ordens Sacras.
- IV. Os Religiosos, e quaisquer que vivam em Comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio ou empregos.

Constituição Política do Império do Brasil (1824). Disponível em: legislação.planalto.gov.br. Acesso em: 27 abr. 2010 (adaptado).

A legislação espelha os conflitos políticos e sociais do contexto histórico de sua formulação. A Constituição de 1824 regulamentou o direito de voto dos “cidadãos brasileiros” com o objetivo de garantir:

- a) o fim da inspiração liberal sobre a estrutura política brasileira.
- b) a ampliação do direito de voto para maioria dos brasileiros nascidos livres.
- c) a concentração de poderes na região produtora de café, o Sudeste brasileiro.
- d) o controle do poder político nas mãos dos grandes proprietários e comerciantes.
- e) a diminuição da interferência da Igreja Católica nas decisões político-administrativas.

○ **3. (ENEM)** Leia os trechos abaixo.

Constituição de 1824:

“Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização política, e é delegado privativamente ao Imperador [...] para que incessantemente vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos demais poderes políticos [...] dissolvendo a Câmara dos Deputados nos casos em que o exigir a salvação do Estado.”

Frei Caneca:

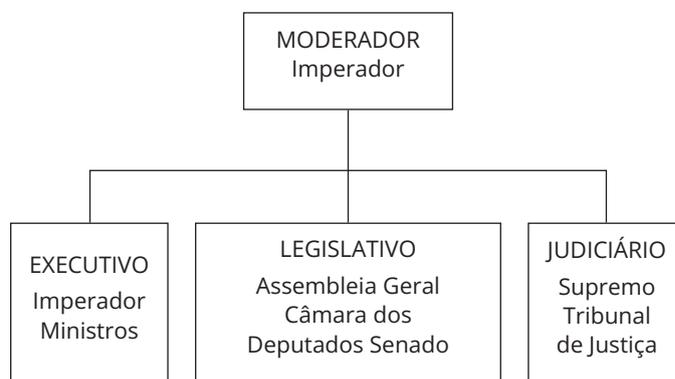
“O Poder Moderador da nova invenção maquiavélica é a chave-mestra da opressão da nação brasileira e o garrote mais forte da liberdade dos povos. Por ele o Imperador pode dissolver a Câmara dos Deputados, que é a representante do povo, ficando sempre no gozo de seus direitos o Senado, que é o representante dos apaniguados do Imperador.”

Voto sobre o juramento do projeto de Constituição.

Para Frei Caneca, o Poder Moderador definido pela Constituição outorgada pelo Imperador em 1824 era:

- a) adequado ao funcionamento de uma monarquia constitucional, pois os senadores eram escolhidos pelo Imperador.
- b) eficaz e responsável pela liberdade dos povos, porque garantia a representação da sociedade nas duas esferas do poder legislativo.
- c) arbitrário, porque permitia ao Imperador dissolver a Câmara de Deputados, o poder representativo da sociedade.
- d) neutro e fraco, especialmente nos momentos de crise, pois era incapaz de controlar os deputados representantes da Nação.
- e) capaz de responder às exigências políticas da Nação, pois supria as deficiências da representação política.

○ **4. (ENEM)** No primeiro reinado, D. Pedro I nomeou e comandou um Conselho de Estado que concluiu a primeira Constituição Brasileira, que, outorgada em 1824, estabeleceu quatro poderes assim configurados.



Nesses quatro poderes:

- a) o poder moderador concedia ao imperador a primazia no governo e a autoridade sobre os demais poderes.
- b) o poder executivo era o centro das decisões, que resultavam do entendimento entre imperador e ministros.
- c) o papel de cada um era bem definido e independente, de modo que um não interferia nos assuntos dos outros.
- d) o papel de moderador, exercido pelo imperador, significava que o monarca era apenas um conciliador entre os poderes.
- e) o poder legislativo, por ter maior representatividade numérica (deputados, senadores), gozava de maior influência nas decisões do Império.



○ **5. (ENEM)** Art. 90. As nomeações dos deputados e senadores para a Assembleia Geral, e dos membros dos Conselhos Gerais das províncias, serão feitas por eleições, elegendo a massa dos cidadãos ativos em assembleias paroquiais, os eleitores de província, e estes, os representantes da nação e província.

Art. 92. São excluídos de votar nas assembleias paroquiais:

- I. Os menores de vinte e cinco anos, nos quais se não compreendem os casados, os oficiais militares, que forem maiores de vinte e um anos, os bacharéis formados e os clérigos de ordens sacras.
- II. Os filhos de famílias, que estiverem na companhia de seus pais, salvo se servirem a ofícios públicos.
- III. Os criados de servir, em cuja classe não entram os guarda-livros, e primeiros caixeiros das casas de comércio, os criados da Casa Imperial, que não forem de galão branco, e os administradores das fazendas rurais e fábricas.
- IV. Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.
- V. Os que não tiverem de renda líquida anual cem mil réis por bens de raiz, indústria, comércio, ou emprego.

BRASIL. Constituição de 1824. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 4 abr. 2015 (adaptado).

De acordo com os artigos do dispositivo legal apresentado, o sistema eleitoral instituído no início do Império é marcado pelo(a):

- a) representação popular e sigilo individual.
- b) voto indireto e perfil censitário.
- c) liberdade pública e abertura política.
- d) ética partidária e supervisão estatal.
- e) caráter liberal e sistema parlamentar.

○ **6. (ENEM)**

TEXTO I

A primeira grande lei educacional do Brasil, de 1827, determinava que, nas “escolas de primeiras letras” do Império, meninos e meninas estudassem separados e tivessem currículos diferentes. No Senado, o Visconde de Cayru foi um dos defensores de que o currículo de matemática das garotas fosse o mais enxuto possível. Nas palavras dele, o “belo sexo” não tinha capacidade intelectual para ir muito longe: — Sobre as contas, são bastantes [para as meninas] as quatro espécies, que não estão fora do seu alcance e lhes podem ser de constante uso na vida.

TEXTO II

No Senado, o único a defender publicamente que as meninas tivessem, em matemática, um currículo idêntico ao dos meninos foi o Marquês de Santo Amaro (RJ). Ele argumentou: — Não me parece conforme, às luzes do tempo em que vivemos, deixarmos de facilitar às brasileiras a aquisição desses conhecimentos [mais aprofundados de matemática]. A oposição que se manifesta não pode nascer senão do arraigado e péssimo costume em que estavam os antigos, os quais nem queriam que suas filhas aprendessem a ler.

WESTIN, R. Senado Notícias. Disponível em: www12.senado.leg.br. Acesso em: 20 out. 2021 (adaptado).

Os discursos expressam pontos de vista divergentes respectivamente pela oposição entre

- a) liberdade de gênero e controle social.
- b) equidade de escolha e imposição cultural.
- c) dominação de corpos e igualdade humana.
- d) geração de oportunidade e restrição profissional.
- e) exclusão de competências e participação política

○ **7. (ENEM)** Após o retorno de uma viagem a Minas Gerais, onde Pedro I fora recebido com grande frieza, seus partidários prepararam uma série de manifestações a favor do imperador no Rio de Janeiro, armando fogueiras e luminárias na cidade. Contudo, na noite de 11 de março, tiveram início os conflitos que ficaram conhecidos como a Noite das Garrafadas, durante os quais os “brasileiros” apagavam as fogueiras “portuguesas” e atacavam as casas iluminadas, sendo respondidos com cacos de garrafas jogadas das janelas.

VAINFAS, R. (Org.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008 (adaptado).

Os anos finais do I Reinado (1822-1831) se caracterizaram pelo aumento da tensão política. Nesse sentido, a análise dos episódios descritos em Minas Gerais e no Rio de Janeiro revela:

- a) estímulos ao racismo.
- b) apoio ao xenofobismo.
- c) críticas ao federalismo.
- d) repúdio ao republicanismo.
- e) questionamentos ao autoritarismo.

○ **8. (ENEM)** Após a Independência, integramo-nos como exportadores de produtos primários à divisão internacional do trabalho, estruturada ao redor da Grã-Bretanha. O Brasil especializou-se na produção, com braço escravo importado da África, de plantas tropicais para a Europa e a América do Norte. Isso atrasou o desenvolvimento de nossa economia por pelo menos uns oitenta anos. Éramos um país essencialmente agrícola e tecnicamente atrasado por depender de produtores cativos. Não se poderia confiar a trabalhadores forçados outros instrumentos de produção que os mais toscos e baratos.

O atraso econômico forçou o Brasil a se voltar para fora. Era do exterior que vinham os bens de consumo que fundamentavam um padrão de vida “civilizado”, marca que distinguia as classes cultas e “naturalmente” dominantes do povaréu primitivo e miserável. [...] E de fora vinham também os capitais que permitiam iniciar a construção de uma infraestrutura de serviços urbanos, de energia, transportes e comunicações.

Paul Singer. *Evolução da economia e vinculação internacional*. In: I. Sachs; J. Willheim; P. S. Pinheiro (Orgs.). *Brasil: um século de transformações*. São Paulo: Cia. das Letras, 2001, p. 80.

Levando-se em consideração as afirmações acima, relativas à estrutura econômica do Brasil por ocasião da independência política (1822), é correto afirmar que o país:

- a) se industrializou rapidamente devido ao desenvolvimento alcançado no período colonial.
- b) extinguiu a produção colonial baseada na escravidão e fundamentou a produção no trabalho livre.
- c) se tornou dependente da economia europeia por realizar tardiamente sua industrialização em relação a outros países.
- d) se tornou dependente do capital estrangeiro, que foi introduzido no país sem trazer ganhos para a infraestrutura de serviços urbanos.
- e) teve sua industrialização estimulada pela Grã-Bretanha, que investiu capitais em vários setores produtivos.



○ **9. (ENEM-2020)** “Depois da Independência, em 1822, o país enfrentaria problemas que com frequência emergiram durante a formação dos Estados nacionais da América Latina. Em muitas regiões do Brasil, essas divergências foram acompanhadas de revoltas, inclusive contra o imperador D. Pedro I. Com a abdicação deste, em 1831, o país atravessaria tempos ainda mais turbulentos sob o regime regencial.”

(REIS, J. J. *Rebelião escrava no Brasil: a história do Levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Cia. das Letras, 2003 (adaptado).)

A instabilidade política no país, ao longo dos períodos mencionados, foi decorrente da(s):

- a) disputas entre as tendências unitarista e federalista.
- b) tensão entre as forças do Exército e Marinha nacional.
- c) dinâmicas demográficas nas fronteiras amazônica e platina.
- d) extensão do direito de voto aos estrangeiros e ex-escravos.
- e) reivindicações da ex-metrópole nas esferas comercial e diplomática.

○ **10. (ENEM)** Após a abdicação de D. Pedro I, o Brasil atravessou um período marcado por inúmeras crises: as diversas forças políticas lutavam pelo poder, e as reivindicações populares eram por melhores condições de vida e pelo direito de participação na vida política do país. Os conflitos representavam também o protesto contra a centralização do governo. Nesse período, ocorreu também a expansão da cultura cafeeira e o surgimento do poderoso grupo dos “barões do café”, para o qual era fundamental a manutenção da escravidão e do tráfico negreiro.

O contexto do Período Regencial foi marcado:

- a) por revoltas populares que reclamavam a volta da monarquia.
- b) por várias crises e pela submissão das forças políticas ao poder central.
- c) pela luta entre os principais grupos políticos que reivindicavam melhores condições de vida.
- d) pelo governo dos chamados regentes, que promoveram a ascensão social dos “barões do café”.
- e) pela convulsão política e por novas realidades econômicas que exigiam o reforço de velhas realidades sociais.

○ **11. (ENEM)** Uns viam na abdicação uma verdadeira revolução, sonhando com um governo de conteúdo republicano; outros exigiam o respeito à Constituição, esperando alcançar, assim, a consolidação da Monarquia. Para alguns, somente uma Monarquia centralizada seria capaz de preservar a integridade territorial do Brasil; outros permaneciam ardorosos defensores de uma organização federativa, à semelhança da jovem República norte-americana. Havia aqueles que imaginavam que somente um Poder Executivo forte seria capaz de garantir e preservar a ordem vigente; assim como havia os que eram favoráveis à atribuição de amplas prerrogativas à Câmara dos Deputados, por entenderem que somente ali estariam representados os interesses das diversas províncias e regiões do Império.

VMATTOS, I. R.; GONÇALVES, M. A. *O Império da boa sociedade: a consolidação do Estado imperial brasileiro*. São Paulo: Atual, 1991 (adaptado).

O cenário descrito revela a seguinte característica política do período regencial:

- a) Instalação do regime parlamentar.
- b) Realização de consultas populares.
- c) Indefinição das bases institucionais.
- d) Limitação das instâncias legislativas.
- e) Radicalização das disputas eleitorais.

○ **12. (ENEM)** A Regência iria enfrentar uma série de rebeliões nas províncias, marcadas pela reação das elites locais contra o centralismo monárquico levado a efeito pelos interesses dos setores ligados ao café da Corte, como a Cabanagem, no Pará, a Balaiada, no Maranhão, e a Sabinada, na Bahia. Mas, de todas elas, a Revolução Farroupilha era aquela que mais preocuparia, não só pela sua longa duração como pela sua situação fronteiriça da província do Rio Grande, tradicionalmente a garantidora dos limites e dos interesses antes lusitanos e agora nacionais do Prata.

PESAVENTO, S. J. *Farrapos com a faca na bota*. In: FIGUEIREDO, L. *História do Brasil para ocupados*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2013.

A característica regional que levou uma das revoltas citadas a ser mais preocupante para o governo central era a:

- a) autonomia bélica local.
- b) coesão ideológica radical.
- c) liderança política situacionista.
- d) produção econômica exportadora.
- e) localização geográfica estratégica.

○ **13. (ENEM)** O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter brasileiro. Em certo sentido, a estrutura dessa instituição, pelo menos como projeto, reproduzia o modelo centralizador imperial. Assim, enquanto na Corte localizava-se a sede, nas províncias deveria haver os respectivos institutos regionais. Estes, por sua vez, enviariam documentos e relatos regionais para a capital.

DEL PRIORE, M.; VENÂNCIO, R. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2010 (adaptado).

De acordo com o texto, durante o reinado de D. Pedro II, o referido instituto objetivava:

- a) construir uma narrativa de nação.
- b) debater as desigualdades sociais.
- c) combater as injustiças coloniais.
- d) defender a retórica do abolicionismo.
- e) evidenciar uma diversidade étnica.

Anotações:



○ 14. (ENEM)



Xilografia, 1869. O indígena, representando o Império, coroa com louros o monarca.

Com seu manto real em verde e amarelo, as cores da casa dos Habsburgo e Bragança, mas que lembravam também os tons da natureza do “Novo Mundo”, cravejado de estrelas representando o Cruzeiro do Sul e, finalmente, com o cabeção de penas de papo de tucano em volta do pescoço, D. Pedro II foi coroado imperador do Brasil. O monarca jamais foi tão tropical. Entre muitos ramos de café e tabaco, coroado como um César em meio a coqueiros e paineiras, D. Pedro transformava-se em sinônimo da nacionalidade.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

No Segundo Reinado, a Monarquia brasileira recorreu ao simbolismo de determinadas figuras e alegorias. A análise da imagem e do texto revela que o objetivo de tal estratégia era:

- a) exaltar o modelo absolutista e despótico.
- b) valorizar a mestiçagem africana e nativa.
- c) reduzir a participação democrática e popular.
- d) mobilizar o sentimento patriótico e antilusitano.
- e) obscurecer a origem portuguesa e colonizadora.

○ 15. (ENEM) Enquanto as rebeliões agitavam o país, as tendências políticas no centro dirigente iam se definindo. Apareciam em germe os dois grandes partidos imperiais — o Conservador e o Liberal. Os conservadores reuniam magistrados, burocratas, uma parte dos proprietários rurais, especialmente do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, e os grandes comerciantes, entre os quais muitos portugueses. Os liberais agrupavam a pequena classe média urbana, alguns padres e proprietários rurais de áreas menos tradicionais, sobretudo de São Paulo, Minas e Rio Grande do Sul.

FAUSTO, B. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1998.

No texto, o autor compara a composição das forças políticas que atuaram no Segundo Reinado (1840-1889). Dois aspectos que caracterizam os partidos Conservador e Liberal estão indicados, respectivamente, em:

- a) Abolição da escravidão - Adoção do trabalho assalariado
- b) Difusão da industrialização - Conservação do latifúndio monocultor
- c) Promoção do protecionismo - Remoção das barreiras alfandegárias
- d) Preservação do unitarismo - Ampliação da descentralização provincial
- e) Implementação do republicanismo - Continuação da monarquia constitucional

○ 16. (ENEM) Eleições, no Império, eram um acontecimento muito especial. Nesses dias o mais modesto cidadão vestia sua melhor roupa, ou a menos surrada, e exibia até sapatos, peças do vestuário tão valorizadas entre aqueles que pouco tinham. Em contraste com essa maioria, vestimentas de gala de autoridades civis, militares e eclesiásticas – tudo do bom e do melhor compunha a indumentária de quem era mais que um cidadão qualquer e queria exibir em público essa sua privilegiada condição.

CAVANI, S. *Às urnas, cidadãos!* In: Revista de História da Biblioteca Nacional. Ano 3, nº 26, nov. 2007.

No Brasil do século XIX, a noção de cidadania estava vinculada à participação nos processos eleitorais. As eleições revelavam um tipo de cidadania carente da igualdade jurídica defendida nesse mesmo período por muitos movimentos europeus herdeiros do Iluminismo devido à:

- a) exclusão dos analfabetos, que impedia a maioria da população de participar das eleições.
- b) raridade das eleições, que criava apenas a ilusão de participação entre os cidadãos.
- c) vigência da Constituição do Império, que definia como cidadãos apenas aqueles que eram eleitos.
- d) presença do Poder Moderador, que significava, na prática, a inutilidade das eleições legislativas.
- e) existência do voto censitário, que reafirmava as hierarquias sociais.

○ 17. (ENEM) Poucos países têm uma história eleitoral tão rica quanto a do Brasil. Durante o período colonial, a população das vilas e cidades elegia os representantes dos Conselhos Municipais. As primeiras eleições gerais para escolha dos representantes à Corte de Lisboa ocorreram em 1821. Desde 1824, quando aconteceu a primeira eleição pós-independência, foram eleitas 52 legislaturas para a Câmara dos Deputados. E, somente durante o Estado Novo (1937-1945), as eleições para a Câmara foram suspensas.

NICOLAU, J. *História do voto no Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004 (adaptado)

Embora o Brasil tenha um longo histórico de eleições para o Poder Legislativo, em diversas oportunidades, os pleitos ocorreram com sérias restrições ao pleno exercício da cidadania. Um período da história brasileira com eleições legislativas e uma restrição à cidadania política estão elencados, respectivamente, em:

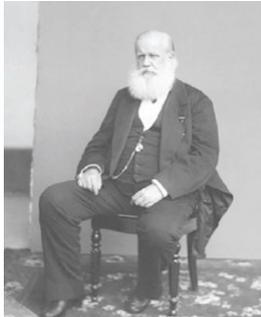
- a) I Reinado (1822-1831) - exclusão dos analfabetos
- b) II Reinado (1840-1889) - exigência de renda
- c) Primeira República (1889-1930) - exclusão dos escravos
- d) República Liberal (1945-1964) - exigência de curso superior
- e) Nova República (após 1985) - exclusão das mulheres



18. (ENEM)



MOREAUX, F. R. *Proclamação da Independência*.



FERREZ, M. D. Pedro II.

SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.

Disponível em: www.brasill.org.br/. Acesso em: 14 Jun. 2016.

As imagens, que retratam D. Pedro I e D. Pedro II, procuram transmitir determinadas representações políticas acerca dos dois monarcas e seus contextos de atuação. A ideia que cada imagem evoca é, respectivamente:

- a) habilidade militar - riqueza pessoal
- b) liderança popular - estabilidade política
- c) instabilidade econômica - herança europeia
- d) isolamento político - centralização do poder
- e) nacionalismo exarcebado - inovação administrativa

19. (ENEM)



SCHWARCZ, L. M. *As barbas do imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

Essas imagens de D. Pedro II foram feitas no início dos anos de 1850, pouco mais de uma década após o Golpe da Maioridade. Considerando o contexto histórico em que foram produzidas e os elementos simbólicos destacados, essas imagens representavam um:

- a) jovem imaturo que agiria de forma irresponsável.
- b) imperador adulto que governaria segundo as leis.
- c) líder guerreiro que comandaria as vitórias militares.
- d) soberano religioso que acataria a autoridade papal.
- e) monarca absolutista que exerceria seu autoritarismo.

20. (ENEM) A linhagem dos primeiros críticos ambientais brasileiros não praticou o elogio laudatório da beleza e da grandeza do meio natural brasileiro. O meio natural foi elogiado por sua riqueza e potencial econômico, sendo sua destruição interpretada como um signo de atraso, ignorância e falta de cuidado.

PADUA, J. A. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888)*. Rio de Janeiro: Zahar, 2002 (adaptado).

Descrevendo a posição dos críticos ambientais brasileiros dos séculos XVIII e XIX, o autor demonstra que, via de regra, eles viam o meio natural como:

- a) ferramenta essencial para o avanço da nação.
- b) dádiva divina para o desenvolvimento industrial.
- c) paisagem privilegiada para a valorização fundiária.
- d) limitação topográfica para a promoção da urbanização.
- e) obstáculo climático para o estabelecimento da civilização.

21. (ENEM) As camadas dirigentes paulistas, na segunda metade do século XIX, recorriam à história e à figura dos bandeirantes. Para os paulistas, desde o início da colonização, os habitantes de Piratininga (antigo nome de São Paulo) tinham sido responsáveis pela ampliação do território nacional, enriquecendo a metrópole portuguesa com o ouro e expandindo suas possessões. Graças à integração territorial que promoveram, os bandeirantes eram tidos ainda como fundadores da unidade nacional. Representavam a lealdade à província de São Paulo e ao Brasil.

ABUD, K. M. *Paulistas, uni-vos!* Revista de História da Biblioteca Nacional, n. 34, 1 jul. 2008 (adaptado)

No período da história nacional analisado, a estratégia descrita tinha como objetivo:

- a) promover o pioneirismo industrial pela substituição de importações.
- b) questionar o governo regencial após a descentralização administrativa.
- c) recuperar a hegemonia perdida com o fim da política do café com leite.
- d) aumentar a participação política em função da expansão cafeeira.
- e) legitimar o movimento abolicionista durante a crise do escravismo.

22. (ENEM) Com a Lei de Terras de 1850, o acesso à terra só passou a ser possível por meio da compra com pagamento em dinheiro. Isso limitava, ou mesmo praticamente impedia, o acesso à terra para os trabalhadores escravos que conquistavam a liberdade.

OLIVEIRA, A. U. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In: ROSS, J. L. S. *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2009.

O fato legal evidenciado no texto acentuou o processo de:

- a) reforma agrária.
- b) expansão mercantil.
- c) concentração fundiária.
- d) desruralização da elite.
- e) mecanização da produção.



○ 23. (ENEM) Lei n. 601, de 18 de setembro de 1850

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil: Fazemos saber, a todos os nossos súditos, que a Assembleia Geral decretou, e nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra.

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 8 ago. 2014 (adaptado).

Considerando a conjuntura histórica, o ordenamento jurídico abordado resultou na:

- a) mercantilização do trabalho livre.
- b) retração das fronteiras agrícolas.
- c) demarcação dos territórios indígenas.
- d) concentração da propriedade fundiária.
- e) expropriação das comunidades quilombolas.

○ 24. (ENEM)

Estimativa do número de escravos africanos desembarcados no Brasil entre os anos de 1846 a 1852

Ano	Número de escravos africanos desembarcados no Brasil
1846	64 262
1847	75 893
1848	76 338
1849	70 827
1850	37 672
1851	7 058
1852	1 234

Disponível em: www.slavevoyages.org. Acesso em: 24 fev. 2012 (adaptado).

A mudança apresentada na tabela é reflexo da Lei Eusébio de Queiroz, que, em 1850:

- a) aboliu a escravidão no território brasileiro.
- b) definiu o tráfico de escravos como pirataria.
- c) elevou as taxas para importação de escravos.
- d) libertou os escravos com mais de 60 anos.
- e) garantiu o direito de alforria aos escravos.

○ 25. (ENEM) A cessação do tráfico lançou sobre a escravidão uma sentença definitiva. Mais cedo ou mais tarde estaria extinta, tanto mais quanto os índices de natalidade entre os escravos eram extremamente baixos, e os de mortalidade, elevados. Era necessário melhorar as condições de vida da escravaria existente e, ao mesmo tempo, pensar numa outra solução para o problema da mão de obra.

COSTA, E. V. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 2010.

Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz determinou a extinção do tráfico transatlântico de cativos e colocou em evidência o problema da falta de mão de obra para a lavoura. Para os cafeicultores paulistas, a medida que representou uma solução efetiva desse problema foi o(a):

- a) valorização dos trabalhadores nacionais livres.
- b) busca por novas fontes fornecedoras de cativos.
- c) desenvolvimento de uma economia urbano-industrial.
- d) incentivo à imigração europeia.
- e) escravização das populações indígenas.

○ 26. (ENEM) “Durante os anos de 1854-55, o governo brasileiro – por meio de sua representação diplomática em Londres – e os livre-cambistas ingleses – nas colunas do Daily News e na Câmara dos Comuns – aumentaram a pressão pela revogação da Lei Aberdeen. O governo britânico, entretanto, ainda receava que, sem um tratado anglo-brasileiro satisfatório para substituí-la, não haveria nada que impedisse os brasileiros de um dia voltarem aos seus velhos hábitos.”

(BETHELL, L. A abolição do comércio brasileiro de escravos. Brasília: Senado Federal, 2002 (adaptado).)

As tensões diplomáticas expressas no texto indicam o interesse britânico em:

- a) estabelecer jurisdição conciliadora.
- b) compartilhar negócios marítimos.
- c) fomentar políticas higienistas.
- d) manter a proibição comercial.
- e) promover o negócio familiar.

○ 27. (ENEM)



Antonio Rocco. *Os imigrantes*, 1910, Pinacoteca do Estado de São Paulo.

Um dia, os imigrantes aglomerados na amurada da proa chegavam à fedentina quente de um porto, num silêncio de mato e de febre amarela. Santos. – É aqui! Buenos Aires é aqui! – Tinham trocado o rótulo das bagagens, desciam em fila. Faziam suas necessidades nos trens dos animais onde iam. Jogavam-nos num pavilhão comum em São Paulo. – Buenos Aires é aqui! – Amontoados com trouxas, sanfonas e baús, num carro de bois, que pretos guiavam através do mato por estradas esburacadas, chegavam uma tarde nas senzalas donde acabava de sair o braço escravo. Formavam militarmente nas madrugadas do terreiro homens e mulheres, ante feitores de espingarda ao ombro.

Oswald de Andrade. *Marco Zero II – Chão*. Rio de Janeiro: Globo, 1991.

Levando-se em consideração o texto de Oswald de Andrade e a pintura de Antonio Rocco reproduzida acima, relativos à imigração europeia para o Brasil, é correto afirmar que:

- a) a visão da imigração presente na pintura é trágica e, no texto, otimista.
- b) a pintura confirma a visão do texto quanto à imigração de argentinos para o Brasil.
- c) os dois autores retratam dificuldades dos imigrantes na chegada ao Brasil.
- d) Antonio Rocco retrata de forma otimista a imigração, destacando o pioneirismo do imigrante.
- e) Oswald de Andrade mostra que a condição de vida do imigrante era melhor que a dos ex-escravos.



○ 28. (ENEM) A dependência regional maior ou menor da mão de obra escrava teve reflexos políticos importantes no encaminhamento da extinção da escravatura. Mas a possibilidade e a habilidade de lograr uma solução alternativa – caso típico de São Paulo – desempenharam, ao mesmo tempo, papel relevante.

FAUSTO, B. História do Brasil. São Paulo: EdUSP, 2000.

A crise do escravismo expressava a difícil questão em torno da substituição da mão de obra, que resultou:

- na constituição de um mercado interno de mão de obra livre, constituído pelos libertos, uma vez que a maioria dos imigrantes se rebelou contra a superexploração do trabalho.
- no confronto entre a aristocracia tradicional, que defendia a escravidão e os privilégios políticos, e os cafeicultores, que lutavam pela modernização econômica com a adoção do trabalho livre.
- no “branqueamento” da população, para afastar o predomínio das raças consideradas inferiores e concretizar a ideia do Brasil como modelo de civilização dos trópicos.
- no tráfico interprovincial dos escravos das áreas decadentes do Nordeste para o Vale do Paraíba, para a garantia da rentabilidade do café.
- na adoção de formas disfarçadas de trabalho compulsório com emprego dos libertos nos cafezais paulistas, uma vez que os imigrantes foram trabalhar em outras regiões do país.

○ 29. (ENEM) Ninguém desconhece a necessidade que todos os fazendeiros têm de aumentar o número de seus trabalhadores. E como até há pouco supriam-se os fazendeiros dos braços necessários? As fazendas eram alimentadas pela aquisição de escravos, sem o menor auxílio pecuniário do governo. Ora, se os fazendeiros se supriam de braços à sua custa, e se é possível obtê-los ainda, posto que de outra qualidade, por que motivo não hão de procurar alcançá-los pela mesma maneira, isto é, à sua custa?

Resposta de Manuel Felizardo de Souza e Mello, diretor geral das terras Públicas, ao Senador Vergueiro. In: ALENCASTRO, I. F. (Org.) História da vida privada no Brasil. São Paulo: Cia. das Letras, 1998 (adaptado).

O fragmento do discurso dirigido ao parlamentar do Império refere-se às mudanças então em curso no campo brasileiro, que confrontam o Estado e a elite agrária em torno do objetivo de:

- fomentar ações públicas para ocupação das terras do interior.
- adotar o regime assalariado para proteção da mão de obra estrangeira.
- definir uma política de subsídio governamental para fomento da imigração.
- regulamentar o tráfico interprovincial de cativos para sobrevivência das fazendas.
- financiar a fixação de famílias camponesas para estímulo da agricultura de subsistência.

○ 30. (ENEM)

TEXTO I

O maior dos desenganos sofridos pelos imigrantes foi o fato de que os sonhos criados pela imaginação fértil em sua terra natal não foram possíveis de serem realizados de pronto. Haviam se tornado grandes proprietários de terra, mas estavam escravizados a ela. Cada qual era escravo da floresta virgem, que chamavam de sua propriedade, e do duro trabalho a que estavam obrigados pela posse da mata, pois, se eles não a vencessem, seriam vencidos por ela. Haviam de lutar, para que, com o tempo e a custa de muito esforço, fosse possível tornarem-se senhores de suas rendas e homens livres.

RAMBO, B. A fisionomia do Rio Grande do Sul (1942). São Leopoldo: Editora Unisinos, 2000 (adaptado).

TEXTO II

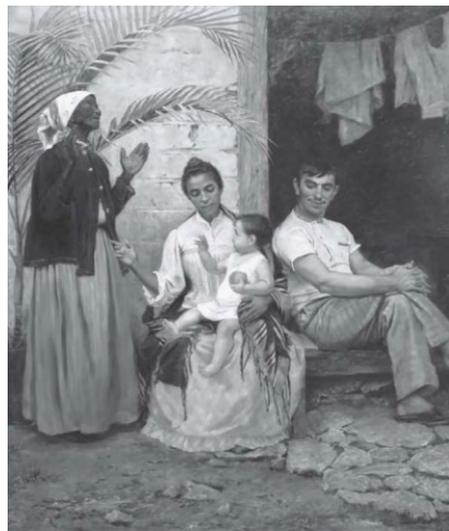
A expansão das colônias transformou-se bem cedo numa verdadeira corrida para a mata virgem. Uma série de fenômenos naturais e sociais se deve a esse fato. Antes de tudo, é o desmatamento progressivo da falda da serra. Praticamente todos os terrenos já perderam sua capa silvática; o que resta são os trechos imprestáveis nos flancos mais íngremes e rochosos das montanhas e as cintas de mato que ladeiam os degraus da serra. Capoeiras e matos secundários sujos caracterizam a estrada trilhada pela agricultura de exploração dos cem anos passados.

GRESSLER, P. Os velhos Grassier. Candelária: Tipografia Francisco Schmidt, 1949.

De acordo com os textos, a relação dos colonos com os ecossistemas, no processo de ocupação da região Sul do país, caracterizava-se pelo(a):

- necessidade de ocupação e de exploração da natureza, sem levar em conta os danos causados ao meio ambiente.
- degradação de parte da floresta subtropical, em função do uso de ferramentas e técnicas que permitiam o uso sustentável da terra.
- desmatamento da mata de araucária, já que os imigrantes alemães e poloneses chegaram em massa à Região Sul, causando grande impacto ambiental.
- desflorestamento da região pelo desenvolvimento da atividade pecuária, promovendo a ocupação extensiva da terra e sua preparação como pasto.
- supremacia da natureza sobre a ação do homem, pois a demora e a dificuldade de adaptação ao solo possibilitaram que o desmatamento não causasse danos permanentes ao ecossistema.

○ 31. (ENEM)



BROCOS, R. A redenção de Cam, 1895. Disponível em: <http://mnba.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2013.

Na imagem, o autor procura representar as diferentes gerações de uma família associada a uma noção consagrada pelas elites intelectuais da época, que era a de:

- defesa da democracia racial.
- idealização do universo rural.
- crise dos valores republicanos.
- constatação do atraso sertanejo.
- embranquecimento da população.



○ **32. (ENEM)** Art. 1º – O estrangeiro que, por qualquer motivo, comprometer a segurança nacional ou a tranquilidade pública, pode ser expulso de parte ou de todo o território nacional.

Art. 2º – São também causas bastantes para a expulsão:

1a) a condenação ou processo pelos tribunais estrangeiros por crimes ou delitos de natureza comum;

2a) duas condenações, pelo menos, pelos tribunais brasileiros, por crimes ou delitos de natureza comum;

3a) a vagabundagem, a mendicidade e o lenocínio competentemente verificados.

BRASIL. Lei 1.641, de 7 de janeiro de 1907. Disponível em: www2.camara.leg.br. Acesso em: 29 ago. 2012 (adaptado).

No início do século XX, na transição do trabalho escravo para o livre, os objetivos da legislação citada eram:

a) disciplinar o trabalhador e evitar sua participação em movimentos políticos contrários ao governo.

b) estabelecer as condições para a vinda dos imigrantes e definir as regiões que seriam ocupadas.

c) demonstrar preocupação com as condições de trabalho e favorecer a organização sindical.

d) criar condições políticas para a imigração e isolar os imigrantes socialmente indesejáveis.

e) estimular o trabalho urbano e disciplinar as famílias estrangeiras nas fábricas.

○ **33. (ENEM)** O número cada vez maior de mulheres letradas e interessadas pela literatura e pelas novelas, muitas divulgadas em capítulos, seções, classificadas comumente como folhetim, alçou a um gênero de ficção corrente já em 1840, fazendo parte do florescimento da literatura nacional brasileira, instigando a formação e a ampliação de um público leitor feminino, ávido por novidades, pelo apelo dos folhetins e “narrativas modernas” que encenavam “os dramas e os conflitos de uma mulher em processo de transformação patriarcal e provinciana que, progressivamente, começava a se abrir para modernizar seus costumes”. No Segundo Reinado, as mulheres foram se tornando público determinante na construção da literatura e da imprensa nacional. E não apenas público, porquanto crescerá o número de escritoras que colaboram para isso e emergirá uma imprensa feminina, editada, escrita e dirigida por e para mulheres.

ABRANTES, A. Do álbum de família à vitrine impressa: trajetões de retratos (PB, 1920). Revista Temas em Educação, n. 24, 2015 (adaptado).

O registro das atividades descritas associa a inserção da figura feminina nos espaços de leitura e escrita do Segundo Reinado ao(à)

a) surgimento de novas práticas culturais.

b) contestação de antigos hábitos masculinos.

c) valorização de recentes publicações juvenis.

d) circulação de variados manuais pedagógicos.

e) aparecimento de diversas editoras comerciais.

○ **34. (ENEM)** O suíço Thomas Davatz chegou a São Paulo em 1855 para trabalhar como colono na fazenda de café Ibicaba, em Campinas. A perspectiva de prosperidade que o atraiu para o Brasil deu lugar a insatisfação e revolta, que ele registrou em livro. Sobre o percurso entre o porto de Santos e o planalto paulista, escreveu Davatz: “As estradas do Brasil, salvo em alguns trechos, são péssimas. Em quase toda parte, falta qualquer espécie de calçamento ou mesmo de saibro. Constam apenas de terra simples, sem nenhum benefício. É fácil prever que nessas estradas não se encontram estalagens e hospedarias como as da Europa. Nas cidades maiores, o viajante pode naturalmente encontrar aposento sofrível; nunca, porém, qualquer coisa de comparável à comodidade que proporciona na Europa qualquer estalagem rural. Tais cidades são, porém, muito poucas na distância que vai de Santos a Ibicaba e que se percorre em cinquenta horas no mínimo”.

Em 1867 foi inaugurada a ferrovia ligando Santos a Jundiaí, o que abreviou o tempo de viagem entre o litoral e o planalto para menos de um dia. Nos anos seguintes, foram construídos outros ramais ferroviários que articularam o interior cafeeiro ao porto de exportação, Santos.

DAVATZ, T. Memórias de um colono no Brasil. São Paulo: Livraria Martins, 1941 (adaptado).

O impacto das ferrovias na promoção de projetos de colonização com base em imigrantes europeus foi importante, porque:

a) o percurso dos imigrantes até o interior, antes das ferrovias, era feito a pé ou em muare; no entanto, o tempo de viagem era aceitável, uma vez que o café era plantado nas proximidades da capital, São Paulo.

b) a expansão da malha ferroviária pelo interior de São Paulo permitiu que mão de obra estrangeira fosse contratada para trabalhar em cafezais de regiões cada vez mais distantes do porto de Santos.

c) o escoamento da produção de café se viu beneficiado pelos aportes de capital, principalmente de colonos italianos, que desejavam melhorar sua situação econômica.

d) os fazendeiros puderam prescindir da mão de obra europeia e contrataram trabalhadores brasileiros provenientes de outras regiões para trabalhar em suas plantações.

e) as notícias de terras acessíveis atraíram para São Paulo grande quantidade de imigrantes, que adquiriram vastas propriedades produtivas.

Anotações:



○ 35. (ENEM)



Foto de Militão, São Paulo, 1879. ALENCASTRO, L. F. (org). História da vida privada no Brasil. Império: a corte e a modernidade nacional. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

Que aspecto histórico da escravidão no Brasil do séc. XIX pode ser identificado a partir da análise do vestuário do casal retratado acima?

- a) O uso de trajas simples indica a rápida incorporação dos ex-escravos ao mundo do trabalho urbano.
- b) A presença de acessórios como chapéu e sombrinha aponta para a manutenção de elementos culturais de origem africana.
- c) O uso de sapatos é um importante elemento de diferenciação social entre negros libertos ou em melhores condições na ordem escravocrata.
- d) A utilização do paletó e do vestido demonstra a tentativa de assimilação de um estilo europeu como forma de distinção em relação aos brasileiros.
- e) A adoção de roupas próprias para o trabalho doméstico tinha como finalidade demarcar as fronteiras da exclusão social naquele contexto.

Anotações:

○ 36. (ENEM)



EIGENHEER, E. M. Lixo: a limpeza urbana através dos tempos. Porto Alegre: Gráfica Palloti, 2009.

Texto II – “A repugnante tarefa de carregar lixo e os dejetos da casa para as praças e praias era geralmente destinada ao único escravo da família ou ao de menor status ou valor. Todas as noites, depois das dez horas, os escravos conhecidos popularmente como “tigres” levavam tubos ou barris de excremento e lixo sobre a cabeça pelas ruas do Rio.”

(KARACH, M. C. A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850. Rio de Janeiro: Cia. das Letras, 2000.)

A ação representada na imagem e descrita no texto evidencia uma prática do cotidiano nas cidades no Brasil nos séculos XVIII e XIX caracterizada pela:

- a) valorização do trabalho braçal.
- b) reiteração das hierarquias sociais.
- c) sacralização das atividades laborais.
- d) superação das exclusões econômicas.
- e) ressignificação das heranças religiosas.

○ 37. (ENEM) No dia 16 de agosto passado, fugiu da Companhia de Mineração do Cuiabá o escravo de nome Severino, de 19 anos de idade, cabra, claro, estatura mais que regular, boa figura, bons dentes, e tem um sinal de cortadora de uma polegada pouco mais ou menos na testa. Levou chapéu de palha trançado, 1 par de calças azuis, paletó preto, camisa branca, e outras roupas. Está armado de uma pistola pequena de algibeira e uma faca de ponta. Gratifica-se com a quantia acima de 100\$000 a quem o apreender e levá-lo a seu senhor, residente em Sabará, ou o puser em qualquer cadeia da província.

Sabará, 2 de outubro de 1880.

Jornal A Província de Minas, Ouro Preto, edição 26, 18 dez.1880.

O anúncio de jornal sobre a fuga do escravo Severino mostra um aspecto importante do escravismo brasileiro. Qual das seguintes afirmações expressa tal aspecto?

- a) As alforrias, no sistema escravista brasileiro, eram obtidas tanto pelo livre consentimento do senhor quanto pela compra.
- b) As fugas de escravos eram duramente reprimidas pelo Estado e pelos senhores de escravos.
- c) O movimento abolicionista teve papel fundamental para o fim da escravidão.
- d) O paternalismo da escravidão brasileira gerava a preocupação do senhor em conseguir encontrar seu escravo em fuga.
- e) Os quilombos eram organizações revolucionárias voltadas para o combate ao sistema escravista brasileiro.



○ 38. (ENEM) “As canções dos escravos tornaram-se espetáculos em eventos sociais e religiosos organizados pelos senhores e chegaram a ser cantadas e representadas, ao longo do século XIX, de forma estereotipada e depreciativa, pelos *blackfaces* dos Estados Unidos e Cuba, e pelos teatros de revista do Brasil. As canções escravas, sob a forma de cakewalks ou lundus, despontavam frequentemente no promissor mercado de partituras musicais, nos salões, nos teatros e até mesmo na nascente indústria fonográfica — mas não necessariamente seus protagonistas negros. O mundo do entretenimento e dos empresários musicais atlânticos produziu atraentes diversões dançantes com base em gêneros e ritmos identificados com a população negra das Américas.”

(ABREU, M. O legado das canções escravas nos Estados Unidos e no Brasil: diálogos musicais no pós-abolição. Revista Brasileira de História, n. 69, jan.-jun. 2015.)

A absorção de elementos da vivência escrava pela nascente indústria do lazer, como demonstrada no texto, caracteriza-se como:

- a) ação afirmativa.
- b) missão civilizatória.
- c) desobediência civil.
- d) apropriação cultural.
- e) comportamento xenofóbico.

○ 39. (ENEM)

Escravo fugido

No dia 8 de Outubro do anno proximo passado fugio da fazenda do Bom Retiro, propriedade do dr. Francisco Antonio de Araújo, o escravo José, pardo claro, de 22 annos de idade, estatura regular, cheio de corpo, com a falta de um dente na frente do lado superior, cabellos avermelhados, orelha roxa, falla macia, e andar vagaroso. Intitula-se forro, e quando fugio a primeira vez esteve contratado como camarada em uma fazenda em Capivary.

Quem o aprehender e entregar ao seu senhor no Amparo, ou o recolher a cadêa em qualquer parte será bem gratificado, e protesta-se com todo o rigor da lei contra quem o ac outar.

15 - 13

Escravo fugido. Jornal Correio Paulistano, 13 de abril de 1879. Disponível em: <http://bndigital.bn.gov.br>. Acesso em: 2 ago. 2019 (adaptado)

No anúncio publicado na segunda metade do século XIX, qual a estratégia de resistência escrava apresentada?

- a) Criação de relações de trabalho.
- b) Fundação de territórios quilombolas.
- c) Suavização da aplicação de normas.
- d) Regularização das funções da remuneradas.
- e) Constituição de economia de subsistência.

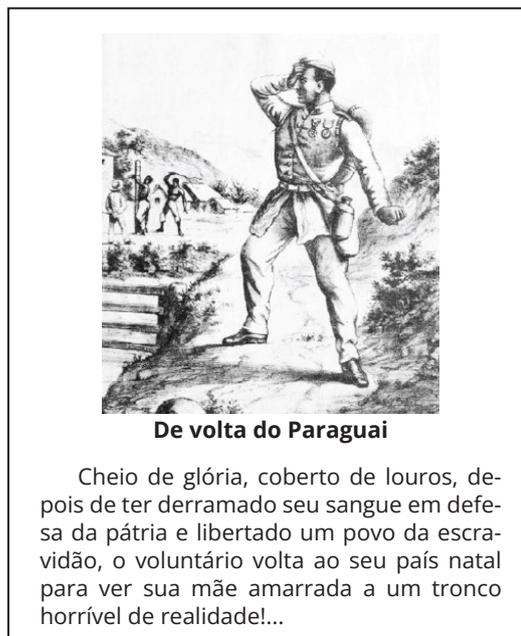
○ 40. (ENEM) Os escravos, obviamente, dispunham de poucos recursos políticos, mas não desconheciam o que se passava no mundo dos poderosos. Aproveitaram-se das divisões entre estes, selecionaram temas que lhes interessavam do ideário liberal e anti-colonial, traduziram e emprestaram significados próprios às reformas operadas no escravismo brasileiro ao longo do século XIX.

REIS, J. J. Nos achamos em campo a tratar da liberdade: a resistência negra no Brasil oitocentista. In: MOTA, C. G. (Org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira (1500-2000)*. São Paulo: Senac, 1999.

Ao longo do século XIX, os negros escravizados construíram variadas formas para resistir à escravidão no Brasil. A estratégia de luta citada no texto baseava-se no aproveitamento das:

- a) estruturas urbanas como ambiente para escapar do cativeiro.
- b) dimensões territoriais como elemento para facilitar as fugas.
- c) limitações econômicas como pressão para o fim do escravismo.
- d) contradições políticas como brecha para a conquista da liberdade.
- e) ideologias originárias como artifício para resgatar as raízes africanas.

○ 41. (ENEM)



De volta do Paraguaí

Cheio de glória, coberto de louros, depois de ter derramado seu sangue em defesa da pátria e libertado um povo da escravidão, o voluntário volta ao seu país natal para ver sua mãe amarrada a um tronco horrível de realidade!...

AGOSTINI. A vida fluminense, ano 3, nº 128, 11 jun. 1870. In: LEMOS, R. (Org.). *Uma história do Brasil através da caricatura (1840-2001)*. Rio de Janeiro: Letras & Expressões, 2001 (adaptado).

Na charge, identifica-se uma contradição no retorno de parte dos “Voluntários da Pátria” que lutaram na Guerra do Paraguaí (1864-1870), evidenciada na:

- a) negação da cidadania aos familiares cativos.
- b) concessão de alforrias aos militares escravos.
- c) perseguição dos escravistas aos soldados negros.
- d) punição dos feitores aos recrutados compulsoriamente.
- e) suspensão das indenizações aos proprietários prejudicados.



○ 42. (ENEM)

Decreto-lei 3.509, de 12 de setembro de 1865

Art. 1º – O cidadão guarda-nacional que por si apresentar outra pessoa para o serviço do Exército por tempo de nove anos, com a idoneidade regulada pelas leis militares, ficará isento não só do recrutamento, senão também do serviço da Guarda Nacional. O substituído é responsável por o que o substituiu, no caso de deserção.

Arquivo Histórico do Exército. Ordem do dia do Exército, n. 455, 1865 (adaptado).

No artigo, tem-se um dos mecanismos de formação dos “Voluntários da Pátria”, encaminhados para lutar na Guerra do Paraguai. Tal prática passou a ocorrer com muita frequência no Brasil nesse período e indica o(a):

- a) forma como o Exército brasileiro se tornou o mais bem equipado da América do Sul.
- b) incentivo dos grandes proprietários à participação dos seus filhos no conflito.
- c) solução adotada pelo país para aumentar o contingente de escravos no conflito.
- d) envio de escravos para os conflitos armados, visando sua qualificação para o trabalho.
- e) fato de que muitos escravos passaram a substituir seus proprietários em troca de liberdade.

○ 43. (ENEM) “Nas cidades, os agentes sociais que se rebelavam contra o arbítrio do governo também eram proprietários de escravos. Levavam seu protesto às autoridades policiais pelo recrutamento sem permissão. Conseguimos levantar, em ocorrências policiais de 1867, na Província do Rio de Janeiro, 140 casos de escravos aprisionados e remetidos à Corte para serem enviados aos campos de batalha.”

(SOUSA, J. P. Escravidão ou morte: os escravos brasileiros na Guerra do Paraguai. Rio de Janeiro: Mauad; Adesa, 1996.)

Desconstruindo o mito dos “voluntários da pátria”, o texto destaca o descontentamento com a mobilização para a Guerra do Paraguai expresso pelo grupo dos

- a) pais, pela separação forçada dos filhos.
- b) cativos, pelo envio compulsório ao conflito.
- c) religiosos, pela diminuição da frequência aos cultos.
- d) oficiais, pelo despreparo militar dos novos recrutas.
- e) senhores, pela perda do investimento em mão de obra.

○ 44. (ENEM) Para o Paraguai, portanto, essa foi uma guerra pela sobrevivência. De todo modo, uma guerra contra dois gigantes estava fadada a ser um teste debilitante e severo para uma economia de base tão estreita. López precisava de uma vitória rápida e, se não conseguisse vencer rapidamente, provavelmente não venceria nunca.

LYNCH, J. “As Repúblicas do Prata: da Independência à Guerra do Paraguai”. BETHELL, Leslie (Org.). História da América Latina: da independência até 1870, v. III. São Paulo: EDUSP, 2004.

A Guerra do Paraguai teve consequências políticas importantes para o Brasil, pois:

- a) representou a afirmação do Exército Brasileiro como um ator político de primeira ordem.
- b) confirmou a conquista da hegemonia brasileira sobre a Bacia Platina.
- c) concretizou a emancipação dos escravos negros.
- d) incentivou a adoção de um regime constitucional monárquico.
- e) solucionou a crise financeira, em razão das indenizações recebidas.

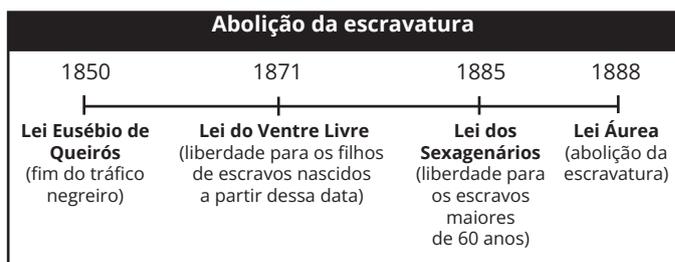
○ 45. (ENEM) A poetisa Emília Freitas subiu a um palanque, nervosa, pedindo desculpas por não possuir títulos nem conhecimentos, mas, orgulhosa, ofereceu sua pena que, “sem ser hábil, é, em compensação, guiada pelo poder da vontade”. Maria Tomásia pronunciava orações que levantavam os ouvintes. A escritora Francisca Clotilde arrebatava, declamando seus poemas. Aquelas “angélicas senhoras”, “heroínas da caridade”, levantavam dinheiro para comprar liberdades e usavam de seu entusiasmo a fim de convencer os donos de escravos a fazerem alforrias gratuitamente.

MIRANDA, A. Disponível em: www.opovoonline.com.br. Acesso em: 10 jun. 2015

As práticas culturais narradas remetem, historicamente, ao movimento:

- a) feminista.
- b) sufragista.
- c) socialista.
- d) republicano.
- e) abolicionista.

○ 46. (ENEM)



Considerando a linha do tempo acima e o processo de abolição da escravatura no Brasil, assinale a opção correta.

- a) O processo abolicionista foi rápido porque recebeu a adesão de todas as correntes políticas do país.
- b) O primeiro passo para a abolição da escravatura foi a proibição do uso dos serviços das crianças nascidas em cativeiro.
- c) Antes que a compra de escravos no exterior fosse proibida, decidiu-se pela libertação dos cativos mais velhos.
- d) Assinada pela princesa Isabel, a Lei Áurea concluiu o processo abolicionista, tornando ilegal a escravidão no Brasil.
- e) Ao abolir o tráfico negro, a Lei Eusébio de Queirós bloqueou a formulação de novas leis antiescravidão no Brasil.

Anotações:



○ 47. (ENEM) O abolicionista Joaquim Nabuco fez um resumo dos fatores que levaram à abolição da escravatura com as seguintes palavras:

“Cinco ações ou concursos diferentes cooperaram para o resultado final: 1º) o espírito daqueles que criavam a opinião pela ideia, pela palavra, pelo sentimento, e que a faziam valer por meio do Parlamento, dos *meetings* [reuniões públicas], da imprensa, do ensino superior, do púlpito, dos tribunais; 2º) a ação coercitiva dos que se propunham a destruir materialmente o formidável aparelho da escravidão, arrebatando os escravos ao poder dos senhores; 3º) a ação complementar dos próprios proprietários, que, à medida que o movimento se precipitava, iam libertando em massa as suas ‘fábricas’; 4º) a ação política dos estadistas, representando as concessões do governo; 5º) a ação da família imperial.”

Joaquim Nabuco. *Minha formação*. São Paulo: Martin Claret, 2005, p. 144 (com adaptações).

Nesse texto, Joaquim Nabuco afirma que a abolição da escravatura foi o resultado de uma luta:

- a) de ideias, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que libertavam seus escravos, de estadistas e da ação da família imperial.
- b) de classes, associada a ações contra a organização escravista, que foi seguida pela ajuda de proprietários que substituíam os escravos por assalariados, o que provocou a adesão de estadistas e, posteriormente, ações republicanas.
- c) partidária, associada a ações contra a organização escravista, com o auxílio de proprietários que mudavam seu foco de investimento e da ação da família imperial.
- d) política, associada a ações contra a organização escravista, sabotada por proprietários que buscavam manter o escravismo, por estadistas e pela ação republicana contra a realeza.
- e) religiosa, associada a ações contra a organização escravista, que fora apoiada por proprietários que haviam substituído seus escravos por imigrantes, o que resultou na adesão de estadistas republicanos na luta contra a realeza.

○ 48. (ENEM) A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tampouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. Ela poderia desaparecer, talvez, depois de uma revolução, como aconteceu na França, sendo essa revolução obra exclusiva da população livre. É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior, nem nas ruas e praças das cidades, que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade.

NABUCO, J. *O abolicionismo* (1883). Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Publifolha, 2000 (adaptado).

No texto, Joaquim Nabuco defende um projeto político sobre como deveria ocorrer o fim da escravidão no Brasil, no qual:

- a) copiava o modelo haitiano de emancipação negra.
- b) incentivava a conquista de alforrias por meio de ações judiciais.
- c) optava pela via legalista de libertação.
- d) priorizava a negociação em torno das indenizações aos senhores.
- e) antecipava a libertação paternalista dos cativos.

○ 49. (ENEM)

Texto I

Em todo o país, a lei de 13 de maio de 1888 libertou poucos negros em relação à população de cor. A maioria já havia conquistado a alforria antes de 1888, por meio de estratégias possíveis. No entanto, a importância histórica da lei de 1888 não pode ser mensurada apenas em termos numéricos. O impacto que a extinção da escravidão causou numa sociedade constituída a partir da legitimidade da propriedade sobre a pessoa não cabe em cifras.

ALBUQUERQUE, W. *O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009 (adaptado).

Texto II

Nos anos imediatamente anteriores à Abolição, a população livre do Rio de Janeiro se tornou mais numerosa e diversificada. Os escravos, bem menos numerosos que antes, e com os africanos mais aculturados, certamente não se distinguiram muito facilmente dos libertos e dos pretos e pardos livres habitantes da cidade. Também já não é razoável presumir que uma pessoa de cor seja provavelmente cativa, pois os negros libertos e livres poderiam ser encontrados em toda parte.

CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990 (adaptado).

Sobre o fim da escravidão no Brasil, o elemento destacado no Texto I que complementa os argumentos apresentados no Texto II é o(a):

- a) variedade das estratégias de resistência dos cativos.
- b) controle jurídico exercido pelos proprietários.
- c) inovação social representada pela lei.
- d) ineficácia prática da libertação.
- e) significado político da Abolição.

○ 50. (ENEM) O movimento abolicionista, que levou à libertação dos escravos pela Lei Áurea em 13 de maio de 1888, foi a primeira campanha de dimensões nacionais com participação popular. Nunca antes tantos brasileiros se haviam mobilizado de forma tão intensa por uma causa comum, nem mesmo durante a Guerra do Paraguai. Envolvendo todas as regiões e classes sociais, carregou multidões a comícios e manifestações públicas e mudou de forma dramática as relações políticas e sociais que até então vigoravam no país.

GOMES, L. 1889. São Paulo: Globo, 2013 (adaptado).

O movimento social citado teve como seu principal veículo de propagação o(a):

- a) imprensa escrita.
- b) oficialato militar.
- c) corte palaciana.
- d) clero católico.
- e) câmara de representantes.



○ **51. (ENEM)** Negro, filho de escrava e fidalgo português, o baiano Luiz Gama fez da lei e das letras suas armas na luta pela liberdade. Foi vendido ilegalmente como escravo pelo seu pai para cobrir dívidas de jogo. Sabendo ler e escrever, aos 18 anos de idade conseguiu provas de que havia nascido livre. Autodidata, advogado sem diploma, fez do direito o seu ofício e transformou-se, em pouco tempo, em proeminente advogado da causa abolicionista.

AZEVEDO, E. *O Orfeu de carapinha*. In: Revista de História. Ano 1, nº 3. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, jan. 2004 (adaptado).

A conquista da liberdade pelos afro-brasileiros, na segunda metade do séc. XIX, foi resultado de importantes lutas sociais condicionadas historicamente. A biografia de Luiz Gama exemplifica a:

- a) impossibilidade de ascensão social do negro forro em uma sociedade escravocrata, mesmo sendo alfabetizado.
- b) extrema dificuldade de projeção dos intelectuais negros nesse contexto e a utilização do Direito como canal de luta pela liberdade.
- c) rigidez de uma sociedade, assentada na escravidão, que inviabilizava os mecanismos de ascensão social.
- d) possibilidade de ascensão social, viabilizada pelo apoio das elites dominantes, a um mestiço filho de pai português.
- e) troca de favores entre um representante negro e a elite agrária escravista que outorgara o direito advocatício a ele.

○ **52. (ENEM)**

Ó sublime pergaminho
Libertação geral
A princesa chorou ao receber
A rosa de ouro papal
Uma chuva de flores cobriu o salão
E o negro jornalista
De joelhos beijou a sua mão
Uma voz na varanda do paço ecoou:
"Meu Deus, meu Deus
Está extinta a escravidão"

MELODIA, Z.; RUSSO, N.; MADRUGADA, C. *Sublime Pergaminho*. Disponível em: www.letras.terra.com.br. Acesso em: 28/4/2010.

O samba-enredo de 1968 reflete e reforça uma concepção acerca do fim da escravidão ainda viva em nossa memória, mas que não encontra respaldo nos estudos históricos mais recentes. Nessa concepção ultrapassada, a abolição é apresentada como:

- a) conquista dos trabalhadores urbanos livres, que demandavam a redução da jornada de trabalho.
- b) concessão do governo, que ofereceu benefícios aos negros, sem consideração pelas lutas de escravos abolicionistas.
- c) ruptura na estrutura socioeconômica do país, sendo responsável pela otimização da inclusão social dos libertos.
- d) fruto de um pacto social, uma vez que agradaria os agentes históricos envolvidos em questão: fazendeiros, governo e escravos.
- e) forma de inclusão social, uma vez que a abolição possibilitaria a concretização de direitos civis e sociais para os negros.

○ **53. (ENEM)** Passada a festa da abolição, os ex-escravos procuraram distanciar-se do passado de escravidão, negando-se a se comportar como antigos cativos. Em diversos engenhos do Nordeste, negaram-se a receber a ração diária e a trabalhar sem remuneração. Quando decidiram ficar, isso não significou que concordassem em se submeter às mesmas condições de trabalho do regime anterior.

FRAGA, W.; ALBUQUERQUE, W. R. *Uma história da cultura afro-brasileira*. São Paulo: Moderna, 2009 (adaptado).

Segundo o texto, os primeiros anos após a abolição da escravidão no Brasil tiveram como característica o(a):

- a) caráter organizativo do movimento negro.
- b) equiparação racial no mercado de trabalho.
- c) busca pelo reconhecimento do exercício da cidadania.
- d) estabelecimento do salário mínimo por projeto legislativo.
- e) entusiasmo com a extinção das péssimas condições de trabalho.

○ **54. (ENEM)** "Lei n. 3 353, de 13 de maio de 1888

A Princesa Imperial Regente, em nome de Sua Majestade o Imperador, o Senhor D. Pedro II, faz saber a todos os súditos do Império que a Assembleia-Geral decretou e ela sancionou a lei seguinte:

Art. 1º: É declarada extinta desde a data desta lei a escravidão no Brasil.

Art. 2º: Revogam-se as disposições em contrário.

Manda, portanto, a todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução da referida lei pertencer, que a cumpram, e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nela se contém.

Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 13 de maio de 1888, 67º ano da Independência e do Império.

Princesa Imperial Regente."

Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em: 6 fev. 2015 (adaptado).

Um dos fatores que levou à promulgação da lei apresentada foi o(a)

- a) abandono de propostas de imigração.
- b) fracasso do trabalho compulsório.
- c) manifestação do altruísmo britânico.
- d) afirmação da benevolência da Corte.
- e) persistência da campanha abolicionista.

○ **55. (ENEM)** Respeitar a diversidade de circunstâncias entre as pequenas sociedades locais que constituem uma mesma nacionalidade, tal deve ser a regra suprema das leis internas de cada Estado. As leis municipais seriam as cartas de cada povoação doadas pela assembleia provincial, alargadas conforme o seu desenvolvimento, alteradas segundo os conselhos da experiência. Então, administrar-se-ia de perto, governar-se-ia de longe, alvo a que jamais se atingirá de outra sorte.

BASTOS, T. A. *provincia (1870)*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937 (adaptado).

O discurso do autor, no período do Segundo Reinado no Brasil, tinha como meta a implantação do:

- a) regime monárquico representativo.
- b) sistema educacional democrático.
- c) modelo territorial federalista.
- d) padrão político autoritário.
- e) poder oligárquico regional.



○ 56. (ENEM) O número de votantes potenciais em 1872 era de 1.097.698, o que correspondia a 10,8% da população total. Esse número poderia chegar a 13%, quando separamos os escravos dos demais indivíduos. Em 1886, cinco anos depois de a Lei Saraiva ter sido aprovada, o número de cidadãos que poderiam se qualificar eleitores era de 117.022, isto é, 0,8% da população.

CASTELLUCCI, A. A. S. *Trabalhadores, máquina política e eleições na Primeira República*. Disponível em: www.ifch.unicamp.br. Acesso em: 28 jul. 2012.

A explicação para a alteração envolvendo o número de eleitores no período é a:

- a) criação da Justiça Eleitoral.
- b) exigência da alfabetização.
- c) redução da renda nacional.
- d) exclusão do voto feminino.
- e) coibição do voto de cabresto.

○ 57. (ENEM) Os caixeiros do comércio a retalho do Rio de Janeiro estiveram entre as primeiras categorias de trabalhadores a se organizar em associações e a exigir a intervenção dos poderes públicos na mediação de suas lutas por direitos. Na década de 1880, os caixeiros participaram da arena política e ganharam as ruas com vários outros, como os republicanos e os abolicionistas.

POPINIGIS, F. "Todas as liberdades são irmãs": os caixeiros e as lutas dos trabalhadores por direitos entre o Império e a República. *Estudos Históricos*, n. 59, set.-dez. 2016 (adaptado).

A atuação dos trabalhadores mencionados no texto representou, na capital do Império, um momento de

- a) manutenção das regras patronais.
- b) desprendimento das ideias liberais.
- c) fortalecimento dos contratos laborais.
- d) consolidação das estruturas sindicais.
- e) contestação dos princípios monárquicos

○ 58. (ENEM) Em 1879, cerca de cinco mil pessoas reuniram-se para solicitar a D. Pedro II a revogação de uma taxa de 20 réis, um vintém, sobre o transporte urbano. O vintém era a moeda de menor valor da época. A polícia não permitiu que a multidão se aproximasse do palácio. Ao grito de Fora o vintém!, os manifestantes espancaram condutores, esfaquearam mulas, viraram bondes e arrancaram trilhos. Um oficial ordenou fogo contra a multidão. As estatísticas de mortos e feridos são imprecisas. Muitos interesses se fundiram nessa revolta, de grandes e de políticos, de gente miúda e de simples cidadãos. Desmoralizado, o ministério caiu. Uma grande explosão social, detonada por um pobre vintém.

Disponível em: www.revistadehistoria.com.br. Acesso em: 4 abr. 2014 (adaptado).

A leitura do trecho indica que a coibição violenta das manifestações representou uma tentativa de:

- a) capturar os ativistas radicais.
- b) proteger o patrimônio privado.
- c) salvaguardar o espaço público.
- d) conservar o exercício do poder.
- e) sustentar o regime democrático.

○ 59. (ENEM)



"Precauções que aconselhamos à Sua Alteza, o Sr. Conde D'Eu, quando tiver de visitar escolas. Se Sua Alteza imitasse o seu augusto sogro, Dom Pedro II, não teria nunca Ocasião de contestar fatos históricos".

AGOSTINI, A. *Revista Ilustrada*, n. 309, 29 jul. 1882 (adaptado).

Segundo a charge, os últimos anos da Monarquia foram marcados por:

- a) debates promovidos em espaços públicos, contando com a presença da família real.
- b) atividades intensas realizadas pelo Conde D'Eu, numa tentativa de salvar o regime monárquico.
- c) revoltas populares em escolas, com o intuito de destituir o monarca do poder e coroar seu genro.
- d) críticas oriundas principalmente da imprensa, colocando em dúvida a continuidade do regime político.
- e) dúvidas em torno da validade das medidas tomadas pelo imperador, fazendo com que o Conde D'Eu assumisse o governo.

Anotações:



○ 60. (UFSM) Os processos de descolonização e construção do Estado imperial brasileiro, na 1ª metade do século XIX, apresentaram os seguintes aspectos, **EXCETO**

a) a presença da Corte portuguesa no Brasil definiu os rumos da independência, impondo limites às mudanças políticas e sociais.

b) a Constituição de 1824 buscou garantir a supremacia do poder central, pois instituiu, entre outras medidas, o poder moderador, o senado vitalício e a nomeação dos Presidentes de Província pelo Imperador.

c) foram liderados pelas elites, imbuídas de uma nítida identidade nacional e desejosas de ficar subordinadas aos interesses do livre comércio inglês.

d) caracterizaram-se pela continuidade de instituições e estruturas coloniais, como o poder monárquico, e por uma sociedade escravista com expressiva exclusão social.

e) significativa resistência de elites regionais ao projeto de centralização do Estado imperial, ilustrada por episódios como a Confederação do Equador e a Guerra Farroupilha.

○ 61. (UFSM) Quanto à estrutura socioeconômica e política do Brasil após a independência,

I - conservou-se a estrutura econômica, mas foi modificada a ordem social.

II - manteve-se inalterada à medida que a oligarquia agrária continuou a controlar a economia e a política do país.

III - caracterizou-se pela dependência econômica, manutenção da escravidão e possibilidades desiguais para brancos e negros.

Está(ão) correta(s)

a) apenas I.

b) apenas II.

c) apenas III.

d) apenas II e III.

e) I, II e III.

○ 62. (UFSM)



"Independência ou Morte" (1888) de Pedro Américo de Figueiredo e Melo, óleo sobre tela. Acervo Museu Paulista. <http://images.google.com.br>

A obra acima foi composta no apagar das luzes do regime monárquico no Brasil, fazendo referência a um fato fundador da nação brasileira: o Sete de Setembro de 1822. Sobre a imagem, assinale V (verdadeira) ou F (falsa) em cada afirmativa.

() Essa pintura é a mais difundida da proclamação da independência de 1822, apesar de não ser a única.

() Trata-se de um registro fidedigno do fato, em que o pintor procurou retratar os eventos no seu mais alto detalhamento e patriotismo, evidenciando que a independência só ocorreu graças ao desprendimento do príncipe regente, D. Pedro, em atender aos anseios da nação brasileira.

() A criação dessa obra favoreceu a elaboração de um imaginário político que delineou São Paulo como um dos núcleos construtores da nação brasileira.

A sequência correta é

a) V - V - V.

b) V - F - V.

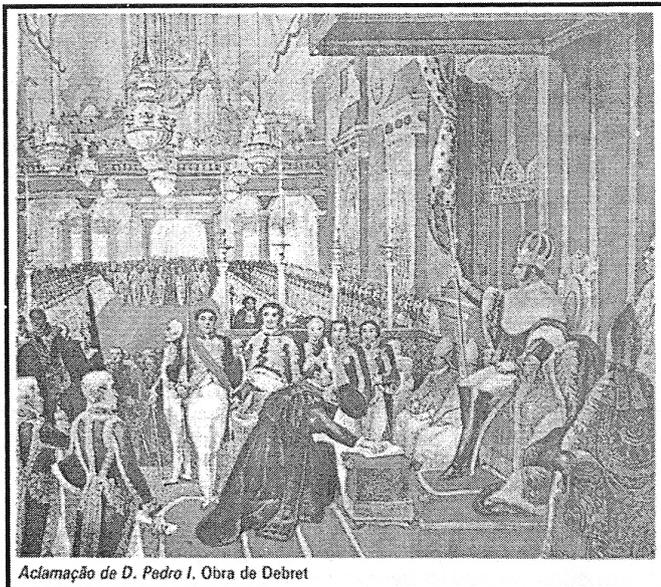
c) V - F - F.

d) F - V - V.

e) F - V - F.



- **63. (UFSM)** Esta pintura de Debret retrata a aclamação de D. Pedro I como imperador do Brasil.



Aclamação de D. Pedro I. Obra de Debret

COTRIM, G. *História e consciência do Brasil*. São Paulo: Saraiva. 1997. p. 152.

A partir dela, pode-se concluir:

- a) A independência brasileira foi fruto de um acordo político entre as elites brasileiras e a corte portuguesa, as quais viram, na posse de D. Pedro I, a contemplação de seus interesses.
- b) Membros da corte portuguesa participaram da aclamação de D. Pedro I, uma vez que não existiam interesses antagônicos entre eles e a elite brasileira, em especial a aristocracia rural.
- c) A emancipação política do Brasil atendeu aos interesses da elite brasileira, em especial a aristocracia rural que participou efetivamente da aclamação de D. Pedro I.
- d) Apesar da participação popular nos conflitos revolucionários, o povo foi excluído no momento da aclamação, prevalecendo os interesses da elite.
- e) O povo participou ativamente das comemorações de aclamação de D. Pedro I, uma vez que teve suas duras condições de vida melhoradas a partir da sua posse.

- **64. (UFSM)** Sobre a história do Rio Grande do Sul, espaço fronteiro do Brasil meridional, nos séculos dezoito e dezenove, é correto afirmar:

- a) O objetivo da colonização açoreana, a partir de meados do século dezoito, foi estratégico, pois visava a estabelecer latifúndios agroexportadores que defendessem o domínio da Coroa Espanhola no Brasil meridional.
- b) A produção de charque, iniciada na 2ª metade do século dezenove, com mão de obra majoritariamente livre, destinava-se ao mercado interno.
- c) A parcela da elite rio-grandense, que se revoltou contra o Império, na Guerra Farrroupilha, defendia o Federalismo, pois seus interesses políticos e econômicos não eram atendidos pelo centralismo monárquico.
- d) Entre os objetivos da imigração alemã, que se iniciou no final do século dezoito, estavam o desenvolvimento da agricultura monocultora, a disseminação da pequena propriedade e a obtenção de soldados para auxiliar na defesa do Império.
- e) À semelhança dos imigrantes italianos que vinham para São Paulo e empregavam-se nas fazendas de café, os que vinham para o Rio Grande do Sul destinavam-se a substituir o trabalho escravo, sem a possibilidade de se tornarem produtores autônomos.

- **65. (UFSM)** Ambientado no período da Revolução, o seriado *A Casa das Sete Mulheres* evidenciava o espaço social feminino da época. A respeito desse espaço, é possível afirmar:

- a) Devido ao caráter patriarcal da sociedade gaúcha, a ação feminina era preponderante na área pública.
- b) Por causa da repressão às mulheres, não havia espaço social onde elas pudessem exercer posição de mando.
- c) Submetidas à ordem patriarcal, as mulheres podiam imperar no espaço doméstico desde que respeitassem o poder masculino.
- d) Como a ideologia liberal do século XIX estabelecia igualdade entre os sexos, as mulheres destacavam-se na política.
- e) Devido ao padrão patriarcal, as mulheres detinham prerrogativas especiais na condução da vida econômica.

- **66. (UFSM)**



Caricatura "O sapateiro eleitor", de Manuel de Araújo Porto Alegre | <http://images.google.com.br>

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

Na caricatura de 1837, Manuel de Araújo Porto Alegre assume uma posição crítica em relação às práticas eleitorais e demagógicas dos políticos brasileiros. Nela um sapateiro eleitor é assediado por um cabo eleitoral que mostra a sua chapa, configurando assim a sátira da caça ao voto. Nessa crítica política, é possível perceber

- a) a fraude eleitoral, constituída desde a compra do voto, o que acabava se refletindo no resultado de uma eleição.
- b) as corrupções dos políticos brasileiros favorecidos pela Constituição de 1824, que criou um legislativo fortalecido frente à flexibilidade do executivo.
- c) o repúdio à caça ao voto pelo caricaturista, o que contribuiu para as reformas empreendidas pelo Conselho de Ministros no Ato Adicional de 1834.
- d) a troca de favores e a compra de cargos públicos e de honrarias, mediadas pelo governo regencial, que fazia vistas grossas aos aliciamentos dos políticos corruptos.
- e) a corrupção dos políticos brasileiros que assediavam os sapateiros para obter informações sigilosas, já que era comum todos os políticos frequentarem as sapatarias, lugar de onde vazavam importantes revelações.



○ **67. (UFSM)** O processo do desenvolvimento capitalista no Brasil, no século XIX, foi acelerado pelos seguintes fatores, **EXCETO**

- a) a ampla disponibilidade de terras férteis e a ausência de obstáculos políticos e jurídicos para ocupá-las.
- b) a edição da Lei de Terras de 1850, que intensificou a mercantilização das terras, encarecendo-as.
- c) a abolição do tráfico negreiro, em 1850, que liberou capitais para investimentos em outros setores dinâmicos da economia.
- d) o afluxo de crescentes contingentes de imigrantes europeus para as regiões em expansão.
- e) a gradativa abolição do trabalho escravo e a ênfase crescente no trabalho assalariado.

○ **68. (UFSM)** Na Itália, na 2ª metade do século XIX, a escassez de carne e o excesso de polenta na dieta alimentar ocasionaram grande número de casos de desnutrição e de pelagra, sinais de grave crise econômica que afetava muito o setor camponês. Essa situação articulou-se com a seguinte realidade brasileira, na mesma época:

- a) a organização de uma estrutura econômica voltada à produção de alimentos e, conseqüentemente, de mercado consumidor interno.
- b) a política de incentivo à vinda de mão de obra europeia, com o propósito de substituir o trabalho escravo nas fazendas de café.
- c) a crise do Estado Nacional e o projeto de formação de uma população saudável e mestiça, a necessidade de soldados para multiplicar o
- d) Exército nacional, defender as fronteiras e garantir o domínio na Região do Prata.
- e) a expulsão dos colonos das terras do Sudeste e o favorecimento de nova mão de obra para gerir a pequena e média propriedade rural.

○ **69. (UFSM)** Em meados do século XIX se situa o começo das maiores migrações humanas da história. [...] Por que se emigra-va? Principalmente por razões econômicas [...]. Não há dúvida de que os pobres eram mais inclinados a migrar que os ricos e de que estavam mais dispostos a fazê-lo se sua vida tradicional se havia feito difícil ou impossível.

Fonte: HOBBSAWN apud PESAVENTO, Sandra (org.). 500 anos de América POA: Ed. da UFRGS, 1992. p. 82.

A grande emigração europeia para a América, entre os anos de 1875 e 1914, está relacionada com

- a) a crise demográfica produzida pelas guerras mundiais europeias, combinada com as novas possibilidades de trabalho industrial surgidas na América.
- b) as transformações provocadas nos campos europeus, devido à expansão capitalista e à necessidade de mão de obra branca e livre na América.
- c) a recessão da economia europeia provocada pela Revolução Industrial e a retração das fronteiras agrícolas e pastoris na América.
- d) a política de cercamento dos campos para a introdução de novas técnicas agrícolas e a possibilidade de aquisição de propriedade rural na América.
- e) a derrocada do capitalismo europeu, o avanço político da classe trabalhadora europeia e as novas condições de vida e trabalho na América.

○ **70. (UFSM)** No contexto da história do Brasil do Segundo Reinado, constituem efetivas modificações socioeconômicas estruturais:

- I - a proibição do tráfico externo de escravos negros vindos da África.
- II - a mudança do eixo econômico para a região Sudeste com a expansão dos cafezais.
- III - a emancipação da hegemonia econômica britânica através do desenvolvimento de um capitalismo brasileiro nacionalista e autônomo.
- IV - a progressiva extinção do trabalho escravo e a expansão do trabalho assalariado.

Estão corretas as afirmativas

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e III apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I, II e IV apenas.

○ **71. (UFSM)** É correto afirmar que parcelas significativas das elites brasileiras do final do século XIX e começos do século XX preferiam a força do trabalho do imigrante europeu à dos trabalhadores negros brasileiros, porque

- a) os europeus eram agricultores mais hábeis e experientes para os cafezais em expansão.
- b) os negros libertos da escravidão preferiam o trabalho autônomo nas cidades.
- c) a política de imigração tinha compromissos humanitários com os europeus afetados por conflitos nacionais.
- d) compreendiam a imigração europeia como um instrumento para civilizar o país através do embranquecimento da população.
- e) entendiam que a construção da democracia racial era incompatível com a exploração dos negros nos cafezais.

○ **72. (UFSM)** De 1865 a 1870, o Brasil, a Argentina e o Uruguai, apoiados pela Inglaterra, promoveram uma guerra objetivando a destruição do Paraguai.

Sobre esse confronto militar, é correto afirmar:

- a) As desavenças entre brasileiros e argentinos provocaram entres à sua aliança, dificultando a destruição do Paraguai e interferindo nos negócios comerciais com os ingleses.
- b) O apoio inglês à Tríplice Aliança deu-se em função da necessidade de abrir novos mercados externos à Inglaterra.
- c) A partir dele, os países que formaram a Tríplice Aliança saíram da sua política isolacionista e se integraram à ordem capitalista mundial, capitaneada pela Inglaterra.
- d) Os principais beneficiários dessa guerra foram a burguesia inglesa e a oligarquia cafeeira brasileira, na medida em que ocorreram o fortalecimento da monarquia, do sistema escravista no Brasil e a consolidação dos acordos comerciais com os ingleses.
- e) A independência do Paraguai significava pôr em risco a saída dos países platinos para o mar e, conseqüentemente, dificultava as exportações para a Inglaterra.



○ **73. (UFSM)** Utilize-se de seus conhecimentos para relacionar este poema de Machado de Assis com fatos da Guerra do Paraguai.

“De pé - Quando o inimigo o solo invade
Ergue-se o povo inteiro; e a espada em punho
É como um raio vingador dos livres!
(...)”

Cada palmo do chão vomita um homem!
E do Norte, e do Sul, como esses rios
Que vão, sulcando a terra, encher os mares,
À falange comum os bravos correm!”

Citado por Doratioto, Francisco. *Maldita Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. p. 117.

Analise as proposições.

I - O poema corresponde a um contexto histórico no qual o Império do Brasil, desde meados do século XIX, adotou uma política externa que objetivou estabelecer seu predomínio como nação na Região do Prata. São exemplos dessa política externa a ação militar contra Oribe e Rosas e, posteriormente, a Guerra da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) contra o Paraguai.

II - A guerra estimulou a construção da identidade nacional pelo Estado Imperial, algo instrumentalizado pelo exército brasileiro que, após o conflito bélico com o Paraguai, cresceu como instituição política e promoveu, no período republicano, a idealização de alguns personagens como símbolos da nação, caso de Caxias (Patrono do Exército) e Mallet (Patrono da Artilharia), entre outros.

III - O poema de Machado de Assis comprova que não houve recrutamento à força para a Guerra do Paraguai, pois as tropas eram formadas exclusivamente pelas camadas pobres da sociedade (negros, índios, mestiços) que foram compondo os corpos de Voluntários e da Guarda Nacional imbuídos pelo sentimento nacional.

Está(ão) correta(s)

- | | |
|-------------------|-----------------|
| a) apenas I. | d) apenas III. |
| b) apenas II. | e) I, II e III. |
| c) apenas I e II. | |

○ **74. (UFRGS)** Assinale com V (verdadeiro) ou F (falso) as afirmações abaixo, sobre o contexto de elaboração da Constituição, outorgada pelo Império Brasileiro em 1824, e as suas características.

() D. Pedro I, em meio aos debates da Assembleia Constituinte, dissolveu a Assembleia e ordenou a prisão de diversos deputados, instituindo um Conselho de Estado que passou a ser responsável pela elaboração do texto constitucional.

() A constituição de 1824 estabeleceu um sistema de voto que permitia a participação de todos os homens livres nas eleições, porém nada falava acerca do voto feminino.

() A constituição, influenciada pelos debates abolicionistas, definiu o fim do tráfico internacional de escravos e a abolição gradual da escravidão no Império, garantindo indenizações aos proprietários.

() A nova constituição notabilizou-se pela centralização política e administrativa nas mãos do Imperador, principalmente através da criação do Poder Moderador.

A sequência correta do preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é

- a) F - F - F - V.
b) V - F - F - V.
c) F - V - V - F.
d) V - V - F - V.
e) V - V - V - F.

○ **75. (UFRGS)** Com relação às dimensões políticas, econômicas e sociais da escravidão, na formação do Estado brasileiro no século XIX, considere as seguintes afirmações.

I - A proibição do tráfico de africanos, colocada em prática em 1850, ocasionou um aumento do fluxo interno de escravizados, oriundos da região norte, para atender a demanda de mão de obra nas lavouras cafeeiras do sudeste.

II - As ameaças internacionais de grupos e entidades abolicionistas motivaram esforços de defesa do regime escravista, articulando interesses comuns de setores da elite brasileira com comerciantes da América hispânica e dos Estados Unidos.

III - A dinâmica do mercado externo e o desenvolvimento do capitalismo industrial tornaram consensual, na elite política imperial, o apoio ao fim da escravidão, aproximando Luzias e Saquaremas, durante a chamada “grande conciliação”, ocorrida no Segundo Reinado.

Quais estão corretas?

- | | |
|----------------|-------------------|
| a) Apenas I. | d) Apenas I e II. |
| b) Apenas II. | e) I, II e III. |
| c) Apenas III. | |

○ **76. (UFRGS)** Observe o cartum abaixo, que faz referência à proclamação da República no Brasil.



Considere as seguintes afirmações referentes a elementos do cartum:

I. a figura feminina empunhando a bandeira representava a nova república brasileira, instaurada por meio do golpe militar de 15 de novembro.

II. a bandeira representada na imagem constituiria a versão preliminar da atual, que seria acrescida da divisa positivista.

III. em segundo plano, montado a cavalo, aparece a figura do suposto “proclamador” da República, o marechal Floriano Peixoto.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- | | |
|--------------------|---------------------|
| a) Apenas II. | d) Apenas II e III. |
| b) Apenas I e II. | e) I, II, e III. |
| c) Apenas I e III. | |



HABILIDADES À PROVA 3

» Formação e expansão norte-americana no século XIX e XX

○ 1. (ENEM) Na década de 30 do século XIX, Tocqueville escreveu as seguintes linhas a respeito da moralidade nos EUA: “A opinião pública norte-americana é particularmente dura com a falta de moral, pois esta desvia a atenção frente à busca do bem-estar e prejudica a harmonia doméstica, que é tão essencial ao sucesso dos negócios. Nesse sentido, pode-se dizer que ser casto é uma questão de honra”.

TOCQUEVILLE, A. Democracy in America. Chicago: Encyclopædia Britannica, Inc., Great Books 44, 1990 (adaptado).

Do trecho, infere-se que, para Tocqueville, os norte-americanos do seu tempo:

- a) buscavam o êxito, descurando as virtudes cívicas.
- b) tinham na vida moral uma garantia de enriquecimento rápido.
- c) valorizavam um conceito de honra dissociado do comportamento ético.
- d) relacionavam a conduta moral dos indivíduos com o progresso econômico.
- e) acreditavam que o comportamento casto perturbava a harmonia doméstica.

○ 2. (ENEM) Na democracia estadunidense, os cidadãos são incluídos na sociedade pelo exercício pleno dos direitos políticos e também pela ideia geral de direito de propriedade. Compete ao governo garantir que esse direito não seja violado. Como consequência, mesmo aqueles que possuem uma pequena propriedade sentem-se cidadãos de pleno direito.

Na tradição política dos EUA, uma forma de incluir socialmente os cidadãos é:

- a) submeter o indivíduo à proteção do governo.
- b) hierarquizar os indivíduos segundo suas posses.
- c) estimular a formação de propriedades comunais.
- d) vincular democracia e possibilidades econômicas individuais.
- e) defender a obrigação de que todos os indivíduos tenham propriedades.

○ 3. (ENEM) “A principal característica da situação social dos anglo-americanos é seu caráter eminentemente democrático. Afirmei anteriormente que reinava uma igualdade muito grande entre os emigrantes que foram se estabelecer na Nova Inglaterra. Para isso contribuiu a influência das leis de sucessão. Estabelecidas de uma maneira, as leis de sucessão reúnem, concentram e agrupam em um só a propriedade e o poder. Estabelecidas por outros princípios, produzem o oposto: dividem, partilham e disseminam os bens e o poder.”

(TOCQUEVILLE, A. A democracia na América. Belo Horizonte: tabela; São Paulo: Edusp 1977. Adaptado.)

O texto tematiza o papel desempenhado por uma norma na criação de um ambiente propício ao(a):

- a) emprego do trabalho escravo.
- b) consolidação dos valores burgueses.
- c) banimento das dissidências religiosas.
- d) contenção da identificação nacionalista.
- e) hierarquização dos agentes econômicos.

○ 4. (ENEM) Antes de se tornar presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln opunha-se à escravidão, mas desaprovava o direito a voto para o negro e os casamentos birraciais. Em 1861, ele assumiu a presidência. Vários estados escravistas do Sul deixaram a União e formaram a sua Confederação independente. Nos anos 1861-5, teve lugar uma Guerra Civil entre a União e a Confederação. Em 1863, por decreto e emenda constitucional, Lincoln aboliu a escravidão. Cerca de 200.000 soldados negros lutaram ao lado da União e tornaram-se eleitores. Lincoln planejava assegurar escolaridade aos ex-escravos, e também alguns direitos civis, mas foi assassinado por um racista na Sexta-Feira Santa de 1865. Ele tornou-se uma figura controversa. Para alguns, foi um mártir, sacrificado pela sua causa. Para outros, um racista, que aboliu a escravidão apenas para ganhar soldados.

Segundo o texto, Lincoln tinha a intenção de apresentar uma proposta para o problema do relacionamento de ex-escravos com o resto da sociedade. Caso essa proposta tivesse entrado em vigor, sua implantação teria sido útil a outras sociedades, pois:

- a) neutralizaria quem fosse racista, e os condenados por crimes raciais seriam deportados.
- b) incentivaria casamentos birraciais, o que transformaria os EUA na primeira grande nação mestiça.
- c) garantiria os direitos civis dos ex-escravos, o que serviria de exemplo de aliança política a ser copiado por nações escravistas.
- d) permitiria que os escravos pudessem votar, o que tornaria viável, naquele contexto, a eleição de um presidente negro.
- e) garantiria aos soldados negros acesso à educação e, assim, modernizaria o exército norte-americano.

○ 5. (UFSM) A Doutrina Monroe, elaborada pelo presidente dos Estados Unidos, J. Monroe (1817-25), defendia a ideia de “América para os americanos” e pretendia ser solidária à independência das nações latino-americanas. Com relação a essa doutrina, é correto afirmar:

- a) visava a aterrorizar as potências europeias, garantindo a ação colonizadora ao México.
- b) vedava às potências europeias novos empreendimentos coloniais na América.
- c) objetivava reunir as regiões americanas em torno de um grande projeto de integração do continente americano.
- d) refletia o forte sentimento anticolonialista existente na Europa e nos países latino-americanos.
- e) estava diretamente relacionada às ideias iluministas trazidas da Europa durante a colonização norte-americana.



○ 6. (UFSM) Observe o mapa:



Fonte: ALVES, Alexandre; OLIVEIRA, Leticia Fagundes. *Conexões com a História*. São Paulo: Moderna, 2010. v. 2. p.95. (adaptado)

Essa rápida expansão territorial dos Estados Unidos da América no século XIX, mostrada no mapa, foi impulsionada por uma ideologia propagadora da crença de que os norte-americanos eram um povo eleito pela vontade divina para conquistar o Novo Mundo e expandir os seus domínios sobre territórios e populações que estivessem no seu caminho da “marcha para o oeste”. Trata-se

- a) do Fardo do Homem Branco.
- b) da Declaração de Independência.
- c) do Corolário Rooseveltiano.
- d) da Doutrina Monroe.
- e) do Destino Manifesto.

○ 7. (UFSM) “Soube que pretendem colocar-nos numa reserva perto das montanhas. Não quero ficar nela. Gosto de vagar pelas pradarias. Nelas me sinto livre e feliz; quando nos estabelecemos, ficamos pálidos e morremos. Pus de lado minha lança, o arco e o escudo, mas me sinto seguro na sua presença. [...] Há muito tempo, esta terra pertencia aos nossos antepassados; mas quando subo o rio, vejo acampamentos de soldados em suas margens. Esses soldados cortam minha madeira, matam meu búfalo e, quando vejo isso, meu coração parece partir; fico triste... Será que o homem branco se tornou uma criança que mata sem se importar e não come o que matou? Quando os homens vermelhos matam a caça, é para que possam viver e não morrer de fome.”



Satanta, chefe dos kiowas. BROWN, D. A. *Enterrem meu coração na curva do rio: Uma história índia do Oeste americano*. São Paulo: Melhoramentos, 1972. p. 173.

O discurso do chefe indígena, em reunião com autoridades de Washington da década de 1870, expressa:

- a) o entendimento dos povos caçadores-coletores diante do avanço da civilização ocidental e a disposição de assimilar um novo padrão cultural.
- b) o grito de guerra dos indígenas do Oeste norte-americano que, entre 1860 e 1890, barraram o avanço dos homens brancos e preservaram o estilo de vida tribal.
- c) a ignorância dos indígenas, incapazes de aceitar a superioridade da civilização ocidental, e o fracasso das sociedades tribais, geradoras de desigualdades e pobreza.

- d) o embate entre dois modelos de sociedade, cada um com seu modo próprio de lidar com os recursos naturais.
- e) o ideário rebelde das classes populares, que entendem que a preservação ambiental não se harmoniza com desenvolvimento econômico-social.

○ 8. (UFSM) Entre 1861 e 1865, os Estados Unidos foram devastados por uma Guerra Civil que provocou 600 mil mortes. Entre as motivações do conflito, estava(m) a(s) seguinte(s):

- I. A rivalidade política entre o Sul, burguês e capitalista, e o Norte, escravocrata e latifundiário.
- II. A rivalidade econômica entre Sul, defensor do livre comércio exterior, e o Norte, que exigia protecionismo em relação ao mercado interno.
- III. A recusa do Sul, que tradicionalmente dominava a política norte-americana, em aceitar o modelo de desenvolvimento proposto pelo Norte.

Está(ão) correta(s):

- a) apenas I.
- b) apenas II.
- c) apenas III.
- d) apenas I e II.
- e) apenas II e III.



○ **9. (UFSM)** A expansão dos pioneiros norte-americanos, nos territórios a oeste do Rio Mississípi, provocou cenas como a ilustrada ao lado: indígenas consumindo bebida alcoólica. A respeito da expansão territorial dos Estados Unidos, é possível afirmar:



- a) Os indígenas tiveram a possibilidade de se tornarem cidadãos dos Estados Unidos, o que contribuiu para a manutenção de seus modos tribais.
- b) Os indígenas foram prejudicados pela expansão dos pioneiros, e o consumo de álcool contribuiu, assim como as doenças, para debilitá-los do ponto de vista da saúde.
- c) Os tratados feitos entre os indígenas e os governos norte-americanos asseguraram tanto a expansão dos pioneiros quanto a preservação das tribos indígenas.
- d) Os indígenas adotaram diversos costumes da civilização branca, entre eles o consumo de álcool, e esses hábitos os conciliaram com sua cultura e tradições.
- e) A expansão dos pioneiros ocorreu regida pelo princípio da democratização da propriedade da terra – direito ao acesso à terra pública desocupada e também foi garantida a propriedade coletiva ao indígena.

○ **10. (UFSM)** Do início do século XX até o final da Segunda Guerra Mundial o relacionamento dos Estados Unidos com a América Latina passou por várias fases, alterando intervenções no sentido militar e econômico.

Relacione as políticas da primeira coluna com seus respectivos ementários na segunda coluna.

1. Política do Big Stick
2. Diplomacia do Dólar
3. Missão Civilizatória
4. Política da Boa Vizinhança

() Foi criada durante o governo do presidente Theodore Roosevelt para legitimar as intervenções no Caribe e na América Central. O principal exemplo é a entrega do Canal do Panamá aos EUA.

() Consistia na oposição a qualquer movimento de caráter revolucionário que pudesse ameaçar os investimentos norte-americanos e na aliança com governos ditatoriais para perseguir líderes guerrilheiros, como Pancho Villa, em 1916, no território mexicano.

() Primava pelo investimento de capitais na América Latina, a fim de afastar definitivamente os interesses europeus nessa área.

() Orientava que os Estados Unidos não mais deveriam fazer intervenções militares na América Latina, o que resultou na retirada de fuzileiros da Nicarágua, em 1933.

A sequência correta é:

- a) 1 - 3 - 2 - 4
- b) 1 - 4 - 3 - 2
- c) 2 - 3 - 1 - 4
- d) 3 - 4 - 1 - 2
- e) 3 - 2 - 1 - 4

○ **11. (UFRGS)** Ao longo do século XIX, acirraram-se as diferenças e contradições na sociedade estadunidense, expondo a fragilidade dos laços que uniam a porção sulista à porção nortista.

A esse respeito, considere as seguintes afirmações.

I - Enquanto no Norte a sociedade vivia em um mundo cada vez mais urbano e competitivo, na sociedade sulista predominava a estrutura rural de uma aristocracia há muito estabelecida.

II - O norte revelou-se mais apto ao desenvolvimento científico-industrial que o Sul, embora, em termos econômicos, tenha havido um forte impulso à industrialização em ambos os lados.

III - O Norte possuía uma clara vocação política centralizadora, já que necessitava de coesão interna para o crescimento de sua indústria, enquanto os estados ao sul pretendiam manter sua autonomia federativa.

Quais estão corretas?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II e III.
- e) I, II e III.

○ **12. (UFRGS)** A Guerra Civil entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, ocorrida entre 1861-1865, teve por consequência profundas mudanças na economia e na sociedade do país.

Assinale a alternativa que apresenta essas mudanças.

- a) A abolição da escravidão e a afirmação do modelo capitalista de inspiração nortista em todo o país.
- b) A manutenção da escravidão e a disseminação do modelo de agricultura monocultora sulista para toda a nação.
- c) A conquista do México e a ampliação da escravidão em direção aos territórios recém-conquistados.
- d) A vitória do Sul industrial diante do Norte rural e sua separação permanente da União.
- e) A conciliação entre Norte e Sul e a manutenção da escravidão em ambas as regiões.

Anotações:



13. (UFRGS) Após o fim da Guerra Civil norte-americana (1861-1865), antigos soldados confederados e proprietários rurais sulistas organizaram a Ku Klux Klan, grupo que teria Influência duradoura na história política norte-americana.

Assinale a alternativa que indica características ideológicas e práticas dessa organização.

- a) Defesa da supremacia branca e da segregação racial nos Estados Unidos.
- b) Tentativa de construção de um governo socialista no Sul norte-americano.
- c) Adoção de uma plataforma de integração racial em todo o país.
- d) Rejeição ao Cristianismo como a principal religião dos Estados Unidos.
- e) Implementação de um governo independente nos estados do Norte estadunidense.

14. (UFRGS) Observe o mapa abaixo.

Resultado das eleições presidenciais norte-americanas (novembro 2012)



As afirmações abaixo estão relacionadas à Guerra da Secessão (1861-1865) e à situação político-eleitoral atual dos EUA.

- I. O sistema eleitoral norte-americano, desde o final da Guerra da Secessão, passou a utilizar o voto direto nas eleições presidenciais.
- II. Alguns dos estados que votaram no candidato republicano fizeram parte dos Estados Confederados.
- III. Os estados que votaram no candidato democrata fizeram parte, na sua maioria, dos Estados da União.

Qual(is) está(ão) correta(s)?

- a) Apenas I.
- b) Apenas II.
- c) Apenas III.
- d) Apenas I e II.
- e) Apenas II e III.

Anotações:

Reprodução proibida. Art. 184 do Código Penal e Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.



GABARITO

• Habilidades à prova

Unidade 1

1. E	12. D	23. A
2. B	13. E	24. C
3. D	14. A	25. E
4. E	15. A	26. B
5. C	16. A	27. C
6. B	17. C	28. D
7. B	18. B	
8. A	19. D	
9. B	20. E	
10. A	21. C	
11. B	22. E	

Unidade 3

1. D	11. C
2. D	12. A
3. B	13. A
4. C	14. E
5. B	
6. E	
7. D	
8. E	
9. B	
10. A	

Unidade 2

1. A	30. A	59. D
2. D	31. E	60. C
3. C	32. A	61. D
4. A	33. A	62. B
5. B	34. B	63. C
6. C	35. C	64. C
7. E	36. B	65. C
8. C	37. B	66. A
9. A	38. D	67. A
10. E	39. A	68. B
11. C	40. D	69. B
12. E	41. A	70. E
13. A	42. E	71. D
14. E	43. E	72. B
15. D	44. A	73. C
16. E	45. E	74. B
17. B	46. D	75. D
18. B	47. A	76. B
19. B	48. C	
20. A	49. E	
21. D	50. A	
22. C	51. B	
23. D	52. B	
24. B	53. C	
25. D	54. E	
26. D	55. C	
27. C	56. B	
28. B	57. E	
29. C	58. D	

Anotações: